



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Leonor Alexandra Tavares Ribeiro

**ECONOMIA SOCIAL E ECONOMIA CIRCULAR:
ARTICULAÇÕES INDUTORAS DA SUSTENTABILIDADE
SOCIAL E O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO
CONTEXTO DE LOJAS SOCIAIS**

Dissertação no âmbito do mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo orientada pela Professora Doutora Maria Helena Gomes dos Reis Amaro da Luz e apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Faculdade de Economia.

Outubro de 2020



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Leonor Alexandra Tavares Ribeiro

**ECONOMIA SOCIAL E ECONOMIA CIRCULAR:
ARTICULAÇÕES INDUTORAS DA
SUSTENTABILIDADE SOCIAL E O PAPEL DO
SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DE LOJAS SOCIAIS**

Dissertação no âmbito do mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo orientada pela Professora Doutora Maria Helena Gomes dos Reis Amaro da Luz e apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Faculdade de Economia.

Outubro de 2020

AGRADECIMENTOS

As nossas conquistas nunca são só nossas....

e é altura de agradecer aos diversos atores que colaboraram para o culminar desta etapa.

Primeiramente, às entidades em estudo, aos seus profissionais e utentes, que aqui não posso nomear, mas que merecem um reconhecimento por toda a disponibilidade, simpatia e prontidão com que receberam esta investigação.

À Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, que foi a minha casa durante seis anos, que me formou e que me deu as bases para a profissional que sou hoje, à Faculdade de Economia, por todos os conhecimentos transmitidos ao longo do mestrado e claro, a todos os docentes, que me formaram e que serão sempre referências. Foi uma honra pertencer à Universidade de Coimbra.

À Professora Doutora Helena Reis, pela orientação, pelos conselhos, pela prontidão e por todas as ajudas ao longo desta dissertação até ao momento final, obrigado por me ter aberto os horizontes, por exigir sempre mais e por me tornar uma melhor discente.

À minha entidade patronal e às minha colegas, pela compreensão e por serem confidentes de todos os desabafos, lamurias e queixumes que este processo acarretou.

A ti, ao meu maior companheiro, à pessoa que mais paciência tem, que viveu de perto os esforços, o cansaço, as escolhas para este momento ser possível, que esteve presente, que apoiou e fez de tudo, para que, no que dependesse dele, fosse possível. Obrigada João, mesmo que não precise de agradecer.... Que seja sempre assim.

Aos meus pais, por terem permitido estes quase sete anos magníficos, por serem “pais galinhas”, por me avisarem quando vai chover, por todas as viagens, todas as marmitas, todo o apoio e principalmente, por no final, reconhecerem todo o meu esforço, não questionando, apoiando e respeitando as minhas decisões, um obrigada por confiarem em mim. Claro, ao mais novo, que senão fosse tão irritante...., um irmão que é um amigo e um companheiro!

À restante família, que posso ser grata pela união que temos, por me fazerem sentir que também são orgulhosos das minhas conquistas, por estarem presentes em cortejos, bênçãos e outros momentos, obrigada!

À Fifas e à Guida, ao trio improvável. Obrigada pela motivação, pelas energias e por acreditarem em mim sempre. Obrigada por terem dado significado às histórias de Coimbra, que continuaremos a festejar as conquistas umas das outras com unicórnios.

Às minhas meninas de Coimbra, à Carol, à Joaquina, à Mary e à Tixa, que mesmo uma em cada canto de Portugal, do Algarve a Mirandela, estão sempre presentes. Por todo o apoio e por nunca duvidarem, um obrigada.

À Kika, à minha mais que afillhada, que acredita que tudo é possível e faz questão que os outros também acreditem. Ao Fabrice, por ser quem é, por me fazer rir das minhas desgraças, por ouvir as minhas lamurias.

Aos amigos da Terrinha, que mesmo afastados, com as nossas vidas já de adultos, estamos sempre prontos para uma jantarada de gargalhadas.

A todos os restantes amigos e colegas que estiveram do meu lado ao longo deste ano e que me enchem o coração.

Obrigada a todos que contribuíram para este percurso.

Sempre tive esta mania, afligir-me com os outros e com as suas amarguras. Sempre tive esta mania, discutir política à mesa.

Hoje não preciso de manias, tenho os saberes e as competências, então, hoje escrevo, para não ter de gritar pelos direitos de todos nós.

Anónimo

RESUMO

O desenvolvimento sustentável tem vindo a ser um tema de destaque na agenda política, quer no contexto nacional, quer internacional. Como tal, há uma preocupação acrescida para potenciar as suas três esferas: ambiental, económica e social, contribuindo esta última para o reforço dos direitos humanos, do bem-estar e da qualidade de vida da população. Paralelamente, a economia circular mostra-se ancorada em torno da ideia da sustentabilidade, carecendo de ser abrangente para a enquadrar na sua plenitude. Assentes no primado da pessoa e orientadas por preocupações de justiça social, as organizações de economia social e em particular as IPSS têm-se munido de esforços para responder a públicos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, inserindo-se neste âmbito as lojas sociais como respostas oportunas para inverter estas situações, potenciando, assim, a sustentabilidade social através de dinâmicas circulares e onde a intervenção do serviço social adquire um papel preponderante. Tendo assumido como objetivo central compreender a resposta das lojas sociais enquadrada nos princípios da economia circular à questão da sustentabilidade social, assim como o papel do serviço social comprometido com esta resposta, a investigação concluiu que no seio das lojas sociais existe um conhecimento sobre as características da economia circular, bem como sobre as suas oportunidades, as quais se conciliam com as questões subjacentes à sustentabilidade social. As lojas sociais por via de dinâmicas como as doações, o reuso, a reutilização entre outras, refletem repercussões para com os beneficiários, nomeadamente, resposta às necessidades básicas, promoção de igualdade, inclusão, autoestima e bem-estar social. O serviço social nas lojas sociais ainda que denote uma intervenção assistencialista, potencia - pelo conhecimento próximo que tem das situações/problema e através de atos e estratégias relacionadas com atendimentos e elaboração de diagnóstico social, acompanhamento e encaminhamento para outras entidades (numa lógica de trabalho em rede) e capacitação dos beneficiários - a redução das necessidades básicas, a igualdade social e os direitos humanos, impulsionando deste modo a sustentabilidade dos indivíduos e das comunidades onde os mesmos estão inseridos.

Palavra-chave: Economia Social, Lojas Sociais, Sustentabilidade Social, Economia Circular, Serviço Social

ABSTRACT

Sustainable development has been a central theme on the political agenda, both in the national and international context. For this reason, there is an increased concern to enhance its three dimensions: environmental, economic, and social, where the latter contributes to the strengthening of human rights, well-being, and the population quality of life. Simultaneously, the circular economy appears to be anchored around the idea of sustainability, needing to be totally comprehended. Based on human primacy and guided by social justice concerns, the social economy organizations, particularly the IPSS, have been endeavoring to respond to the target audience that lives in situations of greater vulnerability. Social stores have been included as opportunely responses to reverse these situations, enhancing social sustainability through circular dynamics, where social work intervention assumes a predominant role. Having assumed as a central objective to understand the response of social stores framed in the principles of a circular economy, to the question of social sustainability, as well as the role of social service committed to this response, the investigation concluded that within social stores there is knowledge about the circular economy characteristics, as well as its opportunities converged with social sustainability actions. Through dynamics such as donations and reuse, social stores reflect repercussions for beneficiaries, namely, responding to basic needs, promoting equality, inclusion, self-esteem, and social well-being. Social work in social stores, even though it denotes an assistance intervention, strengthens - via the intimate knowledge it has of the situations/problem and through acts and strategies related to assistance and elaboration of social diagnosis, monitoring, and referral to other entities (in a logic network) and empowerment of beneficiaries - the reduction of basic needs, social equality and human rights, thus boosting the sustainability of individuals and the communities where they are inserted.

Keywords: Social Economy, Social Stores, Social Sustainability, Circular Economy, Social Work

ABSTRACTO

El desarrollo sostenible ha sido un tema destacado en la agenda política, tanto en el contexto nacional como internacional. Como tal, existe una mayor preocupación por potenciar sus tres esferas: ambiental, económica y social, contribuyendo esta última al fortalecimiento de los derechos humanos, el bienestar y la calidad de vida de la población. Al mismo tiempo, la economía circular parece estar anclada en la idea de sostenibilidad, necesitando ésta ser integral para encajar plenamente. Partiendo de la primacía de la persona y guiados por preocupaciones de justicia social, las organizaciones de economía social, y en particular el IPSS, se han esforzado por dar respuesta a públicos que se encuentran en situación de mayor vulnerabilidad, incluídas las tiendas solidarias como respuesta oportuna para revertir estas situaciones, potenciando así la sostenibilidad social a través de dinámicas circulares, y donde la intervención del trabajo social adquiere un papel preponderante. Habiendo asumido como objetivo central el comprender la respuesta de las tiendas solidarias enmarcadas en los principios de la economía circular a la cuestión de la sostenibilidad social, así como el papel del trabajo social comprometido con esta respuesta, la investigación concluyó que dentro de las tiendas solidarias hay conocimiento sobre la economía circular, así como sobre sus oportunidades, que se concilian con las cuestiones subyacentes a la sostenibilidad social. Las tiendas sociales, a través de dinámicas como donaciones, reúso o reutilización, entre otras, reflejan repercusiones para los beneficiarios, es decir, respuesta a necesidades básicas, promoción de la igualdad, inclusión, autoestima y bienestar social. El trabajo social en tiendas sociales, si bien denota una intervención asistencial, fortalece -a través del conocimiento cercano que tiene de la situación/problema, y a través de actos y estrategias relacionados con la atención y elaboración de diagnóstico social, seguimiento y derivación a otras entidades (en una lógica de trabajo en red) y formación de los beneficiarios- la reducción de las necesidades básicas, la igualdad social y los derechos humanos, impulsando así la sostenibilidad de las personas y las comunidades en las que se insertan.

Palabra clave: Economía Social, Tiendas Sociales, Sostenibilidad Social, Economía Circular, Trabajo Social

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: O processo da Economia Circular, elaborado com base em Stahel (2016).....	27
Figura 2: Dinâmicas de economia circular, indutoras de sustentabilidade social e o papel do serviço social - Esquema analítico.....	65

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Categorização referente à análise de conteúdo das entrevistas	75
Tabela 2: Codificação das organizações e participantes no estudo	76
Tabela 3: Caracterização das Idades dos beneficiários	83
Tabela 4: Caracterização das organizações da economia social.....	160
Tabela 5: Caracterização das lojas sociais das organizações economia social.....	162
Tabela 6: Caracterização dos(as) assistentes sociais.....	164
Tabela 7: Caracterização dos(as) interlocutores(as) organizacionais com proximidade à atividade ou a desempenhar funções na loja social	164
Tabela 8: Caracterização dos(as) beneficiários(as) das lojas sociais.....	165
Tabela 9: Análise de conteúdo das entrevistas	166

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tipologia de bens/produtos disponíveis nas lojas sociais em estudo	81
Gráfico 2: Faixas etárias dos beneficiários.....	83
Gráfico 3: Estado civil dos beneficiários	84
Gráfico 4: Nacionalidade dos beneficiários	84
Gráfico 5: Habilitações académicas dos beneficiários.....	85
Gráfico 6: Agregado familiar dos beneficiários	85
Gráfico 7: Situação habitacional dos beneficiários.....	86
Gráfico 8: Condição perante o trabalho dos beneficiários	86
Gráfico 9: Apoios recebidos dos beneficiários.....	87
Gráfico 10: Encargos dos beneficiários	87

ÍNDICE DE APÊNDICES

APÊNDICES	150
Apêndice 1: Guião de recolha de dados documentais – Indicadores relativos à organização da economia social.....	150
Apêndice 2: Guião de entrevista aos(às) assistentes sociais.....	151
Apêndice 3: Guião de entrevista aos(às) interlocutores(as) organizacionais a desempenhar funções na loja social	154
Apêndice 4: Guião de entrevista aos(às) beneficiários(as) da loja social	156
Apêndice 5: Modelo de consentimento informado, livre e esclarecido para participação em investigação	158
Apêndice 6: Modelo de consentimento para recolha de dados documentais	159
Apêndice 7: Caracterização das organizações da economia social.....	160
Apêndice 8: Caracterização das lojas sociais das organizações da economia social	162
Apêndice 9: Caracterização dos participantes entrevistados	164
1. Caracterização dos(as) assistentes sociais.....	164
2. Caracterização dos(as) interlocutores(as) organizacionais com proximidade à atividade ou a desempenhar funções na loja social	164
3. Caracterização dos(as) beneficiários(as) das lojas sociais	165
Apêndice 10: Análise de conteúdo das entrevistas	166

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PARTE I	4
CAPÍTULO I. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: (DES)ENCONTROS	5
1. Desenvolvimento sustentável: Perspetiva evolutiva	5
2. A conceção tripartida do desenvolvimento sustentável: As esferas ambiental, económica e social.....	13
3. A sustentabilidade social no quadro do desenvolvimento sustentável.....	16
CAPÍTULO II. A ECONOMIA CIRCULAR COMO A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NO SÉCULO XXI	21
1. Economia circular: Sinopse evolutiva.....	21
2. Os pilares da economia circular	26
3. Economia circular e sustentabilidade social	29
CAPÍTULO III. ECONOMIA CIRCULAR E ECONOMIA SOCIAL: ARTICULAÇÕES E EXPRESSÕES	35
1. Economia social: Âmbito, princípios e expressão para o caso português.....	35
2. A economia social circular	41
3. As lojas sociais como expressão da economia social “envolta” pela circularidade..	43
3.1. Lojas sociais: Elementos de enquadramento	43
3.2. “Dinâmicas de Circularidade” das lojas sociais.....	47
CAPÍTULO IV. INTERVENÇÃO SOCIAL E ECONOMIA SOCIAL: COMPROMISSOS COM A SUSTENTABILIDADE	51
1. O serviço social na economia social: Princípios e fundamentos	51
2. O serviço social: Articulações com a sustentabilidade	57
Parte II.....	66
CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO EMPÍRICO.....	67
1. Delimitação do problema de pesquisa e questões associadas.....	67
2. Finalidades e objetivos	68
3. Procedimentos metodológicos	70
3.1. Tipo de pesquisa.....	70
3.2. Universo da pesquisa e constituição da amostra.....	71
3.3. Técnicas de pesquisa	72
3.4. Instrumentos de pesquisa.....	73
3.5. Procedimentos de tratamento e análise dos dados	74
CAPÍTULO II. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	78

1. Caracterização da amostra	78
1.1 Caracterização das organizações da economia social	78
1.2 Caracterização das lojas sociais	79
1.3 Caracterização dos participantes	82
1.3.1 Elementos de caracterização dos(as) assistentes sociais	82
1.3.2 Elementos de caracterização dos(as) interlocutores(as) a desempenhar funções na loja social	82
1.3.3 Elementos de caracterização dos(as) beneficiários(as) da loja social	83
2. A resposta das organizações da economia social enquadrada nos princípios da economia circular à questão da sustentabilidade social, por via das lojas sociais	87
2.1 A Perceção da economia circular: Entendimentos a partir dos assistentes sociais e interlocutores associados às lojas sociais	88
2.2 A Promoção da sustentabilidade social decorrente das lojas sociais	91
3. O Serviço Social no quadro da intervenção acoplada às lojas sociais e face aos desafios da sustentabilidade social	105
3.1 A Intervenção do Serviço Social nas lojas sociais: Contornos de atuação	105
 CAPÍTULO III. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	110
 CONCLUSÃO.....	130
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPSS – Instituição particular de solidariedade social

OES – Organização da economia social

RSI – Rendimento social de inserção

INTRODUÇÃO

É nos anos 60 e 70 que a discussão sobre os problemas ambientais e a necessidade de discutir um desenvolvimento económico voltado para o bem ambiental e social ganha relevo, começando a ser debatida a importância do desenvolvimento sustentável. Em 1987, com o Relatório de Brundtland, equaciona-se a importância de pensar nas necessidades das gerações futuras, tanto a nível ambiental, como económico e social (Foladori, 2002).

Não obstante, a grande preocupação para com estas temáticas intensifica-se no início do século XXI e nos últimos anos, o desenvolvimento sustentável tornou-se um tema com alargada importância, sendo estudado e debatido tanto a nível político, como social, económico, ambiental, no meio académico e com interesse acrescido por parte dos meios de comunicação (Lourenço & Carvalho, 2013). A inquietação sobre a sustentabilidade do planeta Terra, ganha primeiramente significado por parte da ecologia e do ambiente, pela capacidade (ou falta dela) de os ecossistemas recuperarem do uso de recursos naturais, mas também, num segundo plano, pela via económica, sobre a falta de consistência para continuar a produção e o consumo ao ritmo atual. Surge assim, a consciência pelos limites dos recursos naturais e pelos problemas do seu uso na procura de dar resposta às necessidades humanas (Harrington, 2016; Nascimento, 2012). No entanto, o enfoque nesta visão deixou aquém a dimensão social, vindo a ser marginalizada desde então (Lourenço & Carvalho, 2013).

Quando a sustentabilidade social começou a ser discutida tinha no seu eixo principal a diminuição da pobreza e por sua via, o aumento do emprego. No entanto, o conceito e a discussão sobre esta dimensão ganharam novos relevos e passaram a abranger questões ligadas às condições e qualidade de vida da população, assim como o seu bem-estar, agregada a valores como o da igualdade e da justiça, ou seja, em prol da pessoa e dos seus direitos (Jorge, 2015; Klarin, 2018).

A par com estas preocupações, em torno de um desenvolvimento sustentável, surge a economia circular como um novo modelo económico, essencialmente empresarial que alteraria o modelo de produção e consumo, para um modelo a favor do ambiente e da utilização de recursos naturais de forma sustentável, fundamentalmente através da reutilização, da reciclagem e do reparo (Cardoso, 2018; Leitão, 2015), ou seja, com cunho na ideia de que tudo o que nasce volta a renascer, vivendo assim um ciclo (Stahel, 2016). No entanto, também, o “social” fica pouco explorado e agregado essencialmente ao fomento de

emprego (Koumparou, 2017), o que por um lado permite a operacionalização de novos conceitos e de novos processos interligados à economia circular.

A economia social surge assim, aqui, como revestindo potencialidades para comportar essas novas dinâmicas. Caracterizada como um espaço socioeconómico que abrange um conjunto de organizações e práticas (Namorado, 2017) não pertencentes ao Estado, nem tendo como objetivo o lucro, mas sim responder às necessidades de um indivíduo, comunidade ou sociedade, que segue assim, o princípio da solidariedade numa lógica de proximidade com o outro (EESC, 2017), promovendo o social, no quadro do desenvolvimento sustentável e potencia a apreensão das lógicas da economia circular.

Esta promoção será no presente estudo discutida como fazendo parte das dinâmicas das lojas sociais das organizações da economia social (OES). As lojas sociais proporcionam bens/produtos a indivíduos/famílias com vulnerabilidades e desigualdades sociais, que se encontram em situação de exclusão social a diferentes níveis, existindo aqui uma intenção de aumentar o bem-estar social, a justiça social e a igualdade de oportunidades numa lógica de solidariedade, com base na doação e na partilha de bens/produtos que são reusados, reutilizados e reparados (e.g., Good360, 2019; Santos, 2015).

A intervenção social associada às lojas sociais tem nos seus interlocutores, profissionais do serviço social, numa orientação explícita para com o desenvolvimento social, a mudança social e a promoção individual e comunitária, constituindo estes compromissos, elementos centrais da profissão (IFSW, 2014). Efetivamente, o serviço social preocupa-se com a promoção da qualidade de vida e do bem-estar social, procurando salvaguardar os direitos humanos e sociais, e contribuir para o enfrentamento da pobreza e das vulnerabilidades sociais (APSS, 2019). Neste sentido, o serviço social focaliza no seu exercício a promoção da sustentabilidade quer do ambiente, quer das comunidades, em prol do respeito pelos direitos humanos e pela dignificação das condições de vida da população mais marginalizada, mostrando-se convergentes os valores da sustentabilidade (e.g., social) e do serviço social (Jayasooria, 2016; Mckinnon, 2008). No contexto das lojas sociais e tendo por base os compromissos assinalados, os assistentes sociais colocam em prática diversas metodologias, técnicas e estratégias junto dos destinatários ou públicos abrangidos pelas mesmas.

Assente neste enquadramento, a presente investigação foi desencadeada pela seguinte questão de partida: “De que forma as organizações da economia social potenciam

a sustentabilidade social das comunidades (públicos em necessidade) assente nos princípios da economia circular, através das lojas sociais, e qual o papel do Serviço Social a este nível?”

Os objetivos gerais inerentes ao estudo procuraram: compreender a resposta das organizações da economia social enquadrada nos princípios da economia circular à questão da sustentabilidade social, resultante da sua intervenção por via das lojas sociais; compreender o papel do serviço social no quadro de uma intervenção comprometida com a resposta das lojas sociais a situações de vulnerabilidade dos seus públicos (i.e., pobreza, exclusão social) convergente com os pressupostos da economia circular. A investigação encetada adotou uma abordagem qualitativa, de natureza interpretativa, tendo incidido no estudo de caso de duas organizações da economia social promotoras de lojas sociais. O estudo abrangeu, em termos de amostra, nove sujeitos (dois assistentes sociais, dois interlocutores com proximidade ao projeto da loja social e seis beneficiários/clientes das lojas sociais). Para a recolha de dados foram escolhidas como técnicas de pesquisa, a entrevista semiestruturada e a pesquisa documental, agregadas a uma pesquisa bibliográfica e teórica, previamente realizada. Assim, foram delineados três guiões de entrevista semiestruturada, tendo posteriormente as respostas obtidas sido submetidas a uma análise de conteúdo.

A nível da estruturação o presente trabalho foi dividido em duas grandes partes, a primeira referente ao enquadramento temático, onde através de pesquisa e de revisão da literatura, se pretendeu suportar, sob o ponto de vista da teoria/investigação, os temas do desenvolvimento sustentável (i.e., conceção; definição), com realce para a sustentabilidade social, e para a economia circular, dando conta da sua evolução, pilares e a sua ligação com a sustentabilidade social. Nesta parte do estudo é também enfatizada a interligação da economia circular com a economia social, abordando-se o âmbito, os princípios e a expressão da economia social, assim como as respostas sociais, a nível das lojas sociais, oriundas da economia social. A finalizar, o enquadramento teórico analisa a intervenção social, focalizando o serviço social no contexto da economia social e na sua articulação com a sustentabilidade.

A segunda parte é alusiva ao enquadramento empírico e procede á delimitação do problema de investigação, dos objetivos, da amostra de pesquisa, informando acerca da metodologia adotada, técnicas e instrumentos de recolha de dados. Integra-se também nesta parte, a apresentação e a análise dos resultados obtidos, assim como a discussão dos mesmos, com base em componentes teóricas definidas na primeira parte do estudo. Por fim, apresentam-se as conclusões do estudo e sugerem-se pistas para investigação futura.

PARTE I

CAPÍTULO I. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: (DES)ENCONTROS

O equacionamento das dinâmicas de mudança e transformação das sociedades, focando a minimização das necessidades mais prementes da população, através de um esforço coletivo para conduzir o bem-estar para a mesma, assim como para aquelas que lhe vierem a suceder, tem vindo a ser analisado à luz do conceito abrangente de desenvolvimento sustentável, o qual não obstante ser um conceito recentemente afirmado convoca no presente uma reflexão alargada. Fruto de uma evolução e do progresso, abarcando dimensões numa lógica de interdependência, a discussão atual tende a elevar não apenas a necessidade de incrementar o diálogo e interação entre essas várias dimensões, mas, também, a que se reporta à melhor compreensão da esfera da sustentabilidade social, entendida como dimensão que tem vindo a ser menos privilegiada analiticamente, não obstante se mostrar decisiva para o bem estar das comunidades.

Face a este enquadramento, este capítulo, focaliza o conceito chave de desenvolvimento sustentável, o qual apresenta dois elementos fundamentais, o desenvolvimento e a sustentabilidade, pelo que se procederá a uma análise de ambos e a uma sistematização da sua evolução histórica. Explanado o conceito, apresenta-se a dimensão tripartida do mesmo, referindo-se a esfera ambiental, social e económica, assim como a interligação que lhes está implícita. Por fim, e atendendo ao objeto deste estudo, o qual se centraliza na vertente da sustentabilidade social, será clarificada a sua abrangência e a sua importância no âmbito do desenvolvimento sustentável, sobretudo, comprometida com o bem-estar social.

1. Desenvolvimento sustentável: Perspetiva evolutiva

No passado, e recuando ao tempo da Grécia Antiga, as sociedades seguiam-se pelas estações do ano e o consumo era limitado ao que a natureza produzia, dentro do seu tempo e do seu território. Vivia-se, como recorda Koumparou (2017), numa sociedade de subsistência, onde a produção tinha menos resíduos e eram essencialmente biodegradáveis, sendo que a cadeia de produção e consumo era um circuito curto, sem muito desenvolvimento.

O conceito e o surgimento de uma realidade marcada pelo “desenvolvimento”, faz referência a um processo que se iniciou com a evolução das infraestruturas, da política e da economia, mas que não permaneceu estável ao longo do tempo. O início da industrialização (processo que iniciou a transformação das sociedades até hoje), começou no século XVIII, tendo no século XIX sido expandido a diversos países, intitulado-se de Primeira Revolução Industrial (Bonciu, 2014).

Amaro (2017), sublinha que o conceito de desenvolvimento (cientificamente assumido) emerge como conceito de referência, acoplado a um objetivo a atingir e a um caminho a ser prosseguido sobretudo após o período da segunda guerra mundial, traduzindo este um segundo momento de desenvolvimento industrial, focado na recuperação essencialmente do território Europeu, à qual, se associam grandes necessidades de consumo, as quais desde então se tornam cada vez maiores, abrandando apenas em períodos de crise (Amaro et al., 1992; Bonciu, 2014)¹.

Neste sentido, o significado do desenvolvimento mostra-se muito articulado com a ótica do desenvolvimento económico, entendido em estrita conexão com o crescimento económico² de um país e para o qual contribuem fatores³, como o consumo de bens, a mão de obra, a educação e a evolução tecnológica (Tangi, 2005; Klarin, 2018). Assim, Amaro (2003; 2017) esclarece que uma das vertentes que predominam associadas ao conceito de desenvolvimento, reside no seu cariz economicista, produtivista, na sua vinculação com o crescimento económico e respetivos indicadores (e.g., rendimento per capita, produto interno bruto, produto nacional bruto), e também, variáveis económicas. Apresentando-se estes, como os elementos capazes de assegurar as dinâmicas conducentes à mudança, bem-

¹ A este respeito a literatura sinaliza todo um conjunto de fatores (e.g., revoluções “agregadas” à revolução industrial e à revolução francesa) que marcaram a evolução do conceito de desenvolvimento, considerando que o mesmo existe como ideia e como prática desde as sociedades que emergiram da revolução industrial (Vd. Amaro et al., 1992; 2003). Por seu lado o próprio contexto do pós 2ª guerra também configura o desenvolvimento do conceito, desde logo, a reconstrução europeia com o Plano Marshall, as independências das ex-colónias europeias, a mais expressiva divisão dos dois blocos (capitalismo/bloco americano e socialismo/bloco soviético) e a intervenção estatal de natureza keynesiana (Vd. Amaro, 2003, 2017; Willis, 2011).

² Adam Smith foi um dos expoentes da teoria clássica do crescimento económico (séc XVIII-XIX), que considerava o comércio e o mercado a maior fonte de desenvolvimento, tendo introduzido o conceito de “mão invisível do mercado”. Mais tarde, no século XX, na década 30, surgem teorias desafiadoras a esta, através de John Keynes, que atribuíram um papel importante ao Estado e à sociedade (Vd. Willis, 2011).

³ Fatores sustentados pela teoria do crescimento endógeno, que consistem em: capital medido em bens de consumo; mão de obra; educação e desenvolvimento individual e tecnologia. Neste entendimento, para um país se desenvolver e crescer economicamente tem de garantir investimento nestes quatro fatores considerados básicos (Vd. Klarin, 2018).

estar e felicidade das pessoas, já que “se supõe que com maior riqueza surgem outros benefícios como melhoria da saúde, educação e qualidade de vida” (Willis, 2011, p.24).

Como a literatura realça (e.g., Klarin, 2018), estas são noções que sucedem à teorização clássica do desenvolvimento, que o concebe como sinónimo do crescimento económico, representando este uma etapa, que na evolução societal significa a passagem das sociedades tradicionais para estádios mais maduros e que se pautam por um elevado consumo. Assim se compreende, e, à luz da teoria dos estágios lineares, tomando por base a assunção de Rostow⁴, o desenvolvimento concebido como um estado favorável ao consumo, em quantidade (visto como o principal mecanismo de atividade económica, incidindo na produção, compra e venda de produtos, bens e serviços), decorrente de uma economia “menos agrícola e mais urbana”⁵, configurada em padrões estandardizados, a nível económico, político e social, ou seja, guiando comportamentos (de forma semelhante) e parametrizando as metas a atingir. Ao longo dos anos, os processos mecânicos, e por sua vez, tecnológicos, foram-se desenvolvendo até ao que hoje conhecemos, resultando numa sociedade globalizada⁶ (Bonciu, 2014; Eniscuola, 2013, cit. por Koumparou, 2017; Silva & Oliveira, 2018; Willis, 2011).

Como vários autores sugerem (Tangi, 2005; Willis, 2011; Klarin, 2018), nos últimos 60 anos, o desenvolvimento descreve-se como uma norma em que a produção pretende melhorar a qualidade de vida da população e aumentar a capacidade e crescimento económico de cada país, tendo como objetivo permitir aos indivíduos alcançar uma vida longa sem preocupações. De outra forma, mas no mesmo seguimento, como referem Middleton e O’Keef (2001), o desenvolvimento pode significar aumentar as condições de vida da população em geral, principalmente dos grupos mais vulneráveis, elevando os padrões de vida da sociedade, através de recursos que possam alcançar no mercado.

No entanto, e como este modelo de desenvolvimento também está associado à globalização e à industrialização, existem armadilhas para estes grupos em termos de consumismo. Com efeito, e recuperando Amaro (2003; 2017) e Amaro et al. (1992), se os trinta gloriosos anos conduziram a progresso e a crescimento, não conseguiram, contudo,

⁴ Walt Rostow (1960, cit. Por Willis, 2011) publicou “*Os Estágios do Crescimento Económico: Um Manifesto Não-Comunista*”, que abriu o caminho para estágios de desenvolvimento baseado no consumo em massa, em contexto capitalista.

⁵ Conceção que decorre da transformação da agricultura tradicional em indústria moderna e da criação de diversos serviços e produtos, que tomam uma sociedade madura (Vd. Klarin, 2018).

⁶ A noção de sociedade globalizada configura-se no intercâmbio a nível mundial com menos barreiras para trocas de bens, dinheiro, produtos, serviços, onde as atividades são em escala global (Vd. Willis, 2011).

resolver todos os problemas de desenvolvimento e bem-estar das populações. Autores vários (e.g., Iamamoto, 2004; Tumolo, 2001, cit. por Nascimento, 2007), argumentam mesmo que o “desenvolvimento” descrito até então teve consequências, desde logo, pela procura intensa de recursos provenientes do nosso ecossistema, mas afirmou ainda, a exclusão social e as desigualdades sociais, agravou certas questões sociais e produziu outras de renovada índole, principalmente pela falta de crescimento económico para todas as esferas da sociedade e para toda a população de igual forma. Consequentemente, o início dos anos 70, traduz um marco de mudança na abordagem do desenvolvimento (Amaro, 2003), em muito motivada por questões relacionadas com críticas aos pressupostos subjacentes ao desenvolvimento e aos resultados decorrentes da teoria do crescimento endógeno ou modelo do desenvolvimento economicista (e.g., Klarin, 2018). No seu conjunto, estas evoluções, permitiram caminhar em direção a novas conceções do desenvolvimento dando origem a diferentes abordagens⁷, como a de desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, entre outras.

Importa realçar, que o desenvolvimento, é visto por diversos autores de diferentes formas, desde um processo de mudanças com metas a atingir através de recursos, um conjunto de mudanças positivas (Thomas, 2004, cit. por Klarin, 2018), ou planos, políticas, programas e atividades desenvolvidas por diversos tipos de entidades. Traduzindo, no entanto, o índice de desenvolvimento humano aquele que avalia categorias socioculturais, económicas, ecológicas e políticas, sendo o indicador mais usado para medir o desenvolvimento (Lélé, 1991; Sharpley, 2009, cit. por Klarin, 2018). Idênticos entendimentos possuem Pearce et al. (1990, cit. por Middleton & O’Keef, 2001), ao prescrever que o desenvolvimento é uma mudança desejável, com diversificadas metas a atingir como: aumento do PIB, melhor saúde, melhor educação e alimentação para a comunidade, maior acesso a recursos, maior equidade de rendimento e melhores liberdades básicas.

No que concerne à sustentabilidade, a noção remete para “uma capacidade de manter alguma entidade, resultado ou processo ao longo do tempo” (Jenkins, 2009, p. 380, cit. por Klarin, 2018, p.69) desde que se consiga realizar atividades sem esgotar recursos de que se

⁷ Diferentes formulações (que não se integram dentro do objeto do nosso estudo) surgiram na sequência das várias crises ou défices identificados pelo modelo de desenvolvimento económico (Vd. Amaro, 2003; Amaro, 2017; Klarin, 2018; Wills, 2005) Abordagens mais recentes referem-se ao desenvolvimento como garantia de direitos sociais (e.g. igualdade de género) (Vd. Wills, 2005).

seja dependente. De igual modo, Harrington (2016), afirma que o sentido primeiro do termo se associa à capacidade de manter ou melhorar uma determinada situação e à disponibilidade de possuir recursos ou condições para tal, sendo que esta noção tem sempre implícita uma ótica prospetiva (de longo prazo). Podendo este, ser considerado um conceito amplo, Robert Chambers (1997, cit. por Middleton & O’Keef, 2001), realça que a sustentabilidade traduz a perspetiva aplicada a todas as políticas, de forma a existir um ambiente de subsistência sustentável, tendo como fórmula principal um equilíbrio entre o Estado e o Mercado. A este respeito, Kuhlman e Farrington (2010), sublinham mesmo que a sustentabilidade se afirma como pressuposto de base, uma relação natural para economistas já que a escassez de recursos é uma preocupação central para a ciência económica. Também Klarin (2018) enfatiza ser este um tema que abarca todas as atividades humanas e as que se associam a negócios, alertando para a importância de considerar, no seu entendimento, o respeito pelo ambiente e pelos sistemas naturais, ou seja o aspeto ecológico já que o mesmo é essencial à vida humana, carecendo, pois, as ações humanas de preservar os recursos naturais, cujos efeitos se estendem ao ser humano e ao planeta (Harrington, 2016).

Falar de desenvolvimento sustentável pressupõe, portanto, um entendimento de conjunto remetendo para o equilíbrio entre a natureza e os diversos sistemas, ou ainda para todo o conjunto de medidas que pretendem proteger a diversidade e os ecossistemas, de forma a prolongar a qualidade de vida das pessoas (Klarin, 2018; Arowoshegbe & Emmanuel, 2016).

Contudo, não se pode esquecer que a abordagem inicial ao conceito de desenvolvimento sustentável (explorada adiante), incorpora e focaliza de forma muito explícita a vertente ambiental ou ecológica, tendo sido muito influenciada por uma sequência de mutações reveladoras e também da preocupação pela questão ambiental⁸. Tal como informa Machado (2005), um importante alerta dado sobre as questões relativas à sustentabilidade ocorreu na década de 1950, com a poluição nuclear desencadeada pela radioatividade, tendo a sua disseminação para fora da zona de testes, demonstrado que estes perigos se propagam e alastram a todos.

Também Mckenzie-Mohr, em 1959, através do seu livro “Fostering Sustainable Behavior: An Introduction to Community-Based Social Marketing”, veio referir, que, para tornar o futuro sustentável eram necessárias mudanças comportamentais em todos os setores

⁸ Em si o conceito de sustentabilidade surgiu no contexto da preocupação pelos recursos renováveis, como florestas ou pescas, tendo constituído a base para o desenvolvimento do movimento ambiental (Vd. Lélé, 1991).

que influenciam o ser humano, desde a alimentação, aos transportes, à produção, aos resíduos e à energia. Paralelamente, advoga, que apesar de se saber quais as mudanças necessárias, não se deu a atenção devida ao assunto e o desenvolvimento sustentável não foi promovido da maneira mais eficaz, pelo que mudar o comportamento de cada indivíduo e principalmente criar mecanismos dentro da comunidade, que auxiliem nesse sentido a partir de políticas, planos e programas governamentais, se tornava essencial (McKenzie-Mohr, 2000; Mckenzie-Mohr et al., 1995).

Outro ponto de alerta foi dado em 1962, decorrente do uso de pesticidas e inseticidas, denunciado por Rachel Carson, bióloga, cientista e ecologista americana, num dos seus livros, “Silent Spring”. Em 1968, a Suécia fustigada pelas chuvas ácidas desencadeou iniciativas para um acordo internacional sobre esta temática, que viria a resultar mais tarde na Conferencia de Estocolmo (Nascimento, 2012).

Ainda em 1968, vários cientistas e economistas reuniram-se em Roma para discutir os problemas correntes da altura, e o futuro, tendo nesta sequência surgido o relatório, “The Limits to Growth”, em 1972, que refere a impossibilidade de continuar a existir uma produção duradora de recursos finitos, apelando a uma mudança de comportamentos. A Conferência de Estocolmo⁹, ocorrida em 1972 na Suécia, foi o primeiro acontecimento a abordar o desenvolvimento sustentável, querendo alertar a população para os problemas ambientais (ONU, 1972). No entanto, deixou os resultados muito longe do pretendido, visto que a abordagem aos problemas ambientais focou-se essencialmente na poluição, tendo pouco mais adiantado relativamente a outras questões mais práticas¹⁰, e pouco explicado como as mesmas seriam realizadas, constatação esta que terá levado, mais tarde, em 1983, à formação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento dirigida pela então ex-primeira ministra sueca, Gro Harlen Brundtland. Idêntica preocupação, relativa ao desenvolvimento sustentável e às questões ambientais, é também transmitida pela publicação, em 1973, da UNESCO, intitulada, “Only One Earth”, onde se considerou o

⁹ Tinha como objetivo preservar e melhorar o ambiente, atribuindo ao ser humano a responsabilidade para tal, dado que foram as suas ações em prol do desenvolvimento da indústria, da ciência e da tecnologia que causaram danos, nomeadamente poluíram a água, o ar e a terra. Assim, é referida a importância de iniciar medidas de forma a preservar o ambiente e por sua vez, a população; a preservação dos recursos naturais e renováveis; a planificação de um desenvolvimento económico pensado na conservação da natureza; não esgotar recursos não renováveis; não poluir através de descargas, lutando contra a poluição. Estes e outros mais pressupostos são explanados nos 26 princípios que resultaram da conferência (Vd. ONU, 1972).

¹⁰Nos anos 70 e 80 surgem grandes preocupações com a contaminação dos oceanos, com a camada de ozono, com a utilização excessiva das florestas, com a água potável, surgindo suspeitas sobre mudanças climáticas mundiais graves (Vd. Bermejo et al., 2010).

problema ambiental como um resultado do excesso de desenvolvimento, decorrente da tecnologia e do consumo em excesso¹¹ (Klarin, 2018; Nascimento, 2012).

Rifkin (1980, cit. por Bonciu, 2014), em 1980, no seu livro, “Entropia – Uma Nova Visão do Mundo”, referia que o que é evolução hoje pode ser declínio no futuro, salientando, a par, que com a introdução das tecnologias na vida diária instalou-se a percepção de que o futuro será sempre melhor e mais evoluído face ao passado, “pressuposto” este, que como se sabe, apenas poderá vingar, caso ocorram mudanças profundas no funcionamento da sociedade, dado que os recursos que o planeta tem não são suficientes para continuar o modo de vida que se tem vindo a manter.

Terá sido, contudo, com o relatório “Our Common Future”, mais conhecido por “Relatório de Brundtland”, lançado em 1987, que a agenda global para o desenvolvimento sustentável adquire maior notoriedade e que esta noção se torna mais difundida, suportando uma conceção de desenvolvimento que visa a salvaguarda das necessidades das gerações atuais, sem colocar em causa as gerações futuras e as suas necessidades, resultando daqui a essência do desenvolvimento sustentável. Como objetivo central do desenvolvimento sustentável, sublinha-se a satisfação das necessidades essenciais das pessoas, como alimentação, vestuário, habitação, procurando-se incrementar a qualidade de vida, e ir ao encontro das aspirações de todos, relacionadas com o alcance de uma vida melhor (WCED, 1987). De acordo com o relatório da Comissão, atender às necessidades essenciais mostra-se dependente do alcance de um potencial de crescimento, sendo que, tal por si só, não é suficiente. Assim, importa que o desenvolvimento sustentável permita às sociedades atender às necessidades humanas, aumentando o potencial produtivo, mas também garantindo oportunidades equitativas para todos, diminuindo as desigualdades, em harmonia com o potencial do ecossistema (Vd. WCED, 1987 pontos I.6,7). Apela-se assim na esteira do Relatório de Brundtland a uma mudança, assumindo-se que as abordagens antigas não se mostram suficientes para garantir um desenvolvimento sustentável, sendo necessárias adicionais estratégias¹² (WCED, 1987). Klarin (2018), recorda mesmo, que a garantia das necessidades humanas deve decorrer do respeito pelos constrangimentos ambientais, sendo estes os princípios que subjazem ao conceito de desenvolvimento sustentável.

¹¹ No mesmo ano, com a crise do petróleo, tomaram-se medidas para reduzir a emissão de gases e o efeito de estufa.

¹² Várias teorias com base na definição de Brundtland se seguiram, sendo a mais comum a do triângulo do desenvolvimento sustentável, que o divide em económico, social e ambiental – desenvolvida no ponto seguinte deste estudo.

No seguimento destas novas noções, e passados 20 anos sobre a Conferência de Estocolmo, teve lugar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Brasil, em 1992¹³, de que resultou a Agenda 21. Esta, assume-se como um programa integrando objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável e diretrizes para a implementação do mesmo, enfatizando a eliminação da pobreza e a preservação dos recursos humanos. A par, foi criada a Convenção para a Biodiversidade e Mudanças Climáticas, impulsionadora do Protocolo de Quioto, finalizado em 1997 no Japão. Terá sido, a partir daqui, que o desenvolvimento sustentável passou a fazer convergir, amplamente, as atenções mundiais canalizando-as para as novas formas de produzir, utilizar e não descartar, reiterando a importância, de pensar no futuro - agregando os aspetos económicos, os sociais e os ambientais - e de investir na inovação de serviços, produtos e processos (Klarin, 2018; Leitão, 2015; Nascimento, 2012).

Aliás, esta “nova forma de viver” está prevista na Agenda 2030 da União Europeia, aprovada em 2015 em Nova Iorque, a qual ambiciona promover o desenvolvimento sustentável como forma de erradicar a pobreza. Concebida a pensar nas pessoas, no planeta e no desenvolvimento, a Agenda 2030 traduz, pois, o guia com vista ao alcance da paz e da liberdade, assumindo, contudo, e como maior desafio, o fim de todas as formas de pobreza (ONU, 2015). Com este intuito assume uma pluralidade de objetivos e metas, entre os quais e para o que aqui importa, se distinguem os que se reportam à erradicação da pobreza, da fome e da garantia pelo respeito da dignidade e igualdade dos indivíduos; relativamente à proteção do planeta sobre o consumo e produção insustentável, pretende-se que todos os indivíduos tenham vidas gratificantes quer económicas, quer sociais; um acesso a higiene e saneamento, comida e água segura; um planeta com trabalho para todos, com democracia e boa governança, que permita o crescimento económico em harmonia com a natureza. É ainda referido, que todos os cidadãos deverão usufruir de uma vida económica e social próspera e em harmonia (ONU, 2015).

Se, como se concebe no início, o desenvolvimento pressupõe crescimento económico, e a sustentabilidade demonstra que este tem de ser pensado em favor de todas as esferas da sociedade e dos ecossistemas, principalmente, não descurando o ambiente, é também perceptível que o desenvolvimento, e de acordo com a definição dada no “Our Common Future”, prevê, a par com a garantia das necessidades das gerações futuras, uma

¹³ Habitualmente chamada de “Rio-92”.

redobrada atenção para com as necessidades básicas dos grupos mais excluídos. Equacionando, para tal, questões como a pobreza, a dignidade e a igualdade, ou seja, problemas de índole social, pelo que a sustentabilidade carece de analisar estas questões com igual prioridade.

2. A conceção tripartida do desenvolvimento sustentável: As esferas ambiental, económica e social

Foladori (2002), sublinha que a tridimensionalidade da sustentabilidade é uma ideia de força do conceito de desenvolvimento sustentável, reenviando para a preservação da natureza, ou seja, para a sustentabilidade ambiental assim como, para a sustentabilidade social e também para a sustentabilidade económica. Múltiplas têm sido as interpretações e desenvolvimentos que a conceção tem vindo a suscitar, na sequência da noção que se afirmou com o Relatório Brundtland, assim como os aspetos de crítica da mesma, recaindo esta, em grande parte, das análises focadas no entendimento de que as instituições e práticas privilegiam maioritariamente a vertente ambiental/ecológica da sustentabilidade (e.g., Bermejo et al., 2010; Lélé, 1991).

A este nível, Mendes (2009, p.51) salienta que o conceito de desenvolvimento esteve durante muito tempo ancorado ao crescimento económico, sem levar em conta as diversas formas dos sistemas sociais, políticos e económicos, mas que “a sustentabilidade é multidimensional, possui relações de interdependência entre as variadas dimensões, compondo um sistema complexo, no qual o ser humano está inserido”. Aliás e como também se reconhece, o desenvolvimento sustentável está sobretudo focado no bem-estar humano (e.g., Kuhlman & Farrington, 2010). São, pois, cada vez mais recorrentes as abordagens que analisam as componentes sociais e económicas da sustentabilidade, numa ótica de complementaridade com a sustentabilidade ecológica, alertando Arowoshegbe e Emmanuel (2016, p.92), que tal “significa melhorar a qualidade de vida economicamente e socialmente, enquanto se limita os impactos no ambiente à capacidade de suporte da natureza”¹⁴.

¹⁴ A este respeito veja-se Mignaqui (2014), que em relação às críticas acerca do Relatório de Brundtland, realça, que ainda que o relatório não tenha mencionado explicitamente os três pilares tem subjacente uma referência aos mesmos, aludindo à dimensão social, na medida que apelou ao cumprimento das necessidades básicas e na procura por uma vida melhor; à dimensão ambiental quando se pedia limites para dar ao ambiente capacidade de curar as consequências das ações humanas, e por fim à dimensão económica, ao mencionar que o crescimento deve acontecer para aumentar a qualidade de vida, mas dentro dos limites ambientais, fazendo ainda referência que as pessoas em situação de pobreza também devem ter capacidade de adquirir recursos.

Deste modo, Bermejo et al. (2010) indicam que no seio de organizações como a União Europeia, Banco Mundial e OCDE, o desenvolvimento sustentável é apreendido como abordagem integrada tendo por base uma ótica tripartida ou triangular, abarcando os fatores económico, social e ambiental, sendo estes cruciais nesta noção.

Neste sentido, Salim (2007, p.26) reforça a ideia, de que o desenvolvimento sustentável se promove através de uma interação entre as componentes ambiental, social e de crescimento económico, salientando, existir uma “matriz de interdependência”, isto é, de relacionamentos no que concerne a essas vertentes. Paralelamente, suscita a importância de que todos os interesses nesta vocação tripartida possam posicionar-se ao mesmo nível, sendo necessário considerar para o seu alcance o equacionamento de metas de longo, mas também de curto prazo. Por seu lado, salienta-se também, que no quadro da União Europeia e no que concerne à sua revisão da estratégia de desenvolvimento sustentável, se estabelece como princípio de orientação política, o da integração de políticas, afirmando-se aqui ser necessário “promover a integração de considerações económicas, sociais e ambientais, para que sejam coerentes e se reforçam mutuamente, fazendo pleno uso dos instrumentos para melhor regulamentação, tais como uma avaliação de impacto equilibrada e consultas às partes interessadas” (EUC, 2006, p.5).

Neste contexto, importa destacar a conceção do Triple Bottom Line para a consideração da leitura multidimensional da sustentabilidade e para a sua disseminação societal, ao nível de vários agentes ou interlocutores, designadamente organizacionais, a qual foi avançada em 1994, por Elkington (Wilson, 2015). Mostrando-se erguida em três pilares: económico, ambiental e o social, este “modelo” consolidou-se em 1997 através da obra, de John Elkington, “Cannibals with Forks: The triple bottom line of 21st Century Business”, passando a reverter uma orientação, especialmente para empresas¹⁵, mas que inspirou inúmeras entidades, como as Nações Unidas e que perdura em termos de grelha analítica nos dias de hoje (Arowoshegbe & Emmanuel, 2016; Elkington, 1997; Wilson, 2015).

Como resulta das várias perspetivas (e.g., Arowoshegbe & Emmanuel, 2016; Klarin, 2018; Mendes, 2009), a sustentabilidade ambiental, como uma dimensão do

¹⁵ A definição de Elkington pretendeu ir além do desenvolvimento sustentável ambiental, ou da responsabilidade social das empresas, tentando interligar numa abordagem crescimento económico, desenvolvimento social e também a preocupação ambiental. A conceção tripartida assume que o desenvolvimento sustentável é pensado em termos económicos, em impactos sociais e ambientais, e assim, todas as ações de acordo com o desenvolvimento sustentável terão efeitos a longo prazo (Vd. Arowoshegbe & Emmanuel, 2016; Elkington, 1997).

desenvolvimento sustentável, traduz uma aceção que focaliza principalmente os recursos naturais advogando a sua preservação. Inclui-se, neste domínio, por exemplo, a redução da poluição e o aumento da eficiência energética (no sentido de manter a qualidade do ambiente, de reduzir o efeito de estufa e a pegada ecológica), o que passa por valorizar a utilização de recursos renováveis, limitando o uso dos não renováveis, de forma a que não haja uma total lapidação dos mesmos. Relativamente à dimensão económica, esta é descrita (e.g., Arowoshegbe & Emmanuel, 2016; Klarin, 2018) como sendo intencionada sobretudo para a evolução e para o crescimento económico, mas, pretende que paralelamente se mantenha um estilo e padrão de vida sustentável economicamente, ou seja, sem prejudicar a dimensão ambiental e social, ao fazer um uso eficiente dos recursos e alterando os modos de produção e de consumo. No que concerne à dimensão social, é caracterizada (eg., Arowoshegbe & Emmanuel, 2016; Klarin, 2018; Lourenço & Carvalho, 2013), como aquela que invoca as necessidades das gerações futuras, mas com atenção para as presentes, realçando a condição de múltiplas populações que carecem de beneficiar de outros desenvolvimentos, para além do desenvolvimento promovido numa lógica estritamente económica. Remete, de forma ampliada, para as condições de vida e bem-estar social, ou seja, para a “preservação da sociedade e da identidade cultural, respeito à diversidade cultural, raça e religião, preservação de valores sociais, regras e normas, proteção dos direitos humanos e equidade” (Klarin, 2018, pp.84-85).

Decorrente do exposto, a essência do desenvolvimento sustentável reside numa interação indissociável entre os pilares supra referidos, e que devem estar em equilíbrio (Elkington, 1997). Recuperando Klarin (2018), a relação entre o pilar económico e o pilar ambiental gera ecoeficiência, relacionada com a utilização de equipamentos de forma a reduzir degradação ambiental, nomeadamente com a utilização eficiente dos recursos e da energia. A interação ambiental e social, gera justiça ambiental, que via proporcionar equidade de direitos e leis, saúde e segurança. Por fim, a interação entre o pilar social com o económico gera ética, igualdade de indivíduos, emprego, educação, direitos e equidade (Lourenço & Carvalho, 2013).

Apesar destes entendimentos são escassas as pesquisas que demonstrem os efeitos que as três esferas do desenvolvimento sustentável produzem, como tal, é possível observar grandes dificuldades, desafios e dilemas que o tema traz à sociedade atual. Na tentativa de avançar na integralidade, i.e., considerando a plenitude das três dimensões da sustentabilidade, os desafios tornam-se ainda maiores, no entanto, a sustentabilidade

ambiental e a sustentabilidade económica são as mais estudadas, mais pesquisadas, onde “se investe mais”, assim como as mais apelativas à comunidade e às entidades, por sua vez, a sustentabilidade social é a mais descurada das três. Como demonstram Tate e Bals (2018), desde o início da apreensão do modelo, a sustentabilidade social tem tido menos atenção, devido à importância focada nos recursos ambientais que produzem crescimento económico. No entanto, torna-se também mais difícil de ser medida e avaliada, dado que não existe um modelo universal com indicadores para verificar apenas a sustentabilidade social, para além disso, tem diversas aplicações e interpretações, não podendo olvidar-se que uma sociedade sustentável pressupõe vida digna, qualidade de vida, igualdade no acesso e no recurso a bens por parte de toda a população (Lourenço & Carvalho, 2013; Nascimento, 2012; Svensson et al., 2018), pelo que a componente social deve assumir neste âmbito (i.e., da sustentabilidade), um correspondente relevo.

3. A sustentabilidade social no quadro do desenvolvimento sustentável

Desde o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, que a discussão tem vindo a imprimir evoluções, convergindo-se na importância do alcance de um equilíbrio entre as suas três dimensões básicas. Não obstante, a referente à sustentabilidade social foi a dimensão que suscitou desde sempre maior controvérsia¹⁶ por ser a “que tem sido definida com base em conceitos nem sempre claros” (Foladori, 2002, p.112), sendo vista como um conceito difuso¹⁷ e propensa a uma maior flexibilidade. Aliás, e como ressalta Harrington (2016, pp 5-6), a sustentabilidade é em si uma terminologia confusa, já que pode, por exemplo, ser definida de forma diferente no seio de diferentes comunidades e pode ser aplicada em função de motivações diferentes, sendo por isso, o seu significado nem sempre claro. Ademais, as percepções tidas acerca da sustentabilidade são relevantes para a própria análise, avaliação e gestão da sustentabilidade. Paralelamente, a sustentabilidade traduz um conceito normativo, já que está fortemente conectada com o que se considera desejável, sendo que a “desejabilidade” varia de acordo com o quadro de referência, quer das pessoas,

¹⁶ Vários são os autores que sublinham que a análise da dimensão social da sustentabilidade é relevante, pois esta dimensão tem sido a mais descurada, pelo que importa analisar as questões sociais deste tema (Vd. Foladori, 2002; Lourenço e Carvalho, 2013).

¹⁷ Mendes (2009, p.54) considera por exemplo, que a sustentabilidade social “era utilizada para encobrir o interesse sobre a sustentabilidade ecológica (...) como finalidade maior”, enquanto que Mckenzie (2004) refere que a sustentabilidade social se mostra muito dependente das outras duas dimensões.

quer das situações, inscritas em quadros temporais e espaciais específicos. Assim, e como bem realça a autora, as escolhas são importantes e ocorrem sempre, por exemplo, em relação a um determinado local ou região e por referência a condições identificadas existirão opções consentâneas que se fazem.

A este respeito, Mendes (2009) também argumenta que a sustentabilidade social é dinâmica e transforma-se tanto no tempo como no espaço, dado que abrange desde sociedades, a culturas e políticas, de modo que deve-se valorizar as raízes, a informação e os conhecimentos dos indivíduos da sociedade. Do mesmo modo, Harrington (2016) sublinha que a sustentabilidade percorre um caminho, mostra-se dinâmica e resulta de esforços para que possa produzir repercussões da melhor forma, junto dos sistemas (e.g., indivíduos, contextos).

Neste enquadramento e reconhecendo-se que a sustentabilidade social tem “hodierna importância”, existem desde logo conceitos fundamentais que podem ser extraídos aquando da sua abordagem (Jorge, 2015, p.15), assim, como todo um conjunto de entendimentos e orientações a si associadas, e que remetem para os seus ímpetos e repercussões. A este propósito, refira-se que, como Santana et al. (2018) reiteram, a evolução tecnológica e a prossecução do modelo económico capitalista fizeram sobressair mudanças estruturais nos estilos de vida, mas também nas questões sociais, tendo sido agravados os problemas sociais, ambientais e económicos, e em consequência as desigualdades sociais.

Estas, segundo Santos (2015), são na sua maioria uma consequência de circunstâncias de exclusão social e vice-versa, provenientes da falta de meios, de acesso às oportunidades e a opções, pobreza, falta de acesso à justiça, à segurança, á educação e à saúde. Tais realidades, são mais frequentes em zonas rurais pobres, em famílias monoparentais, minorias étnicas, pessoas em situação de sem-abrigo, desempregados ou pessoas com salários de baixo valor e ainda em pessoas que beneficiam de subsídios reduzidos. Os indivíduos, com estas vulnerabilidades, sentem-se excluídos da sociedade e dos meios Estatais, privados ou outros que não se têm vindo a mostrar eficazes para inverter as situações que os mesmos vivem ou experienciam (Hespanha & Portugal, 2015; Probst & Jiang, 2017; Piacentini, 2014; Roca-Puig, 2019). Como efeito, os indivíduos deixam de acreditar em tais mecanismos, enfraquecendo a confiança e diminuindo a coesão da sociedade (Roca-Puig, 2009; Schmitz et al., 2012).

Em articulação com a sustentabilidade social, importa, pois, referir, que a mesma vai ao encontro de todas as formas de discriminação e de exclusão, procurando que todos os

indivíduos tenham acesso aos bens que façam face às suas necessidades básicas (Koumparou, 2017; Mendes, 2009).

Neste contexto, numa ótica de sistematização e em estrita afinidade com este estudo, pode, tendo por base a literatura, assinalar-se diversos ímpetus inerentes à sustentabilidade social. Desde logo, são as questões que se prendem com a justiça social e com a dignidade do ser humano que se elevam quando se pensa nesta perspetiva. Para Jorge (2015, p.15), a sustentabilidade social tem de ser vista “enquanto processo de desenvolvimento do homem numa sociedade em que haja efetiva justiça social para todos (...) busca-se o desenvolvimento (...) mas sobretudo o princípio maior da dignidade da pessoa humana, sendo, portanto, um fator de concretização da humanização”. De igual modo, Koumparou (2017, p.5), considera que a “sustentabilidade social (...) envolve especificamente justiça social, coesão social, redução da pobreza, igualdade, direitos de trabalho, educação, assistência social, responsabilidade social, direito à autodeterminação, mas também redes sociais, segurança, democracia, saúde e desenvolvimento social”. Também Haynes e Murray (2015, cit. por Koumparou, 2017) focam a sustentabilidade social na sua relação com a garantia da igualdade das pessoas/gerações, isto é, contrariando formas de discriminação e como indutora de maior inclusão e coesão social, pelo enfrentamento de todas as formas de exclusão. De facto, está subjacente a esta dimensão da sustentabilidade, o respeito pelo ser humano, porque só desta forma, o próprio pode respeitar a natureza, o que significa, segundo Jorge (2015, pp-15-16), que se está a falar daquele “aspeto da sustentabilidade, que engloba os direitos humanos, direitos do trabalho, a coesão social, o bem-estar, a segurança, a acessibilidade, sensibilidades religiosas e culturais e a equidade, sem assim descurar do respeito pelo meio ambiente (...)”.

Neste seguimento, a sustentabilidade social enquadra um compromisso em torno da equidade, a qual segundo Morrison-Saunders e Hodgson (2009), pressupõe reduzir a desvantagem, principalmente dos mais vulneráveis, favorecendo a igualdade no acesso a bens e a serviços essenciais, surtindo daqui uma maior justiça social. A reforçar esta assunção, McKenzie (2004) acrescenta, que a equidade passa também por garantir que as gerações futuras não são prejudicadas pela atividade das gerações atuais. Paralelamente, e ainda com base em Morrison-Saunders e Hodgson (2009) e McKenzie (2004), pode convocar-se a igualdade nesta articulação, já que importa identificar as diversidades de cada cidadão respeitando as diferenças e garantindo que todos têm os mesmos acessos a vias de satisfação das suas necessidades. Fundamentalmente, pretende-se promover o que é desejado

por esses indivíduos, surtindo daqui uma maior coesão social, uma prestação mais alargada de apoio, através da comunidade, a um ou vários grupos específicos.

Resulta daqui e para esse efeito, que a sustentabilidade social pressupõe um conjunto de ações direcionadas para a promoção da qualidade de vida da população, efetivação dos seus direitos, por via, por exemplo, do acesso a serviços, facilitando às pessoas o exercício da sua cidadania (e.g., Jorge, 2015).

A este propósito, Santana et al. (2018) acrescentam, que sendo a sustentabilidade social essencial para o desenvolvimento e para a emancipação das sociedades, repercute-se na qualidade de vida e no bem-estar dos indivíduos, remetendo este para “as condições que ajudam as pessoas a serem felizes” (Kuhlman & Farrington, 2010, p.3440). Assim, a prática da sustentabilidade social também pretende satisfazer ou realizar as condições básicas necessárias ao ser humano, num acesso pleno de cidadania (Roca-Puig, 2019). Neste sentido, não se pode esquecer, que a questão da sustentabilidade social mostra grande afinidade com a redução da pobreza, constituído esta, nos últimos trinta anos, um dos seus eixos centrais, objetivo este que remete, a par, para as preocupações com a equidade e qualidade de vida (Foladori, 2002). A pobreza, definida por Mendes (2009), como a imperfeita distribuição de capital financeiro, a falta de formação profissional e de oportunidades, resultando em exclusão, nomeadamente no emprego, e cujas consequências se manifestam fortemente na insatisfação das necessidades básicas. Deste modo, a pobreza ergue-se como realidade ou como uma problemática de sustentabilidade social, sobretudo, se considerar e tendo por base a definição da Rede Europeia Anti-Pobreza (2020), que a mesma remete para a carência das condições necessárias para uma vida digna, e da qual resultam consequências múltiplas.

No essencial, as ações norteadas pelos objetivos da sustentabilidade social vocacionadas para a promoção da justiça social e da equidade, redução da pobreza e resposta às necessidades básicas (e que procuram fomentar a inclusão, a coesão, a igualdade social, a melhoria do bem-estar e qualidade de vida), conseguem produzir efeitos nos indivíduos, a nível pessoal e familiar, mas também na sociedade, melhorando “substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população” (Mendes, 2009, p.54), o que se traduz num auxílio ao exercício da sua cidadania plena (Morrison-Saunders & Hodgson, 2009; Pinto, 2014).

Ainda assim, são vários os constrangimentos enunciados no caminho da sustentabilidade social. Neste campo, Middleton e O’keefe (2001) referem na sua obra, “Redefining Sustainable Development”, que um impedimento crucial resulta do facto de os

problemas sociais terem as causas na distribuição dos recursos e nos meios de produção, ou seja, a esfera social encontra-se interligada à esfera económica e ambiental do desenvolvimento sustentável. Deste modo, é importante apresentar resoluções para as questões sociais a pensar nos indivíduos, mas também no coletivo, sendo importante resolver-se problemas sociais e capacitar indivíduos, potenciando-se a sustentabilidade social de forma a que as mudanças possam ocorrer numa dimensão abrangente.

Sendo que não existe um modelo definido para a “implementação” da sustentabilidade social nas sociedades, esta decorre principalmente de as mesmas conseguirem, através das diversas entidades satisfazer diversas condições essenciais à vida humana, e como refere Högberg (2015, cit. por Stender & Walter, 2019) é através de diversos sistemas, entidades privadas, públicas, instituições, relacionamentos, bens, serviços e atividades que os pressupostos da sustentabilidade social são aplicados. No entanto, os atores referidos não serão suficientes se não existir uma alteração nos padrões de estilos de vida, em muito assentes ainda num modelo económico vocacionado predominantemente para uma sociedade de consumo, com diversas consequências económicas, sociais e ambientais. De facto, o desenvolvimento sustentável carece dessa mudança, a qual se mostra decisiva para o incremento do bem-estar social, permitindo encarar a sustentabilidade social como fim autêntico em si mesmo, e não apenas como um meio (vd. Lourenço & Carvalho, 2013).

De ressaltar, que também com este desiderato, a Agenda 2030 (no seguimento da Agenda 2020), em compromisso com o desenvolvimento sustentável, estabeleceu como objetivos, o fim da pobreza, da fome e melhores condições de vida, a serem alcançados à escala global, preconizando a necessidade de desenvolver estratégias, de forma a criar uma maior sustentabilidade social e por sua vez, económica e ambiental, conducentes ao desenvolvimento sustentável. Para este objetivo, a economia circular adquire particular significado, já que se eleva como um modelo económico diferente e alternativo ao que predomina em termos de relação com os bens, com os recursos, com a produção, com o consumo e com a sociedade, anunciando oportunidades acrescidas para o alcance do bem-estar social (Luz, 2019).

CAPÍTULO II. A ECONOMIA CIRCULAR COMO A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NO SÉCULO XXI

Na nova era, como sublinha, Koumparou (2017. p.1), “a sustentabilidade social é o objetivo final, a sustentabilidade ambiental é o contexto e a economia é o “veículo”. Nesta relação, a economia preconiza-se como circular e surge como modelo alternativo para o crescimento, para o desenvolvimento e para a vida (sociedade) sustentável, sendo identificada, assente nos seus princípios, pilares e práticas, como a opção para inverter a trajetória de insustentabilidade da sociedade vigente (Leitão, 2015; Luz, 2019).

Este capítulo procura caracterizar a economia circular, a evolução do conceito, a sua base de emergência e as diversas diretrizes da União Europeia. Abordam-se de igual modo os seus pilares e o modelo que a consubstancia. Adicionalmente, analisa-se a interligação da economia circular com a sustentabilidade social, percecionada esta como a vertente mais lacunar associada ao conceito e à visibilidade das práticas da economia circular.

1. Economia circular: Sinopse evolutiva

O conceito “circular” na sua relação com a economia perdura há longa data, tendo sido introduzido no discurso económico no século XVIII com John Law (1720, cit. por Cardoso, 2018) e Richard Cantillon (1755, cit. por Cardoso, 2018) para salientarem que a produção traduz um circuito, isto é, o bem que era produzido num determinado ano era consumido e no ano seguinte voltaria a ser produzido e consumido, continuando o circuito. No século XIX, John Stuart Mill (1848, cit. por Cardoso, 2018, pp.121-122), em “Principles of Political Economy”, alertado para a possibilidade da estagnação da economia e por sua vez, do aumento da produção, admitiu que “seria uma oportunidade para as pessoas entregarem-se mais a elas próprias, ao seu desenvolvimento moral e cultural e melhorar a qualidade de vida, incluindo as suas relações com os que as rodeiam”, configurando uma sociedade baseada num modelo de economia mais justo.

Por outro lado e já no século XX, Kenneth Boulding (1966, cit. por Cardoso, 2018), em “The Economics of the Coming Spaceship Earth”, caracterizou o nosso planeta como um sistema fechado e circular, onde nada verdadeiramente se deita fora e apresentou consequências do crescimento económico no meio ambiente e nos sistemas sociais, nomeadamente em termos de poluição e do decorrente uso dos recursos naturais, aproximando-se a sua conceção da lógica de economia circular, apesar de não a referir.

Em si, o termo economia circular surgiu pela primeira vez com o arquiteto suíço Walter Stahel, através das suas publicações na área da sustentabilidade industrial, e em concreto através da publicação do artigo “The Product-Life Factor”, em 1982, sendo esta e como informa Leitão (2015), a primeira publicação onde a economia circular foi referenciada. Aqui, a economia circular é definida como uma mudança económica em que a produção é substituída pela suficiência, defendendo-se que tudo se reutiliza ou recicla, importando reparar o que está estragado, sem que isso possa interferir no desenvolvimento económico e social (Cardoso, 2018; Leitão, 2015).

Foi igualmente Stahel, o pioneiro do termo “Cradle to Cradle”¹⁸, em 1987, termo este que remete especialmente para a reutilização de produtos¹⁹ (Krajner & Pracek, 2019) e que viria a influenciar o químico Michael Braungart e o arquiteto William McDonough a escrever o livro “Cradle to Cradle: Remaking the way we make things”, em 2002, onde surge aperfeiçoado o conceito da economia circular (Cardoso, 2018; Leitão, 2015).

Em 1990 registou-se um acrescido avanço a favor da introdução da economia circular no meio académico/científico, resultante das investigações conduzidas pelos professores David Pearce e Kerry Turner, focadas no desenvolvimento sustentável e particularmente da publicação de ambos intitulada, “Economics of Natural Resources and the Environment”. Nesta identificaram o meio ambiente com um local de saída e entrada, tanto de recursos como de resíduos, tendo também enfatizado a ideia de que ignorar o meio ambiente seria o mesmo que ignorar a economia, daí a importância de existir um equilíbrio entre economia e ambiente (Heshmati, 2015).

Em 2010 foi criada a Fundação Ellen MacArthur²⁰, uma organização sem fins lucrativos com o intuito de acelerar a transição para uma economia circular. Decorrente desta entidade, a economia circular é descrita como um novo modelo que visa o crescimento e o desenvolvimento sustentável de forma a não ultrapassar os limites do planeta, contrastando com o modelo económico linear (convencional) e vigente. A este respeito, a Fundação Ellen MacArthur (2013) salienta que a economia linear encerra processos associados à extração de recursos, à sua transformação em produtos e à venda dos mesmos aos consumidores, que

¹⁸ Na tradução portuguesa: “Do berço para o berço”.

¹⁹ Este termo é um dos pilares da economia circular - Ver adiante no ponto 2.

²⁰ A Fundação Ellen MacArthur é líder em ações para promover a economia circular na Europa, colabora com os consultores da McKinsey e integra diversos conceitos e diversos pensamentos, como o de desenvolvimento sustentável, *cradle to cradle*, ecologia industrial, economia circular, entre outros de índole social (Vd. <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/our-story/mission>).

os inutilizam quando deixam de cumprir a sua missão/finalidade. Desta forma, existe um grande investimento em transformar recursos naturais em materiais prontos a serem modificados para se tornarem bens vendáveis e de consumo rápido, sendo que o principal objetivo passa por descartar (i.e., deitar fora) o bem de modo a que a produção não pare, estimulando-se as vendas e compras. Neste seguimento, Stahel (2016, p.436), caracterizou a economia linear como um “rio, que transforma recursos naturais em materiais (...) impulsionada pela síndrome de "maior, melhor, mais rápido, mais seguro" - em outras palavras, moda, emoção e progresso”, sendo que as indústrias enriquecem com a venda em volume de “*sexy goods*”. A este fluxo, característico da economia convencional, Stahel apelidou de “Cradle to Grave”, que significa que os bens/produtos de consumo têm um final, um fim de vida (analogia do túmulo), ou seja, não renascem. Tal decorre por se considerar que na economia linear o progresso económico é baseado no consumo e na ideologia da abundância de recursos naturais e, portanto, na transformação e na produção, assim como na lógica de que as empresas que crescem mais são as que mais vendem, através de um consumo imediato dos seus produtos (Cardoso, 2018; Leitão, 2015).

A este respeito, sabe-se, que todos os sistemas em que a produção seja a de economia linear conduzem à diminuição dos recursos naturais e não renováveis que existem no planeta, levando a que estes face à sua crescente escassez se tornem mais caros. Efetivamente, “muitas empresas começaram a perceber que este sistema linear aumenta a exposição a riscos, principalmente a preços mais altos de recursos e interrupções no fornecimento” (Fundação Ellen MacArthur, 2013, p.6), tornando-se largamente perceptível que esta cadeia produtiva tem prejuízos para o ambiente devido à extração em excesso dos recursos, pelo facto de se deitarem fora os produtos em aterros e à eliminação dos resíduos e também por não haver um total aproveitamento dos recursos e materiais. Neste processo não existe, pois, nem redução, nem reparação para reuso ou reciclagem. Um fator que tem sido mencionado para justificar a economia linear é o preço da mão-de-obra para reparar e recondicionar os produtos que a economia circular assim exige, tornando-se mais barato para as empresas continuar a cadeia de extrair, transformar e produzir, do que implementar o reparar, recondicionar e o reusar (Bonciou, 2014; Fundação Ellen MacArthur, 2013).

Assim, reconhecendo-se que o planeta tem limites e sempre que um bem se deita fora, a capacidade do planeta é posta em causa, Silva e Oliveira (2018, p.80) informam que serão necessários três planetas para manter o ritmo da economia linear e os padrões de consumo atuais, como tal, é necessária uma alteração de mentalidades, o que implica uma

mudança estrutural da sociedade, abrangente às “relações de consumo, entre consumidor e fornecedor”.

Neste enquadramento, apenas em 2008 com a Diretiva da União Europeia sobre resíduos é que se começou a pensar na Economia Circular como um modelo económico a ser implementado na Europa. Esta Diretiva tinha como objetivo estabelecer medidas de proteção ambiental e incidiu sobretudo na questão dos impactos da gestão de resíduos, tendo tido como prioridade a não geração dos mesmos, mas também diminuir os impactos da utilização dos recursos, assim como melhorar a sua eficiência. Em termos de abrangência, a diretiva enquadrava essencialmente pontos como a prevenção e a redução de resíduos, a preparação e a reutilização, a reciclagem, a valorização energética e os modos de eliminação dos resíduos. Nesta mesma diretiva, definiu-se o significado da reutilização e alertou-se para a necessidade de inovação tecnológica, social e ambiental, de forma a ser possível prolongar a vida útil dos produtos (CE, 2008).

Em 2012, a Comissão Europeia apresentou a Economia Circular no Manifesto, “European Resource Efficiency Platform - Manifesto & Policy Recommendations” (CE, 2012), onde se elencou um conjunto de recomendações para os países membros colocarem em prática até 2014. O Manifesto apelava à necessidade das sociedades se orientarem em direção a um crescimento eficiente e ao mesmo tempo sustentável, realçando que a “União Europeia não tinha outra opção a não ser adotar uma Economia Circular eficiente em termos de recursos e, em última análise, regenerativa” (CE, 2012, p.4), como forma de proteção do meio ambiente e dos recursos, sendo que cada contexto político e cultural teria de adequar a economia circular ao seu país. Com estas recomendações a Comissão Europeia desenvolveu uma forma de adaptação de uma política comum²¹, sendo visto este Manifesto como um

²¹ Alguns países foram pioneiros na implementação da economia circular, através de legislação e programas nacionais, que podem ser adaptados a outros países com as suas especificidades. É o caso, do Reino Unido que em 2000 começou a desenvolver o Programa de Ação sobre Resíduos e Recursos; do Japão, que em 2002 estabeleceu a “Lei Básica para Estabelecimento de uma Sociedade Baseada Na Reciclagem”; da China, que em 2008 aprovou a “Lei da Economia Circular da Republica Popular da China”; também a Alemanha dispõe desde 2012, de uma lei sobre economia com uso de materiais em circuito fechado, assim como a França, que em 2013 criou um roteiro de transição para a economia circular onde projetava até 2017 adaptar a sua legislação sobre a mesma. Refira-se também a Suécia que foi introduzindo ao longo do tempo vários programas de incentivo e de facilitação de condições para o aumento da taxa da reciclagem (Vd. Bonciu, 2014; Fernandez et al., 2014; Heshmati, 2015; Koumparou 2017). Portugal criou o “Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal”, aprovado em 2017 com o objetivo de definir a estratégia nacional para a economia circular, com base na eliminação de resíduos, na reutilização, reparação e renovação. Este plano visava mudar o paradigma económico de linear para circular até 2020, com base em sete ações concretas, as quais para além de pretenderem promover a economia circular, visam também a criação de emprego, o crescimento económico e a justiça social (Vd. DGAE, 2017).

apelo, aos líderes, empresas e cidadãos para tornar a Europa eficiente em recursos, alertando para a importância de se iniciar a transição para a economia circular, assumida, como socialmente inclusiva, inovadora e responsável, sem necessidade de multas ou subsídios encorajadores com a capacidade de gerar empregos e minimizar vulnerabilidades várias (CE, 2014; Heshmati, 2015).

Já em 2014, a Comissão Europeia apresentou um Pacote para a Economia Circular, intitulado, “Para uma economia circular: programa para acabar com os resíduos na Europa”²², o qual assente em recomendações e estratégias apresenta uma forma mais clara para a sua implementação. Neste texto está bem patente o incentivo para que se coloque de lado o modelo linear e se passe a utilizar o modelo circular, pelas grandes, pequenas e médias empresas, fazendo uso da inovação, sendo enunciado todo o enquadramento político assim como as grandes recomendações acerca dos resíduos. Esta proposta tinha como objetivos a reciclagem de 70% dos resíduos até 2030; a reciclagem de 80% das embalagens até 2030 e a definição do ano de 2025 como a meta temporal para deixar de ser possível depositar em aterro resíduos que possam ser reciclados e/ou que sejam biodegradáveis (CE, 2014).

Logo no início do documento, a Comissão Europeia define a Economia Circular como um apoio ao desenvolvimento sustentável, como sendo o modelo de economia que preserva o valor dos produtos por um longo período, assente em mecanismos de eliminação de resíduos e de desperdício, assim como aquele que mantém os recursos em circuito até chegar ao final de vida útil, dado que são reutilizados para gerarem mais valor. Refere ainda, que para haver esta transição da economia linear para a circular é necessária uma mudança da sociedade, do mercado, dos comportamentos e da política, com a ajuda da inovação e da tecnologia. Desta forma suscita uma mudança sistémica e convoca a inovação, não apenas “tecnológica, mas também a nível da organização, da sociedade, das finanças e das políticas”, ou seja, apela a que todas as entidades, desde empresas, a instituições públicas, ou privadas promovam o desenvolvimento sustentável (CE, 2014, p.2).

Neste seguimento, em 2015, a Comissão Europeia, formulou um plano, “Fechar o Ciclo – Plano de Ação da UE para a Economia Circular”, incluindo neste estratégias para implementar a economia circular como um sistema económico capaz de introduzir melhorias

²² Ainda em 2014, a Comissão Europeia avançou com documentos adicionais sobre esta matéria tais como, o “European innovation partnership — Strategic implementation plan on raw materials”, assim como a European Environment Agency, que apresentou relatórios e documentação diversa (e.g., Environmental indicator report 2014: Environmental impacts of production-consumption systems in Europe; Resource-efficient green economy and EU policies; Waste prevention in Europe — The status in 2013).

na produtividade e com efeito duradouro nos recursos, a fim de promover e contribuir para o desenvolvimento sustentável, mas também com “vantagens competitivas, novas e sustentáveis, para a Europa”. Assim, o grande princípio da economia circular é tornar a economia mais sustentável, onde “o valor dos produtos, materiais e recursos se mantém na economia o máximo de tempo possível e a produção de resíduos se reduz ao mínimo, (...) no sentido de desenvolver uma economia (...) eficiente em termos de recursos (CE, 2015, p.2). Como tal, advoga-se ser preciso repensar na cadeia de produção e na fase de cada processo, começando pelo design de cada fase da produção, sempre tendo como objetivo a reutilização e o uso de energias renováveis (CE, 2015).

Concluindo, o que torna a economia circular diferente das outras iniciativas para o desenvolvimento sustentável resulta do facto de não se focar apenas num processo individual de reciclagem ou consumo de energia eficiente, mas sim aplicar a redução, a reparação, o reuso e a reciclagem como uma preocupação em todo o processo, indo ao encontro da abordagem “Cradle to Cradle”, isto é, fazer com que os resíduos passem a ser recursos. Com esta intencionalidade, foram equacionados os vários pilares subjacentes à implementação e prática da economia circular (Bonciu, 2014; Leitão, 2015) e sob os quais assenta a mudança do paradigma económico, cujas repercussões se procura, terem efeito, nos vários sistemas da vivência humana (Luz, 2016).

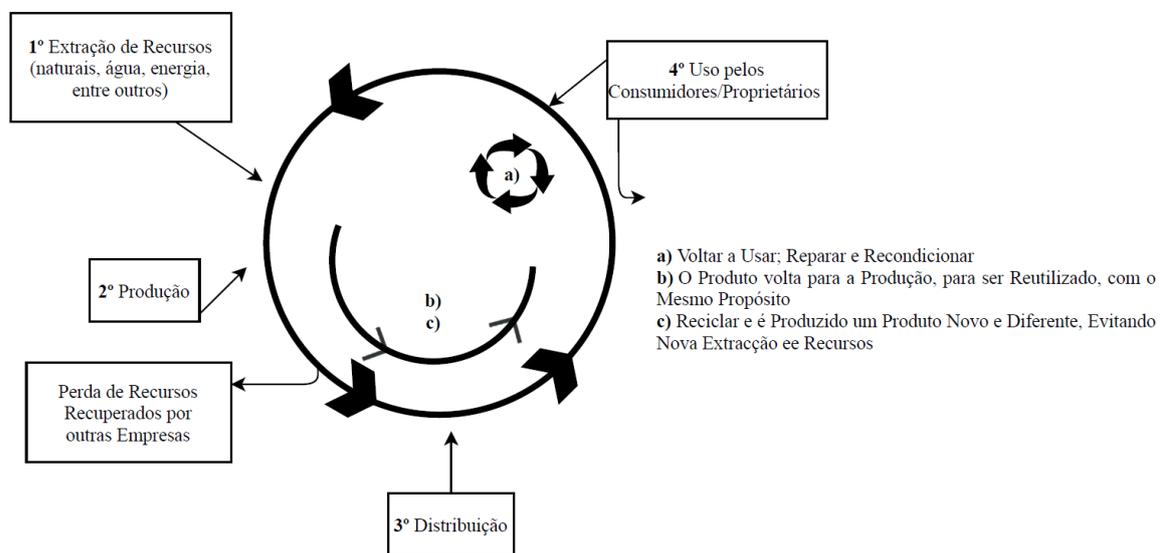
2. Os pilares da economia circular

Stahel (2016) projeta a economia circular como um sistema contínuo ou sem fim assente numa dinâmica circular (Figura 1). O processo em que o mesmo se desenrola tem início na fase que corresponde à extração de recursos (e.g., materiais naturais, água, energia), aqui minimizada, atendendo às práticas da reparação, da reutilização e da reciclagem que diminuem a necessidade de criar novos bens e por isso, de voltar a extrair recursos. A segunda fase do processo enquadra a atividade de produção realizada a partir de energias renováveis, permitindo que os recursos que se “perdem” no processo sejam recuperados por outras empresas, para serem reutilizados, dispensando a necessidade de nova extração. Após a transformação do produto tem lugar a sua distribuição no Mercado, traduzindo esta a fase do processo que enquadra também o consumo, cabendo à sociedade escolher qual a fase seguinte do produto, quando este já não tiver mais utilidade. A este nível preconizam-se várias opções, a primeira é a de usar o bem novamente (e.g., vendas em segunda mão,

doações), ou proceder à sua reparação para que continue a ser usado, ou ao seu acondicionamento (caso esta reparação não seja viável e que o bem não consiga voltar a ser usado), o que passa por reconstruir o bem, sem introduzir novos componentes (apenas substituir os danificados), para que fique a funcionar como novo. A segunda opção aparece quando a primeira não é possível, então, se o produto não pode ser reusado, reparado, ou acondicionado, volta para a produção onde é reutilizado tendo um propósito diferente do qual foi criado. Uma terceira opção incide no descarte do produto (por não serem elencadas as opções anteriores) e na sua reciclagem, voltando o mesmo à produção, para ser transformado e renascer com um novo propósito.

Figura 1

O processo da Economia Circular, elaborado com base em Stahel (2016)



A abordagem do “Cradle to Cradle”, remete especificamente para a reutilização dos bens, através de um circuito contínuo. Em termos compreensivos esta abordagem preconiza que tudo o que nasce, vive um percurso e quando chega ao final do ciclo volta ao berço para renascer e viver novamente outro percurso diferente, continuando assim sucessivamente. Assim, o objetivo é que o bem seja produzido a pensar que no fim da sua vida útil possa ser transformado em matéria-prima para resultar num novo bem, com o mesmo nível de qualidade, possibilitando a existência de várias vidas, ou seja, vários circuitos do mesmo produto. Como referem Krajner e Pracek (2019, p.312), “O produto é desenvolvido de acordo com o modelo que mantenha a qualidade dos materiais por múltiplos ciclos de vida (...) do processo, com o uso e a reutilização”, pretendendo-se que durante este processo não

exista desperdício, já que “todos os ingredientes são considerados nutrientes”, e que durante a cadeia de produção, haja geração de receita com os materiais reciclados.

Deste modo e como atrás se elucida (Vd. Figura 1), consegue-se implementar outro pilar da economia circular - tornar os resíduos em recursos. Tal significa que os produtos ao voltarem às linhas de produção e ao serem reciclados, tornam-se novamente recursos para criar novos produtos. Também a Fundação Ellen MacArthur (2013, p.3) considera este um pilar que caracteriza a economia circular, esclarecendo que os “bens de hoje serão os recursos de amanhã”, dado que quando se tornarem resíduos serão recursos novamente.

Neste contexto, a economia circular assume-se sobretudo como uma perspectiva holística, sendo esta uma referência que está na sua essência e que analiticamente remete para três direções, ou ângulos de abordagem. Por um lado, implica considerar os seus processos, ou seja, a economia circular enquadra processos que estão dentro de processos e por sua vez, sistemas dentro de sistemas, assim o ciclo tem de ser pensado como um todo. Tal, começa logo no design dos produtos, que devem ser concebidos de forma duradoura e a poderem ser reutilizados e reciclados, permitindo-lhes assim ter um ciclo de vida mais longo. Argumenta-se a este respeito, que as empresas devem estar também preparadas para sucessivas laborações, para a reutilização e para a reciclagem, sendo que podem existir entidades que façam uso destes princípios como parte das suas funções ou mesmo como a função principal e caso a economia circular fosse implementada em grande escala, todas as empresas passariam a depender da reutilização e da reciclagem durante todo o seu processo de produção, o que levaria também à redução em grande escala do uso de matérias primas (Bonciu, 2014; Fundação Ellen MacArthur, 2013; Fernandez et al., 2014). Por outro lado, a perspectiva holística ressalta da economia circular porque diz respeito a todas as atividades que se realizam nas sociedades, ou seja, refere-se a produtos, serviços e processos que se reportam ao dia a dia, que são suscetíveis de terem um valor acrescentado, um valor social associado ao uso de recursos desperdiçados e novamente utilizados, designadamente para públicos vulneráveis.

Neste sentido, a economia circular preconiza diversos benefícios, desde ambientais, económicos, a sociais, de curto, médio e longo prazo, traduzidos, na redução da extração e do uso de recursos, no aumento do uso de energias renováveis e recicláveis, na diminuição das emissões de gases e da poluição, na menor incidência de resíduos perdidos, mas também, no aumento de postos de emprego, através da criação de novos setores e de novas sinergias

na sociedade e na melhoria do bem-estar (EEA, 2016; Fernandez, et al., 2014; Fundação Ellen MacArthur, 2013).

Não obstante e apesar dos benefícios apresentados dizerem respeito aos do desenvolvimento sustentável e com ele às três esferas que o enformam, o que é facto é que as vertentes da sustentabilidade económica e ambiental são as mais focalizadas a nível de benefícios e oportunidades. Relativamente à sustentabilidade social, a economia circular refere-se sobretudo à importante vertente da criação de novos postos de emprego, carecendo de se alargar também a análise acerca de componentes complementares que podem desencadear oportunidades e que a economia circular pode potenciar (e.g., Koumparou, 2017; Luz, 2016).

3. Economia circular e sustentabilidade social

Preconizando uma resposta à sustentabilidade numa lógica multidimensional e revelando uma preocupação em torno dos mecanismos possibilitadores da manutenção da vida útil dos produtos e das vias conducentes à redução (e extração) dos resíduos, a economia circular surge ancorada em pilares sobretudo interligados à sustentabilidade ambiental, assim como à sustentabilidade económica (evocando uma produção e consumo ativo de forma sustentável, sem prejudicar o ambiente), estando a sustentabilidade social implicitamente associada a estas dimensões. Como Fernandez e os seus colegas (2014, p.6) dão conta, “a definição da EC [economia circular], no que diz respeito ao tríptico do desenvolvimento sustentável, é apenas uma resposta para duas das três esferas, a esfera social não encontra explicitamente o seu lugar nos trabalhos existentes”, realçando Koumparou (2017, p.5) que “não há discussão das outras noções da sustentabilidade social (...) não é claro, como é que a economia circular contribui para a igualdade (...) e oportunidades sociais”. Tal como o autor reforça, a economia circular ainda não demonstrou todo o seu potencial, e é habitualmente vista como tendo efeitos positivos a nível da sustentabilidade económica e social. Contudo, para a economia circular responder ao desenvolvimento sustentável, tem de ser de igual forma capaz de fomentar as três esferas. Assim, valorizar a dimensão social nos objetivos e na estratégia da economia circular parece ser uma tarefa a reforçar, particularmente para a entender como dimensão que “vai além” da componente do emprego.

Com efeito, a “relação” da economia circular com a sustentabilidade social tem vindo a explicitar-se sobretudo pela via da criação de emprego. São diversos os autores que a este

respeito salientam a forte oportunidade da economia circular como modelo fomentador de mais postos de trabalho e de emprego onde é necessária mão de obra (Koumparou, 2017). Stahel (1982, cit. por Fernandez et al, 2014), por exemplo, referia que a economia circular acrescentaria emprego e que este estaria no centro da sustentabilidade social, fazendo ainda referência ao trabalho realizado pela mão humana, como um recurso renovável, versátil e adaptável, dotado de criatividade e com capacidade de pensar de forma inovadora.

De facto, a economia circular permite que as empresas continuem competitivas devido à melhor gestão de recursos, pelas novas oportunidades económicas, pelos novos mercados e pela criação de novos empregos. Bonciu (2014, p.87), argumenta que “[a economia circular] desenvolve novos negócios e cria novos empregos. É talvez o resultado mais apelativo ao implementar a economia circular”, e estima que com o aumento da produtividade das matérias primas, até 2030 “serão gerados cerca de 2 milhões de novos empregos”. Também a Comissão Europeia no Pacote para a Economia Circular de 2014 (CE, 2014, p.9), estimou que com as recomendações e estratégias proferidas para os Estados membros” seriam criados “mais de 180 000 empregos diretos na EU” até 2030 (CE, 2014, p.11). Similarmente em 2015, a Comissão Europeia no Plano de Ação para a Economia Circular esclarecia que a “economia circular está (...) estreitamente relacionada com prioridades de primeiro plano da UE, entre as quais crescimento e emprego” (CE, 2015, p.2).

De salientar que se esta componente da criação de emprego assume toda a relevância a partir da economia circular, deve também realçar-se, que a mesma consegue através dos seus mecanismos criar novas relações, impulsionar empresas e outras organizações, iniciativas ou até processos, através da inovação, a qual, já referia Stahel ser necessária, em termos do reusar, reparar e recondicionar. A partir daqui é possível desencadear desenvolvimento numa comunidade e conseqüentemente promover a qualidade de vida dos que a integram, indo-se ao encontro da satisfação das suas necessidades básicas, da resposta a situações de pobreza e de incremento do bem-estar social (e.g., Koumparou, 2017; Luz, 2016).

Efetivamente e como Fernandez et al. (2014, pp. 5-6) afirmam, “a economia circular pode ser descrita como um processo que mobiliza (...) conceitos chave [tais como] a reutilização do produto, em segunda mão (...) a reutilização total (...)”, mostrando-se assim regeneradora ou reanimadora dos bens consumidos e tais dinâmicas são expressivas de impactos na sustentabilidade social, o que permite atribuir uma maior centralidade à economia circular no que toca ao seu contributo para a mesma. Esta assunção torna-se mais

premente e de acordo com Mies e Gold (2018), quando se convocam oportunidades para o fortalecimento da dimensão social da economia circular por via de um cruzamento fértil com outros conceitos, como por exemplo com o conceito de economia partilha e de consumo colaborativo.

Tendo por base Belk (2014; 2007), a noção de partilha remete para um ato altruísta ocorrido por uma conveniência, cortesia ou bondade para com os outros, traduzindo quer o processo de distribuir o que é de um individuo por outros, quer o processo que permite receber de outros algo, para utilização própria. Adicionalmente, Belk (2007) também considera a partilha uma forma alternativa de distribuição para troca de bens que permite criar várias sinergias e sentimentos de comunidade, distinguindo-se e a partir de Benkler (2004, p.275) a partilha, como um “comportamento pró-social não recíproco”, ou seja, que não implica como contrapartida uma compensação.

Assim, nos últimos anos foram criados diversos processos concretizadores de uma economia de partilha, desde espaços online com serviços digitais, a espaços locais e físicos que conseguem fazer chegar diversos e diferenciados produtos, e serviços a vários grupos da sociedade que os procuram e deles necessitam. Fundamentalmente, são os prestadores de serviços ou de bens, os seus beneficiários (i.e., quem vai usar esses bens ou serviços) e o modo (circunstâncias, características) como é feita a partilha, os aspetos que fazem a diferença neste âmbito (Cruz, 2017; EESC, 2017).

Em boa verdade, a economia de partilha pode ser vista de diversos prismas, todos eles conducentes ao desenvolvimento sustentável, através da criação de valor económico, mas também reunindo elevado potencial a nível social e ambiental. Traduz uma forma inovadora de colocar a sociedade a partilhar e a consumir, num processo em que o lucro não é o principal objetivo, mas sim responder às necessidades da população, indo paralelamente ao encontro das preocupações de prisma sustentável (Hamari et al., 2016; Martin, 2015; Cruz, 2017). Segundo Martin (2015), as várias lógicas da economia de partilha têm fatores potencializadores, os quais incidem na criação de soluções para o desemprego, mas também no aumento da consciencialização para um consumo mais sustentável, assim como na iniciativa de “promover a partilha e colaboração entre cidadãos” (Cruz, 2017, p.41).

Neste enquadramento, sugere-se mesmo (e.g., Hobson & Lynch, 2016), que a economia circular evidencia uma reconfiguração mais transformadora, no sentido em que permitirá caminhar para que no futuro as sociedades possam beneficiar mais do reuso e da reutilização, afirmando Cruz (2017, p.102) que “vários modelos de negócio desenvolvidos

em torno da economia circular são a base da economia de partilha, ou seja, regem-se pelas suas características”.

Percebe-se, pois, que por entre as estratégias da economia circular se enquadram novas “óticas produtivas” que se conciliam com novas óticas de consumo, indo ao encontro de preocupações a nível da valorização dos recursos e da própria sociedade (Luz, 2016). Um reflexo desta articulação decorre não apenas das modalidades anteriores, mas também das que resultam da lógica de economia de partilha bem como do consumo colaborativo. Este é um termo que surgiu pela mão do consultor de gestão, Ray Algar (2007, cit. por Fundação Ellen MacArthur, 2013) com a sua publicação, “Collaborative Consumption by Ray Algar”, tendo sido mais tarde desenvolvido por Rachel Botsman e Roo Rogers (2010, cit. por Fundação Ellen MacArthur, 2013), ambos investigadores que se debruçaram sobre o consumo colaborativo e publicaram, “What's Mine Is Yours: The Rise of Collaborative Consumption”. Originariamente este termo remota aos bazares das igrejas, com base no “compartilhar, trocar, emprestar, negociar, alugar”, mas atualmente tem vindo a ser desenvolvido por outros interlocutores e fortemente disseminado através das tecnologias e dos serviços de redistribuição online, onde “a onipresença das tecnologias (...) aumentou drasticamente o alcance” (Fundação Ellen MacArthur, 2013, p.71).

A este respeito, Belk (2014) define o consumo colaborativo remetendo para a atividade de pessoas que coordenam a aquisição e distribuição de um recurso havendo aqui lugar uma compensação²³. Deste modo, ao incluir outras compensações, a definição também abrange trocas, negociações e permutas, que implicam dar e receber compensações não monetárias. Nesta definição de consumo colaborativo exclui-se a partilha de atividades (e.g., doação) em que não há lugar a compensação envolvida.

Numa aceção mais ampla, atividades como partilha, troca, concessão de empréstimos, aluguer e doação, fazem parte do seu âmbito (Botsman & Rogers, 2010, cit. por Belk, 2014). Com este entendimento, Owyang et al. (2013) advogam que o consumo colaborativo pode ocorrer sob diversas modalidades, como por exemplo: comprar em segunda mão, alugar, tomar por empréstimo, trocar ou ainda doar. Na compra em segunda mão, há um pagamento por um produto que já foi comprado e usado; no aluguer, há um

²³ Com base nos estudos de Tribunella e Tribunella (2016, cit. por Cruz, 2015, p.37), é aludido que a economia de partilha é “também referida como economia de pessoa para pessoa, economia em rede, economia colaborativa e consumo colaborativo, é um sistema socioeconómico construído à volta da capacidade de partilha de capital humano, financeiro e físico”.

pagamento e o indivíduo pode usar por um período acordado; no empréstimo, não há pagamento e o produto é doado por um período de tempo e este tem retorno ao proprietário; na troca, não há pagamento, apenas duas partes que trocam um bem ou um serviço; na doação, não há pagamento e o doador oferece um bem ou serviço, por vezes numa lógica de reciprocidade (Owyang et al., 2013).

Ademais, estas iniciativas de partilha e consumo colaborativo inscritas na economia circular podem ser desencadeadas por particulares ou por entidades públicas e privadas, com objetivos lucrativos ou não, e, portanto, também por organizações da economia social, por exemplo através das lojas sociais e/ou solidárias, bancos alimentares, feiras ecológicas e solidárias, hortas solidárias, entre outras iniciativas, onde exista partilha, doação, acesso a bens ou serviços, entre outras lógicas colaborativas (Luz, 2016).

De acordo com Owyang et al. (2013, p.5), as forças que impulsionam o crescimento da economia colaborativa, estão divididas entre societárias, económicas e tecnológicas. De realçar nas societárias, o “desejo de ter contacto com outras pessoas”, mas também o sentimento de “ajudar outros em dificuldades”²⁴.

Globalmente, podem referir-se diversos benefícios que o consumo colaborativo proporciona, salientando-se a nível social, a possibilidade de se obter produtos a custo mais reduzido, o que permite enfrentar a pobreza e assegurar que as pessoas respondam às suas necessidades. Também os mecanismos de consumo colaborativo criam respostas na sociedade e com isso, mais ligações na comunidade, o que facilita a cooperação e o alcance da coesão social, fomentando uma maior confiança na comunidade, que corresponde a um desejo de ter contacto com pessoas em que se possa confiar, com as mesmas preocupações e que pretendam contribuir para a resolução das preocupações do desenvolvimento sustentável (na sua aceção abrangente). A nível económico reconhece-se a importância de dar valor ao que não é usado, a maior flexibilidade financeira com ganhos nos produtos que estão estagnados e o acesso a outros bens, aos quais não se poderia usufruir de outra forma. Por fim, a nível ambiental, sublinha-se a redução das consequências do excesso de extração de matérias/recursos e da produção de resíduos; a redução do desperdício e do consumo excessivo, já que ao fazer com que os bens entrem em mecanismos de partilha existe um prolongamento da “vida” dos mesmos (Hamari, et al., 2016; Martin, 2015; Cruz, 2017).

²⁴ Expressão conotada como de altruísmo geracional e que remete para o reconhecimento por parte de jovens da importância de ajudar aqueles que apresentam dificuldades (Vd. Owyang et al., 2013).

Como resulta do exposto, a economia circular converge com a sustentabilidade social, através, entre outras formas, da reutilização, reparação, reciclagem e também decorrente da sua relação com a economia de partilha e consumo colaborativo, onde se enquadram as doações, vendas em segunda mão e atividades distributivas com proximidade à comunidade. Tais iniciativas podem ser conduzidas por diversos atores da sociedade, inclusive por organizações da economia social, as quais assentes na sua missão aspiram a alcançar objetivos sociais e de sustentabilidade mais ampla, abrangendo os seus públicos e as comunidades onde se inserem.

CAPÍTULO III. ECONOMIA CIRCULAR E ECONOMIA SOCIAL: ARTICULAÇÕES E EXPRESSÕES

A economia social é reconhecida por colocar “o ser humano no primeiro plano (...) apoiando o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica” (Resolução do Parlamento Europeu, 2009, p.4). Deste modo, incorpora um projeto de sociedade assente em várias dinâmicas (e.g., solidariedade), desenvolvendo as suas atividades através de ações cidadãs, evidenciando, a par, uma capacidade de adaptação e de reatividade face a necessidades dos cidadãos (Coheur, 2015). Neste contexto, este capítulo enquadra a economia social, focando no seu âmbito e princípios orientadores e destacando a sua resposta solidária, proveniente das instituições particulares de solidariedade social (IPSS), como expressão oportuna de intervenção comunitária e junto de públicos em necessidade.

Neste seguimento, discute-se a articulação da economia social com a economia circular, através da ação das lojas sociais oriundas de OES como as IPSS, que se percecionam como um mecanismo associado à “procura de soluções para os problemas sociais que se vão colocando com maior acuidade” (Caeiro, 2008, p.61). Procede-se, assim, à explanação das lojas sociais, revisitando os seus processos e dinâmicas indutoras de sustentabilidade, concretizados pela economia circular, indo ao encontro do que considera Tóta (2015) ser uma “solução sustentável [permitindo] reutilizar, reciclar e reduzir [e] onde podemos, neste caso, também falar sobre “segunda mão” (Tóta, 2015, p. iv).

1. Economia social: Âmbito, princípios e expressão para o caso português

Por economia social pode entender-se, tendo por base Namorado (2017, p.1), todo o conjunto de atividades num “espaço socioeconómico (...), que é primordialmente um conjunto de organizações, mas (...) também um leque de práticas” desenvolvidas por uma pluralidade de interlocutores, que têm como objetivo responder a situações adversas. Diz respeito a um espaço económico diferente do tradicional, por não ser estatal nem orientado por uma lógica lucrativa, composto por diversas entidades, desde organizações, a outras dinâmicas “para estar ao serviço das pessoas e das sociedades humanas” (Namorado, 2017, p.3).

Complementarmente e conforme o sugerido por Namorado (2017), a economia social mostra-se acoplada a um espaço organizado e institucional, estimulado por diferentes

dinâmicas (e.g., de natureza cooperativa, solidária, recíproca) que carece de ser encarado não como núcleo fechado ou estático, mas como evolutivo, em função das novas realidades transportadas pelos tempos. De facto, e como se reconhece, a economia social possui uma dimensão histórica, um evoluir, que facilita a sua compreensão como “economia diferente e mais solidária” (Reis, 2003, p. 56). No contexto do século XIX, terá sido a deterioração das condições de vida da população trabalhadora, subordinado às forças do mercado e do Estado liberal revelando a ineficácia de uma lógica de bem-estar ancorada aos bens materiais, o enquadramento que se constituiu como a base ou alicerces da economia social (e.g., Ferreiro, 2010; Reis, 2003) e que está na essência de novas expressões económico-sociais.

Fazendo uma análise compreensiva relacionada com os percursos da economia social ou com a “herança” social que dita a sua expressão presente, Reis (2003) enfatiza que as bases da economia social em muito se relacionam com um pensamento que advoga um projeto de sociedade alternativa, focalizado nas “solidariedades por entre os homens e (...) entreajuda como veículo para a harmonia e progresso social” (p. 56), vendo na cooperação e na associação as formas de contrariar o interesse individual, fundado pela ordem liberal e encetar a renovação social. Também Rocard (1983, cit. por Reis, 2003, p.56), “considera a economia social como a pedagogia da solidariedade (...) associada a um percurso influenciado pelo papel das solidariedades (...) organizadas, dando estas (...) início [ao] movimento estruturante da economia social”. Neste seguimento, pode, pois, referir-se que a génese doutrinária e os fatores contextuais e culturais traduzem os embriões da economia social, contribuindo para a afirmar como “outra economia” – permanecendo ancorada a relações e valores sociais, mas distanciando-se das formas tradicionais de governação económica advindas do mercado e Estado (Ferreiro, 2010, p.3), ou como a abordagem que remete para “outra forma” de produzir, empreender, gerir e consumir (Coheur, 2015, p.3).

Sendo certo que a economia social evidencia um percurso histórico marcado por práticas que visam reagir contra fenómenos que perturbam as vivências dos indivíduos (e.g., pobreza, exploração), também é verdade que o contexto final dos anos 70 do século XX constituiu o pano de fundo para a redescoberta e revitalização da economia social na sequência de um acumular de outras crises, designadamente do fordismo e do Estado providência (Reis, 2003). De facto, não obstante ter-se assistido ao surgimento de algumas expressões da economia social durante o período de vigência do modelo económico misto consolidado no segundo pós-guerra, foi sobretudo no último quartel do século passado que entidades como cooperativas, mutualidades e outras com expressão não mercantil, como

associações ou fundações, adquirem renovado impulsionamento para fazer face a fracassos de Estado e do mercado (Ávila & Campos, 2012), significando tal, que pelas suas características, as OES conseguem melhor responder a enquadramentos económicos e sociais específicos, incapazes de obter resposta através da concretização das ações do Estado e da economia privada, a qual não encontra aí interesses lucrativos para o seu desenvolvimento (Caeiro, 2008)²⁵.

Conforme o explicitado no relatório do CIRIEC (Ávila & Campos, 2012), a identificação e o reconhecimento institucional da economia social mostram-se ancorados à realidade francesa²⁶ e ao surgimento já nos tempos mais recentes de estruturas representativas do setor, como o Comité Nacional de Ligação para Atividades Mútuas, Cooperativas e Associativas (CNLAMCA), criado em 1970, o qual promoveu em 1980 a criação da Carta da Economia Social, procedendo à definição da mesma a partir do leque de entidades passíveis de serem abrangidas por si. Nesta sequência, o estabelecimento da Carta de Princípios da Economia Social derivada da Conferência Europeia Permanente das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações (CEP-CMAF) configura o âmbito destas entidades (associações em geral, associações mutualistas, cooperativas, fundações) tendo por base todo um conjunto de princípios, que posicionam o indivíduo e os objetivos sociais como primordiais face ao capital e assinalando que estas são entidades que não têm como objetivo o lucro (apesar de poderem obter recursos e meios de subsistência através das vendas, ou serviços pagos, desde que cumpram a missão social), podem usar os excedentes para efeitos do desenvolvimento da própria organização (e não para enriquecimento particular). Também no leque destes princípios se realça que estas entidades são a afirmação do voluntariado, mostrando-se abertas e livres em termos de adesão. Paralelamente, afiguram-se democráticas, já que são dotadas de órgãos de decisão democráticos possuindo autonomia ao nível da sua gestão. Agem pelos interesses gerais, dos membros e dos

²⁵ Valadares (2012), refere que a economia social remota ao Antigo Egipto e à Antiguidade Greco-Latina pelos sistemas de ajuda mútua. Mas foi no século XIX (Vd. Caeiro, 2008; Reis, 2003), que surgiram as primeiras correntes ligadas à economia social por Gide, assim como as influências do Socialismo Utópico, marcado pelo contexto Francês provocado pelo avanço do sistema liberal (Vd. Caeiro, 2008; Reis, 2003). Inicialmente as primeiras organizações eram as cooperativas agrárias e as mutualidades (Vd. Ávila & Campos, 2018) e as primeiras a serem criadas com missão social tinham um carácter assistencialista, principalmente por serem iniciativas ligadas a instituições religiosas, atualmente essa ligação diminuiu, dado que apareceram outros mecanismos de atuação, ganhando assim maior autonomia e liberdade de ação, por outro lado, hoje encontram-se interligadas aos financiamentos governamentais, internacionais ou de privados (Vd. Ferreira, 2008).

²⁶ De salientar que a expressão - economia social – quer na sua aceção francesa e inglesa, i.e., *économie sociale e social economy*, estão largamente disseminadas na Europa e utilizadas também por parte instituições da União Europeia. (Vd. Andrade & Franco, 2007).

utilizadores, isto é, o objetivo passa por responder à comunidade e não a interesses particulares. Seguem o princípio da solidariedade e responsabilidade, numa lógica de ajuda ao próximo e de promoção da inclusão social (Ávila & Campos, 2012, p.19; EESC, 2017).

Apesar dos desenvolvimentos e esforços que têm vindo a acompanhar a delimitação e definição deste setor da economia social, importa realçar que os vários contextos nacionais têm vindo também a ditar as configurações mais específicas do setor em função de práticas estabelecidas e da pluralidade de iniciativas que se podem incluir sobre a abrangência da economia social. De facto, o enquadramento legal da economia social mostra-se nacionalmente específico²⁷, na sua designação e formulação, consoante o maior ou menor enraizamento das suas práticas (Ávila & Campos, 2018). Em Portugal, a Constituição da República Portuguesa (Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto)²⁸, faz referência aos setores de propriedade dos meios de produção, distinguindo o setor público, o privado e o cooperativo e social, compreendendo este último as entidades que se mostram afins à economia social, apesar de não ter essa nomenclatura, designadamente:

- a) Os meios de produção possuídos e geridos por cooperativas, em obediência aos princípios cooperativos, sem prejuízo das especificidades estabelecidas na lei para as cooperativas com participação pública, justificadas pela sua especial natureza;
- b) Os meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais;
- c) Os meios de produção objecto de exploração colectiva por trabalhadores;
- d) Os meios de produção possuídos e geridos por pessoas colectivas, sem carácter lucrativo, que tenham como principal objectivo a solidariedade social, designadamente entidades de natureza mutualista (Diário da República n.º 218/1997, Série I-A de 1997-09-20, Art 82.º)²⁹.

Entre nós, a afirmação legal da economia social, ocorre em 2013 com a Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013), onde se define no seu art.º 1.º a economia social como “o conjunto das atividades económico-sociais”, tendo “por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes”. No contexto português as entidades da economia social integram:

- a) As cooperativas;
- b) As associações mutualistas;
- c) As misericórdias;
- d) As fundações;
- e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social;
- h)

²⁷ Vd. Reis (2003), Laville (2014) em relação à implementação da economia social em diferentes países, a nível internacional.

²⁸ Refira-se que a Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto refere-se à sétima revisão constitucional da Constituição da República Portuguesa de 2 de abril de 1976.

²⁹ Este artigo está em vigor desde 05-10-1997, na sequência da alteração da Lei Constitucional n.º 1/97 - Diário da República n.º 218/1997, Série I-A de 1997-09-20.

Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º (Lei n.º 30/2013. Art 4.º).

Indo ao encontro da “Carta de Princípios da Economia Social da Europa”, o Art 5.º da Lei de Bases referida, estipula os princípios de atuação destas entidades, ao salientar que as mesmas:

São autónomas e atuam no âmbito das suas atividades de acordo com os seguintes princípios orientadores: a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais; b) A adesão e participação livre e voluntária; c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros; d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral; e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social; g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada (Lei n.º 30/2013. Art 5.º).

Como supra mencionado, em termos de expressão, um dos elementos característicos da economia social respeita à sua pluralidade e heterogeneidade. Deste modo, para além das famílias institucionais de economia social comuns nos vários países - cooperativas, mutualidades, associações e fundações – as IPSS denunciam um enraizamento das práticas da economia social no território nacional. Definidas como “as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos [não sendo] administradas pelo Estado ou por outro organismo público” (Decreto-Lei nº 172-A/2014, Art 1.º), as IPSS pretendem intervir na mudança social, através de dinâmicas de apoio à comunidade, família e indivíduos, respondendo a uma diversidade de problemáticas, sociais entre outras, através de bens e serviços.

As IPSS que podem assumir a expressão de “associações de solidariedade social; Associações mutualistas ou de socorros mútuos; Fundações de solidariedade social; Irmandades da misericórdia” (Decreto-Lei n.º 172-A/2014, Art 2.º), estão, sobretudo, orientadas para fornecer apoio a crianças, jovens, população idosa, famílias, focalizando a integração social e comunitária. Neste âmbito, possuem uma atividade que abrange a proteção a vários grupos em situação de fragilidade e apoiam “as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho”, tendo uma expressão muito relevante na sociedade portuguesa, a qual se torna ainda mais visível por alturas de crise (CNIS, 2014, p.20).

No âmago da economia social, e como refere Namorado (2017, p.5), encontram-se, “energias cooperativas, mutualistas e solidárias”, as quais a estruturam e lhe dão consistência. Relativamente à solidariedade, a mesma traduz “o apoio dado a quem dele carece, sem o basear em contrapartidas”, “que encara os seus destinatários como cidadãos, (...) forçados a recorrer em virtude de um estado de necessidade”, mas também como “um combate à pobreza indissociável da luta pela igualdade” (Namorado, 2017, pp.6-7). A solidariedade (que está na base do estatuto especial das IPSS, pela sua atuação de prestação de serviços e bens para uma comunidade) mostra-se central à economia social e concretiza-se numa base de proximidade. Segundo Ramos (2011, p.88), os serviços de proximidade são serviços de solidariedade, como, por exemplo, “ajuda a pessoas idosas, a dependentes e a jovens em dificuldade; guarda de crianças; apoio escolar; (...) serviços ligados ao ambiente; serviços de lazer e cultura”, ou seja, são aqueles que “implicam cuidados e atenção aos outros” Laville (2009, p.20). Como se admite, “a ação de solidariedade social exercida pelas IPSS (...) em áreas em que as necessidades sociais dos indivíduos e das famílias encontram apoio e resposta”, a sua “proximidade junto da sociedade”, a capacidade de dar “apoio aos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade”, constitui, a raiz de ação destes atores de economia social (Decreto-Lei n.º 172-A/2014, preâmbulo). Acresce, ao exposto, e no seguimento da centralização das preocupações pela solidariedade e pela valorização do apoio ao próximo, que o Art 5º., alinea e) da Lei de Bases da Economia social, acentua uma orientação da economia social para a “igualdade (...) não discriminação (...) coesão social (...) justiça (...) equidade” (Lei n.º 30/2013). Complementarmente, a economia social atua pelo respeito dos direitos humanos, pela dignidade, na luta contra a pobreza e na luta por um mundo e uma sociedade mais sustentável (SUSY, 2018).

Assim, e de um modo global, pode, pois, afirmar-se que os eixos que sustentam a economia social assentam no combate à pobreza, na luta pela igualdade e pela inclusão, e também como refere a CASES (2019), as IPSS pretendem intervir na mudança social, através dos seus mecanismos de apoio na comunidade, família e indivíduos, respondendo a uma série de problemas e questões sociais, através de bens e serviços., apresentando-se a “solidariedade (...) como a fonte da coesão social” (Reis, 2003, p.43).

É, pois, no sentido de responder ao interesse e às necessidades de uma comunidade que as organizações da economia social (dinamizadas por diversas instituições) apresentam uma ancoragem territorial, facultando o desenvolvimento territorial e comunitário, a

prossecução da sua missão e uma atuação orientada para objetivos da sustentabilidade social (Luz, 2016).

2. A economia social circular

O Livro Branco da economia social (Coheur, 2015) ressalta que a economia social se manifesta por uma riqueza de iniciativas que enquadram uma amplitude de dimensões, de natureza económica, social, política, societária, ecológica e territorial, prosseguindo critérios éticos (i.e., assentes em princípios, valores) que transporta para as suas atividades produtivas, de distribuição, troca e consumo. Neste sentido, várias são as interpretações e articulações passíveis de se estabelecer entre a economia social e a economia circular, apontando para uma oportunidade crescente da ideia e reforço da economia social circular. Desde logo, e no plano de ação da União Europeia para a economia circular, este admite a economia social com uma contribuição essencial para a economia circular, com importantes pontos em comum, “Ambos os modelos colocam os indivíduos e o desenvolvimento sustentável no centro de suas preocupações. (...), onde as relações de proximidade constituem um componente decisivo”³⁰ (EESC, 2017, p.31). Neste sentido, e como referiu a Comissão Europeia no “Pacote Economia Circular” de 2014, as medidas para a implementação da economia circular devem ser direcionadas para as mais diversas entidades, incluindo as organizações da economia social que podiam ter um papel de acordo com a economia circular (EEA, 2016).

A este respeito, Ávila e Campos (2018) informam que a economia circular não constitui uma nova forma institucional, mas sim um paradigma que se mostra transversal aos setores público, privado e da economia social. Neste sentido, é uma noção complementar que permite enquadrar mudanças no seio da economia social face a aspetos de transformação dos sistemas (e.g., desafios vários, de natureza ambiental, aspetos de crise das sociedades). Também Rebaud (2016, p.16) enfatiza que os princípios nucleares da economia social e solidária (e.g., não lucratividade, utilidade social e coletiva) podem reforçar o desenvolvimento da economia circular em múltiplos domínios, colocando o indivíduo, a dimensão humana no centro da economia, argumentando mesmo que a economia circular

³⁰ De salientar que a Comissão Europeia, informa que a economia social foi uma das pioneiras de desenvolvimento sustentável ao colocar em prática os processos de reutilização, principalmente através, e desde logo do início, das cooperativas agrícolas (Vd GECES, 2016, cit por. EESC, 2017).

“se inscreve numa história mais antiga a da economia social e solidariedade”, traduzindo esta última uma possibilidade de dar uma dimensão social à economia circular. Paralelamente, o Comitê de economia circular de França (CFEC, 2018) acentua que existe uma partilha de valores comuns entre a economia circular e a economia social e solidária a favor de um modelo de desenvolvimento que articula os desafios económicos, sociais e ambientais assente na inclusão, paridade, cooperação, inovação, entre outras dinâmicas, favorecendo, os projetos que se situam no cruzamento entre ambas as abordagens, os públicos menos representados.

Como já salientado, a economia circular pretende promover o desenvolvimento sustentável, através de um modelo económico diferente do linear e também preocupado com a comunidade, indo mais longe do que o aumento de postos de trabalho, com aspiração a incrementar a qualidade de vida e bem-estar social, preocupada com o futuro das gerações. Como tal, existem dinâmicas que colocam estes ímpetus da sustentabilidade social em prática na sociedade, assentes nas lógicas anteriormente referidas (e.g., de partilha, colaborativas) inseridas nos processos da economia circular. São assim, identificadas por Cruz (2017), as vendas em segunda mão, trocas, partilha de produtos, doações, dinâmicas de reparação e de reuso, ou seja, mecanismos que prolongam o ciclo de vida dos produtos. Estas são lógicas que permitem que públicos que não consigam responder às suas necessidades, encontrem aqui respostas, diminuindo a pobreza, reduzindo a desigualdade, promovendo a justiça social e a igualdade, a coesão social, a inclusão e a equidade social, resultando num aumento de bem-estar. Estas são também lógicas de proximidade da comunidade com base na solidariedade e que, segundo Martin (2015), possuem fatores potencializadores que promovem a partilha e a colaboração entre cidadãos, dando poder às comunidades. Estas ações de solidariedade e circulares, próximas da comunidade, são colocadas em prática por várias entidades de economia social (e.g., IPSS).

Efetivamente, a economia social tem vindo a ser apontada como um polo de utilidade social, respondendo a velhas e novas necessidades sociais e desenvolvendo ações plurais (Ávila & Campos, 2012), que apresenta, a par com a economia circular uma ancoragem local que traduz “uma reação a necessidades sociais de proximidade (...) de nível local” (CFEC, 2018, p.12). Deve, aqui, recordar-se que Koumparou (2017, p.6) classifica a economia social como promotora de desenvolvimento sustentável devido à sua missão para o indivíduo, por pretender dar resposta aos seus interesses e aos interesses gerais da comunidade, numa lógica de melhoria de qualidade de vida e bem-estar, através da proximidade de atuação junto da

população guiada por “princípios de equidade, solidariedade e cooperação” para com as comunidades.

No mesmo sentido, afirmam também Luz (2019), Haas et al. (2015), que os princípios da economia social vão ao encontro dos objetivos de promoção da sustentabilidade da economia circular. Tanto a economia social, como a economia circular, “têm no centro das suas preocupações os indivíduos e o desenvolvimento sustentável (...) onde as relações de proximidade constituem uma componente decisiva” onde as “ligações ao local, a intercooperação e a solidariedade são pilares decisivos” que conseguem garantir processos sustentáveis, tanto ambientais, como sociais e económicos (EESC, 2017, p.12).

Por entre as organizações da economia social que reúnem todas estas características e que elegem a sustentabilidade (como antes se explicitou), como motor da sua atuação, encontram-se as organizações de vocação solidária como as IPSS, as quais a partir de iniciativas como as lojas sociais, promovem, fazendo uso de lógicas de circularidade, respostas a múltiplos indivíduos, por forma a satisfazer as suas necessidades básicas e/ou outras, contribuindo assim para a disseminação das práticas de sustentabilidade social.

3. As lojas sociais como expressão da economia social “envolta” pela circularidade

3.1. Lojas sociais: Elementos de enquadramento

De acordo com Santos (2015, p.23) a noção de loja social mostra-se inicialmente relacionada a um “conceito de espaço comercial”, cuja posterior adaptação para as lojas sociais, se manifesta como “ espaço onde se centra o atendimento, os serviços e os produtos, que se destinam aos seus clientes”. As lojas sociais, também designadas por lojas solidárias, assumem como finalidades a promoção das “condições de vida de indivíduos e de famílias carenciadas, potenciando o envolvimento da sociedade civil, empresas e instituições na angariação de bens” (Santos, 2015, p.35). Estas estruturas podem ser impulsionadas por entidades/atores vários, dos quais se destacam as OES, informando Zerbini e Pistelli (2003, p.65) que a primeira loja solidária, integrada no movimento do comércio justo surgiu na Holanda em 1969³¹ e que, inicialmente, a oferta destas lojas abrangia fundamentalmente produtos artesanais, enquanto

³¹ O comércio justo surge na sequência de um avolumar de problemáticas onde se incluem o aumento das diferenças sociais, do desemprego e da pobreza no interior de cada país, procurando que as práticas e relações comerciais se desenvolvam no respeito pelos produtores e esfera ambiental, ou seja, postula um maior compromisso para com os direitos humanos, económicos e ambientais. Estima-se que existam mais de 3500 lojas solidárias no continente europeu (Vd. Laville, 2009; Zerbini & Pistelli, 2003).

que, atualmente, o seu leque de oferta reúne múltiplos produtos “oriundos principalmente dos setores alimentício, têxtil e artesanal, incluindo também bijuterias, brinquedos e artigos para o lar”.

Terá sido, fundamentalmente, a partir dos anos 60 que entidades como, por exemplo, as associações e cooperativas começaram a proceder no sentido da reutilização e reciclagem de bens/objetos vários (e.g., móveis, aparelhos elétricos) em fim de vida, assistindo-se assim, ao surgimento de iniciativas integradas nos pressupostos da economia circular e cuja intenção era precisamente responder a problemáticas de exclusão social e dificuldades de acesso a bens de primeira necessidade (Avisé, 2018).

Apresentando preocupações relacionadas com a pobreza, exclusão social, melhoria da qualidade e bem-estar, as lojas sociais traduzem uma forma de incrementar a sustentabilidade social das comunidades, promovendo as vivências condignas (e.g., Luz, 2020). Deste modo, os pilares dos direitos humanos e o despertar das solidariedades comunitárias refletem fundamentos e motivações que canalizam a atenção para iniciativas de lojas sociais por parte das OES e relacionadas com as preocupações acima enunciadas. Nomeadamente as lojas sociais inseridas em IPSS's, surgem na mesma lógica de solidariedade e de proximidade da comunidade, devido à sua intencionalidade de fomentar mecanismos de direitos sociais, junto da população mais excluída, olhando para as “dimensões sociais” dos que estão “em desvantagem ou marginalizados pelo sistema convencional do comércio” (França, 2003, p.14), ou como refere Asti & Ferrari (2003, p.38) do “universo económico” da economia linear. Deste modo, devido às formas não equilibradas e igualitárias, “o sistema económico vigente (...) entronizou o consumo como o caminho mais fácil para a felicidade” (Zerbino et al., 2003, p.88), que não consegue preservar a qualidade de vida e o bem-estar social para todos os indivíduos da sociedade, é assim que “surge como uma alternativa de (...) fazer chegar aos desfavorecidos, esquecidos, marginalizados, escravizados e explorados deste mundo a justiça, a dignidade”. Neste sentido Zerbino, et al. (2003, p.83) acrescentam dizendo que “se há exageros e irresponsabilidade no consumo de poucos, há carências básicas de muitos”.

Como enunciado no Artº XXV (nº1) da Declaração Universal dos Direitos do Homem, “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença,

invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle” (ONU, 1948).

De facto, as lojas sociais são criadas e desenvolvem práticas para responder a públicos mais vulneráveis e excluídos, às necessidades do outro, numa lógica de cuidar e de solidariedade, fortalecem práticas com processos de proximidade (CMA, 2015). Como refere Santos (2015, p.35), “as lojas sociais tentam a todo o custo minimizar a pobreza e a exclusão social. São um fator de intervenção comunitária rápida”.

Não existindo uma plataforma nacional que possa reunir elementos relativos às lojas sociais³², como informa Santos (2015), pode constatar-se, contudo, que a tipologia das lojas sociais é multifacetada. As lojas sociais diferem entre si, dado que têm uma organização própria e não universal, com público-alvo diferente e de acordo com o regulamento interno que as define. Assim, existem aquelas que garantem que os grupos mais vulneráveis têm acesso a diversos bens, como roupas, calçado, entre outros objetos, dependendo da natureza da loja social e do público a que responde, mencionando aquelas que através de mecanismos de partilha, recebem doações de produtos e bens para promover dinâmicas onde estes produtos sejam redistribuídos novamente pela população em situação de maior vulnerabilidade na sociedade³³. Sendo, estes últimos, também doados, ou então vendidos a título de preços simbólicos (e.g., vestuário, brinquedos, eletrodomésticos), beneficiando dos recursos obtidos, para adquirir bens necessários para ulteriores situações de carência (Santos, 2015). Também se constata existirem lojas sociais que vendem produtos, sem público-alvo restrito, normalmente artigos em segunda mão. Verifica-se, ainda, que existem lojas sociais que apresentam uma conceção mais abrangente, ou seja, estruturam-se a partir do funcionamento de várias valências, como por exemplo, banco alimentar/mercearia social, banco social, entre outras³⁴.

³² De salientar, não obstante, a existência da Plataforma de Lojas Sociais em Lisboa, criada em 2013, que reúne informação relativa às cerca de 25 lojas aí presentes (Vd. <http://bairrodabovista-lisboa.blogspot.com/2013/08/foi-criada-plataforma-de-lojas-sociais.html>). Por outro lado, existem em certos concelhos, informação disponibilizada via internet, relativa à identificação e contactos das lojas sociais sob a coordenação dos municípios através dos serviços de Ação Social (Vd. http://www.cm-vilaverde.pt/web/acao-social/rede-social/-/asset_publisher/mtUZITHtMPnz/content/lojas-sociais-do-concelho?inheritRedirect=false).

³³ Também noutros países da Europa existem lojas sociais para responder aos indivíduos com mais vulnerabilidades, onde chegam a ser recolhidas, entre roupas, sapatos e têxteis de lar, 2000 a 3000 toneladas, com fim de serem adquiridas a preços simbólicos nas lojas sociais (Vd. Secours Catholique, 2014).

³⁴ Veja-se a este respeito o regulamento da loja social de Ponte da Barca implementada pelo Município, que integra as valências de Banco Alimentar/Mercearia Solidária (espaço de atribuição de alimentos, de troca por tempo de voluntariado ou de troca direta de bens alimentares); Banco Social (loja de bens usados ou novos, doados por particulares ou empresas, onde as famílias com necessidades a eles podem aceder ou trocar por

Por norma, o processo dentro das lojas sociais passa por receber os bens, fazer uma triagem e agrupar os mesmos, fazer o tratamento e o armazenamento e depois distribuir novamente pelo seu público. Para tal, devem existir colaboradores para fazer todo o registo de entrada e saída de bens, realização de contactos, elaborar e preencher diversas fichas de registo, entre outras funções (Lopes & Leal, 2017). A este respeito, refira-se que as lojas sociais apresentam diferenciação com os típicos bancos de roupa, visto que nestes a seleção e distribuição dos artigos pelos indivíduos que os procuram é feita pelos colaboradores e não pelos utilizadores, ou seja, aqui os artigos são distribuídos conforme as condições da pessoa que a si recorre, havendo quase uma medição de quem precisa de mais ou menos, o que pode traduzir um constrangimento, exclusão e falta de liberdade (Mendonça, 2013).

Em contrapartida, durante muito tempo, vestir roupa em segunda mão ou usar bens já usados era um sinónimo de pobreza, mas isso mudou com o “*vintage*”, em que vestir roupa das décadas anteriores passou a estar na moda (Han, 2013). Onde, também acresce, uma maior consciencialização dos utilizadores pela sustentabilidade, por quererem produtos mais baratos, pela noção de um consumo socialmente responsável e pela necessidade de terem interação social, novos sentimentos, sensações e ainda o desejo de ter peças exclusivas, permitiu que esta prática passasse a fazer parte das atividades de lazer (Han, 2013) e com isso segundo Zamani (2014), as pessoas fazem mais doações, reciclam e apostam no reusar e reutilizar, numa lógica de que devemos ter “tudo o que precisamos, nem muito e nem pouco, mas o suficiente” (Asti & Ferrari, 2003, p.40). Em suma, as lojas sociais constituem respostas sociais inclusivas que procuram agir com celeridade e de forma orientada para minimizar os problemas sociais dos indivíduos, famílias e das comunidades, promovendo a par o apoio a estes públicos, intentando assegurar-lhes condições de estímulo ao exercício dos seus direitos. Na sua relação com a economia social pode afirmar-se que daqui resultam vantagens, já que se reconhece que as OES possuem uma elevada capacidade para detetar novas necessidades, mobilizar e criar redes e articulações, fomentar o capital social e utilizar corretamente recursos (CASES, 2011). De forma acrescida e para ir ao encontro da minimização das desigualdades sociais e das estratégias associadas ao desenvolvimento e sustentabilidade social, as lojas sociais incorporam de dinâmicas de circularidade, que

outros bens ou por tempo de voluntariado), assim como um banco de ajudas técnicas; um atelier de tratamento/recuperação, uma equipa móvel e um armazém (Cf. em https://www.cmpb.pt/pdf/regulamentos/cmpb_regu_loja_social.pdf)

distinguem a sua ação relativamente a outras esferas de atuação e que aproximam a economia social à economia circular (Luz, 2020).

3.2. “Dinâmicas de Circularidade” das lojas sociais

O comportamento da sociedade perante os bens e os produtos mudou muito ao longo dos anos, as práticas de consertar e de reparar desapareceram pelo descartar. Atualmente, para prolongar a vida de um produto esse processo tem de ser novamente alterado e as lojas sociais são como refere Tóta (2015, p.21) “essencialmente importantes” para tal, dado que assumem um papel preponderante no desenvolvimento sustentável pelos processos que operacionalizam o modelo da economia circular, de forma a responder ao social, ao ambiental e ao económico.

Desta forma, as dinâmicas das lojas sociais interligam-se aos ímpetus da sustentabilidade social, ao darem resposta a indivíduos em vulnerabilidade social e carência económica, que experienciem perdas no seu bem-estar social (e.g., consumo), com uma estrutura económica e social fraca ou debilitada, sem condições para responder autonomamente às suas questões sociais, e com acesso enfraquecido ou nulo a meios económicos de subsistência (e.g., salários, rendimentos e apoios sociais), que coloca em causa a sua capacidade de atender às necessidades do dia-a-dia, nomeadamente, vestuário e alimentação, sendo que as pessoas em situação de pobreza são as mais expostas a estas questões (Alwang et al., 2001; Kozel et al., 2008). Como tal, o apoio social das lojas sociais, especialmente as doações de bens e produtos essenciais, consegue responder e suprimir as necessidades básicas e imediatas dos grupos mais excluídos da sociedade, promovendo a equidade social, a justiça social, a igualdade e a diminuição da pobreza (SCMC, 2018; Santos, 2015).

As lojas sociais potenciam o bem-estar da população e melhoram as condições de vida de grupos mais carenciados (SCMC, 2018), enquanto potenciam o envolvimento de diversos atores da sociedade, desde sociedade civil, empresas e instituições, o que permite ainda fomentar a cooperação e o envolvimento comunitário numa sociedade, conseguindo promover a coesão social, através de uma maior confiança na comunidade, devido às conexões conseguidas na comunidade em prol do indivíduo (Santos, 2015);

As lojas sociais atuam na comunidade, que através das doações de uns minimizam a pobreza e a exclusão social noutros, têm autonomia para dar resposta aos indivíduos que as

procuram ou receber indivíduos encaminhados por outras instituições – novamente, no sentido de responder às necessidades dos indivíduos, minimizando a pobreza, promovendo a igualdade e a justiça social, numa lógica de cooperação entre instituições, que mais uma vez, promove a coesão social e a confiança dentro da comunidade e do indivíduo sobre os mecanismos que a comunidade oferece, nomeadamente da loja social, que vê nesta um reconhecimento da sua situação (Santos, 2015; Secours Catholique, 2014; UFCQ, 2014).

Desta forma, as lojas sociais respondem a uma ou várias preocupações sociais, que atingem os grupos económicos e sociais mais vulneráveis. Paralelamente, estas respostas são também um investimento para o desenvolvimento sustentável na sua aceção mais ampla, convergente com as dinâmicas da economia circular, onde, através dos recursos disponíveis na comunidade, atenuam dificuldades, suplementam necessidades e incrementam melhorias conducentes ao bem-estar. Como resulta do trabalho de campo desenvolvido por Lopes e Leal (2017, p.23), “preservar o ambiente, reutilizando e reciclando recursos disponíveis na comunidade, atenuando simultaneamente as dificuldades e necessidades imediatas das famílias, através da partilha de bens como roupa, mobiliário, brinquedos, livros, eletrodomésticos, calçado, carrinhos de bebé, etc.”, constituem objetivos da loja social, sendo que, com estas iniciativas é possível “colmatar necessidades imediatas com a atribuição de bens, desnecessários para outras pessoas, mas em bom estado de conservação”, o que permite assim prolongar o ciclo de vida dos bens/produtos.

Isto é então possível, e como apresenta a Good360 (2019, p.2), pelas doações de terceiros a entidades, onde o produto “é mantido como ele é” e é doado ou vendido em segunda mão, ou seja, o produto ainda não chegou ao fim do ciclo de vida e é possível reusar, sendo que este processo pode acontecer mais do que uma vez. Como sublinha a Good360 (2019, p.2), as “doações são (...) uma ótima demonstração da economia circular”. Na verdade, quanto maior número de dinâmicas circulares que for aplicado num produto, melhor, pois isso permite a diminuição do uso de energias e cria os ciclos em cascata (círculos dentro do círculo), onde “com múltiplos usos (...) [se substitui] consecutivamente outras necessidades de material virgem” (Fundação Ellen MacArthur, 2013, p.51). Assim, por via dos vários ciclos o produto é reutilizado várias vezes para fins diferentes sem se introduzir novos materiais.

Recuperando os princípios para a economia circular, anteriormente analisados, que se erguem para responder aos problemas urgentes do desenvolvimento sustentável, designadamente: reduzir, reparar e reciclar; abordagem Cradle to Cradle; transformar um

resíduo em um recurso. Assim, associando-os às dinâmicas das lojas sociais, percebe-se, pois, que estas contribuem na redução do consumo de bens de primeira mão, pela rentabilização dos recursos existentes (SCMC, 2018), através do reusar, mas também reduzem os recursos (e.g., água, eletricidade, entre outros) que seriam usados para a criação de novos produtos; possuem ainda formas de reparar produtos que permite voltar a reusá-los; no final do ciclo de vida do produto praticam a reciclagem (Tóta, 2015). Numa lógica de Cradle to Cradle, as lojas sociais conseguem fazer os produtos renascer, ao transformá-los e, ainda, quando reciclam produtos, permitem que os resíduos se transformem em recursos, “ao doar (...) prevenimos que esses itens vão para aterros” (Good360, 2019, p.2), que mais uma vez contribui para a diminuição da extração de recursos.

Assim, o modelo da economia circular com base em Stahel (2016), apresenta três hipóteses de prolongar o ciclo de vida de um produto e que se aplicam aqui às dinâmicas e aos processos das lojas sociais. Inicialmente, voltar a usar ou reparar, isto é, os produtos que as lojas sociais recebem doados por outros atores da comunidade, podem primeiro, voltar a ser imediatamente usados, quer sejam revendidos ou doados aos públicos. Segundo, caso não estejam em bom estado para reusar, podem ser reparados para serem então depois reusados (inclusive este processo pode criar postos de emprego), nas duas opções devem ser conservados, tratados e mantidos. Um outro processo acontece quando o produto que foi doado, está muito danificado/gasto e como tal, não pode ser reusado ou reparado, pelo que o produto volta para a etapa da produção para ser reutilizado. Esta etapa pode ser desenvolvida pelas próprias lojas sociais que tenham mecanismos de transformar produtos em algo novo dando-lhes uma vida diferente. Por outro lado, as lojas sociais podem enviar para indústrias específicas ou para outras organizações, que façam este trabalho de transformação de produtos/bens. O último processo a apresentar encontra-se relacionado com a reciclagem. Este ocorre quando as peças que as lojas sociais recebem não estão aptas a entrar nas duas fases anteriores, sendo que devem ser recicladas devidamente, enviando os produtos para a reciclagem de forma a que seja produzida uma peça nova, sem que exista a necessidade de uma nova extração de recursos e evitando o fim do produto nos aterros.

Por conseguinte, os pontos de encontro da economia circular com a sustentabilidade social, fomentados pelas doações e vendas em segunda mão, promovem diversas dinâmicas de circularidade junto dos grupos mais excluídos, sobretudo, como forma de responder às necessidades básicas, diminuindo a exclusão e as desigualdades sociais. Neste âmbito, estas estruturas carecem de profissionais associados a múltiplas funções, entre elas à coordenação

das próprias lojas, sendo muitas destas funções específicas do Serviço Social, já que esta profissão se pauta por garantir os direitos humanos e sociais a toda a população, procura a promoção individual e comunitária, desenvolvendo toda uma série de estratégias sociais, que contribuem para a “transformação da sociedade” (Santos, 2003, p.56).

CAPÍTULO IV. INTERVENÇÃO SOCIAL E ECONOMIA SOCIAL: COMPROMISSOS COM A SUSTENTABILIDADE

O serviço social pela sua preocupação e busca perseverante por garantir e promover o bem-estar de cada indivíduo, está em constante atualização sobre o mundo que lhe é inerente, assim, “novos desafios globais nas condições humanas nos impulsionam na procura de novas respostas globais. (...) força-nos, como profissionais do serviço social (...), a estar mais conscientes das realidades globais e a agir diferentemente” (Jones & Truell, 2012, p.455). Neste sentido, a atuação profissional segue motivações para responder ao desenvolvimento sustentável, tendo como referência os princípios e fundamentos do serviço social, que no seio das organizações da economia social, conduzem à promoção de respostas para os seus vários públicos e onde se enquadram os que revelam características de grande vulnerabilidade.

As lojas sociais são respostas sociais estimuladas, entre outras, por organizações da economia social que incluem pressupostos da economia circular. Neste âmbito, a intervenção dos assistentes sociais afigura-se como promotora da sustentabilidade (e.g., social), assumindo “o objetivo [de] alcançar resultados sustentáveis e colaborativos, com base nas habilidades reconhecidas (...) na criação de soluções pragmáticas e multifacetadas para problemas altamente complexos, tanto individuais quanto sociais” (Jones & Truell, 2012, p.456), constituindo estes, os aspetos de abordagem no presente capítulo.

1. O serviço social na economia social: Princípios e fundamentos

Segundo a definição aprovada na Assembleia da Federação Internacional dos Assistentes Sociais da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social, em Melbourne, a julho de 2014, o Serviço Social é uma disciplina académica, que promove a intervenção social, o desenvolvimento social, a mudança social, o *empowerment*, a coesão social e a liberdade, através da promoção individual e comunitária, articulando-se com aos princípios da justiça social e dos direitos humanos, com via a melhorar o bem-estar dos indivíduos (IFSW, 2014).

Como ressalta da definição, a profissão pressupõe uma intervenção comprometida com a mudança, com o indivíduo e seu entorno, dando relevo a aspetos fundamentais como a promoção da justiça social e a defesa dos direitos humanos. Tendo por base Asquith (2005,

p.12) “a partir dessa perspectiva é, então, ajudar, apoiar (...) tem sido a sua preocupação com aqueles que sofrem com os efeitos das desigualdades sociais”.

Movida por valores e princípios, a intervenção profissional assume-se como holística e sistémica, incorporando todas as dinâmicas da sociedade, desde económicas, sociais, ambientais, passando pela saúde, educação, justiça, entre outras, tendo a primordial atuação do Serviço Social sido sempre para com a promoção e a garantia dos direitos humanos e sociais. De acordo com Luz (2017), a afirmação do Serviço Social ocorre como atividade profissional enraizada em valores que orientam estes profissionais, através de uma conduta ética e cujos referenciais são a dignidade humana, a liberdade e a justiça social (APSS, 2019).

No campo dos princípios interventivos, o primado dos direitos humanos subjaz aos mesmos, implicando o respeito por cada ser humano, reconhecendo a sua diversidade e especificidades, a não aceitação da discriminação negativa, o respeito pelo direito à autodeterminação, a promoção do acesso a condições de vida básicas para todos, atendendo em particular aos que enfrentam situações de vulnerabilidade, “com vista à realização do acesso a serviços (...) nomeadamente [aos] mais desfavorecidos (...) em situações de escassez de recursos e face a situações de urgência”, sendo que desta forma o serviço social “deve comprometer-se com: (...) a coesão social (...) [a] inclusão social, (...) [a] promoção da igualdade de oportunidades”, a contribuição para o bem-estar, tendo em conta os contextos familiares, comunitários e sociais, entre outros aspetos (APSS, 2018, pp. 9-10).

Deve salientar-se que, sob a égide do Welfare State e do inerente sistema de proteção social, com base na proclamação dos direitos humanos e sociais, assistiu-se e como refere Alencar (2014, p.10) ao eclodir “ da perspectiva de cidadania (...) incluindo além dos direitos civis, os direitos políticos e sociais” assentando estes últimos “na observância de desigualdades sociais, cujos efeitos se pretendem neutralizar” (Santos, 2008, p.115), tendo, de igual modo, este contexto permitido alargar a esfera da intervenção profissional. De facto, na lógica de “ampliação e consolidação da cidadania” (Goerck, 2006, p.8), os assistentes sociais pretendem e incitam a criar uma consciência criativa e reflexiva sobre a estrutura social de opressões e privilégios (etnias, religião, género, incapacidades, cultura, orientação sexual), para criar ações e estratégias de mudança social, que lutem pelo fim da pobreza, das vulnerabilidades sociais, pela inclusão e pela coesão (APSS, 2019).

Desta forma, o serviço social adota uma atuação preocupada com os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos, como por exemplo, a liberdade), de segunda geração (direitos socioeconómicos, culturais, a educação, a saúde e a habitação) e de terceira

geração (o mundo natural e a biodiversidade). Para além destes três, ainda os direitos individuais e coletivos, como o de justiça social, igualdade e equidade (APSS, 2019).

A intervenção do Serviço Social centra-se na pessoa e nas estruturas sociais para melhorar o bem-estar social, através das diversas teorias das ciências sociais, de outros conhecimentos e da própria profissão, incorporando todas as dimensões societárias, desde a económica, a social, a ambiental, e abrangendo setores como a segurança social, saúde, educação, justiça, ação social, desenvolvimento social e sustentável, entre outros (APSS, 2019; Santos, 2008).

O Serviço Social evolui na interação entre os fatores históricos, do espaço, da cultura, os políticos, os socioeconómicos, entre outros (Santos, 2008). Tal significa que, ao longo do seu desenvolvimento enquanto profissão, acompanhou as múltiplas transformações de natureza várias³⁵, tendo a profissão abrangido outros campos de atuação, alterado a sua forma de intervenção e o modo de responder às questões sociais e consolidando a sua intervenção em diferentes espaços/contextos institucionais, designadamente no quadro das OES (APSS, 2019; Santos, 2008). Segundo Alencar (2014, p.11), “o conjunto de mudanças no padrão de resposta à questão social nas últimas décadas tem implicado o reordenamento do espaço socioprofissional”, onde o “Estado experimenta, agora, novas formas de proteção social onde coabitam a esfera pública e a esfera privada” (Santos, 2008, p.119). Estas mudanças conduzido ao aparecimento de diversas entidades que atuam na área social, nomeadamente, as OES e diversos projetos e programas (privados e públicos) de intervenção social, ganhando também o Serviço Social novos campos de atuação (Carvalho, 2010; Santos, 2008).

Sendo o seu espaço socioprofissional diversificado, sabe-se, contudo, que as organizações sociais sem fins lucrativos, ou as entidades de economia social, são um campo de enorme relevância em termos de inserção profissional. uma vez que o seu principal foco se direciona para a prestação de serviços sociais e humanos (Branco, 2009; Luz, 2017). Assim, compete a estas organizações atuar, a par com o Estado e demais instâncias, no sentido de garantir aos indivíduos o acesso a direitos fundamentais e a resposta a necessidades humanas³⁶.

³⁵ A evolução da profissão encontra-se interligada à evolução do Estado e das políticas sociais, assim como da conjuntura social e económica de cada contexto (Vd. Carvalho, 2010; Santos, 2008).

³⁶ O serviço social, ao longo do seu desenvolvimento enquanto profissão, acompanhou as transformações dos apoios sociais e a profissão ganhou outro campo de atuação com a transferência da prestação do apoio social para a economia social (Vd. Alencar, 2014; Reis, 2003).

Como se realçou no capítulo anterior da presente investigação, a economia social provisiona bens ou serviços veiculando resposta a necessidades dos indivíduos, estando sempre presente a preocupação com a solidariedade. Segundo a CASES (2011), não obstante a diferenciação na natureza, missão, dimensão, modelo de gestão e domínio de atividade, todas as OES se mostram distintivas devido à sua preocupação para com os indivíduos e à importância fulcral que concedem aos aspetos sociais.

Estes são enquadramentos que permitem ao Serviço Social pôr em prática o princípio da responsabilidade coletiva porquanto trabalha “em espírito de solidariedade em prol de uma sociedade inclusiva”, comprometendo-se com serviços e recursos disponibilizados para as populações (APSS, 2018, p.11). A este respeito, Alencar (2014, p.12) refere que estas entidades permitem ao Serviço Social elevar a sua atuação nas respostas sociais, “imbuído dos princípios da ajuda e solidariedade”, carecendo de se perceber que sendo uma profissão que promove o *empowerment* e a mudança convoca os indivíduos nos diferentes contextos a fazerem parte do seu próprio processo de mudança e a tomar decisões que conduzam à elevação do seu bem-estar, o que significa que “o Serviço Social na sua perspetiva capacitadora³⁷ (...) procura a autonomia”, “em prol do fortalecimento/inserção social” (Santos, 2008, p.121). De uma forma mais concreta, o Serviço Social pretende ser uma voz que fomente a mudança nos processos de libertação e emancipação dos diversos grupos, que não encara os problemas como questões individuais, mas, sim, como questões de mecanismos e processos societários, trabalhando no desenvolvimento social para toda a comunidade, através da cooperação e participação. Para tal, as dinâmicas interventivas ocorrem a nível individual, mas também envolvem a família, grupo, comunidade e sociedade, suscitando um trabalho em redes (APSS, 2019).

No contexto das organizações referidas, e, sobretudo nas de cariz de solidariedade social, como as IPSS, tendo em conta que atuam a nível da inserção social, educação, saúde, habitação, assistência, no combate ao desemprego e à precariedade, às desigualdades e à exclusão, entre muitas outras áreas e problemáticas, se tornam nas principais prestadoras de serviços sociais, evidenciando-se num relevante campo de atuação para os assistentes sociais (Goerck, 2006). Assim, os profissionais desenvolvem funções de intervenção, sendo também, sobretudo, chamados a desempenhar funções de direção técnica, assumindo a

³⁷ Nem sempre o serviço social assume esta vertente, muitas vezes por via de constrangimentos institucionais, assumem uma faceta de “benefício/beneficiário, próxima do que se apelidou por entidade humanista/tecnicista” (Santos, 2008, p.122).

responsabilidade no quadro da coordenação e administração de equipamentos e serviços sociais (e.g., Branco, 2009) e pautam o seu trabalho muito em torno de situações diversas, multifacetadas, mas de onde sobressaem as problemáticas da pobreza, exclusão e desenvolvimento social. Aliás, tal como assinala Carvalho (2012, p.44) existe uma relação implícita do Serviço Social com as necessidades humanas, “com os indivíduos que se encontram em determinado período da sua vida em posições de fragilidade social (...) Mas o Serviço Social também tem uma relação efetiva com as organizações que garantem a cidadania, a justiça e a participação dos cidadãos”.

Nas organizações sociais cujos objetivos de desenvolvimento social e justiça social se incorporam na sua missão e que não visam como fim alcançar o lucro, os profissionais desenvolvem funções no quadro de uma gestão social, a qual representa uma gestão diferente que se orienta para a mudança e é suscitada pela mesma (Ribeiro, 2009). Em termos de perfil, e como esclarece Oszlak (2002, cit por Ribeiro, 2009, p.51), o gestor social está incumbido de gerir situações de grande complexidade, orienta-se tendo por base necessidades/problemas da população alvo no que concerne ao acesso a bens e serviços e denota capacidade para incrementar uma “atuação através de redes [e de] coordenação inter-organizacional”. De acordo com Borgato, et al. (2008), a gestão social convoca o Serviço Social a ser um facilitador do exercício da cidadania, do acesso aos direitos sociais, delineando respostas sustentáveis assentes em programas, projetos e serviços. Tal decorre, do facto, de que tanto os valores da gestão social como os da própria ética da profissão, convergem, sendo estes, por exemplo, a democracia e a não discriminação, os direitos humanos e sociais, a justiça e a equidade social (Borgato et al., 2008). De igual modo, Coulshed, et al. (2006) afirmam que todos os assistentes sociais nas organizações são gestores (podendo, contudo, distinguir-se diferentes níveis e diferentes objetivos em função das mesmas), estando transversalmente associados a tarefas de identificação de necessidades, gestão de pessoas, mediação, planeamento, tomada de decisão, afetação de recursos, supervisão de esforços, intervenção em processos de mudança e inovação, entre outras, desde criar a colocar em prática programas e projetos sociais, o que acarreta que haja, por vezes a necessidade de formação ao nível da gestão, planeamento, formulação e avaliação (Ronconi, 2003), que Azambuja (1996, cit. por Ronconi, 2003) vai ao encontro referindo que também é preciso uma aprendizagem contínua, um pensamento sistémico e holístico, inovação, espírito para trabalhar em equipa, respeito e preocupação pelo ambiente e o contexto envolvente.

Em contexto organizacional, e de um modo transversal, os assistentes sociais, para além dos saberes meramente técnicos, carecem de compreender as dinâmicas sociais, as transformações políticas, culturais e éticas, referindo-se a este respeito a importância das competências profissionais, designadamente: conseguir articular, reconstruir e atualizar os conhecimentos de forma a atualizar-se de acordo com as dinâmicas sociais; desenvolver um conjunto de habilidades e ferramentas relativas à criatividade, pensamento crítico, espírito de iniciativa, mas também flexibilidade, sentido de compromisso e autonomia, não podendo ser uma profissão apenas executiva (Andrade, 1997, cit por. Ronconi, 2003). Fundamentalmente, a intervenção social é dinamizada através de competências que se complementam e que se mostra decisivas na atuação com e para os seus públicos (ie., indivíduos, famílias, comunidade, organizações), realçando o código deontológico profissional (APSS, 2018), as competências políticas (e.g., influência no quadro político), relacionais (e.g., relações de confiança, empatia, cooperação), psicossociais (e.g., empowerment), assistenciais (e.g., responder a dificuldades), técnico-operativas e reflexivas (e.g., diagnosticar, comunicar).

Munidos destas competências, os assistentes sociais atuam numa lógica de proximidade a questões sociais particulares e comunitárias, utilizando procedimentos e metodologias como: atendimentos sociais, diagnóstico social, acompanhamento e encaminhamento para outras respostas sociais; e diversas técnicas como: o empowerment, a resiliência e o trabalho em rede (Carvalho, 2010). No quadro das organizações (e.g., ONG), importa sobretudo dar resposta às necessidades e apelos dos públicos que fundamentam a existência daquelas, assim, “o assistente social é responsável por fazer uma análise da realidade social e institucional, e intervir para melhorar as condições de vida do usuário” (Borgato et al., 2008, p.8).

No essencial, a intervenção profissional efetiva-se nos seus diversos contextos, onde se incluem OES, pela observância de imperativos, desde sociais, a éticos e institucionais (Ronconi, 2003), intentando fomentar e incentivar os direitos humanos, a equidade social, eliminar as desigualdades sociais, e promover a coesão social, mostrando-se, assim, fortemente comprometida com a sustentabilidade (e.g., social) das comunidades e dos seus públicos.

2. O serviço social: Articulações com a sustentabilidade

Partindo de Pinto (2014, p.155), a sustentabilidade reverte importância para a missão do Serviço Social, desempenhando este “um papel privilegiado para se assumir como vetor significativo do desenvolvimento sustentável, enquanto profissão de mudança e de desenvolvimento”.

Tendo por base o Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal (APSS, 2018, p.12), o Serviço Social entende a sustentabilidade como um “conceito holístico que interrelaciona dimensões ambientais, sociais e económicas”, assume a história, a cultura e as expectativas dos indivíduos assim como das comunidades para potenciar a sustentabilidade, alicerça-se numa visão global dos seres humanos reconhecendo a interação que estabelecem entre si e a interação com os seus contextos, ancorando-se o entendimento da sustentabilidade no quadro dos princípios do Serviço Social, como decorrente da contribuição profissional “para uma cultura de solidariedade e cooperação entre as nações, fomentando economias de partilha, projetos colaborativos e formas inovadoras de intervir.” Fundamentalmente, a vinculação do Serviço Social ao compromisso para com a sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável, permite construir uma sociedade melhor para todos (Jayasooria, 2016).

Como os vários estudos demonstram (e.g., Peeters, 2012; Pinto, 2014), as preocupações decorrentes da prática profissional em torno das questões da sustentabilidade foram sendo assumidas crescentemente sob vários enfoques. Desde logo, a extensa tradição associada à prática do Serviço Social junto de públicos mais marginalizados e pobres nas sociedades mostra que a mesma se foi sempre direcionando para suplantar problemas em estrita conexão, quer seja de natureza social, ambiental e económica, revelando-se estes públicos como os que mais “sofrem os principais embates da falta de sustentabilidade” (Pinto, 2014, p.156). Também Luz (2019) salienta que vários dos elementos ancorados à abordagem da sustentabilidade acompanham o evoluir do campo interventivo do Serviço Social, constituindo os desafios sociais e económicos elementos que apresentaram sempre grande centralidade para a intervenção (e.g., por referência aos indivíduos). De igual modo, também não constitui novidade as interligações entre o social, o ambiental e as desigualdades sociais, afirmando Rocha (2018, p.1) que “é cada vez mais claro que os problemas ambientais são problemas humanos e têm impacto em todas as dimensões da vida humana”,

sendo que desde o início da profissão, o Serviço Social reconhece o meio ambiental como um fator importante que influi no contexto de vida dos indivíduos.

Recuando às precursoras do Serviço Social, sabe-se que Mary Richmond já convocava aspetos desta natureza para orientar a intervenção, destacando a “importância da interação social e das redes sociais para o Serviço Social de caso estabelecendo o foco dominante no ambiente social, mais tarde conhecida como a abordagem "pessoa no ambiente"” (Peeters, 2012, p.5). Nesta abordagem, o meio ambiente era um dos fatores a ter em conta no “questionário de família” (instrumento necessário para enformar o processo social), constituindo um elemento fundamental da intervenção casuística a consideração do “indivíduo no seu ambiente” social (abrangendo aspetos também do ambiente natural e físico) (Richmond, 1917, 1928, cit. por Rocha, 2018, p.4). Também Jane Addams, enfatizou o “ambiente urbano”, a par com o ambiente social, considerando que as condições de habitação, poluição, saneamento e higiene traduziam componentes do ambiente de vida e eram componentes para a intervenção com a pessoa (Peeters, 2012, p.4).

Com o aumento da consciencialização ambiental na década de 60 e 70, surgiram renovadas abordagens e estudos sobre a ligação do ambiente ao Serviço Social, tendo esta sido reforçada pelo desenvolvimento da teoria sistémica nos anos 70, que surtiu grande influência no Serviço Social (Peeters, 2012). De acordo com Gray et al. (2013, citados por Fernández & Posada, 2020) podem ser destacados três períodos que marcam um maior compromisso do Serviço Social com as questões ambientais, remontando, o primeiro, ao início dos anos 70 do século XX (decorrente de uma nova ênfase ecológica acoplada ao trabalho social, sublinhando a relevância do meio ambiente a nível do desenvolvimento quer individual quer comunitário), o segundo, ao fim dos anos 80 abrangendo também a década de 1990 (reportando-se a aspetos relativos à justiça ambiental, degradação do ambiente, entre outros) e o terceiro que corresponde ao momento presente, pautado por uma maior atenção para com os aspetos relacionados com o meio natural e com a sua interferência no domínio do bem-estar humano. A este respeito, Pinto (2014, p.154) salienta que o envolvimento dos assistentes sociais em “causas ambientais” se torna sobretudo mais explícito na “década de 80 do século XX” e na seguinte, traduzindo uma preocupação com a poluição industrial e com outras de cariz ambiental que produziam efeitos junto dos “mais pobres e mais marginalizados”.

Em 1981, na Alemanha, a “Informationsdienst Sozialarbeit” foi a primeira organização que lançou a discussão sobre o Serviço Social ecológico, emergindo daqui a

abordagem “eco-social” (Opielka, 1985, cit. por Peeters, 2012, p.4)³⁸. Efetivamente, no âmbito do Serviço Social, a discussão relacionando a esfera ambiental com o Serviço Social tem vindo a ser ampliada nas duas últimas décadas, surgindo da mesma todo um conjunto de conceitualizações/perspetivas ecológicas do Serviço Social (e.g., abordagem Eco-Social; a relativa ao Serviço Social Profundamente Ecológico, advogando que a justiça social é uma relação do homem e natureza; a do Serviço Social Eco-Espiritual, postulando os seres humanos como parte da natureza e a ação do serviço social na natureza; a perspetiva do Serviço Social Verde, enfatizando as práticas a favor do bem-estar dos indivíduos mas também da promoção ambiental; a abordagem do Serviço Social Ambiental (equacionando uma ética ambiental como enquadrada nos valores do Serviço Social (e.g., Fernández & Posada; 2020, Matthies, 2015; Pinto, 2014).

Neste enquadramento, importa salientar que a articulação do Serviço Social com o desenvolvimento sustentável convoca o paradigma eco-social, carecendo os profissionais de encarar a complexidade das sociedades e os seus desafios como questões eco-sociais (Schwemmlin, 2017), já que a abordagem ecológica permite uma compreensão holística da realidade, permitindo aos profissionais melhor gerir problemas e necessidades nos seus diferentes níveis, i.e., individual, grupos ou comunidades (Rocha, 2018). Tal como sugere Peeters (2012), o cruzamento do Serviço Social com a sustentabilidade (aceção ampla), fundado na abordagem eco-social, pressupõe um trabalho profissional de cariz mais transformacional, orientado para a promoção da sustentabilidade em vários campos, entre os quais se incluem os da produção e consumo e os relativos aos modos de vida, sendo relevante que as intervenções possam orientar-se para mitigar os efeitos negativos das múltiplas mudanças que as sociedades vêm enfrentando.

Subjacente à agenda comum (da profissão ancorada à sustentabilidade), emergem elementos de maior centralidade, como o conceito de necessidades que afeta a população pobre a uma escala cada vez mais abrangente e há qual urge atender, e a importância de considerar as questões ambientais numa ótica prospetiva, o que passa por interiorizar a ideia de que os recursos naturais não são ilimitados pelo que importa reorganizar comportamentos que preservem o capital natural (e.g., Peeters, 2012).

³⁸ A operacionalização da abordagem de trabalho eco-social ocorreu na Europa muito a partir de projetos de terreno (em cidades europeias como Finlândia, Alemanha e Reino Unido) focados na exclusão social e ambientes de vida sustentáveis (Vd. Peeters, 2012)

Na esteira da concepção do desenvolvimento sustentável erguida pelo Relatório Brundtland e da “Agenda Global para o Serviço Social e para o Desenvolvimento Social: Um espaço para nos ligarmos e sermos eficazes no mundo globalizado”, perante os desafios da crise global (nas suas várias vertentes), o Serviço Social enfrenta o desafio de incrementar a sua contribuição para o desenvolvimento, reposicionando-se perante os problemas sociais, e de estimular o surgimento de respostas criativas, potenciando articulações e respostas locais comunitárias (Jones & Truell, 2012).

Neste âmbito, Jayasooria (2016, p.21) enfatiza que os objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável vão ao encontro dos valores do serviço social, referindo que “os assistentes sociais identificam-se com esses valores para a prática”, acrescentando Peeters (2012, p.9), que, “com base na profissão, na declaração de missão, conforme articulado na definição internacional e na declaração de princípios”, existem compromissos/princípios normativos do desenvolvimento sustentável e do Serviço Social que se podem reforçar mutuamente, sendo eles “dignidade humana, inclusão, (...), a igualdade e a não discriminação” (Jayasooria, 2016, p.21), mas também o “bem-estar (...) direitos humanos (...) a qualidade das condições de vida” (Peeters, 2012, p.9).

Também o enfoque do Serviço Social na dimensão social do desenvolvimento sustentável e nas questões da redistribuição e empoderamento das pessoas e comunidades eleva as questões da sustentabilidade social como uma demanda da profissão, a qual possui forte afinidade a estes temas. Neste sentido, McKinnon (2008, pp.256-257) refere que “A questão da sustentabilidade social é explorada como foco pela relevância do conhecimento e da prática de serviço social”, assim, não altera os eixos centrais na profissão, mas exige ferramentas de atuação profissional que se posicionem com a sustentabilidade social, já “que existe uma conexão clara (...) particularmente nas relações entre justiça social e ambiental, e que a experiência estabelecida pelo serviço social pode ajudar (...) na sustentabilidade social”. De facto, e como recorda Pinto (2014), ir ao encontro da sustentabilidade social pressupõe tornar operativos os princípios de equidade e de justiça social, tendo como referência os direitos humanos e a cidadania, aspetos estes que como se reconhece fazerem parte do mandato profissional.

Efetivamente, o Serviço Social intersecta-se com o desenvolvimento sustentável e “pode fazer a diferença e desempenhar um papel fundamental”, nos níveis, micro, meso e macro (Pinto, 2014, p.159). Neste sentido, segundo Pinto (2014, p.159) e Jones e Truell (2012), a nível micro, o Serviço Social procede ao diagnóstico e intervém a nível individual

e familiar, socialmente e economicamente. Já a esfera meso prende-se, sobretudo, com a intervenção na comunidade, tornando-as fortes e resilientes na procura do bem-estar, estando a intervenção das organizações na linha da frente. O domínio macro, enquadra a promoção da coesão e da justiça social, pretendendo-se influenciar políticas e padrões relativos aos direitos humanos.

É, então, em prol da população mais marginalizada, marcada por vulnerabilidades, desigualdades e exclusão, que o serviço social desde o início da profissão traça a sua intervenção, a favor da população mais pobre, com objetivo de atingir a justiça social (Stoeffler & Joseph, 2020). O fator mais relevante na questão da pobreza é a exclusão, visível, sobretudo, por aspetos como a falta de bens, alimentação, vestuário e até condições de saúde e de habitação. No entanto, estas questões têm uma maior amplitude e são mais complexas, com problemas enraizados na comunidade, de ordem social, cultural, psicológica, entre outros. Porém, por norma, apresentam uma problemática clara, as necessidades básicas não garantidas, com uma evidente expressão de exclusão social, sendo que, por sua vez, as respostas a estas necessidades permitem à pessoa ter a capacidade de diminuir as privações do dia-a-dia, nomeadamente de bens e recursos (Costa, et al., 2008; Perista & Batista, 2012).

Esta privação pode ter diversas causas, desde logo monetárias, ou outras (que por vezes são interligadas entre si, ou são as causas e consequências umas das outras), como por exemplo, questões de desemprego ou emprego precário, toxicodependência, problemas de saúde física e mental, que podem ter uma gravidade menos ou mais acentuada (e.g., pessoas em situação de sem abrigo). Isto posto, é nestas questões que o assistente social tem de intervir, identificar problemas e necessidades, de forma a solucionar e encontrar estratégias para as causas e para as consequências, mas tem também de atender à carência económica, satisfazer as necessidades básicas e por vezes imediatas, sendo esta uma “marca identitária” da profissão (Granja, 2008, p.7), dado que a sua privação corresponde a uma lacuna na garantia dos direitos humanos. Ou seja, o assistente social tem de “encontrar as respostas para delinear estratégias, tomar decisões, planejar, agir como profissional nos contextos de acção” (Granja, 2008, p.3) e garantir a provisão de recursos como a alimentação e vestuário. Como tal, o Estado possui apoios económicos (e.g., rendimento social de inserção (RSI), pensão de invalidez), para fazer face à falta de meios económicos, mas, eventualmente também é necessário recorrer a respostas institucionais que permitam a assistência imediata (Costa et al., 2008; Mapp, et al., 2019; Perista & Batista, 2012), sendo que “é normalmente

a assistente social que procede à angariação, gestão e provisão de recursos necessários” (Granja, 2008, p.7). Assim, por outras palavras, o serviço social encontra-se preocupado em garantir a distribuição de bens, serviços e recursos, com acesso livre e igualitário, posicionando-se solidário com os mais desfavorecidos, tendo a pretensão de mitigar a pobreza, com via à inclusão social, em prol da dignidade de cada pessoa e do seu valor (APSS, 2019; Mapp et al., 2019).

Nos contextos comunitários, os profissionais atuam com potencial de sustentabilidade quando apoiam mudanças sociais ao nível da estrutura social, bem como quando atendem a necessidades imediatas que se colocam por parte dos indivíduos (Rocha, 2018). Assim, encarar os problemas da exclusão social e degradação ambiental colocam-se como compromissos de responsabilidade profissional compatíveis com os vários domínios do desenvolvimento sustentável, mas também como compromissos de vinculação social ou colaborativa entre vários agentes e/ou instâncias (e.g., indivíduos, instituições, entidades governamentais). Deve, aqui, considerar-se, a partir da reflexão de Peeters (2012), que a profissão assume um papel particularmente importante para construir redes, para trabalhar com os indivíduos, contribuindo para desenvolver contextos comunitários mais sustentáveis. Tal ocorre, por exemplo, através de “várias formas de economia social, onde produção e serviços sustentáveis e objetivos sociais caminham juntos” (Peeters, 2012, p.14), integrando-se nessas dinâmicas, as lojas sociais das OES, que respondem a públicos em maior vulnerabilidade incorporando lógicas de economia circular (Luz, 2019, 2020).

Importa, neste âmbito, referir que “os assistentes sociais revelam-se mediadores por excelência, facilitadores, organizadores e mobilizadores do tipo de ação necessária à mudança e ao desenvolvimento que sejam sustentáveis e inclusivos de todos nos benefícios do desenvolvimento humano” (Pinto, 2014, p.156). Fazendo uso de ferramentas e estratégias na sua prática diária, no âmbito da intervenção social junto dos públicos, com via à resolução de questões sociais, através das suas funções, tarefas e atos na sua prática diária, os assistentes sociais promovem e procuram reforçar a sustentabilidade social não desprezando outras esferas que se inserem na perspetiva da sustentabilidade, situando-se a intervenção associada às OES (decorrente das funções e tarefas atribuídas a estes profissionais) e no quadro das respetivas lojas sociais, como mitigadora da pobreza e promotora da equidade social, da justiça social, da igualdade social, mas também de valorização dos recursos, e de preocupação pelos problemas ambientais revelando um sentido de implicação holístico a favor do bem-estar comunitário.

Assim, vários são os atos que, no âmbito do seu exercício profissional, os assistentes sociais desenvolvem, facilitadores de um trabalho que vá ao encontro dos vários compromissos da profissão, designadamente o assistente social pretende conhecer as vulnerabilidades dos indivíduos com quem intervêm. Para tal, estes são ouvidos pelos profissionais em diversos momentos, como por exemplo, no “Atendimento, acolhimento social e abertura de processo social com registo de informação” (APSS, 2018, p.7), de forma a recolher informações, “identificar problemas para a atribuição de recursos” tomar decisões sobre a situação em causa (Granja, 2008, p.5). Neste sentido, é possível realizar um diagnóstico social dessas vulnerabilidades, nomeadamente económicas, sociais e familiares, “visando a identificação, avaliação das necessidades e problemas sociais e psicossociais das pessoas e comunidades e análise das suas capacidades e recursos” (APSS, 2018, p.7). O profissional pode também proceder à “elaboração de (...), pareceres, informações e relatórios sociais”, prestando informações (APSS, 2018, p.7), existe ainda, um acompanhamento por parte do assistente social da situação, respondendo às suas demandas, ou o encaminhamento para outras respostas institucionais que respondam de forma mais eficaz à problemática em causa (Carvalho, 2010; APSS, 2018). Ao longo deste processo existe uma comunicação com os indivíduos, “Aconselhamento, orientação, prestação de informação” (APSS, 2018, p.7), sobre os seus direitos e deveres, mas também sobre políticas, serviços, recursos e qual o seu funcionamento, interpretação de documentos, entre outros (Granja, 2008).

Durante o acompanhamento de uma situação, é possível fomentar a participação e *empowerment* dos indivíduos, capacitando-os e consciencializando-os, envolvendo-os no seu processo de ajuda, de forma a entenderem os desafios e as estruturas para a capacitação da pessoa, através da “promoção da participação das pessoas nos atos e nas decisões que lhes dizem respeito” (APSS, 2018, p.7; Peeters, 2012; Pinto, 2014; Rocha, 2018), isto através da identificação dos seus próprios problemas e dos recursos necessários para solucionar o problema, desde redes familiares, profissionais, a outras redes que existam no contexto onde a pessoa está inserida (Granja, 2008).

No decorrer do trabalho do assistente social, por vezes, é necessário trabalhar em rede na articulação com outras entidades da comunidade que estejam implicadas nos processos de respostas a situações sociais, criando conexões na comunidade – “criar relações de respeito, confiança, empatia e cooperação para as mudanças necessárias, incluindo a construção de redes e parcerias” (APSS, 2018, p.6; Carvalho, 2010).

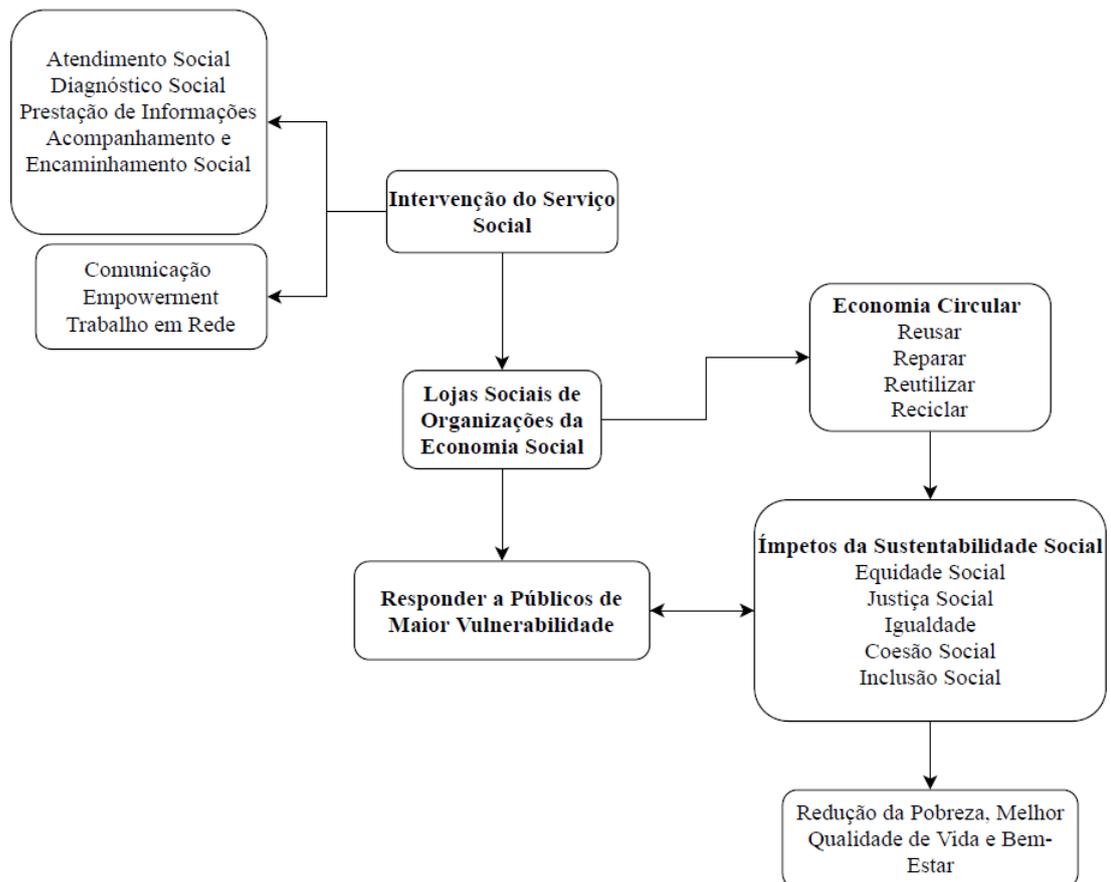
De um modo geral, é consensual a perspectiva que enquadra o Serviço Social como uma profissão que se situa em contextos de complexidade e que procura desencadear intervenções orientadas para a mudança, visando ultrapassar dificuldades e facilitar a criação de soluções para um futuro sustentável (e.g., Peeters, 2012). Na visão de Cyrino (2013, p.25), participar na superação das dificuldades para um futuro sustentável é um “dos elementos de resistência do Serviço Social” onde é necessário criar mecanismos de resiliência e para tal, produzir instrumentos que se desenvolvem no dia-a-dia da prática profissional (Cyrino, 2013, p.30), para responder às demandas da sustentabilidade social junto dos públicos da sociedade à qual esta é negada.

Perante as novas realidades de cariz global, mas cuja expressão ocorre ao nível territorial/local, os assistentes sociais enfrentam desafios acrescidos que os convocam para iniciativas/intervenções que pretendem ser socialmente inclusivas, prestando particular atenção aos grupos mais vulneráveis da sociedade (e.g., Sachs, 2015, cit por Jayasooria, 2016; Rocha, 2018), admitindo-se pois que a “forma mais holística e sustentável de atender às necessidades humanas é promovida através do combate à pobreza, educação, saúde, economia e emprego, sendo todas preocupações com o desenvolvimento humano” (Jayasooria, 2016, p.20). Estando os assistentes sociais mais familiarizados e abraçando, desde sempre, os aspetos da sustentabilidade social que suportam a salvaguarda das necessidades individuais de saúde e bem-estar, nutrição, abrigo, educação e culturais (Brennan, 2010). Tal significa que os ímpetus para a sustentabilidade social estão imbricados na profissão, mas existem claros desafios para incrementar o bem-estar das pessoas, colocando-as no cerne das atenções e das preocupações do desenvolvimento. As “soluções circulares”, que distinguem a sustentabilidade social conotada com a melhoria da qualidade de vida, resposta a necessidades básicas e minimização das desigualdades, são expressões da economia circular que encontram nas lojas sociais “espaços” onde as mesmas podem emergir (Luz, 2020, p.11), contribuindo a par para a redistribuição de produtos e bens, para a prevenção associada à extração de novos recursos naturais, para a redução dos resíduos, promovendo o desenvolvimento sustentável sustentado em práticas de economia circular. Inserido nestas dinâmicas (OES/lojas sociais) e desempenhando aqui um papel ativo, o serviço social reforça as práticas conducentes à sustentabilidade social (em contextos de renovada complexidade), mas também contribui para a interligação das questões sociais, económicas e ambientais, “fazendo sentido que existam narrativas (...) de mudança, respeito e colaboração (...) para a justiça social, económica e ambiental [deste modo] Os assistentes

sociais conseguem facilitar o desenvolvimento (...) com a criação de novas narrativas de longo prazo para o benefício da comunidade” (Schmitz et al., 2012, p.284). Face ao exposto (cf. Figura 2), neste seguimento, o esquema agregador dos eixos orientadores da nossa reflexão.

Figura 2

Dinâmicas de economia circular, indutoras de sustentabilidade social e o papel do serviço social - Esquema analítico



PARTE II

CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO EMPÍRICO

A finalidade da investigação é a de procurar responder a problemas identificados e compreender os fenómenos sociais. Como sublinha Coutinho (2014, p.5), “fazer perguntas é uma atividade especificamente humana, e desde os primórdios da história que o homem se preocupa por conhecer e compreender o mundo que o rodeia”.

Assim, e face ao enquadramento teórico, o presente capítulo focaliza a metodologia utilizada na presente investigação. Deste modo, apresenta-se o problema do estudo e as questões a si associadas, os objetivos, assim como a definição do tipo de pesquisa, a amostra, as técnicas e instrumentos de pesquisa e os procedimentos da análise de resultados.

1. Delimitação do problema de pesquisa e questões associadas

Segundo Coutinho (2014, p.49), a delimitação do “problema tem a importante função de focalizar a atenção do investigador para o fenómeno em análise, desempenhando um papel de “guia” na investigação”. Tal significa, que o problema do estudo permite centrar a investigação, dar-lhe uma direção, delimitando-a, pelo que se torna sempre necessária a sua contextualização.

Considerando os elementos da fundamentação teórica desenvolvidos, percebe-se que o enfoque no desenvolvimento sustentável das sociedades tem vindo a ganhar uma maior predominância, sendo a sustentabilidade social um dos pilares que aqui ganha importância, pelo seu pendor vinculativo com a diminuição da pobreza e com a satisfação das necessidades básicas das populações mais vulneráveis. Paralelamente, a economia circular tem vindo a emergir como um modelo económico a adotar para uma sustentabilidade económica, ambiental e social a longo prazo, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações. Estes aspetos convergem com o que tem vindo a ser contemplado nas diferentes diretrizes Europeias, onde se alerta para uma economia mais centrada na sustentabilidade, através por exemplo, da reutilização de produtos, melhor utilização dos recursos e diminuição dos resíduos. A este respeito, o modelo da economia circular enquadra, oportunidades para melhorar a vida em sociedade, promover a equidade social e para responder a situações de vulnerabilidade social e de carência, atribuindo sentido à noção de sustentabilidade social.

Neste âmbito, a economia social constitui um setor, que, dada a sua vocação solidária e de proximidade às comunidades, possui acrescidas possibilidades para fomentar a

sustentabilidade social, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais e incremento da qualidade de vida e bem-estar. Estas orientações ou finalidades, são colocadas em prática através de várias iniciativas, podendo os espaços onde existe partilha de produtos e bens, onde se pratica a reutilização dos mesmos, entrega de produtos/doações, entre outras dinâmicas, derivadas das lojas sociais, reverter oportunidades para que a economia social, assente nos princípios da economia circular possa melhor concretizar as suas respostas na esteira da sustentabilidade social, beneficiando para este efeito da intervenção social.

Neste enquadramento, o presente estudo parte da seguinte questão central: De que forma as organizações da economia social, através das lojas sociais, potenciam a sustentabilidade social das comunidades (públicos em necessidade) assente nos princípios da economia circular e qual o papel do Serviço Social a este nível?

Para uma melhor compreensão do problema do estudo, foram formuladas as seguintes questões associadas:

- Qual a perceção tida por parte dos interlocutores das organizações da economia social acerca da economia circular e da sua articulação, por via das lojas sociais, com a economia social? Qual o seu significado? Quais os seus pilares?
- Quais as razões que estiveram na origem do desenvolvimento de iniciativas como as lojas sociais?
- Como se caracterizam as lojas sociais? Como se inscrevem nas lógicas da economia circular? Como funcionam para ir ao encontro das necessidades dos seus públicos (beneficiários)?
- Quais as repercussões das lojas sociais? Que mudanças provocam nos públicos que delas beneficiam?
- Qual a intervenção do assistente social no contexto das lojas sociais? Qual o seu enquadramento, princípios e campo de intervenção?

2. Finalidades e objetivos

O presente estudo, com base no problema e nas questões associadas apresentadas, assume como finalidade, analisar a interligação da economia circular com a economia social, face à sustentabilidade social das comunidades (públicos em situação de vulnerabilidade) e o enquadramento do serviço social no contexto de iniciativas convergentes com lógicas de economia social circular, como as lojas sociais.

No que se refere aos objetivos, e considerando como Marconi e Lakatos (2003, p.157), que “o objetivo torna explícito o problema, aumentando os conhecimentos sobre determinado assunto”, que o âmbito de um objetivo geral “está ligado a uma visão global e abrangente do tema”, e que os objetivos específicos “apresentam uma carácter mais concreto” (Marconi & Lakatos, 2003, p.219), apresentam-se de seguida os objetivos gerais e específicos elencados para o estudo:

Objetivos gerais:

- Compreender a resposta das organizações da economia social enquadrada nos princípios da economia circular à questão da sustentabilidade social, resultante da sua intervenção por via das lojas sociais.
- Compreender o papel do serviço social no quadro de uma intervenção comprometida com a resposta das lojas sociais a situações de vulnerabilidade dos seus públicos (i.e., pobreza, exclusão social) convergente com os pressupostos da economia circular.

Objetivos específicos:

- Percecionar a apreensão do significado, dos pilares da economia circular e a valorização desta abordagem, na sua relação com as ações das organizações da economia social.
- Compreender os ímpetus inerentes à promoção da sustentabilidade social oriunda das lojas sociais.
- Percecionar as práticas e as repercussões advindas das lojas sociais ancoradas no seu compromisso com a sustentabilidade social.
- Distinguir o enquadramento, os princípios e o campo de intervenção do serviço social no âmbito das lojas sociais.

De salientar, que a hipótese geral para o presente estudo é a de que a economia social, através das lojas sociais incorpora pressupostos de economia circular para promover a sustentabilidade social (resposta a públicos em necessidade), constituindo os assistentes sociais, profissionais centrais neste contexto.

3. Procedimentos metodológicos

3.1. Tipo de pesquisa

O presente estudo, surge enquadrado no paradigma qualitativo, de cariz interpretativo, tendo utilizado a abordagem metodológica do estudo de caso.

Como a teoria acerca da metodologia de investigação elucida (Coutinho, 2014), no paradigma qualitativo os significados não são mensuráveis e por isso têm de ser compreendidos e interpretados dentro do contexto social, por outro lado, visto que a realidade não é só uma, sendo divergente e holística, o investigador torna-se intérprete dos significados e o conhecimento apurado permite generalizar as hipóteses no contexto. Neste paradigma, existe um relacionamento entre a teoria e prática, fazendo-se uso de técnicas qualitativas e descritivas, a análise de dados é de igual modo qualitativa, socorrendo-se normalmente da triangulação de dados (Coutinho, 2014). A este respeito, Amado (2007, pp.42-43), acrescenta que o paradigma qualitativo permite “a compreensão das intenções e significações – crenças, opiniões, perceções, representações, perspetivas e conceções, etc.- que os seres humanos colocam nas suas próprias ações, em relação com os outros e com os contextos em que e com que interagem”.

Neste sentido, a opção pela metodologia qualitativa decorreu das possibilidades oriundas da mesma em compreender e analisar perceções acerca da economia social na sua relação com a economia circular, das práticas advindas das lojas sociais para a sustentabilidade social, cruzando opiniões e perspetivas, através da interação com vários interlocutores, e numa base de proximidade com o seu contexto natural.

Consequentemente, de forma a ir ao encontro do já aqui delineado, privilegiou-se o método do estudo de caso, que segundo Meirinhos e Osório (2010, p.52) parece “herdar as características da investigação qualitativa”, traduzindo e de acordo com Coutinho (2014), uma investigação empírica com base no raciocínio indutivo, apoiada num forte trabalho de campo, não experimental e que tem na sua base várias fontes de dados. Segundo Amado e Freire (2007, p.124), “o estudo de caso pode consistir no estudo de um indivíduo, de um acontecimento, de uma organização”, “com a particularidade de que o propósito da investigação é o estudo intensivo” (Meirinhos & Osório, 2010, p.52).

Neste âmbito, o presente estudo beneficiou do estudo de caso instrumental e múltiplo (Stake, 1995, cit. por Coutinho, 2014), assentando em “vários experimentos”, ou casos, possuindo um carácter exploratório pelas questões definidas previamente e que vão ser

estudadas (Yin, 1994, p.45). Deste modo, os casos são examinados para fornecer conhecimento que não é apenas sobre o caso em si, mas para possibilitar um maior aprofundamento sobre os fenómenos em análise (Coutinho & Chaves, 2002).

3.2. Universo da pesquisa e constituição da amostra

O universo da pesquisa contemplou as organizações da economia social do distrito de Coimbra, designadamente instituições particulares de solidariedade social, promotoras de lojas sociais, assim como os seus interlocutores e beneficiários.

Em relação à amostra, Bravo (1998, cit. por Coutinho e Chaves, 2002, pp.228-229) considera, que nos estudos de caso esta é sempre intencional, isto é, mostra-se baseada em critérios de natureza pragmática e teórica, ao invés de se apoiar em critérios probabilísticos. Por entre as diversas modalidades de amostragem intencional, passíveis de integrar o estudo de caso, optou-se no presente estudo, pela amostra intencional e de conveniência, tendo sido selecionados os casos (i.e., OES/participantes) considerados oportunos (numa perspetiva teórica e pragmática) e que se mostraram disponíveis para participar.

Para efeitos de seleção da amostra, foram consideradas para inclusão no estudo as OES integrando práticas direcionadas para atuar face a situações de vulnerabilidade (e.g., pobreza), procurando minimizá-las, designadamente lojas sociais, a funcionar há pelo menos 3 anos e sob a coordenação de um profissional de Serviço Social.

Paralelamente, foram selecionados, por referência a cada loja social, um(a) interlocutor(a) organizacional com responsabilidade no funcionamento das lojas sociais (assistente social), um(a) interlocutor(a) com proximidade à atividade ou a desempenhar funções na loja social e beneficiários(as) referenciados pelas entidades, como usufruindo da resposta e que se mostrassem disponíveis para participar no estudo.

Com base nestes pressupostos, a amostra do estudo incluiu duas organizações de economia social dinamizadoras de lojas sociais, abrangendo por referência a cada, dois interlocutores - assistente social e interlocutor com proximidade à atividade ou a desempenhar funções na loja social - e respetivos beneficiários - três por referência a uma das lojas sociais e dois por referência à outra loja social incluída no estudo. Na sua globalidade, a amostra foi constituída por nove participantes.

3.3. Técnicas de pesquisa

Sendo o presente estudo, qualitativo, e suportado no método do estudo de caso, foram escolhidas como técnicas de pesquisa, para além da pesquisa bibliográfica ancorada sobretudo à parte teórico/concetual do estudo, a entrevista semiestruturada e a pesquisa documental. Esta escolha, abrangendo mais do que uma técnica, mostrou-se oportuna, atendendo às possibilidades erguidas a nível da triangulação e cruzamento da informação recolhida (Coutinho, 2014), facilitando a par a compreensão das perceções/perspetivas da população auscultada e do fenómeno em análise.

Como explica Coutinho (2014, p.341), “a entrevista adquire bastante importância no estudo de caso, pois através dela o investigador percebe a forma como os sujeitos interpretam as suas vivências”, conseguindo-se perceber a interpretação dos entrevistados sobre o problema. Fundamentalmente, e através da interação entre o investigador e o entrevistado, obtém-se mais esclarecimentos, já que a entrevista “é um ótimo instrumento para captar a diversidade de descrições e interpretações que as pessoas têm sobre a realidade” (Meirinhos & Osório, 2010, p.62). Por entre os diferentes tipos de entrevista (i.e., integrando perguntas de resposta aberta ou fechada; de formato mais ou menos estruturado), foi escolhida a entrevista semiestruturada por assentar numa estrutura mais flexível, o que permitiu por via de um guião concebido, desencadear uma conversa mais fluida, possibilitando ao entrevistador ir dirigindo a entrevista (Boni & Quaresma, 2005), recolher factos, ideias, sentimentos e expectativas, mais facilmente (Fortin, et al., 1999).

Relativamente à pesquisa documental, a mesma pode incidir em “cartas, memorandos, comunicados, agendas, planos, propostas, cronogramas”, entre outros documentos, que se mostrem necessários de consultar face às intenções do estudo (Coutinho, 2014, p.342). Substancialmente, esta técnica valida evidências, contextualiza o caso e acrescenta informação (Meirinhos & Osório, 2010), permitindo obter informações variadas e/ou de forma diferente da original e que se mostre útil ao estudo. Para esta investigação, procedeu-se, para efeitos de análise e caracterização das OES e das respetivas lojas sociais à consulta de documentos como declarações de missão, regulamentos, informação de apresentação da entidade e estrutura, quer obtidos em formato físico, quer via internet nos respetivos sites de cada OES.

3.4. Instrumentos de pesquisa

Assentes nas técnicas de pesquisa apresentadas, foram criados três guíões de entrevista semiestruturada, um para os(as) interlocutores(as) organizacionais com responsabilidade no funcionamento das lojas sociais (assistente social) (Apêndice 2), um para os(as) interlocutores(as) com proximidade à atividade ou a desempenhar funções na loja social (Apêndice 3) e um terceiro guião para os(as) beneficiários(as) das lojas sociais (Apêndice 4).

Quanto ao guião dirigido aos(às) assistentes sociais, o mesmo enquadrou cinco eixos temáticos, designadamente, elementos relativos à caracterização do(a) entrevistado(a); caracterização da loja social; perceção da economia circular (significado e pilares); promoção da sustentabilidade social (ímpetus, práticas e repercussões) e intervenção do serviço social (enquadramento e contexto, princípios e campo de intervenção).

Por seu lado, o guião destinado aos(às) interlocutores(as) com proximidade à atividade ou a desempenhar funções na loja social, abrangeu uma primeira parte de caracterização do(a) entrevistado(a), uma segunda relativa à perceção da economia social (significado e pilares), um terceiro eixo enquadrando indicadores para reunião de informação relativa à promoção da sustentabilidade social (ímpetus, práticas da loja social e repercussões da mesma) e o último eixo direcionou-se para a intervenção do serviço social.

O guião aplicado aos beneficiários foi conduzido também a partir da caracterização do entrevistado(a), enquadrando numa segunda parte elementos relativos à promoção da sustentabilidade social decorrente da loja social.

Todas as entrevistas foram precedidas de consentimento informado, livre e esclarecido (Apêndice 5), tendo sido gravadas em suporte áudio e posteriormente transcritas. As entrevistas ocorreram entre 10 de agosto e 18 de setembro, realizadas nas instalações físicas das organizações participantes no estudo.

Em relação à técnica de pesquisa documental, foi criado um consentimento para a recolha de dados, assim como uma grelha de recolha de dados documentais das OES e respetivas lojas sociais (Apêndice 6), incluindo sobretudo indicadores destinados à sua caracterização (e.g., natureza, período de fundação, marcos evolutivos, população-alvo, missão/visão/valores, objetivos, serviço/valências, colaboradores).

3.5. Procedimentos de tratamento e análise dos dados

Os dados recolhidos no presente estudo, através das entrevistas semiestruturadas, foram submetidos a uma análise de conteúdo (Apêndice 10) a qual, segundo Berelson (1952, cit por. Bardin, 2013), diz respeito a uma técnica de investigação que pela descrição objetiva, sistematizada e quantitativa do conteúdo, produzido pelas entrevistas, pretende interpretar esse mesmo conteúdo, assente em procedimentos inferenciais, ou seja, que permitem a passagem explícita e controlada da descrição para a interpretação (Bardin, 2013). Tendo por base Vala (1990), a análise de conteúdo, podendo aplicar-se aos diferentes níveis de investigação empírica, implica sempre várias operações que passam por: definir objetivos; elencar um quadro de referência teórico que se mostre orientador da investigação; constituir um corpus (sujeito à análise); definir categorias e subcategorias, assim como unidades de análise.

Neste sentido, refira-se, que as categorias conceituais segundo Vala (1990, p.111), são “um termo-chave que indica a significação central do conceito que se quer apreender”, por sua vez, as subcategorias correspondem a uma divisão desse conceito, ou à sua dimensão. As unidades de registo “descrevem o campo semântico do conceito” (Vala, 1990, p.111), podendo ser de natureza e dimensão variável, como uma palavra ou um tema (Bardin, 2013). Já as unidades de contexto são secções de texto retirado do texto em análise, que devem deter sentido pertinente para o estudo podendo ser contadas como unidades de enumeração/ocorrência, carecendo de se sublinhar que “uma análise de conteúdo não implica necessariamente quantificação” (Vala, 1990, p.117).

Assim, e de acordo com a problemática, os objetivos do estudo e a fundamentação teórica erguida, procedeu-se à formulação de um sistema de categorias com base nos pressupostos teóricos ou quadro teórico de partida, tendo sido em consonância com a análise do corpus definidas as unidades de análise (unidade de registo, unidade de contexto, unidade de enumeração/ocorrências). De salientar, que a validade interna das categorias da análise de conteúdo foram asseguradas, considerando as regras de homogeneidade, exaustividade, exclusividade e adequação (Bardin, 2013).

Em termos da categorização, a análise de conteúdo permitiu erguer três categorias conceituais à priori, divididas em subcategorias e indicadores (Vala, 1990), apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 1*Categorização referente à análise de conteúdo das entrevistas*

Categoria	Subcategoria	Indicadores
Perceção da economia circular	Significado	Definição/características
	Pilares	Lógicas e princípios evidenciados nas ações da loja social
Promoção da sustentabilidade social decorrente das lojas sociais	Ímpetos	Razões para a criação da loja social Natureza Traços característicos Evolução
	Práticas	Modalidades de ações da loja social Caracterização da procura Recursos afetos e receita monetária Perspetivas futuras e desafios
	Repercussões	Mudanças nos beneficiários Impactos na comunidade Impactos na OES Avaliação dos bens/produtos e serviço Sugestões
Intervenção do Serviço Social	Enquadramento/contextualização	Cargo, funções e duração Equipa/recursos humanos
	Princípios	Âmbito da intervenção Contributo da intervenção
	Campo de intervenção	Atos profissionais Estratégias Dilemas e constrangimentos

Assim sendo, relativamente à primeira categoria, perceção da economia circular, como conceito central da investigação, foi dividido em duas dimensões: significado e pilares, decorrentes da literatura (e.g., Belk, 2014; Bonciou, 2014; Cardoso, 2018; Cruz, 2017; Fundação Ellen MacArthur, 2013; Hamari et al., 2016; Hesmati, 2015; Krajner & Pracek, 2019; Leitão, 2015; Martin, 2015; Mies & Gold, 2018; Owyang, et al., 2013; Stahel, 2016), que demonstraram relevo para o presente estudo. Esta categoria reporta para a definição atribuída à economia circular, mas também para as lógicas de ações possivelmente evidências na loja social.

A segunda categoria, promoção da sustentabilidade social decorrente da loja social, com base na literatura (e.g., Foladori, 2002; Good360, 2019; Jorge, 2015; Koumparou, 2017; Mckenzie, 20014; Mendes, 2009; Morrison-Saunders & Hodgson, 2009; Roca-Puig, 2019; Santana et al., 2018; Santos, 2015; Secours Catholique, 2014; Tóta, 2015), reporta-se aos ímpetus da sustentabilidade social que estiveram na origem e na criação da loja social e são os seus traços característicos e evolutivos. Foca-se ainda, nas dinâmicas das lojas sociais, nas suas modalidades, nos seus beneficiários, e nos próprios desafios da loja social, contando ainda com uma dimensão referente às mudanças e aos impactos que a loja social produz ou produziu, tanto nos beneficiários, como na comunidade.

Por último, relativamente à categoria, intervenção do serviço social, esta foi dividida em três dimensões e conforme a literatura (e.g., Alencar, 2014; APSS, 2018, 2019; Carvalho, 2010; Cyrino, 2013; Goerck, 2006; IFSW, 2014; Jayasooria, 2016; Jones & Truell, 2012; Mckinnon, 2008; Peeters, 2012; Pinto, 2014; Rocha, 2018; Santos, 2008), remete-se para o cargo desempenhado pelo assistente social e às funções da mesma, isto é, nas lojas sociais. Diz também respeito aos princípios do serviço social, que estão presentes na intervenção dos assistentes sociais nas lojas sociais, indo ao encontro do âmbito da intervenção e do contributo da mesma e como tal, centra-se nos atos e nas estratégias desempenhadas pelo assistente social e ainda nos dilemas e constrangimentos do serviço social.

Para efeitos da sinalização das organizações e relatos, procedeu-se à sua codificação, tal como se indica na tabela seguinte, realçando-se que a numeração que acompanha a classificação das entidades e participantes não enquadra qualquer hierarquia ou avaliação, mas apenas se destina a facilitar a apresentação dos dados:

Tabela 2

Codificação das organizações e participantes no estudo

	Organizações da Economia Social	Lojas Sociais	Participantes		
			Assistentes Sociais	Interlocutores	Beneficiários
Codificação	Organização da Economia Social1 = OES1	Loja Social1 = LS1	Assistente Social1 = AS1	Interlocutor1 = Inter1	Beneficiário1 = Benef1 Beneficiário2 = Benef2
	Organização da Economia Social2 = OES2	Loja Social2 = LS2	Assistente Social2 = AS2	Interlocutor2 = Inter2	Beneficiário3 = Benef3 Beneficiário4 = Benef4 Beneficiário5 = Benef5

Paralelamente, e por forma a melhor enquadrar a apresentação e análise de dados, o estudo recorreu a elementos de estatística descritiva simples (frequências absolutas, relativas, média, mediana), para as organizações da economia social (Apêndice 7) e para as lojas sociais (Apêndice 8), assim como para os participantes entrevistados (Apêndice 9). De realçar, que os dados recolhidos no seio da presente investigação não assumem pretensões de generalização, cingindo-se apenas à realidade dos casos analisados.

CAPÍTULO II. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo direcionado para a apresentação, bem como para a análise dos dados recolhidos, procede à caracterização da amostra, mas também à análise do conteúdo das entrevistas. Deste modo são apresentados, primeiramente, elementos de caracterização das organizações da economia social, assim como das lojas sociais, tendo como referência as informações recolhidas pela pesquisa documental e por suporte digital (online), mas também pelas entrevistas realizadas, nomeadamente ao assistente social. Seguidamente é desenvolvida a caracterização dos participantes entrevistados, nomeadamente, dos assistentes sociais, dos interlocutores e dos beneficiários da loja social, com base nos relatos das respetivas entrevistas.

Num segundo momento, pretendeu-se, assente na análise de conteúdo compreender a perceção dos interlocutores acerca, da economia circular, do contributo das lojas sociais para a promoção da sustentabilidade social e analisar o papel do serviço social na resposta das lojas sociais.

1. Caracterização da amostra

1.1 Caracterização das organizações da economia social

O estudo abrangeu duas organizações de economia social tendo a sua caracterização sido feita a partir de indicadores como: natureza jurídica, período de fundação, missão, objetivos, áreas de atuação, serviços/valências, número aproximado de utentes por valência, número de colaboradores (valores estimados de efetivos e voluntários) e principais marcos evolutivos (Apêndice 7).

No que diz respeito à **natureza jurídica**, tanto a OES1 como a OES2 são IPSS's, datando ambas quanto ao **período de fundação** do século XX, tendo a primeira sido criada nos anos 50 e a segunda nos anos 90, respetivamente.

Em termos da **missão** prosseguida, a OES1 pauta-se por uma ação assente no respeito pelos princípios fundamentais da humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade, deste modo os seus **objetivos** passam por prestar auxílio a quem necessita, prevenir o sofrimento, proteger a vida de cada pessoa, promover o respeito, a compreensão, a cooperação e a paz. Relativamente à OES2 a sua **missão** é prevenir, tratar e reinserir, nomeadamente a população em contexto de toxicodependência, tendo desta forma os seguintes **objetivos**: promover ações de prevenção da

toxicodependência com crianças, jovens e comunidade em geral; reinserir socialmente os jovens consumidores de substâncias e prestar apoio às suas famílias, assim como cooperar com outros organismos.

Posto isto, as **áreas de atuação**, no que concerne à OES1 são a emergência médica, o apoio a eventos e o apoio à população vulnerável. A OES2, possui uma atuação junto de jovens e adultos com risco e/ou consumos ou ex-consumos de substâncias aditivas. Assim, os **serviços/valências** da OES1 são: apoio social; socorro e emergência; saúde e formação/ensino. Relativamente aos **utentes por valência**, em 2019 a primeira valência teve aproximadamente 315 utentes, a segunda a 7000, a terceira cerca de 50 eventos e por último, a quarta a 400 utentes. No que diz respeito à OES2, os **serviços/valências** abrangem uma equipa de intervenção direta, uma comunidade terapêutica, e um apartamento de reinserção social. No que concerne aos **utentes por valência**, em setembro de 2020, a primeira valência tinha aproximadamente 70 utentes, a segunda 9 utentes e a terceira 7 utentes. No que diz respeito a **colaboradores**, a OES1 conta com 36 profissionais efetivos e 141 voluntários, a OES2 tem 14 profissionais efetivos e 4 voluntários pontuais.

Relativamente à **evolução** de cada organização, a OES1 nos seus primeiros anos tinha como área de atuação principal a saúde e o socorro e emergência, tendo evoluindo na questão do apoio social ao longo dos anos, sendo que em 2018 foi criado um espaço de capacitação de utentes e houve uma expansão da loja social, que já estava em funcionamento, tendo ainda em 2019 sido adquirido um novo espaço para o socorro e a emergência. Quanto à OES2, em 1994 foi implementado um programa de prevenção de toxicodependências, em 1996 foi criada uma unidade de inserção ou reinserção profissional, sendo que passado dois anos, em 1998 foram implementadas as três valências que se mantêm atualmente e mais recentemente foi criada a loja social.

1.2 Caracterização das lojas sociais

As lojas sociais das organizações da economia social integradas no estudo foram caracterizadas tendo por base indicadores relativos: ao período de criação, aos objetivos, ao horário de funcionamento, às áreas de atuação, à população alvo e número de beneficiários, ao funcionamento da loja, à tipologia de bens disponíveis, aos requisitos para acesso e entrega dos bens/produtos e ao processo de tratamento e de triagens dos bens/produtos

(Apêndice 8). Esta caracterização foi suportada na sua maioria por informação proveniente dos profissionais de Serviço Social de cada entidade.

Relativamente ao **período de criação**, ambas as lojas sociais foram criadas na década de 2010, tendo a LS1 o **objetivo** de distribuição de vestuário e artigos para o lar de forma gratuita e a LS2 destina-se a promover para a melhoria das condições de vida de famílias carenciadas; contribuir para o abrandar dos efeitos da pobreza e exclusão social; fomentar a solidariedade social por meio da recolha e angariação de donativos da sociedade civil em geral.

O **horário de funcionamento** da LS1 é das 9h às 18h todos os dias da semana, já a LS2 funciona às segundas-feiras e às quartas-feiras das 15h às 17h. Ambas as lojas sociais, identificam como **áreas de atuação**, a vulnerabilidade socioeconómica e a falta de recursos devido a causas diversas. Em termos do **público-alvo**, a LS1 presta apoio quer a pessoas singulares, quer a famílias, pessoas em situação de sem abrigo, de prostituição e refugiados, toxicodependentes, pessoas em situação de desemprego ou a receber subsídios e reformados, sendo um pouco mais restrito o público abrangido pela LS2, já que o mesmo diz respeito a pessoas singulares, famílias, pessoas em situação de sem abrigo, toxicodependentes, pessoas em situação de desemprego ou a receber subsídios e reformados, não contemplando pessoas refugiadas e em situação de prostituição. De referir também que a dimensão da **população abrangida** pelas LS1 e LS2 é de cerca de 978 pessoas e de 375 pessoas, respetivamente.

Acerca do **funcionamento** das lojas sociais, ambas atuam apenas presencialmente a partir de espaços físicos próprios, sendo que a LS1 reúne dois espaços, o primeiro, para processamento das doações e o outro destina-se às vendas em segunda mão. Por seu lado, a LS2 contempla apenas um espaço físico destinado a doações e não integra a vertente de vendas e segunda mão.

No que diz respeito ao **tipo de bens disponíveis** na loja (Gráfico 1), ambas facultam vestuário e têxtil (16%), calçado e acessórios (16%), artigos para o lar (17%), mobiliário (17%), brinquedos e artigos de bebé (17%), sendo que pode haver outros (17%) para apoios pontuais (e.g., eletrodomésticos). Quanto à existência de **requisitos para a entrega** destes bens, a LS1 não os possui (quer seja a título individual ou empresarial), no entanto a entrega de bens/produtos doados a beneficiários, pode ocorrer na sequência de encaminhamento por parte de outras entidades, ou com a abertura de processo na loja social, ou ainda, em caso de emergência social, pode traduzir-se num apoio pontual. Para as vendas em segunda mão, não há qualquer requisito para comprar estando a loja aberta a toda a comunidade. Por seu

lado, a LS2 e de forma idêntica à LS1, também não tem requisitos para entregar bens/produtos, podendo existir campanhas, quando se verifica uma maior necessidade, sendo que a entrega de bens/produtos doados aos beneficiários, pode surgir por encaminhamento de outras entidades, ou com abertura de processo na loja social. De salientar que ambas as lojas abrem processo para os respectivos beneficiários.

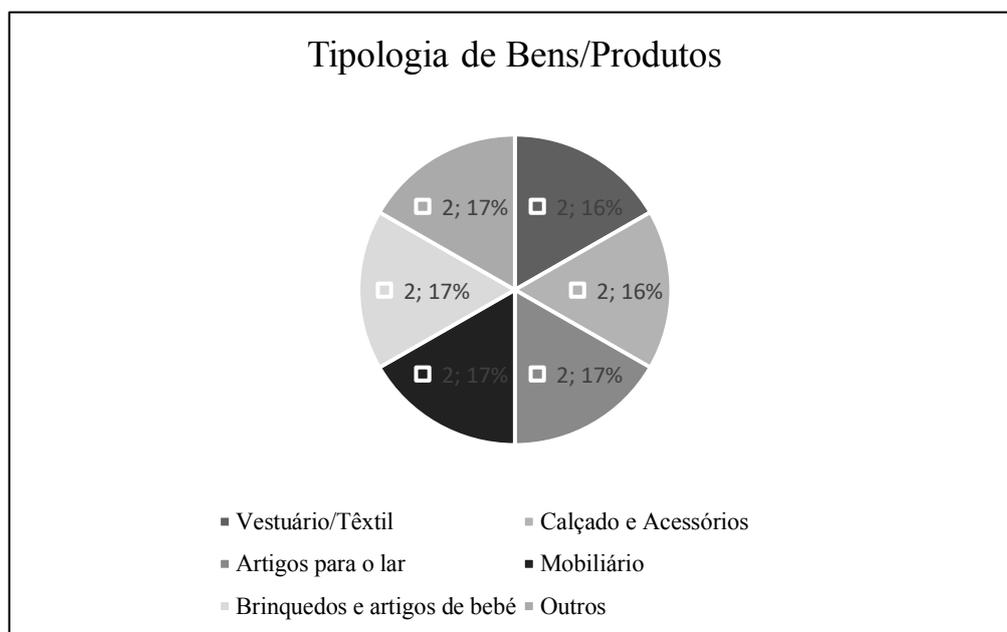


Gráfico 1

Tipologia de bens/produtos disponíveis nas lojas sociais em estudo

Quando ao **processo de tratamento e de triagens dos bens/produtos**, a LS1 desenvolve uma triagem dos bens/produtos que são doados à loja social, separando os que podem ser doados/vendidos daqueles que não estão em boas condições e posteriormente a colaboradora da loja social do regime de vendas em segunda mão faz a seleção dos bens/produtos que irão para esse fim, sendo que os bens/produtos que não estão em boas condições são reutilizados ou reciclados. Em relação à LS2, esta faz uma triagem dos bens/produtos que são doados à loja social, separando os que podem ser doados dos que não estão em boas condições, sendo que os bens/produtos que não estão em boas condições são reciclados. De forma comparativa, o processo de tratamento dos bens/produtos ocorre por via da triagem, e subseqüentes reparações e reciclagem (LS1) ou apenas por via da triagem e reciclagem (LS2).

1.3 Caracterização dos participantes

1.3.1 Elementos de caracterização dos(as) assistentes sociais

A caracterização dos dois assistentes sociais foi feita tendo por base indicadores sociodemográficos, como o género, idade, habilitações académicas, cargo desempenhado e antiguidade no cargo (Apêndice 9).

Relativamente ao **género**, o estudo abrangeu profissionais de Serviço Social do género feminino em ambas as OES/lojas sociais, sendo as **idades** das respetivas participantes de 29 anos (AS1) e 53 anos (AS2).

Em relação às **habilitações académicas**, uma das assistentes sociais (AS1) possui mestrado em serviço social (AS1) e a outra profissional (AS2) possui como habilitação académica a licenciatura em serviço social (AS2), sendo ambas, em termos de **cargo desempenhado**, coordenadoras de serviço social, acrescentando a este cargo, no caso da primeira (AS1) a função de coordenação da equipa e da resposta. Quanto à **antiguidade** de exercício, uma das profissionais (AS1) encontra-se a exercer funções há 3 anos e a outra profissional (AS2) exerce funções há 6 anos.

1.3.2 Elementos de caracterização dos(as) interlocutores(as) a desempenhar funções na loja social

A caracterização dos dois interlocutores a desempenhar funções nas lojas sociais (foi efetuada tendo por referência indicadores sociodemográficos como, o género, idade, habilitações académicas, profissão, cargo ou atividade desempenhada na OES/lojas sociais e a respetiva antiguidade (Apêndice 9).

No que concerne ao **género**, participaram no estudo uma interlocutora (Inter1) e um interlocutor (Inter2), sendo as suas **idades** de 27 anos (Inter2) e de 65 anos (Inter1).

Relativamente às **habilitações académicas e profissão**, a interlocutora associada à LS1 (Inter1) possui habilitações ao nível do 9º ano de escolaridade e é técnica laboratorial, enquanto que o interlocutor associado à LS2 (Inter2) possui mestrado integrado em psicologia, sendo psicólogo clínico (Inter2).

Quanto ao **cargo desempenhado** e ao **tempo de exercício de funções** na OES e/ou loja social, a interlocutora auscultada (Inter1) desempenha funções ao nível do apoio/suporte da loja social (regime de voluntariado) há cerca de 10 anos, sendo que o interlocutor da

OES1 com proximidade à dinâmica da loja social (Inter2), assume na organização de enquadramento o cargo de coordenador de projetos há dois anos.

1.3.3 Elementos de caracterização dos(as) beneficiários(as) da loja social

A caracterização dos cinco beneficiários das lojas sociais (Apêndice 9) participantes no estudo enquadrou os seguintes indicadores sociodemográficos: género, idade, estado civil, nacionalidade, habilitações académicas, profissão, agregado familiar, situação habitacional, condição perante o trabalho, apoios e encargos.

Neste âmbito, todos os beneficiários auscultados são do **género** feminino, sendo a média de **idades** de 40 anos (idade mínima 28 - Benef4 e idade máxima 54 - Benef1) e a mediana de 43 anos (Tabela 3). Quanto à **idade**, a maioria (60%) dos beneficiários tem entre os 40 e os 59 anos (Benef1, Benef2 e Benef3), e os restantes (40%) situam-se na faixa etária entre os 29 e os 39 anos (Benef4 e Benef5) (Gráfico 2).

Tabela 3

Caracterização das Idades dos beneficiários

Idade	
Média	40
Mediana	43
Mínimo	28
Máximo	54

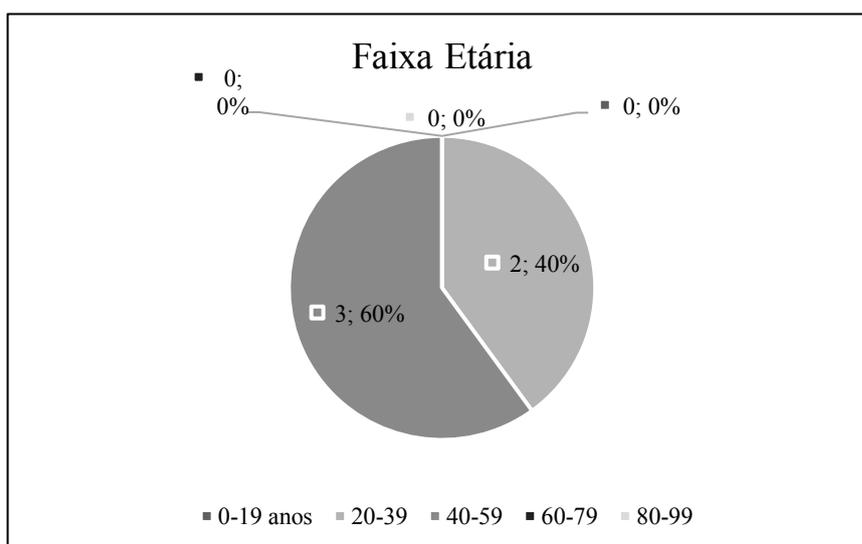


Gráfico 2

Faixas etárias dos beneficiários

Relativamente ao **estado civil** (Gráfico 3), a maioria das beneficiárias (60%) são casadas (Benef1, Benef2, Benef3) e as restantes (40%) são solteiras (Benef4 e Benef5). No que concerne à **nacionalidade** (Gráfico 4), a grande maioria das beneficiárias (80%) possui a nacionalidade portuguesa (Benef2, Benef3, Benef4, Benef5) e 20% (Benef1) é de nacionalidade moçambicana.

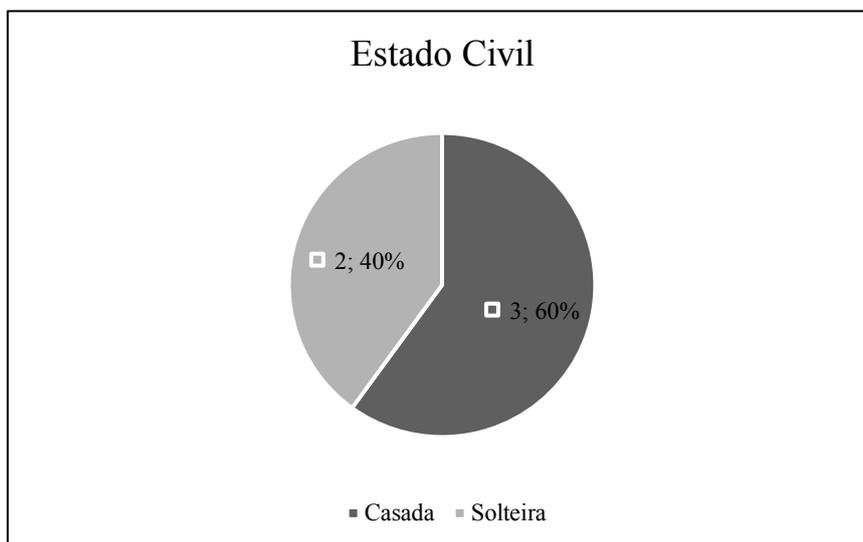


Gráfico 3

Estado civil dos beneficiários

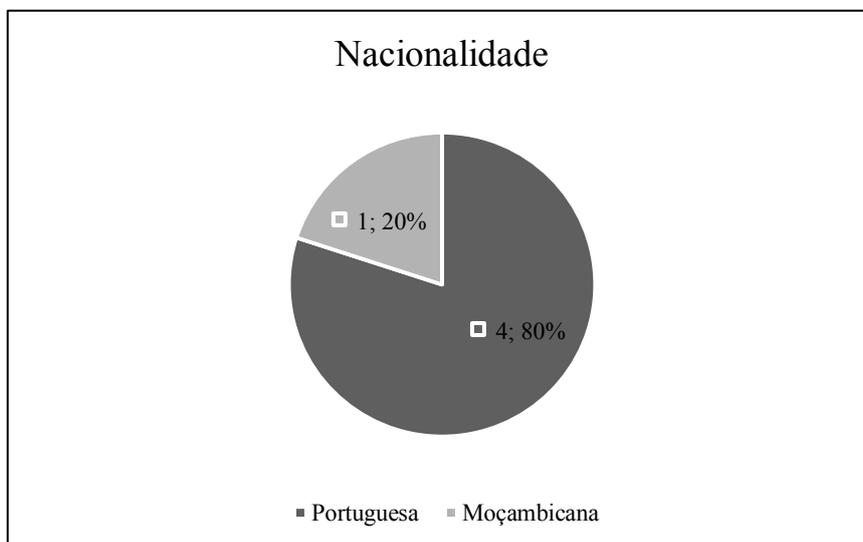


Gráfico 4

Nacionalidade dos beneficiários

Em relação à distribuição destas participantes por **habilitações académicas** (Gráfico 5) verifica-se que a maioria (60%) possui o 9º ano (Benef2, Benef4, Benef5), a que se segue as que possuem o 6º ano (Benef3) e o 12º ano (concluído em formação) (Benef1), respetivamente 20% cada. As **profissões** referentes às participantes são variadas,

designadamente: trabalho/emprego fabril (Benef1), auxiliar de residência sénior (Benef2), atividade associada ao serviço de lavandarias (Benef3), ao serviço de limpezas (Benef4) e à área de hotelaria na parte da restauração (Benef5).

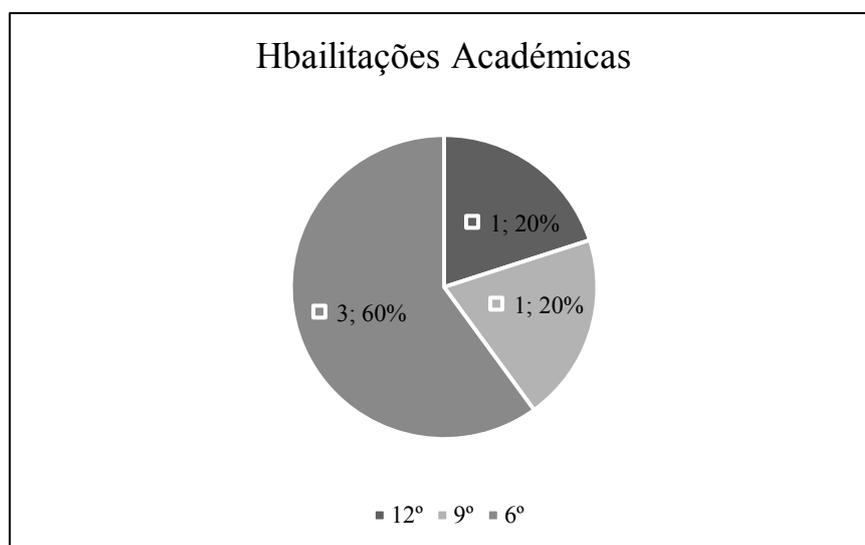


Gráfico 5

Habilitações académicas dos beneficiários

Relativamente ao **agregado familiar** (Gráfico 6), constata-se que as beneficiárias (60%) vivem, ou apenas com o(s) filho(s) (Benef01, Benef2 e Benef4), ou com o marido (Benef3) (20%) ou com filhos e companheiro (Benef5) (20%).

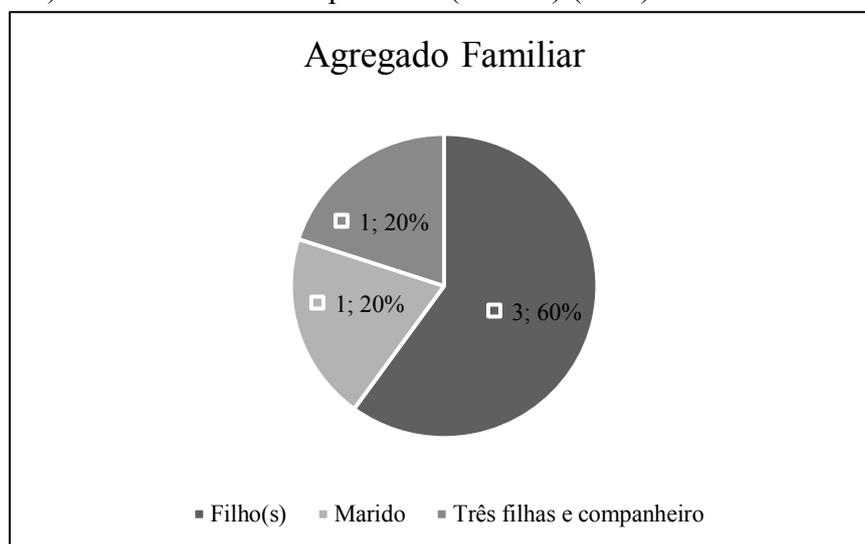


Gráfico 6

Agregado familiar dos beneficiários

No que diz respeito à **situação habitacional** (Gráfico 7), a maioria (60%) vive em habitação alugada (Benef3, Benef4 e Benef5), sendo que 20% vive em habitação própria (Benef1) e 20% em habitação social da câmara (Benef2).

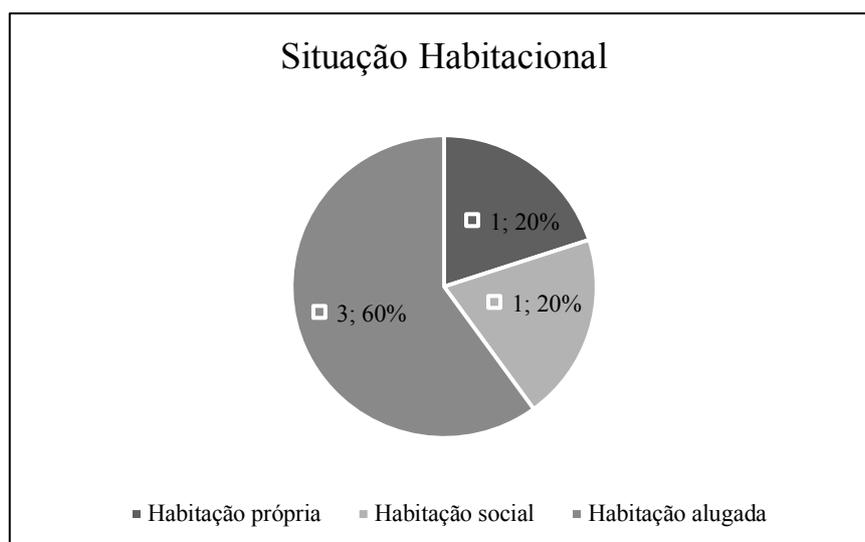


Gráfico 7

Situação habitacional dos beneficiários

A **condição perante o trabalho** (Gráfico 8) revela que a maioria da amostra (80%) encontra-se desempregada (Benef1, Benef2, Benef3, Benef5) e 20% encontra-se empregada (Benef4).

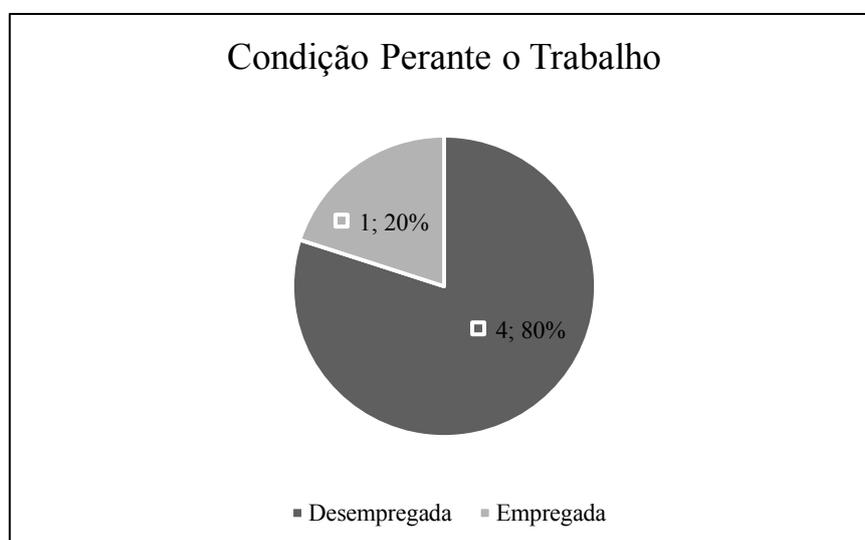


Gráfico 8

Condição perante o trabalho dos beneficiários

Quanto aos **apoios recebidos** (Gráfico 9), 40% da amostra (Benef1, Benef3) recebe o RSI, outros 40% recebem o subsídio de desemprego (Benef2, Benef5) e 20% não está a receber qualquer apoio (Benef4). Por último, em referência aos **encargos** (Gráfico 10), a maioria (60%) refere que os mesmos estão relacionados com a família (Benef2, Benef4,

Benef5), 20% menciona a família e um empréstimo ao banco (Benef1) e 20% indica que não tem encargos adicionais (Benef3).

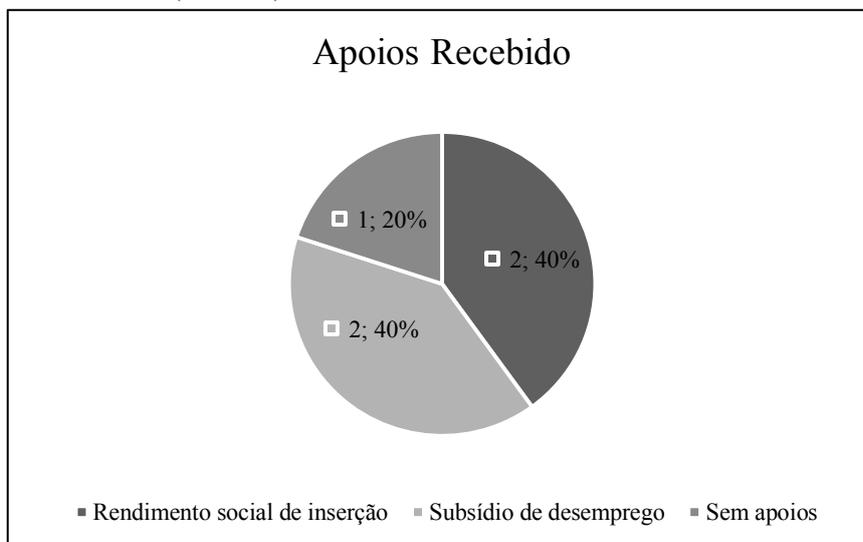


Gráfico 9

Apoios recebidos dos beneficiários

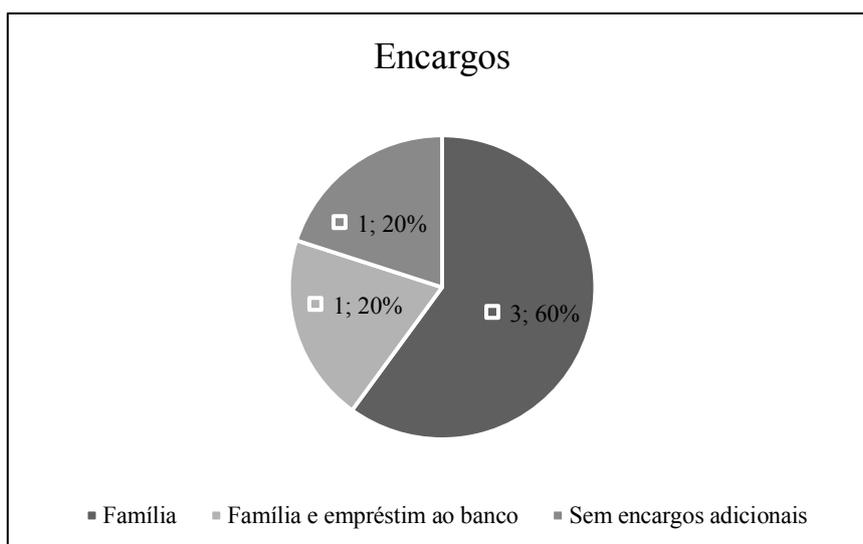


Gráfico 10

Encargos dos beneficiários

2. A resposta das organizações da economia social enquadrada nos princípios da economia circular à questão da sustentabilidade social, por via das lojas sociais

Tendo por base a informação obtida por via das entrevistas, procede-se de seguida à análise compreensiva de duas categorias que se ergueram como centrais no estudo - percepção da economia circular e promoção da sustentabilidade social – apoiada na apresentação dos discursos dos participantes (Apêndice 10).

2.1 A Percepção da economia circular: Entendimentos a partir dos assistentes sociais e interlocutores associados às lojas sociais

A categoria referente à **percepção da economia circular** foi analisada a partir das subcategorias de análise, **significado** e **pilares** e os seus respetivos indicadores (Tabela 1; Apêndice 10).

Relativamente à subcategoria, **significado**, pretendeu-se apreender a **definição e características** (indicadores) que os auscultados (AS1, AS2, Inter1 e Inter2) associam à economia circular. A este respeito vários entrevistados (3) identificam a economia circular, como sendo reutilização, um processo sem fim, que evite o desperdício, com dinâmicas de reciclagem e reparação:

“Reutilização do mesmo bem para vários fins (...) ou readaptação de um bem” (AS1).

“(...) é que as coisas nunca parem, (...) possam ter continuidade, daí o nosso nome [da loja social] no fundo é que nada pare, que de uma pessoa passe para a outra, isso evita o desperdício e possibilita que as pessoas possam usar os produtos até fim de linha (...)” (AS2).

“(...) diz respeito à reutilização de materiais (...), uma segunda vida aos materiais, nós compramos, usamos e em vez de lhe darmos uma finalidade, um fim, permitimos que outras pessoas os venham a usar, dando-lhes assim uma reutilização, ou uma reciclagem, ou uma recuperação desses mesmos objetos (...)” (Inter2).

Por outro lado, um dos entrevistados não identifica a economia circular, referindo não conhecer o seu significado:

“Não sei o que é, tem (...) que me dizer” (Inter1).

Referente à subcategoria **pilares**, constituiu uma intenção analítica apreender quais as **lógicas e princípios evidenciados nas ações da loja social** (indicador), que permite identificar (AS1, AS2, Inter1 e Inter2) como sendo de economia circular. A este respeito os entrevistados (4) realçam as que se prendem com a reutilização, após pequenas reparações ou transformações (em novos produtos), considerando este trabalho até mais importante do que doar, tendo sido também salientada a reutilização dos bens/produtos decorrente de processos de reciclagem:

“(...) os bens que não estão de todo em condições de serem vendidos ou doados têm dois fins: ou são reutilizados no nosso atelier, para fazer bolsinhas, para fazer carteiras, estojos, qualquer tipo de artigos. (...). Reutilizar os bens e vender os bens que elas criaram (...) vêm readaptar os bens que nós temos, a nível de toalhas, (...), gangas. (...) criam pecinhas. (...). (...) aquela que pode ser utilizada, como (...), camisola com rendas, botões, essa roupa colocamos de parte e fazemos outra triagem, cortamos as rendas, ou tiramos os botões, para depois poder ser reaproveitada no nosso atelier. (...) isso é o mais importante, mais do que doar a quem está a necessitar, que não têm forma de comprar, neste caso numa loja (...) podermos estar a reutilizar, dar uma vida nova a essas peças” (AS1).

“(...) estas roupas são reutilizadas com um fim que não era o inicial (...) aproveitar a peça numa outra vertente” (AS2).

“Acho uma coisa muito importante, porque ajuda muita gente. (...). Fizemos bastantes trabalhos, bastante bonitos, fizemos sacas de pão, para os lápis, de panos que nós tínhamos, de tecidos antigos que arranjaram, de calças de ganga fizemos carteiras” (Inter1).

“(...) em relação às roupas, (...), nós recolhemos e os nossos utentes usam e aproveitam durante algum tempo, fazendo com que nós não compremos roupas novas (...). É muito importante promover essa reutilização. (...) que se forem recicladas há esta possibilidade (...) e reutilizadas no futuro” (Inter2).

Para além da reutilização, também foi referida a reciclagem (4), como sendo o caminho a seguir dos bens/produtos que não estão em condições, no final de se fazer a triagem, como sendo um fim mais justo para o ambiente:

“(...) ou são doados a uma outra empresa, que é o Triplo, que nos vem fazer o levantamento de roupa que não está em condições de pudermos ser reutilizados (...) e eles fazem reciclagem (...) e temos uma contrapartida financeira de acordo com a quantidade. (...), sabemos que estamos a dar um fim que acreditamos e que sabemos que é correto, que aquela empresa vai tratar das coisas devidamente” (AS1).

“(...) e o que era menos bom (...) quando temos um número significativa acionamos as empresas de reciclagem. (...). Somos amigos do ambiente (...) e evitar prejuízos ao reciclar (...)” (AS2).

“Nós fazemos uma triagem da roupa e depois vem uma empresa buscar a roupa (...) para eles levarem, (...) é para a reciclagem. (...) Não se deita nada em contentores lá fora na rua, vem tudo em sacos que nos dão e vem o senhor com a carrinha” (Inter1).

“Tudo o que seja lixo produzido pela instituição, roupa que já não utilizamos, (...) madeiras antigas, móveis antigos, nós temos essa preocupação de reciclar, em relação aos móveis entregamos numa oficina na baixa que faz reparação de velharias. Tudo o que seja de plástico (...) fazemos a reciclagem nos contentores próprios e roupas (...) que em vez de irem para as lixeiras (...), e sem possibilidade de uma segunda vida” (Inter2).

De igual modo, alguns entrevistados (3) apontam lógicas e princípios que se identificam como sendo de economia circular, que se reportam à diminuição do desperdício e à transformação dos resíduos em recursos, realçando a reutilização e a reciclagem como vias de redução do desperdício:

“Não estamos a deitar bens para o lixo, (...). (...), porque para além de elas estarem a reutilizar algo que já não tem um fim, que ia para o lixo (...) ou para a empresa que ia reciclar (...). (...) redução da nossa pegada a nível do desperdício. (...) Não queríamos um único fim da roupa que nos é entregue em situações miseráveis, (...), que é muita, que era colocar toda essa roupa num caixote do lixo (...), imagina essa roupa ir para uma central de resíduos, onde não é aproveitada, onde é queimada, portanto a nível de poluição é extremos (...)” (AS1).

“(...) se uma peça pode estar mais tempo em vida, ser reutilizada mais vezes, evita o desperdício” (AS2).

“Não se deita nada em contentores lá fora na rua, (...) e nós também damos mais uso” (Inter1).

A referência ao prolongamento do ciclo de vida do produto, aparece nos discursos também como uma lógica que se integra na economia circular, tal como expressam os relatos dos participantes (2) abaixo:

“(...) prolongar o tempo de vida dos artigos” (AS1).

“(...) exatamente, quase como se não tivesse fim” (AS2).

Foi também mencionada a reparação (3), sendo feita a referência à reparação das peças que são identificadas na triagem como menos boas e que podem ser reparadas, sendo que a LS1 tem um atelier e a LS2 em tempo teve uma máquina de costura onde fazia pequenos arranjos:

“(...) tivemos numa altura, uma máquina de costura (...) e o objetivo era serem os utentes (...), numa das funções (...) nós levávamos as pecinhas que estavam incompletas (...) cozer um botão, fazer uma bainha, pôr um novo fecho (...) era um projeto na altura, neste momento está parado” (AS2).

“Sinto que é muito importante e elas ficam muito felizes, reparam as coisas que não estão tão boas. (...) aquela que estiver rota, (...), aproveita-se” (Inter1).

“(...) de uma recuperação daqueles que provavelmente iam para o lixo, (...). É muito importante promover (...) essa recuperação. (...). (...) há pouco tempo trouxemos para a loja social uma máquina de costura (...), trazem-nos muita roupa e inicialmente trazia rasgos, ou estava estragada e de facto, nós não entregávamos essas roupas aos nossos utentes, (...), com a máquina de costura foi possível recuperar muita coisa (...), que vinha estragada, os utentes começaram a arranjar (...) recuperar muitos materiais que anteriormente iam para a reciclagem, tudo aquilo que não metíamos a uso para os nossos utentes (...) agora acabamos por arranjar (...) por parte dos utente, aqui no nosso espaço” (Inter2).

O penúltimo registo identificado pelos entrevistados (2), como sendo uma lógica da economia circular evidência pelas ações das lojas sociais, diz respeito à redução da extração e da utilização de recursos, sendo que foi referida a preocupação com o uso excessivo dos recursos e portanto, ao se usar as mesmas peças várias vezes poupa-se nos recursos do meio ambiente, como por exemplo água, sendo que a loja social é identificada como tendo um papel importante.:

“(…), colaborar e ser amigo (...), a mesma peça pode ser utilizada por várias pessoas e poupa-se tudo, poupa-se água, (...) é uma grande poupança do meio ambiente” (AS2).

“Ao longo dos últimos anos (...), que a Terra atingiu os recursos para este ano (...) em termos do uso dos recursos ambientais e isso é de facto alarmante, é preocupante (...), daí ser muito importante e a loja social tem tido um papel importante (...) nós vamos buscar, não compramos novo (...) e geramos uma perda menor de recursos ambientais (...). É muito importante promover essa reutilização e essa recuperação (...), dado que usamos e abusamos dos recursos ambientais” (Inter2).

Por último, foi mencionado por vários auscultados (4) o reusar também como uma lógica, o qual através da loja social, seria uma forma de as pessoas em maior vulnerabilidade terem bens e produtos acessíveis, onde a mesma peça pode ser utilizada várias vezes por várias pessoas:

“(...) o facto de estarmos a torna bens que já não são utilizados por outras pessoas, que ficam de fácil acesso a pessoas que estão a precisar deles” (AS1).

“Nós quando tínhamos pessoas em formação, por exemplo na área da hotelaria, iam muitas vezes procurar uma calça preta uma camisa branca (...). (...) a mesma peça pode ser utilizada por várias pessoas” (AS2).

“É ajudar, (...), hoje tivemos 14 pessoas, vieram buscar roupa, levaram o que quiseram, desde calçado a roupa interior (...)” (Inter1).

“(...) em relação às roupas, (...) que já não querem, já não usam, nós recolhemos e os nossos utentes usam e aproveitam durante algum tempo” (Inter2).

2.2 A Promoção da sustentabilidade social decorrente das lojas sociais

A análise de conteúdo, focada na categoria, **promoção da sustentabilidade social**, permitiu elencar três subcategorias de análise, designadamente, **ímpetos**, **práticas** e **repercussões** (Tabela 1; Apêndice 10).

Referente à **subcategoria ímpetos**, e considerando **as razões para a criação da loja social; a sua natureza; os seus traços característicos bem como a sua evolução** (indicadores), apurados pelos entrevistados (AS1, AS2, Inter1 e Inter2). Foi possível recolher, quanto às **razões** inerentes à criação das lojas sociais que as mesmas estiveram, na opinião de alguns participantes (2), ligadas à necessidade de se provisionar um espaço para escoar doações numa base de apoio assistencialista a indivíduos e/ou famílias, como se depreende dos seguintes registos:

“Responder diretamente a um problema (...), a loja social é muito assistencialista, não vamos pintar o mundo de rosa, é uma resposta assistencialista (...) que é necessária sem dúvida nenhuma. (...) Sinceramente penso que foi criada (...) numa forma de escoar a roupa que nós recebemos (...) o artigo que tínhamos (...) porque a doação de roupa fazemos desde a nossa criação (...) o conceito de loja social é um conceito novo, mas a doação de roupa sempre existiu, nas igrejas, na rua (...), o facto de termos a loja social foi muito pensado, não só de termos a roupa para as pessoas virem ao local buscar, mas criar um espaço de escoar” (AS1).

“(...) foi quando a assistente social veio que se teve a ideia de fazer uma loja social (...) isto não era assim, não era com esta organização. (...). Antigamente, quando eu vim par aqui, não havia loja, era um armazém, onde nós fazíamos uma triagem de roupa e depois dessa triagem dávamos roupa às pessoas carenciadas, depois a Dra [assistente social] pensou em nós abriremos uma loja, (...) o projeto foi para a frente” (Inter1).

Adicionalmente, também é referido (1) que a loja de vendas em segunda mão foi criada porque está na moda:

“(...) agora está muito na moda as peças vintage e o reutilizar e tudo isso (...) portanto tivemos um aumento de procura de pessoas (...) então os estudantes de Erasmus procuram imenso a loja social (...) com roupa em segunda mão” (AS1).

De salientar ainda que a importância de colmatar necessidades básicas, ou seja, a necessidade de criar mecanismos para fazer face às necessidades das famílias de baixos recursos e dos mais desfavorecidos foi igualmente apontada por parte de um participante, como sendo uma das razões da criação da loja social:

“Dado que as famílias são de baixos recursos, foi nesse sentido, para colmatar essas necessidades básicas, porque (...) seria uma forma de ajudar as família e os utentes a equilibrar o seu orçamento e evitava gastar (...) era uma forma de estabilizar (...), no fundo foi para combater as dificuldades dos mais desfavorecidos. (...) a loja social continua a ser precisa, sem dúvida” (AS2).

No que se refere à **natureza** das lojas sociais, aqui entendida como a base do seu impulsionamento, os inquiridos (2) salientam que as mesmas surgiram por iniciativa própria e decorrente da necessidade constatada pela organização de enquadramento:

“Foi iniciativa própria” (AS1).

“Iniciativa da instituição (...) face às dificuldades que se constatavam. Nós a falar com as famílias, a falar com os utentes e mesmo as utentes quando entravam para a Comunidade [outra valência da OES], vinham com pouca roupa, artigos de higiene, e portanto, isso foi uma forma que ao longo do tempo se foi detetando (...)” (AS2).

No que concerne aos **traços característicos** das lojas sociais, estas são identificadas pelos entrevistados (3), como distintivas pelo cuidado próximo ao outro, que vai além de fazer doações de roupa, tonar-se num momento de empatia e carinho, realçando-se que a ajuda ao próximo potencia a criação de uma relação de confiança, não só entre profissional e beneficiário, mas também entre os beneficiários:

“(...) as pessoas vêm muito à nossa loja social para a doação, (...), nós temos o cuidado de escolher a roupa, de triar a roupa, eu tenho o cuidado de conhecer as pessoas, de saber os gostos das pessoas, não é meramente estar só a fazer a entrega (...) e as pessoas também sentem de alguma forma que o que ela está a dizer, que a imagem delas também conta para os outros e isso é importante (...) funciona um bocadinho como nós, eu se for uma loja em que a empregada do balcão não se levanta um único minuto, não me diz sequer boa tarde (...) ninguém tem o cuidado de perguntar – olha precisa de ajuda? – (...), venho-me embora e não compro nada (...) também precisamos desse tipo de carinho (...) e eles sentem exatamente isso” (AS1).

“(...) é uma forma mais próxima, (...). (...), ajudar o próximo numa forma circular, as pessoas levavam e depois iam buscar também. (...) além de passarmos a conhecer, de forma de maior proximidade, as dificuldades das famílias e dos utentes, cria-se uma relação e a certa altura (...) já não se vai à loja social para ir buscar o bem que se necessita, (...) já expõem os próprios problemas e até pedem orientações, ou porque não sabem como podem fazer para se inscreverem numa formação, têm uma consulta e esqueceram-se da data da consulta e o que é que podem fazer (...), no fundo acabava por ser linhas de atuação muito para além do dar o produto (...), existe uma relação e a maior parte das pessoas até gostava de ter naquele espaço, (...) diversas atividades. (...) iam para lá fazer os tapetinhos de arraiolos, (...), no fundo aquilo seria (...) como o ponto de encontro (...) acabavam por achar que aquele espaço podia ser rentabilizado numa maior proximidade entre as pessoas, uma ensinava os arraiolos, a outra dava umas dicas sobre culinária e outras até escreviam umas coisinhas (...) dava uma outra vida para além da loja social em si. (...) uma loja com uma dinâmica como esta que estamos a dizer (...) com um técnico que possa estar na gestão e na orientação, a loja social pode ir muito para além, muito muito muito, se calhar a doação fica quase assim mais pequenina, uma forma de para chegar a” (AS2).

“(...) em tudo que pudemos ajudar, nós ajudamos, desde a alimentação, ao vestir, tudo” (Inter1).

Em relação à **evolução** das lojas sociais, os entrevistados assinalam sobretudo os aspetos relacionados com o aumento da procura (1), referindo a sua necessidade:

“(...) é preciso mais do que quando for criada (...) então agora com o aumento da procura por causa do Covid-19, (...)” (AS1).

Outros informaram (2) não terem existido alterações significativas, ou seja, que as mesmas foram mudando e evoluindo, mas que os projetos iniciais se mantêm:

“No espaço de vendas em segunda mão não houve alteração nenhuma (...) houve alteração de recursos humanos, mas mantêm-se exatamente a mesma visão (...) em relação ao espaço de

doações, abrimos com loja de doações, já tivemos loja de vendas (...) já tivemos espaço em que dava para entrar e escolher tudo, (...) mas também mantem o mesmo” (AS1).

“Fomos evoluindo, sem dúvida. Inicialmente além de os utentes irem referenciados, depois passou a existir também o passa a palavra (...). Mesmo a nível de parcerias (...) quando havia produtos que eles não tinham, solicitava-se e vice-versa (...) foi-se expandindo” (AS2).

Referente à **subcategoria práticas das lojas sociais**, e tendo em consideração os indicadores direcionados para analisar **as modalidades de ações da loja social; a caracterização da procura; os recursos afetos; as perspetivas futuras e desafios**. Assim, é possível perceber (AS1, AS2, Inter1, Inter2, Benef1, Benef2, Benef3, Benef4 e Benef5), que em relação, **às modalidades de ações da loja social**, as mesmas incluem dinâmicas diversificadas. Um número expressivo de entrevistados (9) sublinha as doações, as quais são na sua maioria provenientes quer de pessoas individuais, quer de empresas, sendo que os próprios beneficiários indicam que já doaram às instituições, quando por exemplo os bens deixam de ser necessários ou de cumprir o propósito para que foram adquiridos, para além destes bens materiais as doações podem também ser de bens alimentícios:

“As pessoas ou as empresas que querem fazer doações (...). Roupa que está em condições de ser doada (...) é colocada num lado e arrumada automaticamente no nosso armazém. (...). A nível de roupa que doamos ou vendemos nós não fazemos distinção, (...). Nós temos o [aquele espaço] que distribui bens alimentares (...), vamos também buscar os excedentes das grandes superfícies (...) nós vamos levantar tudo que seja bens alimentares, futas, legumes, iogurtes, leite, (...) para depois doar” (AS1).

“Recebemos de algumas instituições e (...) do cidadão (...) a rede de vizinhança, também nos vão entregar (...) e algumas campanhas. (...)” (AS2).

“É ajudar, (...), hoje tivemos 14 pessoas, vieram buscar roupa, levaram o que quiseram, desde calçado a roupa interior (...), nós não fazemos só leva x peça (...). Tive dois sem-abrigos a pedir uma manta e um cobertor para as noites (...). Doações, de pessoas que vem doar (...)” (Inter1).

“(…) em relação às roupas, que é muito à base de donativos, roupas que já não querem, já não usam, nós recolhemos e os nossos utentes usam e aproveitam durante algum tempo. (...). (...) nós recebemos muita roupa (...) para homem, para mulher, para criança, também brinquedos de crianças, jogos, vários tipos de materiais (...). (...) qualquer pessoa pode doar, nós fazemos campanhas (...), quando vemos que o volume de pessoas que nos procura permite fazer uma campanha para angariar materiais para essas mesmas pessoas (...)” (Inter2).

“(…) doações (...) nunca deixei” (Benef1).

“(…) a Dra., imagine, ligou-me (...), porque conseguiu algumas peças para o menino (...). (...) ao início já lá deixei roupa” (Benef2).

“Houve uma vez, (...) que nós tínhamos aqui roupas, que já não serviam e eu levei para lá, (...) roupas, calçado” (Benef3).

“Já lá deixei coisas, roupa” (Benef4).

“Também já cheguei a lá deixar” (Benef5).

Outra das modalidades mencionadas pelos participantes (2) remete para as vendas em segunda mão, reportando-se estas a venda de roupas que foram doadas à LS1 e que se considera serem vendíveis, revertendo a receita para a compra de bens alimentares, podendo ainda a roupa que é reutilizada em atelier ser vendida sendo entregue o montante ao beneficiário que reutilizou a peça:

“(...) roupa que está em condições de ser vendida (...), é colocada à parte (...) a nossa responsável de loja vem buscar a roupa que ela considera vendível e o dinheiro angariado reverte para a compra de alimentos (...). As roupas do nosso atelier são então reutilizadas por elas, para elas serem vendidas” (AS1).

“Há as vendas. (...) o dinheiro que se faz na loja é para fundos para comprar bens alimentares (...)” (Inter1).

Alguns entrevistados (3) realçam também as trocas/devoluções/empréstimos, destacando aqui a vertente de emprestar roupa para ocasiões especiais, ou artigos específicos, que são devolvidos após satisfeita a necessidade que suscitou esse empréstimo, isto na LS2, sendo que na LS1 os relatos indicam que não há mais modalidades para além das doações e das vendas em segunda mão:

“(…), nós tivemos uma família que foi a um casamento toda vestida por nós, emprestamos a roupa (...) recebemos muitas calças pretas (...) para entrevistas de emprego. (...) uma pessoa deixa uma coisa e leva outros, é uma troca, (...) empréstimo, nomeadamente nós tínhamos carrinhos de bebé, camas (...) berços, esse material (...) nós dizíamos que quando a pessoa deixasse de necessitar, que devolvesse (...)” (AS2).

“Não há trocas, há ainda outra coisa (...) não há devoluções. (...) ou leva e fica (...) não empresto (...) a peça voltar para cá não (...) às vezes acontece entregarem como uma doação” (Inter1).

“(...) e passado um ano ou dois vai devolver e leva outra” (Inter2).

Ainda em relação às modalidades de ações das lojas sociais, vários relatos (4) incidem na triagem/tratamento dos bens/produtos fazendo alusão ao processo de triagem, que consiste na seleção dos que estão em boas condições e podem ser doados, ou vendidos (só no caso da LS1), na separação dos que não estão em bom estado e que podem ser reparados e reutilizados (só no caso da LS1), ou então reciclados. Relativamente à LS2, há uma tiragem que tem como fim as doações dos bens/produtos em bom estado ou então a reciclagem:

“Depois de nós recebermos a doação, nós temos uma equipa (...) e fazemos a triagem (...) e a roupa é dividida. Roupa que está em condições de ser doada ou roupa que está em condições de ser vendida é colocada num lado e arrumada automaticamente no nosso armazém. No nosso armazém temos tudo dividido, por números, por tamanhos. Ou a roupa que não está de facto em condições para poder ser doada ou vendida, é colocada à parte, nesta (...) ainda fazemos dois processos de divisão, ou é então colocada em sacos para depois distribuímos ao Triplo, ou aquela que pode ser utilizada, como gangas, camisola com rendas, botões, essa roupa colocamos de parte e fazemos outra triagem, cortamos as rendas, ou tiramos os botões, para depois poder ser reaproveitada no nosso atelier. Relativamente à roupa que pode ser vendida (...) a nossa responsável de loja vem buscar a roupa que ela considera vendível e o dinheiro angariado reverte para a compra de alimentos para doar também. A nível de roupa que doamos ou vendemos, nós não fazemos distinção, se vem uma pessoa que vestes calças tamanho 50, eu não vou dizer – aí não, estas são para vender – está tudo na mesma prateleira, o tratamento é o mesmo. As roupas do nosso atelier são então reutilizadas (...), para elas serem vendidas” (AS1).

“Nós recebemos (...), quando são entregues pelas entidades fazemos um inventário (...). Fazemos a triagem, fazemos a gestão, colocamos nas prateleiras devidamente identificado. (...) o que estava bom ficava na loja social, e o que era menos bom (...) quando temos um número significativo acionamos as empresas de reciclagem” (AS2).

“(…) onde aceitamos roupa que nos dão, (…) a roupa que está boa põe-se na loja. (…) o que estiver bom (…) vai a lavandaria (…) nunca se dá a roupa aqui na loja sem ser lavada, depois o que está menos (…) boa, aproveita-se, aquela que estiver rota, porque há pessoas que não têm consciência, aparece-nos de tudo aqui um pouco (…) e depois vem uma empresa buscar a roupa (…) é para a reciclagem” (Inter1).

“(…) sendo que nós fazemos a seleção das coisas que recebemos (...), as que estão em boas condições, vai permitir que as pessoas usufruam de roupas, de brinquedos (...), o que não está bom, faz-se a reciclagem” (Inter2).

Importa também salientar que por entre as modalidades de ação das lojas sociais se distingue o processo, tendo as participantes (3) indicado que os beneficiários possuem todos um processo, onde consta uma série de indicações relativamente à sua situação, sobretudo socioeconómica:

“(…) nós questionamos sempre como podemos ajudar, (…) qual a necessidade (…) suprimimos aquela necessidade de imediato, depois (...). (…) é feito um processo” (AS1).

“(…) nós temos alguns encaminhamentos pela junta de freguesia e outras instituições (…) segurança social, centros de saúde (...). Quando a pessoa chega à loja tentamos perceber de onde é que vem, preenche a ficha individual, (…) consta os agregados, os rendimentos, questões de habitação, situação face ao trabalho, se está em formação, (...), habilitações literárias (...)” (AS2).

“(…) todos os nossos utentes têm um processo, é feito um levantamento de necessidades com uma entrevista imediata (…) como a pessoa está, quais são os rendimentos que tem, se está desempregada ou não, a constituição do agregado familiar” (Inter2).

Quanto ao indicador relacionado com a **caracterização da procura**, os entrevistados (4) referem uma caracterização sociodemográfica, em que quanto ao género mencionam que os beneficiários são de ambos os géneros (LS1), ou então predominantemente do género feminino (LS2). Em relação às idades dos beneficiários, os participantes organizacionais auscultados, distinguem várias idades, compreendidas sobretudo entre os 30 e os 55, bem como diversas situações face ao estado civil, como elucidam alguns dos relatos. Relativamente à nacionalidade, predomina a portuguesa, e ao nível da escolarização a situação mais comum reporta-se ao ensino obrigatório, sendo pontual a escolaridade mais elevada. No que concerne às profissões e à condição perante o trabalho, referem todos o desemprego e profissões diversas. Em relação ao agregado familiar, é aludido sobretudo famílias. A situação habitacional foi referenciada como situações de sem abrigo, condições precárias ou habitações sociais. Por fim, quanto aos apoios que os beneficiários recebem, foi mencionado principalmente o RSI, o subsídio de desemprego ou outros, mas também foi referido casos que não recebem apoios:

“Maioritariamente homens (...)” (AS1).

“Feminino, (...)” (AS2).

“(…) entre os 30 e os 50, (...)” (AS1).

“(…), moços de 19 anos, 16 até ao 70 e 80 (...)” (Inter1).

“(…), entre os 40 e os 55 anos (...)” (Inter2).

“(…) solteiros, (...)” (AS1).

“(…), tanto singulares como famílias (...)” (AS2).

“(...) há tudo um pouco, divorciadas, solteiras, (...)” (Inter1).
 “(...), casados e com filhos, (...)” (Inter2).
 “(...), mais portugueses (...)” (Inter1).
 “(...) nacionalidade portuguesa (...)” (Inter2).
 “(...) a maior parte só tem o ensino obrigatório, o básico, a 4ª classe (...)” (AS1).
 “(...) há de tudo um pouco (...) ainda ontem tive aqui uma doutora, (...)” (Inter1).
 “(...), baixa escolaridade, no máximo 12º ano, mas muito raramente, temos muitas equivalências ao 9º nesses cursos profissionais, algumas ao 12º, (...)” (Inter2).
 “(...), desempregadas ou empregadas de limpeza ou jardinagem e agricultura ou construção civil, reformados também, (...)” (AS2).
 “(...), não sei, mas é muitas desempregadas (...) em que está ela e o marido em casa (...)” (Inter1).
 “(...), desempregados ou com contratos precários de trabalho, (...)” (Inter2).
 “(...) antes do covid-19 mais famílias, neste momento um pouco de tudo, (...)” (AS1).
 “(...), mais famílias e até numerosas (...)” (AS2).
 “(...) mais sem abrigos, (...)” (AS1).
 “(...), a viver em condições básicas, as mínimas, (...)” (AS2).
 “(...), casas alugadas ou em casas da câmara municipal (...)” (Inter2).
 “(...) a receber RSI ou subsídio de desemprego ou abonos e outras pensões” (AS2).
 “(...), há quem recebe, há outros que não recebem nada” (Inter1).

Acerca das **razões subjacentes à procura pela loja social**, a auscultação revelou que predominam as questões socioeconómicas, tendo os participantes (9) feito referência aos baixos recursos económicos ou à inexistência dos mesmos, resultando daqui uma carência ou dificuldade de satisfação das necessidades básicas, como a alimentação e o vestuário:

“Insuficiência económica” (AS1).
 “(...) além dos baixos recursos económicos” (AS2).
 “(...) que há muita gente que não tem dinheiro (...) ainda há bocado esteve aí uma senhora que nem para comprar uma roupa. (...) vêm aqui comprar uma peça, por 4 euros, 5. (...) as pessoas que vêm aqui, por vezes não têm nada (...)” (Inter1).
 “(...) o nosso público alvo (...) é maioritariamente uma população com baixo recurso, com dificuldades socioeconómicas e que muitos são beneficiários do RSI, de prestações sociais, de pensões de invalidez, velhice, que não tem capacidade financeira para comprar (...). É sobretudo carência económica e o desemprego também (...) que está associado ao baixo poder socioeconómico (...)” (Inter2).
 “Foi uma prima minha que me falou (...) o meu marido na altura não trabalhava (...) e pedi ajuda (...) eu não trabalho, tenho de estar parada (...) preciso de coisas” (Benef1).
 “Por iniciativa própria, porque precisava mesmo (...) na altura andava só naquelas formações (...)” (Benef2).
 “Foi através de uma senhora (...) tem ali uma loja que tem roupinhas (...) eu precisava” (Benef3).
 “Estava desempregada (...) através de amigos (...)” (Benef4).
 “Fui com uma ex cunhada minha (...) estava desempregada e precisava de algum apoio” (Benef5).

Outro registo assinalado para justificar a procura, diz respeito às questões psicológicas, distinguidas pelos entrevistados (2), os quais realçam que o contacto com as lojas sociais também permite evitar o isolamento social, porque cria relações, carecendo contudo de se perceber que as patologias de foro psicológico estão fundamentalmente associadas a dificuldades socioeconómicas:

“(...) nós temos utentes que viviam sozinhos e ir ali, criavam relações e ficavam com os números de telefone deste e daquele e isso gerava um combate grande ao isolamento social” (AS2).

“(...) o público que nos procura tem muito associado a patologia do álcool e da toxicod dependência (...) e acaba por ter muito associado a perturbação mental (...) que está associado ao baixo poder socioeconómico” (Inter2).

Em termos do **tipo de procura e da regularidade** com que os beneficiários vão às lojas sociais, constata-se através dos relatos (9) que são bens de todo o tipo aqueles que são alvo de procura (e.g., calças, camisolas, sapatos, vestidos, bens relacionados com o lar). Quanto á regularidade, na LS1 não há uma regularidade definida, assim como um dia para o efeito, nem há limite de peças, já na LS2 existem dias definidos mensalmente (segundas-feiras e quartas-feiras à tarde) e um limite de peças às quais se pode ter acesso, excetuando-se os casos pontuais em que a ida à loja social pode ser mais frequente:

“(...) sem qualquer constrangimento de poderem vir buscar noutra dia qualquer (...) alguns até só passam para ver as novidades (...) outros vem duas vezes por semana, os sem abrigos. Os homens calças e sapatos (...) mesmo no inverno. [Mulheres] Procuram de tudo um pouco, vestidos, casacos, camisolas (...) sapatos, sandálias. [Agregado familiar] Procuram peças individuais, coisas de casa de banho, toalhas de banho” (AS1).

“(...) às segundas à tarde e às quartas à tarde (...) pelo menos uma vez por mês (...) limite de peças, discriminávamos, (...) tínhamos o cartão onde íamos controlando (...) a não ser que fosse assim uma situação (...) que estava mesmo a precisar. Procuram de tudo, roupas de adulto, criança, brinquedos” (AS2).

“A porta está aberta e todos os dias há uma desgraça (...) é gente e gente e gente (...) não há dias definidos, (...) procuram de tudo um pouco (...) mais calças, calçado muito pouco (...)” (Inter1).

“(...) as pessoas usufruem de roupas, de brinquedos, de loiça (...) e mesmo comida, (...). (...) sempre que se dirigem à loja social podem levar quatorze peças, de forma completamente gratuita (...). Por iniciativa própria, eles sabem que a porta está aberta (...) sabem que existe a resposta e procuram (...)” (Inter2).

“Uma vez por mês. (...) umas t-shirts, procurava mais roupa para mim e para ele [marido], (...) também queria calças” (Benef1).

“(...) alimentação e vestuário (...) como tenho um filho (...) está sempre a crescer (...) não é fácil arranjar roupa para ele. (...) Costumava ir uma vez por semana, por causa dos legumes e das frutas (...) da roupa é só quando a Dra., imagine, ligou-me na semana passada, na sexta-feira, porque conseguiu algumas peças para o menino (...)” (Benef2).

“Mais roupas e calçado (...). (...) quando tinha oportunidade ia sempre lá, (...) quase todas as semanas” (Benef3).

“(...) roupa, calçado. (...) Mês a mês” (Benef4).

“Ia duas por mês, (...) ou três. (...) Era mais a roupa (...) para as meninas” (Benef5).

A análise das práticas associadas às lojas sociais convocou também a compreensão relativa aos **recursos e receitas** afetos às mesmas, tendo sido dado a conhecer pelos auscultados (2), quanto a recursos humanos, que à LS1 estão alocados sete recursos humanos no total (entre os quais 4 a 5 voluntários pontuais), a nível de espaços, foram referidos dois e alguns recursos materiais. Por outro lado, a LS2 conta com três recursos humanos efetivos e 1 estagiário, estando-lhe ainda atribuído um espaço físico e recursos materiais.

“4/5 voluntários, pontual, (...) quando precisamos de apoio deles, chamamos (...) uma profissional que está na loja social (...) são sete recursos no final. (...). (...) depois o armazém, este espaço e o das vendas em segunda mão. (...) prateleiras, espelhos, sapateiras (...)” (AS1).

“3 técnicos (...), normalmente um estágio de serviço social e um de psicologia (...) voluntários temos muita dificuldade em ter. Este espaço físico, prateleiras, mesas, sacos” (AS2).

No que concerne às **receitas** percebe-se pelos relatos (3), que a LS1 tem receitas que permite pagar o ordenado da profissional que está na loja de vendas em segunda mão e permite comprar bens alimentares também para doar, já a LS2 não usufrui de receitas:

“700 ou 800 € de receitas da loja social de vendas em segunda mão (...) paga o ordenado da profissional e o resto é para a compra de bens-alimentares (...) se medir a loja social (...), 200€ por mês (...) se metêssemos um voluntário rendia mais dinheiro, mas aquela pessoa estaria sem trabalho” (AS1).

“Não, não há vendas é tudo gratuito” (AS2).

O último indicador **perspetivas futuras e desafios**, relativo à subcategoria, **práticas** (das lojas sociais), permitiu apurar diferentes intencionalidades ou orientações face a desafios, passíveis de serem equacionadas em termos prospetivos para as lojas sociais, designadamente, uma loja online dinamizada pelos próprios utentes (1); o ajustamento que a pandemia do Covid-19 pode ter que implicar, incluindo o medo por parte da população de contrair o vírus ao participar nas dinâmicas da loja social (e.g., doar) (2); a sensibilização para doações de roupa com qualidade, referindo que há roupa doada que vem suja, rasgada, havendo uma falta de consciência que quem vai receber é digno como qualquer outra pessoa (2); o lidar com a população, dado que acontece as informações dadas pelos beneficiários não serem as verdadeiras e outros não aceitam as regras da loja social (2); a reorganização da estrutura e do funcionamento onde atua a loja social, nomeadamente a necessidade de ser exclusivo para tal (2); e estimular as vendas em segunda mão, tendo a intencionalidade de obter receita monetária, como alguns dos relatos seguintes exemplificam:

“Nós sempre quisemos ter uma loja online, sempre foi o nosso grande objetivo. Criar um catálogo, pedir aos utentes até para realizar um catálogo com fotos, fazer uma passagem de modelos e passar mesmo para o online, (...), tirar fotos, organizar as redes sociais. Na verdade, essa foi sempre a nossa grande ambição (...)” (AS1).

“Colocou-se um conjunto de condições e com o covid-19, não há forma sequer de mantermos uma resposta, quanto mais três, portanto tivemos aqui que adaptar um bocadinho a realidade (...) vamos pensar como vamos gerir” (AS1).

“Com este problema que está a surgir, vejo as coisas muito mal (...) está a ser muito triste, porque não há, as pessoas não vêm, (...), têm medo de chegar a nós (...) não vai haver tanta gente a dar, nem a procurar” (Inter1).

“O maior desafio (...) é sensibilizar as pessoas para o facto que as roupas para serem doadas, tem de ser (...) com qualidade (...) uma pessoa vir ca entregar um saquinho (...) não faz uma pessoa melhor ou uma pessoa pior (...) e quando vamos a ver a roupa que estão a doar é roupa com sujidade, que não foi lavada, rasgada. (...) não é por uma pessoa estar num grupo de minoria que tem de se sujeitar a qualquer tipo de roupa, não, eles têm autoestima, tem um valor acrescentado, da mesma maneira que eu tenho” (AS1).

“(...) aquela que estiver rota, porque há pessoas que não têm consciência” (Inter1).

“Que as informações que nos são dadas pelos beneficiários (...) responderem à realidade (...)” (AS2).

“Lidar com o povo, nem todos aceitam (...) não esperam pela sua vez (...)” (Inter1).

“(...) ter um espaço só para o efeito (...) com tudo arranjado, arrumado, limpinho (...) que não tivesse gabinetes, abrisse a porta e fosse a loja” (AS2).

“(...) e temos de fazer uma reorganização do espaço (...), com um espaço único. (...) a organização do espaço (...) haver melhor esta gestão de receber as roupas, distribuí-las, organizá-las, (...), é toda uma logística que implica tempo (...) essa acaba por ser a maior dificuldade” (Inter2).

“Ter algum tipo de receitas (...) pelo menos para suprimir os gastos” (AS2).

Em relação à subcategoria **repercussões** das lojas sociais procurou-se compreender (AS1, AS2, Inter1, Inter2, Benef1, Benef2, Benef3, Benef4 e Benef5), **as mudanças que das mesmas resultam para os beneficiários; os impactos na comunidade; os impactos na OES; a avaliação feita aos bens/produtos da loja social assim como eventuais sugestões.**

Assim, relativamente ao primeiro indicador, **mudanças nos beneficiários**, foram assinaladas várias contribuições e/ou influências resultantes destas iniciativas (lojas sociais), nomeadamente: resposta a necessidades básicas e redução da pobreza; inclusão social; autoestima; coesão social; igualdade social; bem-estar e qualidade de vida; implicações a nível familiar; equidade social; justiça social.

Em concreto e no que concerne a necessidades básicas, vários entrevistados (7) sublinham que a loja social permite às pessoas obter bens/produtos que não teriam de outra forma, permite que se compre outros produtos como por exemplo alimentação, ao não gastar dinheiro por exemplo em roupa, no entanto é limitadora face às situações de pobreza.

“(...) o facto de estarmos a tornar bens que já não são utilizados por outras pessoas que ficam de fácil acesso a pessoas que estão a precisar deles. (...). (...) a possibilidade de termos aqui famílias carenciadas a ter acesso a roupas que não teriam numa loja. (...) pessoas, famílias carenciadas que vêm fazer pecinhas de roupa, vêm readaptar os bens que nós temos, a nível de toalhas, camisolas, gangas. (...) criam pecinhas, aquelas pecinhas são delas e vendem na loja e o valor da peça é delas (...) a peça fica à venda na loja das vendas em segunda mão. (...) Não, redução de pobreza (...) não combate (...) resolve um problema (...), (...) se eu com esta população apenas lhe der roupa e não ter o trabalho de a acompanhar, estou a fazer uma mera doação à pessoa, e isso qualquer pessoa faz, não precisa de licenciatura” (AS1).

“(...) nós temos na loja social produtos, (...), que a maioria das pessoas não tem capacidade económica para os adquirir e ali sempre conseguem ter produtos” (AS2).

“(...) há muita gente que precisa (...) que não tem dinheiro (...) e (...) vêm aqui comprar uma peça, por 4 euros, 5. (...) as pessoas que vêm aqui, por vezes não têm nada (...)” (Inter1).

“(...) isso é uma ajuda grande para estas pessoas que não têm poder financeiro para comprar noutro sítios. (...), então puderem ter estes bens, seja roupa, seja alimentos. (...), consegue reduzir os danos da pobreza, do desemprego e da perturbação mental e dos baixos recursos económicos (...), já reduzir a pobreza (...) estas pessoas vão continuar a estar no desemprego (...) a ser beneficiários do RSI (...), de pensão, a ter dificuldades no agregado” (Inter2).

“(…), o dinheiro que não gasto a comprar essas coisas, compro outras, um bocadinho de carne, um bocadinho de peixe. (…), não sobra muito, mas com este apoio dá para fazer outras compras” (Benef1).

“Em termos de roupa (…),” (Benef2).

“Foi bom (…), se não fosse, não conseguia ter outro apoio (…), ajudava muito (…), há certas coisitas que não se consegue comprar e lá ajudava” (Benef5).

A inclusão social foi outra vertente referida por vários participantes (5) que enfatizaram a ideia de que a loja social permite que as pessoas se sintam mais incluídas na sociedade, referindo-se aqui as crianças e a questão da aparência como um fator de risco de bullying. De igual modo foi mencionado que os beneficiários ao irem à loja social estão a interagir com outras pessoas, nomeadamente no atelier da LS1. Não obstante, também se assinala, a partir de um entrevistado, que a loja social não provoca inclusão social:

“(…) a parte de reutilizar, isso para mim é da mais importantes, a nível do (…), atelier com as famílias, porque para além de elas estarem a reutilizar algo que já não tem um fim, que ia para o lixo (…), ou para reciclar, isto também acaba por ser uma forma de inclusão destas pessoas. (…), poderem estar ocupadas também, criarem laços (…), são maioritariamente famílias refugidas que não falam a língua portuguesa, portanto, nós utilizamos o atelier como um mecanismo facilitador do processo de aprendizagem delas (…). (…), estar a dar a possibilidade de reutilizar (…), de acordo com a personalidade delas, são elas que escolhem os padrões, (…), a própria individualidade dela é refletida nessa peça (…), contribuí também para a reintegração profissional delas (…), é muito importante. (…), a nível de inclusão, nós temos pessoas que têm entrevistas de trabalho e nós próprios separamos e até temos uns conjuntinhos, aí obviamente que contribui. (…). Nós temos consciência que para as crianças, roupas mais cuidadas faz com que não sejam vítimas de bullying, que não sejam gozados pelos colegas (…),” (AS1).

“(…) sentiam-se muito mais incluídas, achavam (…), que o lugar delas era como o dos outros” (AS2).

“(…) nem inclusão, de todo (…),” (Inter2).

“(…) como eu estava por casa, para não estar sempre fechada em casa ia uma vez por semana (…),” (Benef1).

“(…) fazia roupas, fazia puzzles, gosto muito, porque é uma coisa que e distraí (…), fazia tapetes de arraiolos (…), eu ia para lá (…), para não estar aqui em casa, fechada e sozinha. (…), e uma vez andei num curso que foram elas que me arranjaram” (Benef3).

Adicionalmente, vários relatos (3) sublinham a autoestima, sugerindo haver um efeito direto na imagem das pessoas e na forma como estas se sentem, o que se admite ser algo valorizado pelos beneficiários:

“Por um lado acabamos por receber roupas que não estão de todo em condições (…), e que nos vêm ainda muito com aquele discursos de – ah venho dar este saquinho de roupa para os sem-abrigo – não é por ser uma pessoa que está em situação de sem-abrigo que tem de usufruir de qualquer tipo de coisa, não, eles têm autoestima (…), por exemplo, esta senhora gosta mais de vestidos e o tamanho dela é L, então os vestidos que vêm de tamanho L, eu separo (…), nós também temos este cuidado e de alguma forma contribuimos para a autoestima, para a imagem e para o cuidado dessa pessoa que também é valorizado, ela sabe que eu vi e que separei” (AS1).

“(…) tinham entrevistas para emprego, cerimónias, casamentos (…), batizados (…), e as pessoas chegavam ali e encontravam peças que se adaptavam a esses eventos, (…), elevava a autoestima (…),” (AS2).

“Ajudaram bastante (…), com mais autoestima” (Benef4).

A coesão social foi de forma idêntica referenciada pelos participantes no estudo (7), como sendo algo que resulta da confiança criada entre beneficiário e profissional, onde os laços de proximidade aumentam e as doações, vistas como um apoio maior, favorecem a criação de um espaço coeso. Foi também aqui evocada a ideia, de que os beneficiários criaram mecanismos entre si e com os vizinhos, nomeadamente ao doar bens/produtos a outras pessoas:

“(...) isto para eles também é valorizado, (...) nós temos muito cuidado com as peças que colocamos, não vai suja, não vai rasgada (...) tentamos adaptar a própria roupa que estamos a doar um bocadinho ao estilo da pessoa, eu já conheço todos que vêm aqui, (...) o gosto deles, inclusive preparamos coisas específicas para alguns deles” (AS1).

“(...) existe uma relação e (...), no fundo aquilo seria (...) como o ponto de encontro (...) acabavam por achar que aquele espaço podia ser rentabilizado numa maior proximidade entre as pessoas, uma ensinava os arraiolos, a outra dava umas dicas sobre culinária e outras até escreviam umas coisinhas (...) dava uma outra vida para além da loja social em si” (AS2).

“Já tive casos assim: compraram, não serviu, a pessoa não quis o dinheiro e deixou a roupa novamente para a loja” (Inter1).

“(…), casos de pessoas que trazem umas coisas e levam outras (...). (...) há aqui uma coesão em termos das pessoas que lá vão, conhecem-se e falam e há uma ajuda entre si” (Inter2).

“(...) a Dra., imagine, ligou-me (...), porque conseguiu algumas peças para o menino (...) algumas não deu (...) mas eu também não deito fora (...) dou aqui no bairro, o que não serve para o meu, serve para outras crianças. (...) ao início já lá deixei roupa (...) mas agora a roupa que já não serve ao meu filho passa para a vizinhança (...) uma mãe aqui com 5 filhos (...) passa para os mais novos” (Benef2).

“Houve uma vez, (...) que nós tínhamos aqui roupas, que já não serviam e eu levei para lá, (...)” (Benef3).

“Já lá deixei coisas, roupa” (Benef4).

No que diz respeito à igualdade social, diversos entrevistados (4) aludem que a nível de aparência os beneficiários ficam e sentem-se iguais, perceção esta não partilhada, contudo, por um outro interveniente:

“Na aparência, no facto de não haver aquela diferença de estar com as calças rotas, sujas e com cheiro, com um ar desagradável (...) senão houvesse esta resposta (...) isto faz de certa forma, não diria passar despercebida a sua situação socioeconómica, mas disfarça” (AS1).

“(…) como as pessoas referiam, não ficavam mal ao lado das outras pessoas, em termos sociais, não se notava que pertencia a uma classe mais desfavorecida, havia uma uniformização, uma igualdade (...) das pessoas” (AS2).

“É muito bom, sentem-se mais iguais” (Inter1).

“(…), nem igualdade, de todo (...)” (Inter2).

A par, o bem-estar e a qualidade de vida foram sinalizados como induzidos pelas lojas sociais, referindo-se os auscultados (8) a melhoria da qualidade de vida e/ou a um bem-estar momentâneo, aquando da receção das doações e que no caso da LS1 advém também do trabalho no atelier, no entanto não sentem que seja uma solução. Simultaneamente é mencionado o conforto que os beneficiários recebem por parte dos profissionais que os deixa mais satisfeitos:

“Há o bem-estar da imagem, sim, mas não melhora a qualidade de vida (...) quer dizer, por exemplo, uma pessoa em situação de sem abrigo, se eu lhe der um cobertor, isto vai melhorar a qualidade de vida, vai melhorar o bem-estar, mas resolve o problema dela? Continua a dormir na rua, o ideal seria dar-lhe um apartamento ((rir))” (AS1).

“(...) as pessoas quando vão à loja e vão à procura de um determinado produto e encontram vão satisfeitas” (AS2).

“(...) se formos nós a dar (...) ela vai satisfeita (...). (...) Sinto que é muito importante e elas ficam muito felizes, repararem as coisas que não estão tão boas. (...) comprarem (...) uma peça que elas gostam e que na loja está muito cara e aqui encontram, (...) ao gosto delas e para elas é bom. (...). (...) depois de lidar conosco, com os assistentes sociais e falarem com eles, eles vão gratificantes (...). Saem daqui mais satisfeitas, felizes” (Inter1).

“(...), vai melhorar um bocadinho a qualidade de vida e a funcionalidade, mas acaba por não resolver nada” (Inter2).

“(...) perguntam se estava tudo bem (...) falávamos um bocadinho (...)” (Benef1).

“Sim, não só na roupa (...) elas às vezes têm o cuidado de dar um maminho (...), tem uma palavra de amigo de conforto (...)” (Benef2).

“Ajudaram bastante (...) aumentou um bocadinho [bem-estar], ficava mais confortável (...) houve uma fase da minha vida que andei pior e (...) ajudou” (Benef3).

“Foi positivo (...) sentia-me apoiada” (Benef4).

As implicações a nível familiar, as influências das lojas sociais ao nível da equidade social e da justiça social foram enfatizadas ainda por dois participantes, um dos quais (Benef2) sublinha que o apoio da loja teve implicações na forma como o filho se sente (permitindo-lhe comprar outras coisas que de outro modo o não conseguiria fazer), tendo outro participante (Inter2) sublinhado a componente da equidade social como associada à capacidade financeira para obter todos os bens/produtos necessários, pelo que no seu entendimento a loja social é sobretudo um processo compensatório ao invés de equitativo, resultando neste sentido diminuta a sua contribuição para a justiça social, visível pelos seguintes relatos:

“Na escola (...) notam muito como é que a criança vai vestida e calçada (...) eu tento diversificar-lhe a roupa (...) conjugar as cores (...). Consigo assim, comprar-lhe uma ou outra coisa de vez em quando, (...)” (Benef2).

“(...) para mim a equidade social acontece quando as pessoas tem a capacidade (...) de obtenção de bens de forma equitativa (...) quando todos nós conseguimos ter capacidade financeira para garantir as necessidades básicas, (...), quando falamos deste público que não tem essa capacidade (...) mesmo que tenham acesso a estes bens de uma forma gratuita, não falo em equidade social, posso falar em uma forma de compensação (...) porque a pessoa não está a ter capacidade de adquirir os bens (...) é dar uma segunda via aos bens a estas pessoas que de outra forma não os conseguiriam ter (...). Nem justiça, (...), de todo (...)” (Inter2).

O segundo indicador, concernente à compreensão das **repercussões das lojas sociais** procurou perceber os **impactos na comunidade**, tendo a auscultação apontado que os mesmos decorrem, principalmente, dos seus efeitos benéficos, ou seja da sua existência necessária para a comunidade, sendo que outras entidades com o mesmo conceito são poucas (2); da confiança potenciada pela loja social (a qual com o tempo e derivada da relação que se cria pelas doações permite caminhar em direção a outro tipo de intervenção, mais

profissional); da união que se gera entre pessoas (1) e da melhoria da qualidade de vida em geral das pessoas que frequentam a loja social e correspondente convívio entre beneficiários e profissionais, não obstante ser reconhecido que o problema continua a perdurar e como tal, não há um impacto significativo (1), traduzindo os relatos abaixo uma exemplificação de alguns destes entendimentos:

“(...) eu posso fechar, (...) não mantemos numa lógica de termos um regulamento para as coisas que nos são doadas, mantemos porque sabemos que é uma resposta, que a comunidade precisa disto. (...) acesso fácil a bens de vestuário de qualidade, maior impacto” (AS1).

“(...) no dia que deixar de existir estas instituições que ajudam, eu não sei como é que isto vai ser (...) porque há muita desgraça (...), seria mais complicado” (Benef2).

“Nós utilizamos a loja social (...) é um meio para atingir um fim e eu posso até demorar duas semanas (...) ou o quer que seja, a trabalhar aquela pessoa, mas se calhar daqui a um ano, se todos os dias eu tiver o cuidado de me preocupar com os gostos, com o que vai vestir (...) é uma forma também de conseguir que elas confiem no meu trabalho, que confiem em nós enquanto instituição e fica disponível fazer outro tipo de intervenção com eles, porque de outra forma não o iriam permitir (...)” (AS1).

“Criou uma dinâmica na rede de vizinhança bastante grande (...) eu acho que as pessoas são mais unidas (...). As pessoas da comunidade foram-se apercebendo” (AS2).

“(...) chegamos a ter 30/34 atendimento por dia na loja social (...) isto tem que ter um impacto (...) e acredito que seja na melhoria da qualidade de vida (...) mesmo na parte social da questão, o facto de irem lá, (...) o ajuntamento de algumas pessoas, falavam, conviviam ali um bocadinho (...) isso ia permitir uma distração (...) e tudo isso contribuía” (Inter2).

“(...) para mim um problema resolve-se quando o problema deixa de existir e isso não acontece na loja social, as pessoas continuavam a lá ir. (...). Em termos da resolução de alguma coisa, não acredito que haja. (...) se as pessoas deixassem de necessitar, (...), aí podíamos dizer que havia uma resolução, uma coesão social (...) por parte das entidades competentes e responsáveis (...) isso não se verificou” (Inter2).

Por seu lado ao nível da análise dos **impactos na OES**, pode perceber-se que as lojas sociais contribuem para a missão das entidades de enquadramento, são uma via adicional e importante de resposta da OES (permitindo chegar a pessoas que depois podem ser encaminhadas, existindo assim mais pessoas apoiadas) (2); postulam um sentimento de gratidão profissional, que resulta do apoio ao outro, à pessoa (1), e conferem uma maior visibilidade à instituição com influência na rede de parceiros (1), explanado nos relatos seguintes:

“Contribui para a missão e valor enquanto organização comunitária” (AS1).

“Trouxe mais um meio e uma forma de ajudar as pessoas com necessidades, que é para isso que nós, enquanto entidade existimos (...) para atenuar as dificuldades e a loja social é mais um caminho como temos outras valências. (...) havia pessoas que iam lá e a primeira resposta que lhe dávamos era em termos de roupas ou bens alimentares e depois víamos que essas pessoas seriam facilmente acompanhadas noutras valências (...) e fazíamos esta transição de resposta. (...) permitiu que chegue a mais pessoas e ajude mais pessoas” (Inter2).

“(...) e nós ficamos muito gratos de estar a ajudar a pessoa. (...) Muito bom (...) trabalhar com liberdade, sem medo, com mais alegria, satisfação. (...), estamos a atender o público e é gratificante para eles entrarem e levarem o que eles gostam, e nós ficamos satisfeitos de eles irem contentes” (Inter1).

“Deu visibilidade (...) o nome da [instituição] ficou mais conhecido (...) e aumentou a credibilidade, (...) os utentes como são beneficiários de outras instituições (...) foram levando o nome (...) mais além. Mesmo a nível de parcerias, de instituições” (AS2).

Quanto à **avaliação dos bens/produtos e serviço**, que é feita, diversos entrevistados (7) referem que existe uma maior quantidade de produtos de mulher, sendo os produtos de homem (e.g., roupa, calçado) em menor quantidade (referindo a falta de tamanhos) e qualidade, identificando-se em termos gerais a roupa como estando em boas condições e de qualidade:

“(...) a quantidade de roupa que nos vêm doar, de mulher para homem, (...) é uma diferença de 80 para 20 (...) temos falta de roupa de homem (...) e quando vem, vem quase em fim de vida (...) ninguém vem dar sapatos de homem, então aproveitamos mesmo em fim de vida (...) nós sabemos que eles não estão em condições mas, não temos mais (...)” (AS1).

“(...) de puder não haver toda a roupa e tamanhos como numa loja. (...) nós chegamos a ter calças de qualidade e marca boa que as pessoas levavam sem pagar nada (...)” (Inter2).

“(...) calças nunca havia, então era mais t-shirts (...) também não tinham muito para o nosso tamanho (...) mas não era estragado (...) roupas novas. (...). Não eram coisas boas boas boas, normalmente as pessoas que dão porque já não usam (...) mas acho que sim, que têm coisas boas (...) era quase tudo de marca (...). Claro que nunca é suficiente para toda a gente (...)” (Benef1).

“(...) de qualidade, os que recebi agora vinham ainda com etiqueta (...) sim, a quantidade é complicada por causa dos tamanhos (...) o calçado para o meu filho e tamanhos de criança grandes” (Benef2).

“Até agora não tenho queixas (...) mas o calçado era mais complicado (...), mas roupas tenho encontrado para mim e para o meu marido” (Benef3).

“Estavam em bom estado (...) [quantidade] suficiente (...) havia coisas que (...) era difícil encontrar (...) os números do calçado” (Benef4).

“Gostavam das coisas que ia lá buscar (...), eram de qualidade (...) havia vezes que íamos mais vezes, porque era difícil encontrar coisas, o calçado é sempre o mais difícil” (Benef5).

Relativamente ao **serviço**, vários dos beneficiários entrevistados (3) salientam que o mesmo tem associado profissionais atenciosos e que revelam ter uma preocupação e uma atenção para com os beneficiários, tendo também sido manifestada satisfação (2) relativa ao atendimento, acompanhamento e prestação de informações (de qualidade), tal como alguns dos excertos demonstram:

“(...) elas são todas muito boas, gosto muito delas (...) é como se fossem minhas filhas (...) perguntam se estava tudo bem (...) falávamos um bocadinho (...) não tenho nada que dizer de mal” (Benef1).

“(...) elas são muito atenciosas, estão sempre preocupadas (...) perguntam o que a gente precisa, só se não tiverem é que não conseguem mesmo. (...) elas tentam sempre ajudar no que podem” (Benef2).

“Gosto delas, a Dra era espetacular, (...). Elas são muito simpáticas” (Benef4).

“Gostava do atendimento, como fui acompanhada (...) davam-me informações” (Benef4).

“Gostava sim, do atendimento e acompanhamento” (Benef5).

Acerca das **sugestões** elencadas para as lojas sociais, a análise distinguiu quatro unidades de registo. Neste contexto, os beneficiários (2) sugerem a importância de haver um ambiente mais respeitoso, referindo que por parte dos próprios beneficiários carece de haver um maior respeito pela quantidade de doações que lhes é afeta. A um outro nível foi realçada

a importância de existir um serviço de capacitação (1), tendo também sido manifestada a opinião de que não são precisas melhorias ou alterações (1) e um horário mais abrangente (1), como os seguintes discursos revelam:

“(…), só as pessoas que vão buscar a todos os sítios, vão ali e a outros e trazem de todos o lado e depois não há para todos” (Benef1).

“Certos comentários (...) dos utentes (...) a Dra entende o que tem de nos (...) e havia pessoas que diziam que era só aquilo que devia ter mais disto e daquilo, e eu dizia que tinham de agradecer (...). Elas fazem de tripas coração para não faltar nada” (Benef2).

“Ensinar as pessoas a fazer aquilo que eu faço (...) os arraiolos, os bordados” (Benef3).

“(…) funcionava bem” (Benef4).

“Estava tudo bem, (...) o horário, como é só à tarde, deviam adquirir o horário de manhã (...) um dia de manhã outro à tarde” (Benef5).

3. O Serviço Social no quadro da intervenção acoplada às lojas sociais e face aos desafios da sustentabilidade social

A abordagem focalizada na compreensão do papel do Serviço Social na resposta das lojas sociais, equacionando a questão da sustentabilidade social e os pressupostos da economia circular foi desenvolvida a partir de uma categoria analítica – Intervenção do Serviço Social – tendo por base os discursos dos assistentes sociais e em certos momentos dos interlocutores a desempenhar funções nas respetivas lojas sociais (Apêndice 10).

3.1 A Intervenção do Serviço Social nas lojas sociais: Contornos de atuação

A categoria relacionada com a **intervenção do serviço social**, foi operacionalizada em três subcategorias ou dimensões analíticas (Tabela 1; Apêndice 10), respeitantes ao **enquadramento/contextualização do Serviço Social na resposta das lojas sociais; aos princípios interventivos e campo de intervenção**.

Referente à subcategoria **enquadramento/contextualização**, pretendeu-se apreender (AS1 e AS2) **o cargo, as funções (e respetiva antiguidade); e a equipa/recursos humanos afeta à loja social**. Neste âmbito, a auscultação apurou que ambas as assistentes sociais estão posicionadas a nível da coordenação, sendo que no contexto da LS1, a referida profissional é coordenadora da resposta, e desenvolve funções de assistente social (na OES), desde que foi inserida na entidade, enquanto que a assistente social afeta à LS2 é coordenadora do serviço social, acumulando também funções de assistente social, desde que iniciou a atividade na entidade de enquadramento:

“Cargo de coordenadora de toda a resposta (...) mas assistente social. (...) a gestão dos voluntários, dos artigos de doação, o atendimento social de proximidade aos beneficiários (...) assumi logo quando vim, em 2017” (AS1).

“(…) fazer o acolhimento, fazer atendimentos, faço alguns encaminhamentos (...) e articulações com outras colegas (...) interinstitucional. (...). Desde que fui para a equipa para a equipa, há 6 anos” (AS2).

Quanto à **equipa/recursos humanos**, ambas as profissionais contam com voluntários e efetivos (AS1), e efetivos e pontualmente estagiários (AS2):

“4 voluntários pontuais (...) funcionária da loja social, eu e a Dona --- (...)” (AS1).

“3 técnicos e por vezes um estagiário” (AS2).

Relativamente à subcategoria **princípios interventivos** (AS1, AS2, Inter1 e Inter2)

e tendo por base indicadores como o **âmbito da intervenção e o contributo da intervenção**, foi possível perceber (1), no que diz respeito ao primeiro, que a intervenção assume diferentes contornos, apresentando como primeira função um cunho assistencialista:

“(…) é um apoio assistencialista (...) a função principal é assistencialista a roupa pode ser distribuída por mim, como por um voluntário (...)” (AS1).

No entanto, a intervenção também assume (2) uma feição de proximidade e de investimento na mudança social, indo para além das doações, num trabalho de apoio e de orientação à pessoa, dada a proximidade criada:

“(…) mas todo o trabalho que está por trás, provoca uma mudança na pessoa, há um trabalho de proximidade (...)” (AS1).

(…) além de passarmos a conhecer, de forma de maior proximidade, as dificuldades das famílias e dos utentes, cria-se uma relação e a certa altura, (...) já expõem os próprios problemas e até pedem orientações, (...) para se inscreverem numa formação, têm uma consulta e esqueceram-se da data da consulta (...), no fundo acabava por ser linhas de atuação muito para além do dar o produto. (...), uma loja com uma dinâmica como esta que estamos a dizer (...) com um técnico (...) pode ir muito para além, muito muito muito, se calhar a doação fica quase assim mais pequenina, uma forma de para chegar a. (...) a entrega dos produtos (...) nós ajudamos a fazer essa entrega, há um cuidado e há uma gestão, às vezes até ajudar a que fique melhor, (...) se adapte à pessoa, uma roupa mais adequada, há este cuidado (...)” (AS2).

Por seu lado, aspetos como a coesão social, justiça social, igualdade e equidade social foram de forma idêntica realçados, pelas profissionais (2), admitindo-se, contudo, não ser fácil de trabalhar com todos os beneficiários:

“(…), depende muito de pessoa para pessoa, não é fácil em todos os casos” (AS1).

“A justiça social (...)” (AS2).

“(…) a igualdade (...)” (AS2).

Nos discursos das profissionais auscultadas (2), a redução da pobreza e das vulnerabilidades sociais são vertentes identificadas por ambas como estando subjacentes à resposta da loja social e de igual modo à sua intervenção, enfatizando as mesmas que os direitos humanos são a base da sua intervenção:

“(…) e a questão de assegurar as necessidades básicas” (AS1).

“(…) exatamente, redução das vulnerabilidades” (AS2).

“(…) a preocupação principal, (...) os direitos humanos estão explícitos” (AS1).

“(…), ah claro que há investimento nos direitos básicos” (AS2).

Foi ainda sublinhado por parte de uma participante, o princípio da inclusão social:

“(…), a inclusão, (…),” (AS2).

No que concerne ao **contributo da intervenção** profissional os participantes foram unânimes (4) em realçar mais capacidade por referência ao Serviço Social. Deste modo, é referido que os assistentes sociais têm formação específica para fazer todo o trabalho que vai além da doação, ou seja, capacidades, competências e técnicas que os outros profissionais não têm:

“Pode funcionar sem assistente social, mas todo o trabalho paralelo não, (…),” (AS1).

“O profissional de serviço social tem formação, portanto consegue fazer um atendimento e um diagnóstico (...) sem formação será mais difícil concretizar essa avaliação (...)” (AS2).

“Acho que sim! (...) porque há certos casos que vêm aqui que nós não temos capacidade (...) para encarar, para falar com a pessoa, para ajudar como um assistente social (...), acho que é bom estar num local destes” (Inter1).

“É fundamental e a coordenadora da loja social é assistente social e nós tivemos a preocupação de fazer isso mesmo (...) são pessoas capacitadas para fazer o levantamento de necessidades, para digerir esta pessoa para uma resposta mais apropriada (...) articulação com o psicólogo, quando necessário (...) vai permitir fazer uma intervenção diferente que não era possível se tivesse um monitor (...) chegamos a ter voluntários (...) e a intervenção que faz é completamente diferente (...) acaba por ser uma mais valia para a instituição e para os beneficiários” (Inter2).

Relativamente à última subcategoria, **campo de intervenção** (AS1 e AS2), e tendo em consideração indicadores como: **atos profissionais; estratégias; dilemas e constrangimentos**, pretendeu-se em concreto perceber quais as ações do assistente social na prática, na loja social, de que estratégias interventivas faz uso e quais os dilemas e constrangimentos associados à intervenção social nestes contextos.

Desta forma, no que diz respeito aos **atos profissionais** distinguiram-se três níveis: atendimento social; acompanhamento e encaminhamento social; diagnóstico de necessidades e da situação social, económica e familiar. Assim, ambas as assistentes sociais referem que realizam atendimentos sociais, procedendo à elaboração do processo do beneficiário, com todas as informações necessárias:

“(…) eu aproveito muito a parte da loja para fazer atendimento. (...) eu tenho dias de atendimento específico (...) mas posso inserir na loja (...) o que acontece é às vezes marcar um segundo atendimento. Na loja não faço por exemplo, planos de intervenção individuais, faço a essas pessoas num atendimento fora da loja” (AS1).

“Atendimento (...). (...) preenchimento da ficha, do processo, onde se metem das identificações (...) o agregado, as habitações literárias, onde vive, condições de habitabilidade ou não, qual a sua situação face ao emprego e outras (...) que tipo de instituições está a receber serviços (...) há uma recolha de informação (...)” (AS2).

Relativamente ao acompanhamento e encaminhamento social, as assistentes sociais encaminham os beneficiários para outras entidades, ou fazem o seu acolhimento provindo

de outras respostas, mas também acompanham os utentes e prestam o apoio necessário durante o tempo necessário à intervenção, identificando respostas para os seus problemas:

“(...) às vezes são encaminhados por outra colega (...) damos algum tipo de apoio, preenchimento de formulários, articulação direta com a segurança social, serviços de outras instituições também (...). (...) um encaminhamento se for necessário, um plano de intervenção (...), se a pessoa quiser. (...) há todo um acompanhamento de proximidade. (...), identificar recursos e apoios, (...), ver que apoios é que ainda tem direito, que pode usufruir, inscrição no centro de saúde, a maior parte não está inscrita, (...). É uma lógica muito de ver a dimensão, o que é adequado ao problema (...), identificar respostas” (AS1).

“(...) até podemos depois encaminhar por exemplo para cantina social, (...) para uma estrutura mais próxima do seu local de residência (...)” (AS2).

A nível interventivo referem, adicionalmente, que fazem um levantamento de informação relativa à pessoa e com isso procedem a um diagnóstico das suas necessidades/problemas sociais e da sua situação a vários níveis:

“(...) nós questionamos sempre como podemos ajudar, como posso ser útil, qual a necessidade (...) suprimimos aquela necessidade de imediato (...). (...) é feito um processo, um diagnóstico” (AS1).

“É com base nessa recolha, os rendimentos, e como nós articulamos com colegas da segurança social e outros parceiros, permite avaliar se aquelas informações correspondem à realidade (...) pedir algum comprovativo (...). (...), com base das informações no atendimento, podemos detetar se a pessoa (...) por exemplo, (...) tem alguma dificuldade em termos alimentares, já não consegue cozinhar os seus próprios alimentos (...) ou que já tem alguma idade e demonstra pouca mobilidade (...)” (AS2).

No que diz respeito ao indicador, **estratégias**, foram mencionadas as referentes à articulação em rede e trabalho colaborativo e à capacitação. Desta forma, ambas as assistentes sociais mencionam que realizam articulações com outras entidades, para recolher e passar informações, que desenvolvem um trabalho em rede, até para não haver duplicação de serviços e de perguntas:

“(...) nós não fazemos duplicação de serviços, ou seja, se há uma instituição (...), que tem todo o historial daquela pessoa, eu não vou fazer atendimento, a não ser que a pessoa se identifique mais comigo e aí eu peço à colega de outra instituição que transfira o processo para mim (...) sem ser isso, não, nem faz sentido (...), as pessoas estão muito cansadas de repetir a história delas (...) o teu dia-a-dia, a tua vida (...) consecutivamente a técnicas diferentes (...) não faz sentido procurar tudo o que a minha colega já perguntou (...) nós trabalhamos muito em rede (...) claro que vou questionando como as pessoas estão quando vêm aqui (...) se algumas dela disser que está com um problema (...) eu questiono se já falou com a colega (...) ou então faço e informo a colega (...). Sempre, a articulações me rede (...), articular com a segurança social, ver que apoios é que ainda tem direito, que pode usufruir, inscrição no centro de saúde, (...), esta articulação direta” (AS1).

“Há articulação interinstitucional com os nossos colegas, porque às vezes são (...) beneficiários que frequentam o centro de dia, cantina social, ações de formação (...) nós nesta articulação conseguimos avaliar até que ponto aquela pessoa tem necessidade (...) algum bem específico que a pessoa esteja a necessitar naquele momento (...), às vezes as pessoas têm mais necessidades do que aquilo que revelam, e essa articulação é importante para os colegas alertarem para isso” (AS2).

No domínio do trabalho de capacitação, uma das profissionais associa-o aos processos de encaminhamento, e a outra profissional refere, que por vezes é um trabalho de

capacitação com a pessoa, explicando-lhe o que são certos bens/produtos, para que servem, criando, assim, competências:

“Não há um trabalho de capacitação e de investimento (...), o que eu faço é encaminhar para respostas de capacitação, para formação, para emprego (...) workshops” (AS1).

“Um trabalho mais de capacitação (...), no sentido que gostamos de explicar para que serve, que utilidade (...) há pessoas que às vezes desconhecem determinado produto, não sabem para que serve e nós temos o cuidado de referir a sua importância, explicar de que forma é que pode ser usado e vamos munir as pessoas de novas competências (...) e capacitação” (AS2).

Relativamente ao indicador, **dilemas e constrangimentos**, foram identificados aspetos conectados com a falta de respostas e a não alteração das vigente. Desta forma, as assistentes sociais referem que há uma dificuldade em encontrar respostas adequadas aos problemas dos seus beneficiários e que as respostas que existem estão ultrapassadas ou não foram alteradas, sendo as mesmas desde que aquela pessoa começou a receber apoios, nomeadamente a nível de carência económica:

“É conseguir de facto resolver a carência económica delas, porque depois do RSI não existe mais nada (...) a falta de respostas no sistema é imensa (...) as pessoas estão cansadas de serem sempre as mesmas respostas sociais (...) uma noite na rua deles é um ano de trabalho perdido nosso (...) com as famílias é a mesma coisa, uma família que ficou em situação de carência económica hoje, eu consigo trabalhar com ela, consigo encaminhar, dar resposta (...), uma família que está numa situação de carência económica há dois/três/cinco anos, a família é beneficiária de RSI desde que a medida foi implementada, não trabalhas com estas famílias, (...), a formação que lhe vou apresentar este ano, foi a mesma do ano passado. (...) estão cansados das mesmas formas de atuação, das mesmas políticas sociais (...), enquanto não houver uma mudança efetiva da política social (...) de combate à carência económica (...) os incentivos à contratação (...) trabalho adaptado para estas pessoas (...) que vá ao encontro do que elas querem (...) o verdadeiro combate é sistémico, é ir do sistema até às pessoas, não levar a pessoa até ao sistema” (AS1).

“Não conseguir ter uma resposta, a falta de resposta à situação social” (AS2).

De salientar, no domínio dos **constrangimentos interventivos**, o preconceito, referenciado por uma das assistentes sociais auscultadas, entendendo-o como sendo algo que se encontra ligado ao serviço social, por ser uma profissão que precisa de reunir e validar bastantes informações pessoais e económicas, sendo que, quem é externo ao serviço, não entende frequentemente a atuação:

“(...) é o preconceito, porque o assistente social quando faz o diagnóstico tem de unir um conjunto de informações e muitas vezes o que para nós, que estamos dentro do problema, conseguimos ver o que está a passar, o exterior não consegue ver a situação e não entende a atuação” (AS2).

CAPÍTULO III. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a apresentação e análise dos dados recolhidos, tendo por base as técnicas e instrumentos de pesquisa privilegiados (e.g., entrevistas; pesquisa bibliográfica e documental) importa discutir os resultados considerando a problemática e os objetivos da investigação.

a) Atributos das OES e das lojas sociais

A partir do trabalho teórico e empírico e iniciando *pelos elementos de caracterização das OES e das respetivas lojas sociais* salienta-se que tanto a OES1 como a OES2 são IPSS's, sendo a mais antiga a OES1, a qual assume como missão a preocupação para com o outro, ancorada em objetivos assentes na prevenção e prestação de auxílio aos que mais precisam, mostrando-se assim focada na população vulnerável em geral enquanto que a OES2 se focaliza na população toxicodependente. A OES1 tem mais valências e um maior número de técnicos e voluntários, sendo que também apoia um maior número de pessoas, no entanto, não se mostram oportunas aqui comparações por serem valências bastante distintas. Ambas as OES possuem uma loja social, as quais traduzem um marco importante na história das respetivas entidades.

No que diz respeito às lojas sociais, o estudo apurou que a LS2 está em funcionamento há mais tempo e ambas pretendem mitigar as necessidades básicas relativas a bens e produtos. A nível de horário, a LS1 está aberta todos os dias da semana, enquanto a LS2 está apenas duas horas em dois dias. As lojas sociais identificam o mesmo público alvo em vulnerabilidade, sendo que a LS1 apoia significativamente mais pessoas do que a LS2. Ambas funcionam apenas presencialmente com doações e a LS1 tem um espaço adicional de vendas em segunda mão. Tanto a LS1 como a LS2 têm a mesma tipologia de bens/produtos. As lojas sociais analisadas não possuem requisitos para facultar o acesso a bens/produtos, mas elaboram, através dos seus técnicos, os respetivos processos de beneficiários, sendo que a LS1 pode ainda fazer apoios pontuais sem abrir processo. Quanto a triagens e tratamento de bens, as duas lojas sociais fazem triagem e reciclagem dos bens que não estão em boas condições, tendo, no entanto, a LS1 uma vertente de reparação com um atelier.

b) Atributos dos assistentes sociais, dos interlocutores e dos beneficiários

Relativamente à amostra em estudo e em concreto quanto à *caracterização das assistentes sociais*, salienta-se que as suas idades se situam nos 29 anos e nos 53 anos, possuindo ambas a licenciatura em serviço social, sendo que uma das profissionais é também detentora de um mestrado em serviço social. Nas entidades onde se enquadram, desempenham funções de coordenação do serviço social, mas também uma função de coordenação da equipa, estando afetas a estas funções há três anos e há seis anos, respetivamente.

A amostra concernente aos interlocutores com funções nas lojas sociais, integra um elemento do género feminino e um elemento do género masculino, com idades entre os 27 anos e os 65 anos, e habilitações a nível do 9º ano de escolaridade e de âmbito superior, referente a um mestrado integrado em psicologia, respetivamente. As profissões destes interlocutores são: técnica laboratorial e psicólogo clínico, sendo que nas lojas sociais desempenham funções de voluntariado (Inter1) e de coordenador de projetos (Inter2), o primeiro há dois anos e o segundo há dez anos (funções ancoradas também à OES).

A amostra relativa aos beneficiários é no global, feminina, sendo a média de idades de 40 anos, com predominância da faixa etária dos 40-59 anos. A maioria destas participantes é casada, possui a nacionalidade portuguesa, o 9º ano de escolaridade, não existindo uma tendência quanto a profissões, as quais se mostram diversificadas. De igual modo, a maioria refere ter como seu agregado familiar os filhos com quem vivem, em habitação alugada. Na sua relação com o emprego, a generalidade das beneficiárias encontra-se desempregada, a receber RSI ou subsídio de desemprego, tendo ao seu encargo a família.

c) As OES e as lojas sociais: Princípios da economia circular e promoção da sustentabilidade social

A análise desenvolvida para perceber os *entendimentos acerca da economia circular e da promoção da sustentabilidade social a partir das lojas sociais enquadradas em OES* permitiu constatar que existe uma perceção acerca do significado da economia circular, já que grande parte dos entrevistados (3) conseguem atribuí-lhe uma definição, identificando as seguintes características: reutilização, prolongamento do ciclo de vida,

diminuição do desperdício, reusar, reciclagem, reparação, ainda que por vezes possam não ter utilizado estes termos precisos. Recuperando a bibliografia, a economia circular segundo Cardoso (2018), Leitão (2015) e nos termos da CE (2014, 2015), é descrita como uma economia com base na reutilização, na reciclagem e na reparação, aumentando o tempo de vida dos produtos, preocupada com a eliminação de resíduos e de desperdício, reusando ao máximo os produtos. Desta forma, as definições sobre a economia circular ou as suas características, mencionadas pelos intervenientes no estudo, mostram-se convergentes com a teorização que vem sendo produzida. Paralelamente, um dos auscultados não consegue identificar a economia circular, mas reconhece as suas características, uma explicação conduz-se pelas funções de voluntário (Inter1) que assume na loja social.

Quanto aos pilares da economia circular, a partir do relato de cinco entrevistados é possível identificar a reutilização como sendo algo importante de colocar em prática na loja social, considerando-a como a forma de dar uma nova vida aos bens e aos produtos que não estão em boas condições, criando até novos produtos, reaproveitando os que já existem. Também Stahel (2016), um dos principais autores da literatura referente à economia circular, equaciona no seu modelo a reutilização como a segunda opção que o consumidor tem, ou seja, postula que, quando o bem não pode ser nem reusado, nem ter pequenas reparações, deve ir para a reutilização, mostrando-se este processo coincidente com o “processo” da loja social, indo também ao encontro do percurso sinalizado pela expressão “Cradle to Cradle”, que remete especificamente para a reutilização assente num processo contínuo, ou seja, quando o produto chega ao fim de vida, volta a ganhar uma nova vida, enquadrando-se aqui a atividade das lojas sociais.

Dos discursos dos auscultados, quatro relatam a reciclagem, como sendo a fase seguinte a uma triagem, para onde vão os bens/produtos que não se encontram em condições de serem reusados, reparados ou reutilizados, ou seja, que estão no final do ciclo de vida, sendo que um interlocutor menciona que os produtos ao irem para a reciclagem podem também ser depois reutilizados e transformados em produtos totalmente diferentes. Neste sentido, segundo Stahel (2016), a reciclagem é a última opção que o consumidor tem, ou seja, quando o produto não pode ser reusado, reparado ou reutilizado, deve ir para a reciclagem para ir para a fase de produção novamente, referindo Krajner e Pracek (2019) que o produto é transformado novamente em matéria prima.

Neste seguimento e como explica a literatura (Krajner & Pracek, 2019; Stahel, 2016), a reutilização e a reciclagem provocam uma diminuição do desperdício e tornam os resíduos

em recursos, porque o que seria lixo passa a ser um novo recurso para um novo bem, ou seja, os “bens de hoje serão os recursos de amanhã” (Fundação Ellen MacArthur, 2013, p. 3). Indo ao encontro desta assunção, também três participantes no estudo referem, que não deitam os bens para o lixo, mas que enviam para a reciclagem, porque deste modo se reduz o desperdício e porque os bens terão um novo tratamento.

Dos entrevistados, dois identificam o prolongamento do ciclo de vida do produto, como um ciclo sem fim, que vai ao encontro do circuito sem contínuo ou sem fim apresentado por Stahel (2016), o qual explicita que as diferentes fases ou opções do modelo, permitem que o bem continue a circular.

A reparação é também possível de ser identificada como uma dinâmica de economia circular, que as lojas sociais colocam em prática, tendo a mesma sido mencionada por alguns participantes, como sendo o processo que segue à triagem nas peças que não estão em boas condições e que podem ter pequenos arranjos para serem novamente reusadas, nomeadamente através de ateliers ou máquinas de costura. Também Stahel (2016), incorpora no seu modelo a reparação, fazendo parte da primeira opção que o consumidor tem, equacionando nesta, o reuso e a reparação para se usar novamente, sendo este o caso das dinâmicas das lojas sociais, onde os beneficiários em espaços na loja social (atelier – LS1, máquina de costura – LS2) podem reparar e reusar novamente.

Dos relatos recolhidos, dois conseguem identificar a redução da extração e da utilização de recursos, onde é referido que ao se reusar, reparar e reutilizar, os recursos são poupados, porque não há novas produções, havendo aqui uma “poupança”, como é referido pelos entrevistados. Estes relatos vão ao encontro da teoria (e.g., Stahel, 2016), que argumenta que a extração de recursos é diminuída atendendo às práticas de reparação, reutilização e reciclagem, as quais reduzem a necessidade de criar novos bens e com isso de extrair novos recursos.

Identificado por quatro auscultados, o reusar, é definido como sendo, no caso particular das lojas sociais, uma forma das pessoas terem acesso a bens/produtos, nomeadamente pelas doações, referindo que estes eram produtos que já não eram usados. A literatura, e principalmente Stahel (2016), identifica o reusar como a primeira opção que o consumidor tem, mas também Krajner e Pracek (2019) identificam o (re)uso como uma forma de prolongar o ciclo de vida de um produto.

Estas dinâmicas aqui identificadas, são potenciais promotoras de sustentabilidade social junto dos beneficiários da loja social, tendo a mesma (i.e., a promoção da sustentabilidade social), nesta articulação, sido focalizada na discussão teórica e empírica.

Assim, relativamente às razões para a criação de uma loja social, foi indicado por dois entrevistados que era necessário dar um espaço físico ao ato de doar roupa, dado que as doações já se faziam há muitos anos admitindo existir aqui um cunho originariamente assistencialista, na esteira do que refere a Fundação Ellen MacArthur (2013), ao referenciar que as “tipologias”, onde se inserem as doações, remontam aos bazares das igrejas e só atualmente é que ganhou novas dimensões, com espaços próprios e inclusive com o aumento e disseminação tecnológica. Também foi referido no estudo, que as vendas em segunda mão estão na moda, inclusive o vintage, e que por isso, foi relevante criar um espaço para tal, o que vai ao encontro do apresentado por Han (2013), que explica que durante anos utilizar produtos em segunda mão era sinal de pobreza, mas que atualmente com o “vintage” passou a estar na moda vestir roupas com décadas de existência, isto juntamente com as preocupações ambientais, onde Zamani (2014) identifica que as pessoas atualmente passaram a reutilizar mais, tal como foi identificado pelo entrevistado. Num outro sentido, colmatar as necessidades básicas também foi umas das razões apontadas para a criação da loja social, sendo que um participante refere a necessidade de combater os baixos recursos das famílias, as dificuldades e as vulnerabilidades. Recuperando a literatura, Santos (2015), explica que as lojas sociais são criadas por serem uma forma de garantir que os grupos mais vulneráveis da sociedade têm acesso a diversos bens, desde roupas, calçado, a outros, dado que as mesmas recebem bens em forma de doação que depois redistribuem pela população em situação mais vulnerável.

Relativamente à natureza do impulsionamento da loja social, os participantes referem que decorreu da iniciativa da própria OES e até por ser uma necessidade interna, visto que estas entidades já trabalhavam com diversos indivíduos e famílias identificadas como tendo alguma carência de bens/produtos. A este respeito, Santos (2015) menciona que há nas lojas sociais uma solidariedade e uma entreajuda, numa lógica de ação social, que remete para a génese das OES, sobretudo das IPSS, muito pautadas pela noção de solidariedade, a qual constitui um dos seus valores (Decreto-Lei n.º 172-A/2014). De igual modo, as OES seguem o princípio da solidariedade (EESC, 2017), referência esta também inscrita na Lei de Bases da Economia Social (artº5), para dar conta dos princípios orientadores da economia social advogando, a par, Reis (2003), que a solidariedade é como o meio que anuncia a economia

social. Esta solidariedade está então também presente no artigo 2.º, n.º1, como sendo um valor das IPSS (Decreto-Lei n.º 172-A/2014).

Neste mesmo sentido, um dos traços característicos das lojas sociais identificados por alguns entrevistados é o cuidado de proximidade para com o outro, ou seja, estar próximo, na comunidade, criando uma relação de confiança, que vai muito além de fazer doações, onde outras dinâmicas, que se iniciaram por esta circularidade de bens, se estendem para outras ajudas. Como foi supra referido, a solidariedade está na origem das OES e das IPSS, explicando Luz (2016), que as OES se caracterizam pela proximidade com as comunidades, advindo daí um maior conhecimento das mesmas favorecendo uma intervenção próxima e solidária. Como Ramos (2011) e Laville (2009) referem, os serviços de proximidade são serviços de solidariedade, que respondem às necessidades dos indivíduos e das famílias, sendo largamente provisionados por OES. Pode, pois, considerar-se que esta relação de proximidade acrescenta valor às lojas sociais, o qual resulta também da atuação destas assente em pressupostos de economia circular. Seguindo a linha de pensamento da EESC (2017), a chave para o sucesso tanto da economia circular como da economia social, são as relações de proximidade, sendo que dinâmicas como as de partilha e colaboração fazem esta ponte. Segundo Cruz (2017) algumas dessas dinâmicas decorrem das vendas em segunda mão, trocas, partilhas, doações, ou seja, lógicas de proximidade da comunidade, com base nesta solidariedade, que Martin (2015) explicita, que promovem a colaboração e a partilha, sendo estas modalidades que serão também aqui discutidas.

Acerca da questão da evolução das lojas sociais, é manifestada a opinião de que a crise que se irá acentuar com o Covid-19 fará com que esta resposta seja mais precisa, para atenuar necessidades, tendo aqui um papel importante também as entidades de economia social. De facto e tal como a literatura refere, as OES e as suas respostas surgem ou quando o Estado não consegue responder às necessidades dos seus indivíduos, ou quando o Mercado também não o consegue fazer, nomeadamente na garantia de recursos à população mais desfavorecida (Reis, 2003; Silva, 2013; Valentinov, 2005). Adicionalmente, reconhece-se (e.g., Reis, 2003; Laville, 2009), que a economia social foi aumentando a sua prática na comunidade devido às diversas crises económicas, políticas e sociais, respondendo frequentemente a situações de necessidade através da provisão de serviços de apoio social. Assim, a evolução das lojas sociais tende a acompanhar as situações de necessidade, assentes numa base de proximidade, sendo estas que ditam a sua existência e a manutenção do projeto inicial, tal como foi também referido.

Sobre as práticas da loja social, e mais especificamente em relação às suas modalidades de ação, uma das quais as doações, salientadas por todos os participantes do estudo, importa salientar que as lojas sociais recebem bens/produtos através de doações a título particular ou empresarial, procedendo depois à distribuição desses bens/produtos pelos seus beneficiários. Assim, estas redistribuições surgem na lógica de garantir recursos a quem não os possui, identificando-se aqui os pilares da economia circular, ou seja, através do reusar e do reutilizar é possível aceder a bens/produtos provindos de outras pessoas, os quais, caso não tivessem como destino a loja social acabariam no lixo.

As vendas em segunda mão, constituem outra modalidade de ação das lojas sociais, que se inclui apenas na dinâmica de uma das lojas sociais do estudo (LS1). Neste contexto são vendidos bens/produtos que foram doados à entidade, destinando-se a receita a suportar a remuneração de um profissional afeto à mesma, assim como a comprar bens alimentares também para doar, podendo ainda ser vendidos produtos reutilizados no atelier pelas próprias utentes, usufruindo estas da receita. As trocas e os empréstimos também são referidos como sendo modalidades, mas apenas na LS2, onde se procede ao empréstimo de roupa para ocasiões específicas (e.g., batizados, entrevistas de emprego), ou então de artigos específicos (e.g., berçário).

Neste âmbito e fazendo uma articulação com a teoria, refira-se que também Cruz (2017), identifica as doações, as vendas em segunda mão, as trocas, os empréstimos e também a reparação, o reuso e a reutilização, como mecanismos de prolongamento do ciclo de vida de um bem/produto dentro das OES, ou seja, lógicas que permitem aos beneficiários responder às necessidades básicas, num processo circular, o qual Tóta (2015) caracteriza como sendo um processo em mudança na sociedade, em que as lojas sociais têm um papel importante na transição do descartar para o reparar/reutilizar. Paralelamente, Lopes e Leal (2017, p.23) também enfatizam a importância de “preservar o ambiente, reutilizando e reciclando recursos disponíveis na comunidade, (...), através da partilha de bens como roupa, mobiliário, brinquedos, livros, eletrodomésticos, calçado (...)”, ou seja, se por um lado as lojas sociais respondem às necessidades/vulnerabilidades dos beneficiários, que se encontram numa situação mais desfavorecida, a par, conseguem contribuir para o desenvolvimento sustentável, conciliando dinâmicas da economia circular, potenciando-se através dos bens/produtos disponíveis na comunidade uma atenuação das dificuldades e das necessidades de outros indivíduos. No mesmo sentido a Good360 (2019), explica que as doações ou as vendas em segunda mão sem reparações, mantêm o valor do produto original,

mas são similarmente uma ótima forma de aplicar a economia circular, porque é possível aplicar o modelo, ou seja, reusar, reparar, reutilizar, reciclar. Os efeitos que daqui resultam associam-se à redução do consumo de bens em primeira mão, à redução da extração de recursos (dado que há uma menor produção) e favorecem ainda a transformação dos resíduos em recursos, prevenindo a sua canalização para aterros (Good360, 2019; Tóta, 2015).

Para realizar este processo, é importante, tendo como referência os entrevistados das lojas sociais do estudo, realizar uma triagem e tratamento de bens/produtos, já que a partir daqui se percebe se os bens/produtos podem ser doados/vendidos, ou ao invés, se carecem de sofrer reparações (mantendo-se o produto praticamente como original, podendo mesmo ser doado/vendido), ou então, se podem ser reutilizados e há uma nova criação, sendo que a LS1 até tem um atelier e a LS2 teve por um período de tempo, uma máquina de costura. Caso não seja possível nem o reuso, nem a reparação, nem a reutilização, então em último caso, os bens/produtos são reciclados podendo também serem criados novos produtos, evitando os aterros. Esta dinâmica é importante e demonstra bem as fases e as opções que Stahel (2016) refere no seu modelo, ou seja, quando o produto está na fase em que o consumidor tem de escolher que rumo dar ao seu produto, este tem diversas opções, que são: reusar e reparar, caso não seja possível deve-se reutilizar e só por fim, reciclar. Assim, pode-se referir que é visível que estas dinâmicas também são aplicadas nas lojas sociais.

Para estas modalidades serem possíveis, mais especificamente as doações a beneficiários, estes têm de ter um processo na loja social, o qual consta de uma ficha de inscrição onde são recolhidas diversas informações relativas à pessoa, nomeadamente as necessidades, mas também a nível de agregado familiar, rendimentos, situação habitacional, condição perante o trabalho e habilitações académicas. Como Lopes e Leal (2017) referem, as fichas de registo/inscrição são neste âmbito necessárias e carecem sempre de ser preenchidas.

Neste sentido, os relatos empíricos permitiram recolher informação acerca dos beneficiários, num contexto mais sociodemográfico, constatando-se, que em termos de caracterização geral, tal como informam os entrevistados (assistentes sociais e interlocutores), aqueles, sendo quer, do sexo feminino, quer masculino, se situam entre os 30 e os 55 anos, tanto solteiros, como divorciados, existindo a nível de agregados familiares, muitas famílias e até numerosas. Estes beneficiários são maioritariamente portugueses, com baixas habilitações, encontram-se numa posição de desemprego, em situação de sem-abrigo ou condições habitacionais precárias, em casas sociais ou alugadas, e a receber

essencialmente o RSI ou o subsídio de desemprego. Esta realidade vai ao encontro do referido por Hespanha e Portugal (2015), Piacentini (2014), Probst e Jiang (2017), Roca-Puig (2019) e Santos (2015), que mencionam que as desigualdades e as vulnerabilidades sociais que resultam em questões de necessidades e vice-versa, são mais frequentes em famílias monoparentais, situações de sem-abrigo, desempregados, pessoas que recebem subsídios e apoios baixos ou reduzidos. Acerca da caracterização dos beneficiários participantes no estudo, a amostra reuniu apenas pessoas do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 28 e os 54 anos, casadas e solteiras, maioritariamente de nacionalidade portuguesa e com baixas habilitações académicas, que corrobora com a caracterização feita pelos entrevistados. Indo ao encontro da caracterização geral atrás apontada, também os beneficiários do estudo se inserem, no geral, em famílias e em alguns casos em famílias monoparentais, vivendo a maioria em habitação alugada. A nível de situação perante o trabalho, a maioria é desempregada e no que concerne a apoios são referidos o RSI e o subsídio de desemprego, características estas também coincidentes com as informações apontadas pelas entrevistas atrás referidas e com a própria literatura.

Reconhecendo-se que as pessoas em situação de vulnerabilidade e pobreza precisam de satisfazer as suas necessidades (e.g., Koumparou, 2017; Mendes, 2009), foi possível perceber que as questões socioeconómicas constituem uma das razões da procura às lojas sociais, atendendo aos baixos recursos económicos, ou mesmo à sua inexistência e à carência de bens/produtos básicos (e.g., alimentação, roupas), sendo que muitos beneficiários referem que vão à loja social porque tiveram conhecimento da mesma e tiveram a iniciativa de ir, devido às suas necessidades, enfrentando uma situação de pobreza, a qual Mendes (2009) caracteriza como derivada da falta de formação, de oportunidades, de emprego e que se manifesta, visivelmente, pela insatisfação nas necessidades básicas. Paralelamente, as questões psicológicas, mencionadas por duas participantes, foram apontadas como razões adicionais subjacentes à procura da loja social, resultando as mesmas do isolamento que os indivíduos mais vulneráveis sofrem, mas também decorrentes de patologias psicológicas (e.g., toxicodependência), que culminam em situações de vulnerabilidade e vice-versa, referindo Costa et al., (2008) e Perista e Batista (2012), que existem problemas complexos enraizados na sociedade, como por exemplo, os psicológicos e os sociais que tem uma problemática acentuada, designadamente as necessidades básicas não garantidas.

Relativamente ao tipo de procura e à regularidade da ida dos beneficiários à loja social, os relatos informam que a procura incide em diversos bens, desde roupa (e.g., calças,

camisolas, vestidos), a calçado, mas também engloba artigos diversos para o lar (e.g., artigos de casa de banho) e bens infantis (e.g., brinquedos). Ao nível de regularidade, as lojas sociais abrangidas pelo estudo apresentam alguma diferenciação, já que a LS1 não tem uma regularidade ou um dia definido para que se possam levantar as doações, enquanto que a LS2 destina as segundas-feiras e as quartas-feiras da parte da tarde, como o dia ou período de levantamento de produtos, tem definido um limite de peças, sendo que o beneficiário só à mesma pode aceder uma vez por mês, a não ser em casos pontuais. Importa aqui destacar no que diz respeito ao tipo de procura, e como mencionam, Zerbini e Pistelli (2003), que as primeiras lojas sociais tinham essencialmente produtos artesanais, mas que presentemente os produtos são muito variados (e.g., produtos têxteis, brinquedos, produtos para o lar). Também Mendonça (2013), refere que as lojas sociais dão a liberdade ao beneficiário de receber os bens/produtos que gosta e que quer, não os que os profissionais acham que merece, sendo tal constatado pelos relatos dos beneficiários quando referem aquilo que procuravam. No tocante à regularidade e tal como refere Santos (2015), as lojas sociais têm um regulamento interno e por isso o seu funcionamento não é idêntico em todas, mostrando-se essencialmente adaptado ao seu público-alvo.

Como tal, para existir este funcionamento das lojas sociais, é necessário ter recursos, desde humanos, materiais, a monetários, abrangendo os primeiros, profissionais efetivos, voluntários e estagiários. Ambas as lojas sociais, dispõem de espaços físicos (o espaço da loja social), sendo que a LS1 conta com dois espaços (vendas e doações), mais um armazém. De igual modo, ambas referem ainda materiais como estantes, espelhos, prateleiras, entre outros, ligados à loja social. A nível de receita, e no caso da LS1 a mesma é proveniente das vendas em segunda mão, aloca a receita à remuneração de um profissional e à compra de bens alimentares também para doar, sendo que a LS2 não tem essa vertente. Efetivamente para proceder às diferentes ações nas lojas sociais, são necessários espaços, materiais e colaboradores, sendo também necessário fazer registo de produtos (Lopes & Leal, 2017), o que passa pela triagem, por fazer contactos, interagir com pessoas, nomeadamente os beneficiários, elaborar os processos destes, entre outras funções, pelo que os recursos apontados constituem elementos essenciais para o funcionamento das lojas.

As perspetivas futuras e os desafios percecionados acerca das lojas sociais mostram-se no estudo diversificados. Assim, criar uma loja online surge como um objetivo, sugerindo-se que os próprios utentes, numa forma de capacitação, poderiam ser envolvidos nesse processo, através da criação e manutenção de um catálogo online. Com efeito, esta é uma

intencionalidade que se afigura muito pertinente, já que com a evolução tecnológica, os serviços, essencialmente de vendas em segunda mão, cresceram com as plataformas online, o que fez com que estas dinâmicas (e.g., trocar, emprestar, alugar) chegassem a mais pessoas (Cruz, 2017; EESC, 2017; Fundação Ellen MacArthur, 2013).

Por outro lado, o estudo também revelou que a situação pandémica do Covid-19 é apreendida com preocupação, receando alguns participantes que tal obrigue a uma alteração da resposta (loja social), em termos do seu funcionamento, até porque se admite poder vir a existir uma quebra nas doações à loja social a título individual e na procura por parte dos beneficiários, devido ao risco de contágio. Em boa verdade, a fase atual que caracteriza a sociedade e as alterações que se têm vindo a colocar nas vivências diárias de todos nós, são preditores de períodos de crise, sabendo-se que os mesmos, em regra, conduzem ao aumento das desigualdades e das dificuldades sociais. A sinalização deste contexto em particular, merece ainda especial atenção, dado que ainda não são conhecidas todas as particularidades da doença (e.g., efeitos, tempo de incubação, meio de transmissão), o que levanta muitas questões (e.g., medidas de contenção constantemente em alteração), dificultando os planos de ação das entidades, nomeadamente das lojas sociais. Consequentemente, todas estas incertezas tendem a aumentar o medo que a população em geral sente, assim como as emoções de tristeza, revolta, raiva e ansiedade, por serem um mecanismo de adaptação ao contexto (Ornell et al., 2020).

Ainda relativamente às perspetivas/desafios, se reconhece ser necessário existir uma sensibilização acerca da qualidade da roupa que se doa para as lojas sociais, pois, uma grande parte não reúne condições, impossibilitando a sua doação, como forma de salvaguarda da dignidade da condição humana. Adicionais desafios às lojas sociais apontam também para a importância de, junto dos beneficiários melhor os fazer entender acerca das regras de funcionamento da loja, sensibilizando-os para o seu cumprimento e compreensão da respetiva informação. De acordo com Hobson e Lynch (2016) esta sensibilização pode vir a acontecer, dado que a sociedade está a sofrer uma transformação para a consciencialização e para o aumento de práticas como a reutilização e o reusar, acrescentando Owyang et al. (2013), a este respeito, que o crescimento destas modalidades está relacionado com o desejo de ajudar as pessoas com mais dificuldades.

As perspetivas ou desafios mencionados sobre as lojas sociais focalizaram também os seus espaços, tendo sido referido o objetivo de proceder a uma reorganização da estrutura e funcionamento, assim como a necessidade (elencada por dois participantes) de existir um

espaço onde funcionasse apenas a loja social e não outras atividades (i.e., atendimentos a utentes), o que exige uma maior gestão por parte da equipa, relativamente ao espaço e ao funcionamento. De forma acrescida também se destacou aqui a ideia, por parte de um interlocutor da LS2, relacionada com a importância de existir um espaço alocado sobretudo às vendas em segunda mão, o qual no seu entendimento permitiria canalizar algum financiamento monetário, à semelhança do que acontece com a LS1.

Ao nível do tipo de repercussões suscitadas pelas lojas sociais, e na sua articulação com a sustentabilidade social dos indivíduos e comunidade em geral, extensíveis também às próprias OES, o estudo revela de forma expressiva, que os beneficiários consideram esta resposta como orientada fundamentalmente para a satisfação das necessidades básicas, visto que através da mesma obtêm bens/produtos que não teriam de outra forma, o que lhe permite comprar outros produtos (e.g., alimentação), ao não gastarem dinheiro por exemplo em roupa. De salientar que em uma das lojas sociais (LS1) é ainda possível as beneficiárias venderem as suas peças reutilizadas no atelier e auferirem dessa receita monetária, no entanto, também se admite que tal não focaliza as causas da pobreza. Para Jorge (2015) e Mendes (2009), os processos de sustentabilidade social têm de ter um efeito na redução da pobreza e neste aspeto a loja social fica um pouco aquém, apesar de mitigar as necessidades. No mesmo sentido, Morrison-Saunders e Hogdson (2009), referem que a sustentabilidade social tem o pressuposto de reduzir a desvantagem no acesso a bens, no entanto deve também proporcionar mecanismos de satisfação das necessidades de cada indivíduo e isso a loja social consegue fazer, facilitando a existência de condições básicas necessárias ao ser humano (Roca-Puig, 2019).

As repercussões das lojas sociais abordando a igualdade social foram no estudo mencionadas por quatro entrevistados, três dos quais a identificaram como um fator que permite igualdade de aparência na sociedade, existindo, contudo, um, que não equaciona a loja social como produtora de igualdade. Para Koumparou (2017), a igualdade é um dos ímpetus da sustentabilidade social e que está em estreita relação com a inclusão e com a coesão social (pontos que foram também mencionados) (Haynes & Murray, 2015, cit. por Koumparou, 2017), pela demanda da igualdade a bens e serviços, ou seja, por procurar que todos os indivíduos tenham acesso igualitário a bens e a serviços (Morrison-Saunders & Hogdson, 2009), neste sentido, dado que a loja social garante bens/produtos, pode dizer-se que potencia a igualdade social (Santos, 2015; SCMC, 2018).

Relativamente à inclusão, a sua menção por parte de cinco entrevistados surge no entendimento de que os beneficiários da loja social se sentem mais incluídos na sociedade, tendo neste âmbito sido particularmente referidas as crianças, adicionando-se aqui a questão da aparência como um fator de risco de bullying. De igual modo, a interação com outras pessoas, proporcionada aquando da ida dos beneficiários à loja social (e.g., atelier da LS1), é vista como exemplificativa de inclusão social, salientando-se, no entanto, que um dos entrevistados não encara a loja social como geradora de inclusão social. Para Haynes e Murray (2015, cit. por Koumparou, 2017), a sustentabilidade social foca-se em contrariar formas de discriminação, mostrando-se indutora de inclusão social, contra todas as formas de exclusão, pelo que se considera que as lojas sociais sejam fomentadoras desta inclusão, atentos os relatos dos participantes.

Também a autoestima foi mencionada no estudo, admitindo-se que a loja social provoca um efeito na imagem, encontrando-se ligada ao sentimento de bem-estar e qualidade de vida dos beneficiários, impactos estes, que não obstante contribuirão para apoiar e disseminar um sentimento, também de contorno, muito na sequência da relação criada com os profissionais, não deixam de ser identificados como sendo de certo modo momentâneos, erguendo desafios às próprias lojas sociais. Para Jorge (2015), a sustentabilidade social engloba aspetos de bem-estar, nomeadamente de qualidade de vida, os quais Kuhlman e Farrington (2010), referem contribuir para a felicidade das pessoas, assunção esta que vai ao encontro dos relatos sobre as repercussões da loja social.

De referir ainda neste contexto a vertente da coesão social, identificada por sete participantes e que no seu entendimento é promovida através da confiança que se cria entre profissional e beneficiário, indo muito além do trabalho ligado às doações, mas também de todo o trabalho desenvolvido pelos profissionais (e.g., assistentes sociais). Assim, reconhece-se que as lojas sociais facilitam a criação de laços de proximidade, derivadas das suas dinâmicas, podendo também perceber-se que as doações refletem um efeito na sociedade, ou seja, num sentido mais lato (e.g., doações que se desenvolvem entre vizinhos). Para Jorge (2015) e Koumparou (2017), a coesão social é uma envolvente específica da sustentabilidade social, sendo que para Molina (2009), a coesão social está em estreita relação com a confiança, como um processo que garante interações, onde se criam laços e redes sociais, num espaço, onde há um compromisso, muito à base da cooperação e do relacionamento. Atentos os relatos empíricos, que sublinham precisamente a confiança criada pelas relações entre profissional e beneficiário na loja social, mas também pelos

relacionamentos que se criaram com a vizinhança, assentes em dinâmicas circulares (i.e., doações nos bairros dos beneficiários), fomentando o sentido de coesão no beneficiário, pode pois interpretar-se esta repercussão ao nível da coesão social á luz das conceções atrás referidas (e.g., Koumparou, 2017; Molina, 2009)

As componentes da equidade social e da justiça social foram adicionalmente elencadas no estudo, salientando-se aqui a perceção (um relato) de que falar de equidade e justiça social remete para todos terem a capacidade financeira para obter todos os bens/produtos necessários às suas vidas, pelo que a loja social face a este entendimento enquadra-se mais numa lógica compensatória ao invés de equitativa. Recuperando a bibliografia, Jorge (2015), considera que a justiça social é o maior processo de sustentabilidade social, sendo que a este nível, as lojas sociais carecem de ir mais além. Relativamente à equidade social, Jorge (2015), considera-a um ímpeto da sustentabilidade social, advogando Morrison-Saunders e Hodgson (2009), que a mesma traduz a redução das desvantagens dos mais vulneráveis. Nesta senda, McKenzie (2004) acredita que a equidade significa garantir que as gerações futuras não são prejudicadas pelas gerações atuais. Argumenta-se, pois, com base nestes autores, que as lojas sociais são potenciadoras de equidade social, já que minimizam ou reduzem as necessidades da população em situação de maior vulnerabilidade e ao dinamizar práticas como o reusar, reparar e reutilizar, refletem também um contributo para a garantia das necessidades das gerações futuras.

Com um outro registo e no computo das repercussões, foram salientados também os impactos na comunidade, mencionando-se que existem implicações a nível familiar, sendo que segundo a bibliografia é uma expressão do direito de cidadania, estando o seio familiar correlacionado com os direitos sociais e com as condições de vida (Mendes, 2009; Morrison-Saunders & Hodgson, 2009; Pinto, 2014).

Neste sentido, também foi referido que as lojas sociais são importantes e necessárias para a comunidade, por serem um serviço com bens/produtos de qualidade, que não se encontra com facilidade na sociedade. A este nível, também a confiança, a união e a melhoria da qualidade de vida (assente nos relacionamentos e convívio entre beneficiários e profissionais) foram elencados como efeitos suscitados pelas dinâmicas das lojas sociais. Refira-se a este propósito, que o que está na génese das respostas das OES e das IPSS, em particular, é a solidariedade que se enquadra na sua missão e que orienta a sua intervenção, sendo uma fonte de coesão social. De igual modo, estas são entidades que se caracterizam pela proximidade e provisão de serviços aos que deles mais precisam na sociedade (e.g.,

Laville, 2009), e guiando-se por princípios assentes na igualdade, coesão social, justiça, equidade, entre outros (Lei n.º 30/2013), e como atrás já se salientou como repercussões. Koumparou (2017), sustenta igualmente que pela sua missão e por responderem aos interesses e às necessidades da comunidade onde se inserem, as OES viabilizam a sustentabilidade social, por força da sua proximidade de atuação ancorada nos valores da cooperação e da solidariedade de base também comunitária, sendo que isto produz efeito nos públicos mais desfavorecidos (Asti & Ferrari, 2003). Importa a este respeito relembrar que as lojas sociais foram criadas para “cuidar do outro” (Santos, 2015), ainda que se reconheça, que não obstante a sua presença os problemas continuam a existir, a coesão comunitária mostra-se fragilizada porque não se conseguiu ainda uma mobilização geral para alterar as condições de vida daquela comunidade, perceção esta que foi sinalizada no estudo.

Para além dos impactos na comunidade, foram também identificados impactos para a própria entidade de enquadramento da loja social. Neste domínio e de modo global, diferentes relatos informam que a mesma contribui para o alcance da missão da organização, já que estas entidades, sendo IPSS, têm na sua missão a solidariedade, a cooperação e o cuidado para com o outro. Assim, a loja social emerge como um meio de atuação adicional, uma valência complementar para dar respostas que faltam na comunidade onde as OES se inserem, o que permite chegar a mais pessoas. Aliás, o trabalho de cooperação, do cuidar do outro reflete um sentimento de gratidão ou satisfação profissional, como o estudo identificou no discurso de um interveniente, advogando diversos autores (e.g., Pieta & Freitas, 2009), que esse tipo de sentimento surge das relações com os outros e na troca de valores. Por seu lado, também existe a perceção de que a atuação mais alargada, na sequência da existência da resposta loja social, contribui para que a OES seja mais conhecida no meio, ou seja, contribui para a sua visibilidade.

Concernente à avaliação das lojas sociais, a nível dos bens/produtos e do serviço, os relatos globalmente sugerem a necessidade de existir maior quantidade de vestuário masculino, realçam a falta de calçado e de tamanhos mais diversificados, no sentido de serem ajustados aos públicos beneficiários. Não obstante, de forma unânime os relatos referem que, em termos gerais os bens/produtos cedidos (pelos beneficiários) possuem qualidade e encontram-se em boas condições. Em relação a estas questões, um estudo desenvolvido por Calíope et al. (2017), enfatiza que as mulheres têm uma maior tendência a doar roupas comparativamente aos homens, o que pode justificar em certa medida a menor quantidade e por sua vez, qualidade, sendo que no mesmo estudo é referido, que quando as peças de

vestuário se encontram em boas condições, os proprietários preferem a venda à doação. A parte da qualidade, resulta essencialmente da triagem feita pelos profissionais, sendo que os próprios referem que recebem muitos produtos sem qualidade, mas que não os encaminham para doações/vendas.

Quanto à avaliação do serviço, o estudo informa, assente em vários relatos, que existe por parte dos profissionais uma preocupação e uma atenção particular para com os beneficiários, opiniões estas coincidentes com o traço característico das lojas sociais que é o cuidado próximo ao outro, já aqui explanado. Paralelamente, e em termos de apreciação, vários entrevistados referem que gostam do atendimento, do acompanhamento e das informações prestadas. A nível de sugestões, alguns entrevistados suscitam a importância de melhor se conseguir lidar com alguns beneficiários para que os mesmos aceitem os apoios que recebem, este relato vai ao encontro de um dos desafios identificados pelos profissionais, que era a dificuldade de lidar com os beneficiários. Tendo sido também avançada como sugestão, a necessidade de ser criado um serviço de ocupação, passível de capacitar os beneficiários, sendo reconhecida a capacitação também como uma necessidade, assim como a importância de se alargar o horário de funcionamento (LS2), facilitando-se deste modo a acessibilidade a bens/produtos.

d) O Serviço Social nas lojas sociais e a promoção da sustentabilidade: Contornos

Relativamente *ao papel do serviço social na intervenção das lojas sociais, convergente com as dinâmicas da economia circular, promotoras de sustentabilidade social*, importa salientar que as duas assistentes sociais participantes no estudo desempenham a par com a atividade profissional de assistente social, funções de coordenação no seio das OES, tendo acompanhado de perto a evolução das lojas sociais. Como a história da profissão comprova, o Serviço Social sempre esteve conectado com os direitos humanos e com a operacionalização das políticas sociais, tanto na esfera pública como na privada, mostrando-se os assistentes sociais agentes de relevo no quadro das OES (e.g., Alencar, 2014; APSS, 2019; Branco, 2009; Luz, 2017; Santos, 2008), atendendo à sua missão articulada com a provisão de respostas a indivíduos com necessidade na comunidade, numa lógica de solidariedade (Alencar, 2014; Goerck, 2006). Os assistentes sociais nas OES assumem funções a nível de gestão, planeamento e coordenação, alicerçados num pensamento

sistémico e holístico, que procura inovar face às respostas sociais e serviços tendo por base toda uma intervenção, que conta com um trabalho de equipa, transversalmente associadas a tarefas de identificação de necessidades, gestão de pessoas, mediação, planeamento, tomada de decisão, afetação de recursos (Coulshed, et al., 2006; Ronconi, 2003).

Neste contexto são vários os princípios que as assistentes sociais identificaram como fazendo parte da sua intervenção enquadrada nas lojas sociais. Assim, para uma das profissionais, o apoio ou intervenção de cariz assistencialista traduz uma realidade da loja social, admitindo a mesma que o trabalho social, paralelo, de acompanhamento e orientação pode fazer a diferença. Tal vai ao encontro do que refere Santos (2008), quando sublinha que o Serviço Social ainda tem uma vertente de benefício/beneficiário, carecendo de potenciar ações de promoção de empowerment, de mudança social. De igual modo, ambas as profissionais auscultadas referem, que pela proximidade que têm com os beneficiários, a intervenção social consegue provocar uma mudança social. De salientar que nos termos da definição global do Serviço Social (IFSW, 2014), a profissão é distinguida pela sua vertente interventiva, fortemente comprometida com o desenvolvimento, com a mudança social e a promoção da pessoa. Também Asquith (2005), refere que a mudança social se promove a partir da ajuda e do apoio aos que experienciam desigualdades sociais, sendo que os indivíduos e/ou beneficiários devem estar inseridos no seu processo de mudança, devem ser envolvidos nos processos emancipatórios de capacitação e de autonomização (APSS, 2019; Santos, 2008).

De forma acrescida, importa realçar que o exercício profissional deve sempre orientar-se na salvaguarda dos direitos humanos e de outros valores sociais, como a justiça, a coesão, a igualdade e a equidade, a inclusão, entre outros (e.g., APSS, 2019; Carvalho, 2010). No estudo, a coesão e a justiça social são referenciadas por ambas as assistentes sociais, assim como a igualdade, a equidade social, a inclusão social e a resposta às necessidades básicas, estando estas premissas na base da própria atuação do serviço social, mostrando-se convergentes com os direitos humanos.

A este respeito, e como antes se mencionou, a referência internacional da identidade profissional (i.e., a definição global do Serviço Social) postula a profissão orientada em prol da coesão social e enformada por princípios centrais como os da justiça social e dos direitos humanos, entre outros. Nesta senda, Alencar (2014), considera que a principal preocupação da intervenção do serviço social sempre foi com a garantir dos direitos humanos, sejam eles de primeira geração, de segunda ou terceira, sendo que no contexto deste estudo, ganham

particular relevo os de segunda (e.g., direitos a serviços e bens) e os de terceira (e.g., qualidade de vida) (APSS, 2019). Complementarmente, a intervenção é pautada pela defesa dos direitos individuais e coletivos, procurando promover a justiça social, a igualdade e equidade (APSS, 2019; Asquith, 2005). Em termos da intervenção profissional, a dimensão individual, organizacional, mas também a do coletivo, isto é, relacionada com a comunidade em geral, mostram-se fulcrais, resultando neste contexto todo um trabalho a favor da coesão social, e o seu contributo para a justiça social, o qual é identificado pelas profissionais do estudo. Em boa verdade, a lógica de cooperação e compromisso entre os diversos atores da sociedade, mostra-se facilitadora do reforço da dignidade humana (Carvalho, 2010).

No campo da promoção da sustentabilidade social, McKinnon (2008) refere que há uma conexão evidente entre a sustentabilidade social e a intervenção social, principalmente pela promoção de justiça social. Também Jayasooria (2016), refere que os valores da prática do serviço social são os da sustentabilidade social, acrescentando Peeters (2012) que a demanda pela inclusão, pela igualdade e pelos direitos humanos são pontos comuns do serviço social e da sustentabilidade social. Assim, os princípios supra referidos vão ao encontro dos resultados aqui identificados relativamente às repercussões das lojas sociais para com a sustentabilidade social.

Acerca do contributo do serviço social para as lojas sociais, os participantes mencionaram as capacidades, competências e técnicas que os assistentes sociais têm, os quais decorrem do seu mandato e da sua função, a qual passa por identificar problemáticas e necessidades sociais, assim como por canalizar ou erguer respostas para as mesmas, algo que não se coloca aos outros profissionais. Mapp et al. (2019), mencionam que o serviço social é a profissão com capacidade de reconhecer as necessidades dos indivíduos com quem trabalha, ou seja, pelo exercício da profissão através de diversas estratégias e metodologias, consegue responder aos seus beneficiários e por sua vez, potenciar meios de sustentabilidade (Peeters, 2012). Tal decorre também do facto de esta ser uma profissão que traça a sua intervenção em prol da população mais marginalizada, mais pobre (Stoeffler & Joseph, 2020), com carência de bens e produtos e excluída socialmente, quer por razões monetárias, de desemprego ou emprego precário e/ou devido a patologias físicas ou mentais. O serviço social opera em múltiplos contextos, estando dotado do conhecimento para poder identificar e delinear intervenções, através de ações e estratégias, dentro e fora da OES, satisfazendo as necessidades básicas do imediato, garantido alimentação e vestuário, distribuindo bens com

acesso livre e igualitário (e.g., Granja, 2008), indo estas dinâmicas ao encontro das lojas sociais pelos relatos expostos.

Neste enquadramento, e focalizando em particular a intervenção social nas lojas sociais, pode constatar-se que uma componente interventiva se situa no plano do atendimento social, onde se elabora o processo de beneficiário, carecendo o mesmo de reunir dados e informações múltiplas. Tal como se enuncia no código deontológico (APSS, 2018), o exercício profissional abrange atos, entre os quais se afiguram os relativos ao conhecimento das necessidades e problemas sociais, bem como os relativos ao atendimento social, abertura de processo e registo de informação (Granja, 2008), sendo os mesmos cruciais nas lojas sociais para, face à identificação dos problemas, ser possível canalizar a atribuição de bens. Constata-se, pois, que o ato do diagnóstico social, (APSS, 2018), reunindo informação sobre as problemáticas sociais, económicas e familiares constituiu um nível interventivo primordial nas lojas sociais.

Também o acompanhamento que é feito ao longo da intervenção com o beneficiário, prestando todo o apoio necessário, comunicando, intervindo e concedendo informações, assim como o encaminhamento, realizado pelas assistentes sociais, quando o acompanhamento é mais vantajoso para o beneficiário de ser por outra entidade, constituem dinâmicas interventivas que aspiram a melhorar a condição de vida dos beneficiários, e a influenciar a inversão de trajetórias de vulnerabilidade. Recuperando a literatura, pode, pois, referir-se que a atuação incidindo no acompanhamento onde se podem realizar pareceres, informações e relatórios sociais, mas também aconselhar e orientar os próprios beneficiários nas ações para a sua capacitação (APSS, 2018; Carvalho, 2010), adquire forte pertinência no contexto das lojas sociais. Importa salientar, aqui, a importância atribuída pelas assistentes sociais ao envolvimento dos beneficiários no sentido da sua capacitação. Ainda que não existam associadas às lojas sociais, ações explícitas de capacitação (e.g., formações), as profissionais sempre que oportuno, procedem ao encaminhamento para as respetivas entidades, argumentando-se também ser necessário convocar dinâmicas adicionais a nível do empowerment, tal como foi sugerido por uma interlocutora, ser possível através da envolvência do indivíduo na escolha de bens/produtos e na sua utilização correta, criando-se assim competências nos beneficiários, dinâmica esta por si impulsionada.

Efetivamente, e como a literatura reforça, as ações conducentes ao *empowerment* e capacitação potenciam a consciencialização e envolvimento dos beneficiários nos seus processos (facilitando a sua perceção sobre as ações que podem assumir e desafios das

mesmas), de modo a que participem nas decisões sobre as suas vidas, o que é possível através da identificação das suas próprias vulnerabilidades, mas também a partir dos recursos que necessitam e que dispõem, bem como a partir das redes de suporte e que se mostram envolvidas (e.g., APSS, 2018; Granja, 2008; Peeters, 2012; Pinto, 2014; Rocha, 2018).

A par com esta dinâmica, as assistentes sociais identificam o trabalho em rede e em parceria, realçando ser este um trabalho estratégico, assente numa articulação com outras entidades, que permite sinergias várias, entre as quais, recolher ou transmitir informação relativa aos beneficiários, de forma, a delinear melhor a intervenção e as ações, mas também para não existir duplicação de serviços. Tal, mostra-se particularmente importante face a constrangimentos identificados pelas profissionais, incidindo particularmente na dificuldade em encontrar respostas na comunidade para as problemáticas específicas (ou porque não existem, ou porque são as mesmas de há longos anos e já não fazem sentido para o beneficiário em causa), relativamente a este aspeto, alguns autores (e.g., Costa et al., 2008; Mapp et al., 2019; Perista & Batista, 2012), referem que os apoios estatais a nível socioeconómico encontram-se sempre vinculados a subsídios, como por exemplo, o RSI e o subsídio de desemprego, que também são os apoios mais mencionados neste estudo. Tanto o código deontológico (APSS, 2018) como autores vários (e.g., APSS, 2018, 2019; Borgato et al., 2008; Carvalho, 2010), identificam este trabalho colaborativo entre entidades, como favorável à criação de conexões na comunidade, relações de confiança e cooperação, para promover as mudanças necessárias à sustentabilidade dos indivíduos e das próprias comunidades.

CONCLUSÃO

As sociedades têm vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos associadas à produção e ao consumo de bens/produtos, existindo a este respeito, atualmente, uma preocupação acrescida acerca da extração dos recursos naturais, assim como da geração, de resíduos e da sua eliminação. Com o “Relatório Brundtland” de 1987, a noção de desenvolvimento sustentável assumiu uma maior visibilidade, procurando aliar as preocupações com os problemas ambientais, económicas e sociais, como um esforço coletivo para conduzir ao bem-estar das presentes e das próximas gerações. Desta forma, a noção de sustentabilidade passou a ser mais abrangente e a ser encarada como a referência para ir ao encontro de uma “vida sustentável” (potenciando, entre outros aspetos, condições e qualidade de vida das populações). É relevante destacar que própria evolução do conceito de desenvolvimento sustentável foi reforçando os objetivos tendentes à eliminação da pobreza e à conservação dos recursos naturais, focalizando as novas formas de produzir, utilizar e (não) descartar, assim como o tratamento dos resíduos. Aliás, na Agenda 2030, estas intencionalidades são apresentadas como um esforço de urgência a ser colocado em prática, para responder às necessidades humanas, eliminar a fome e promover a garantia dos direitos humanos, não podendo ser descuradas as ações que equacionem a preservação dos recursos ambientais e naturais.

Sendo certo que a tridimensionalidade da sustentabilidade constitui a ideia matriz do desenvolvimento sustentável, também se reconhece que as dimensões ambiental e económica canalizam prioridades desde o início da apreensão do modelo, existindo uma menor atenção analítica para com a esfera da sustentabilidade social, também muito por força da flexibilidade e abrangência deste conceito, o qual se presta a múltiplas interpretações e aplicações.

Admitindo-se que a sustentabilidade social enquadra ações múltiplas direcionadas para a promoção da qualidade de vida da população, para a efetivação dos seus direitos e que as suas práticas aspiram desde logo a satisfazer ou a realizar as condições básicas, necessárias ao ser humano, a questão da sustentabilidade social mostra grande afinidade com a redução da pobreza, com a preocupação com os grupos mais vulneráveis e excluídos das sociedades, traduzindo, este, o ponto fulcral subjacente à investigação desenvolvida e cujos resultados apontam, na sua generalidade, para a importância da erradicação da pobreza e salvaguarda das necessidades básicas (e.g., alimentação, vestuário) de toda a população,

numa perspetiva que se ambiciona ser de longo prazo. Foi, pois, neste contexto, que equaciona os problemas sociais e a importância das ações/práticas impulsionadas pelas premissas da sustentabilidade que este trabalho se enquadrou, quer em termos conceituais, quer instrumentais.

A sustentabilidade social, erguida como noção de referência do presente estudo, constitui uma aceção que se relaciona com as vulnerabilidades sociais, a exclusão e as necessidades básicas não garantidas, decorrentes da pobreza, da falta de rendimentos, entre outros fatores, traduzindo estes, impulsos para enveredar por ações conducentes à justiça social, à coesão social, à redução da pobreza e à garantia das necessidades básicas, à igualdade social, à equidade, à inclusão social, à qualidade de vida e ao bem-estar social.

Assim, estes, são ímpetus que a análise sinalizou como repercussões das lojas sociais, que beneficiam das dinâmicas destas respostas, praticadas com base nos pilares da economia circular. Como o estudo explanou, a economia circular traduz o modelo preconizado para o crescimento e desenvolvimento, que se efetiva através de princípios, pilares e práticas, os quais revertem oportunidades para a prossecução da sustentabilidade nas suas várias dimensões, designadamente de cariz económico e ambiental, decorrente de modalidades ou dinâmicas relativas ao reutilizar, reparar, reusar, reciclar, resultando daqui consequências a nível do prolongamento do ciclo de vida do produto/bem, da transformação dos resíduos em recursos, da diminuição do desperdício e da redução da extração de novos recursos. Paralelamente, a economia circular reverte oportunidades para a sustentabilidade social desencadeadas, por exemplo, através de processos de partilha e colaboração assentes em doações, em vendas de segunda mão, ou outras dinâmicas, orientadas para o reusar, reutilizar e reparar, de forma a garantir oportunidades a todos os cidadãos, especialmente, aqueles em situação de maior vulnerabilidade social, e aos quais se pretende garantir equidade no acesso a bens/produtos.

No campo da promoção de oportunidades e recursos essenciais à população em condição de vulnerabilidade, as OES mostram ser um interlocutor privilegiado capaz de responder a falhas do Estado e do Mercado, erguendo, como primado da sua atuação, o indivíduo, o ser humano (ao invés do lucro), procurando também responder, pela sua proximidade com a comunidade, a necessidades desta norteadas pelo princípio da solidariedade, do respeito pelos direitos humanos e da dignidade de vida de cada cidadão. Neste enquadramento, as IPSS, têm vindo a desenvolver iniciativas, muitas das quais com base na partilha, de que são um exemplo as lojas sociais.

Em si, as lojas sociais podem, como advogamos, ser facilitadoras do desenvolvimento sustentável, conciliando lógicas de economia circular, tendo por base as suas dinâmicas de vendas em segunda mão, empréstimos, doações, reparações, reutilizações e também, por promoverem o reuso de produtos, garantindo a redistribuição de bens/produtos às pessoas que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade ou exclusão, as quais em virtude da falta de meios económicos, não conseguem atender às suas necessidades do dia-a-dia, nomeadamente em termos de alimentação e vestuário.

Efetivamente, a partir dos resultados apurados pelo estudo desenvolvido, focalizando dois casos (i.e., lojas sociais/OES), foi possível verificar que as lojas sociais analisadas praticam modalidades de economia circular, reconhecidas pelos seus intervenientes, os quais as percebem como dinâmicas de resposta aos seus públicos, salientando-se entre estas, a reutilização, a reciclagem, a diminuição do desperdício e a transformação de resíduos em recursos, o prolongamento do ciclo de vida do produto, a reparação, a redução da extração e da utilização de novos recursos e o reuso.

Relativamente aos impulsionamentos, às práticas e às repercussões das lojas sociais, equacionando a sua promoção para com a sustentabilidade social, por via das modalidades de economia circular, importa salientar que ambas as lojas sociais surgem por iniciativa própria, por força da necessidade de dar resposta aos seus públicos alvo e de forma a estruturar algo que já vinham fazendo, nomeadamente, a nível de doações. Como tal, foi identificado como traço característico das lojas sociais o cuidado próximo para com o outro e apesar de o projeto inicial se manter, é visível uma preocupação para com as transformações que a sociedade atual está a enfrentar, oriundas sobretudo da crise socioeconómica que a pandemia de Covid-19 está a criar, admitindo os entrevistados que as lojas sociais irão ser uma resposta cada vez mais necessária e oportuna.

A nível das modalidades convergentes com a economia circular, foram identificadas as doações, as vendas em segunda mão, os empréstimos e as trocas, realçando-se existir um processo de triagem que permite encaminhar os bens/produtos para cada modalidade, para o atelier (LS1) ou para a reciclagem, consoante o estado e a qualidade em que o produto se encontra.

Deste modo, foi possível apurar que a procura pelas lojas sociais deve-se à necessidade de responder a questões socioeconómicas (e.g., baixos recursos económicos, carência de bens e produtos, situações de pobreza), sendo, também, originada por questões psicológicas (e.g., isolamento social, patologias psicológicas). Nas lojas sociais existe uma

procura por bens diversificados (e.g., roupa, calçado, artigos para lar, produtos infantis), os quais se reconhecem ser produtos que apresentam qualidade, estando a este respeito estabelecidas “regras” para o seu acesso. Refira-se também, que, em termos do serviço prestado pelas lojas sociais, os beneficiários valorizam o acompanhamento e o serviço de atendimento, exprimindo que sentem que cuidam de si, sugerindo, no entanto, os beneficiários (LS2), a pertinência da criação de uma valência que lhes permitisse desenvolver uma ocupação e um horário de funcionamento mais abrangente.

No quadro dos recursos associados ao funcionamento das lojas, as mesmas possuem recursos humanos, espaço físico e diversos materiais de tipologia lojista (e.g., espelho, estantes). A nível de receita monetária, o estudo apurou que a mesma ocorre para uma das lojas sociais (LS1) por via das vendas em segunda mão, sendo que a outra loja analisada (LS2) equaciona em termos de perspetivas futuras, e tendo por base os seus interlocutores, vir a ter um espaço de vendas em segunda mão que também possa reunir receita monetária (a ser aplicada para dinamizar a loja). De assinalar, que, avançar para uma loja online, traduziu também uma perspetiva elencada por uma destas respostas (LS1). A nível de desafios, as lojas sociais convergem para identificar os que se relacionam com a situação pandémica de Covid-19 e, inerente aumento da procura, a sensibilização para doações conscientes e de produtos em bom estado, por último, a dificuldade em lidar com o público, que, por vezes, não aceita ou não entende as regras de funcionamento destas respostas.

Focalizando as repercussões que as lojas sociais têm junto dos beneficiários, foram identificadas: resposta às necessidades elementares, igualdade social, inclusão social, autoestima e bem-estar social, coesão social e implicações a nível familiar. Por seu lado, a nível de impactos na comunidade, foi salientado que as lojas colmatam “faltas”, por não existirem outras respostas, aumentam a confiança, a união e a melhoria da qualidade de vida. Relativamente às repercussões para com as próprias OES, existe o entendimento de que contribuem para a missão, traduzem mais um meio de atuação e permitem uma maior visibilidade destas organizações, tendo sido também apontado o sentimento de gratidão profissional decorrente do trabalho desenvolvido no seu âmbito.

Desta forma, é possível concluir que as lojas sociais das OES analisadas, com base na solidariedade próxima das comunidades e pelas dinâmicas circulares que estão na base da sua intervenção, isto é, identificadas como sendo as doações, as vendas em segunda mão, os empréstimos e as trocas, permitem modalidades de economia circular, como: a reutilização, a reciclagem, a diminuição do desperdício, a transformação de resíduos em

recursos, entre outras. Adicionalmente, estas modalidades têm vindo a permitir responder a necessidades dos públicos em vulnerabilidade, correspondendo aos ímpetus para a sustentabilidade social, ou seja, aspiram, a provisionar uma resposta à privação e a incrementar meios mais igualitários, inclusivos e coesos, que fomentem o bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida.

Acerca do papel do serviço social, ressalta da investigação, que esta é uma profissão “em alerta” para com os novos desafios da sociedade, que intenta potenciar a mudança social, a promoção individual, o bem-estar das pessoas e comunidades, dando primazia à valorização dos direitos humanos. O serviço social é uma profissão cuja intervenção procura ir ao encontro da justiça social, da igualdade, e equidade, mas também procura fomentar o *empowerment* e a capacitação, trabalhando a nível individual, mas também com a família, a comunidade e a própria sociedade. Resulta daqui e por inerência, o seu compromisso para com as questões da pobreza (e.g., falta de bens de alimentação e vestuário, incapacidade de suprimento das necessidades mais básicas) e da exclusão social, competindo-lhe identificar e viabilizar respostas para mitigar estes efeitos.

Enquadrados em OES, e para o que aqui importa, nas IPSS impulsionadoras de lojas sociais, os profissionais de serviço social, atuando numa base solidariedade próxima, fomentam estratégias e atuações para responderem a públicos em necessidade, mostrando-se as mesmas convergentes com os desafios da sustentabilidade. Como tal, nas organizações estudadas, as assistentes sociais assumem funções de gestão para além das funções específicas inerentes à profissão.

Em termos interventivos, pautam-se por dotar os beneficiários de meios capazes de suplantar necessidades essenciais, assumindo ser esta uma vertente assistencialista, mas que permite, através de dinâmicas como, por exemplo, as doações, reduzir vulnerabilidades e necessidades, fomentando, nos beneficiários, o sentimento percebido de coesão e justiça social, de igualdade, de exercício de direitos humanos e também de inclusão social. Adicionalmente, importa realçar, tal como os profissionais auscultados reconhecem, que o serviço social intervém no contexto das lojas sociais desenvolvendo atos múltiplos, como atendimentos sociais e elaboração de diagnósticos sociais, acompanhamentos ao longo da intervenção e encaminhamentos para outras respostas/estruturas (numa lógica de trabalho em rede e parceria), procurando também fomentar a capacitação dos beneficiários. Deste modo, paralelamente ao trabalho com um cunho mais assistencialista, é possível trabalhar diretamente, com a pessoa, com as suas dificuldades e problemas, por forma a caminhar no

sentido da inversão destas mesmas problemáticas. Ademais, dada a falta de respostas na sociedade para as problemáticas evidenciadas, as lojas sociais e a intervenção social são percebidas como uma força maior no apoio a grupos vulneráveis.

Neste contexto e no global, o estudo, tendo por base a problemática edificada e os objetivos propostos, devolve resultados capazes de àqueles responder, como se explicitou. Importa, também, realçar que se entende como sendo este estudo um contributo para posicionar a economia social (aqui focada em duas IPSS e respetivas lojas sociais) como aliada da economia circular, abrindo oportunidades em jeito de contributos, para melhor clarificar o “sentido” da sustentabilidade social na sua articulação com a economia circular e as potencialidades que a economia social pode reverter a este respeito.

A um outro nível, e no que toca com as limitações associadas a este estudo, deve referir-se que a situação pandémica de Covid-19, perturbou o delineamento da investigação, desde logo, porque impossibilitou a auscultação a um maior número de OES/lojas sociais, respetivos interlocutores e beneficiários, tendo também, dificultado a realização de algumas entrevistas (prolongando a sua duração) devido às necessárias regras que foram estritamente cumpridas (e.g., distanciamento entre entrevistador e entrevistado, máscara de proteção). Tal não obstou, no entanto, a que o estudo empírico fosse realizado, ainda que centrado num menor número de casos.

Neste sentido, e em jeito de desafios ou pistas de investigação futuras, sugere-se a importância de dar continuidade a esta temática, que se nos afigura ser de elevada pertinência e que se mostra algo descurada no meio académico. Assim, obter um maior conhecimento das dinâmicas das lojas sociais como fontes de capacitação dos beneficiários e das comunidades, perceber quais as influências da situação pandémica de Covid-19 nas lojas sociais e como estas vão conseguir dar resposta ao aumento das necessidades básicas, da pobreza e de todas as outras problemáticas que daqui advêm. Acrescentando, também, se puder perceber que outros níveis de ação são estimulados pelas OES por forma a promover a sustentabilidade globalmente considerada, podem canalizar vias analíticas interessantes para estimular o debate relacionado com as dinâmicas da economia circular, colocando a economia social (e não apenas o mundo empresarial) no cerne das discussões relativas a potencialidades que estes atores revelam ou podem vir a revelar neste domínio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alencar, M. M. (2014). O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*.
- Alwang, J., Siegel, P. B., & Jorgensen, S. L. (2001). Vulnerability: a view from different disciplines. *The World Bank*, 0115, 1-42.
- Amado, J. (2017). A investigação em Educação e os seus Paradigmas. Em *Manual de Investigação Qualitativa Em Educação* (3ª edição., pp. 21-74). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J., & Freire, I. (2017). Estudo de Caso na Investigação em Educação. Em *Manual de Investigação Qualitativa Em Educação* (3ª edição., pp. 123-146). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amaro, R. R. (2003). *Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*. Centro de Estudos Africanos do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Amaro, R. R. (2004). A economia solidária da macaronésia - um novo conceito. Em *Economia Solidária Apresentação do Conceito* (pp. 11-30).
- Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou pos-desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, (34), 75-111. <https://doi.org/10.4000/cea.2335>
- Amaro, R. R., Henrique, M., & Vaz, T. (1992). *Iniciativas de desenvolvimento local – caracterização de alguns exemplos*. ISCTE/IEFP.
- Andrade, A., & Franco, R. (2007). *Economia do conhecimento e organizações sem fins lucrativos*. Príncipia Editora.
- APSS (Associação de Profissionais de Serviço Social). (2019). *Definição*. Retirado a 20 de novembro de 2019 de <https://www.apss.pt/definicao/>
- APSS (Associação Dos Profissionais De Serviço Social). (2018). *Código Deontológico Dos Assistentes Sociais Em Portugal*.
- Arowoshegbe, A., & Emmanuel, U. (2016). Sustainability and triple bottom line: an overview of two interrelated concepts. *Igbinedion University Journal of Accounting*, 2, 88-126.
- Asquith, S. (2005). *The role of the social worker in the 21st century*. The Scottish Executive.

- Asti, A., & Ferrari, G. (2003). Cancun 2003 – 5a Rodada de negociações ministeriais da Organização Mundial do Comércio: um olhar ético e solidário. Em *Comércio Ético e Solidário No Brasil* (pp. 35-42). Fundação Friedrich Ebert/ILDES.
- Ávila, R. C., & Campos, J. L. (2018). La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria. *CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa*, (93), 5-50. doi:10.7203/ciriec-e.93.12901
- Avise. (2018, dezembro). *Quand l'économie circulaire est sociale et solidaire*. Avise | Portail du développement de l'économie sociale et solidaire. Retirado a 17 de outubro de 2020 de <https://www.avise.org/articles/quand-leconomie-circulaire-est-sociale-et-solidaire>
- Bardin, Laurence (2013). *Análise de Conteúdo*. Reimpressão da Edição revista e atualizada de 2009. Lisboa, Edições 70.
- Belk, R. (2007). “Why not share rather than own?” *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. 611, 126-140.
- Belk, R. (2014). You are what you can access: Sharing and collaborative consumption online. *Journal of Business Research*, 67(8), 1595-1600. doi:10.1016/j.jbusres.2013.10.001
- Benkler, Y. (2004). Sharing nicely: On shareable goods and the emergence of sharing as a modality of economic production. *The Yale Law Journal*, 114(2), 273-358. doi:10.2307/4135731
- Bermejo, R., Arto, i., & Hoyos, D. (2010). Sustainable development in the brundtland report and its distortion: implications for development economics and international cooperation. Em *Development Cooperation: Facing the Challenges of Global Change*, (pp. 13-34). Center for Basque Studies, University of Nevada.
- Bonciu, F. (2014). The european economy: from a linear to a circular economy. *Romanian Journal of European Affairs*, vol.14(4), 78-91.
- Boni, V., & Quaresma, S. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68-80. Retirado, a 7 de novembro de 2017, de www.emtese.ufsc.br.
- Borgato, C. T., alves, D. D., & oliveira, J. A. (2008). *A gestão social na perspectiva democrática: o profissional de serviço social como gestor* [Seminário

- Integrado]. <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/SemIntegrado/article/view/882>
- Branco, Francisco (2009). A profissão de Assistente Social em Portugal. *Locus Soci@l*, 3, 61-89
- Brennan, E. (2010). *Definitions for social sustainability and social work paper* [Paper]. CSWE conference Hot Topics, Portland State University.
- Caeiro, J. M. (2008). Economia social: Conceitos, fundamentos e tipologia. *Katál. Florianópolis*, 11(1), 61-72. <https://doi.org/10.1590/s1414-49802008000100006>
- Calíope, T. S., Paris, I. E., & Leocádio, Á. L. (2017). Comportamento de consumo de moda: motivações e atributos no descarte de roupas usadas. *Revista Economia & Gestão*, 17(47), 44. <https://doi.org/10.5752/p.1984-6606.2017v17n47p44>
- Cardoso, J. L. (2018). The circular economy: historical grounds. In *Changing Societies: Legacies and Challenges. The Diverse Worlds of Sustainability* (pp. 115-127). Imprensa de Ciências Sociais.
- Carvalho, M. I. (2010). Serviço social em Portugal: percurso cruzado entre a assistência e os direitos. *Serviço Social & Saúde*, 9(10), 147-164.
- CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social). (2011). *Economia social: conceito proposto pelo OBESP*. Observatório da Economia Social em Portugal.
- CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social). (2019, fevereiro 20). *Economia social*. Retirado a 24 de maio de 2020 <https://www.cases.pt/definicao/>
- CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social). (2019, fevereiro 20). *Identidade das IPSS*. Retirado a 24 de maio de <https://www.cases.pt/identidade-das-ipss/>
- CE (Comissão Europeia). (2008). *Directiva 2008/98/ce do parlamento europeu e do conselho de 19 de novembro de 2008 relativa aos resíduos e que revoga certas directivas* (L 312, 22.11.2008, pp. 3–30).
- CE (Comissão Europeia). (2012). *European resource efficiency platform (EREP) - Manifesto & policy recommendations*. Bruxelas, Bélgica.
- CE (Comissão Europeia). (2014). *Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões - para uma economia circular: programa para acabar com os resíduos na europa*. Bruxelas, Bélgica.

- CE (Comissão Europeia). (2015). *Closing the loop - An EU action plan for the Circular Economy*. Bruxelas, Bélgica.
- CFEC (Comité francilien de l'économie circulaire). (2018). *Économie circulaire et l'économie sociale et solidaire*. Agence de design & communication Canopée.
- CMA (Câmara Municipal de Arganil). (2015, dezembro 15). Loja social. Retirado a 19 de agosto de 2020 de <https://www.cm-arganil.pt/municipio/areas-de-intervencao/acao-social/loja-social/>
- CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade). (2014). *Impactes Económico e Social das IPSS*.
- Coheur, A. (2015). *Livro branco: a economia social... retomar a iniciativa - Propostas para fazer da economia social um pilar da União Europeia*. Social Economy Europe.
- Costa, A. B., Baptista, I., Perista, P. & Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo* (1ª edição). Grávida.
- Coulshed, V., Mullender, A., Jones, D. N., & Jones, N. (2006). *Management in Social Work*. Palgrave Macmillan.
- Coutinho, C. P. (2014). Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas. Teoria e Prática (2ª edição.). Edições Almedina.
- Coutinho, C. P., & Chaves, J. H. (2002). O estudo de caso na investigação em tecnologia educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15(1), 221-243.
- Cruz, L. M. (2017). *Estudo exploratório da relação entre economia circular e economia da partilha: motivações dos clientes* (Relatório de Estágio). Católica Porto Business School, Porto.
- Cyrino, A. B. (2013). *O ambiente como expressão da questão social e campo interventivo do serviço social: sustentabilidade, resiliência instrumentalidade na cidade de Manaus* (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Amazonas, Brasil.
- Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro* (1.ª série - N.º 221). Regula a atuação das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Diário da República.
- Diário da República n.º 218/1997, Série I-A de 1997-09-20. Retirado do Diário da República Eletrónico a 16 de outubro de 2019 de <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202005242019/128049/element/diploma#128049>
- DGAE (Direção-Geral das Atividades Económicas). (2017). *Economia Circular*. Retirado a 19 de novembro de 2019 de <https://www.dgae.gov.pt/servicos/sustentabilidade-empresarial/economia-circular.aspx>

- EEA (European Environment Agency). (2016). Circular economy in Europe: developing the knowledge base. Publications Office of the European Union, 2016.
- EESC (European Economic and Social Committee). (2017). Recent evolutions of the social economy in the European union. “Visits and Publications” Unit.
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Oxford, Reino Unido: Capstone Publishing.
- EUC (European Union Council) (2006). *Review of the EU Sustainable Development Strategy (EU SDS) - Renewed Strategy*. Disponível em <https://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=ST%2010117%202006%20I NIT>.
- Fernandez, D. B., Petit, I., & Lancini, A. (2014). L’*économie circulaire: quelles mesures de la performance économique, environnementale et sociale*. *Ipag*, 232, 1-26.
- Fernandéz, F. X., & Posada, X. L. (2020). Serviço social e sustentabilidade: A abordagem ambiental Como quadro de intervenção dos assistentes sociais. *Configurações*, (25), 154-169. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.9013>
- Ferreira, M. R. (2008). *Redes organizacionais: a sustentabilidade na parceria público/privado*. Uberlândia, Brasil: VIII Encontro Interno - XII Seminário de Iniciação Científica.
- Ferreiro, M. F. (2010). Humanidade e pluralidade: a economia social em perspectiva. *Dirigir*, 109, 3-6.
- Foladori, G. (2002). Avanços e limites da sustentabilidade social. *Revista Paraná para o Desenvolvimento*, 102, 103-113.
- Fortin, Grenier & Nadeau. (1999). Métodos de colheita de dados. Em *O Processo de Investigação* (1ª edição, pp.239-265). Loures, Portugal: LUSOCIÊNCIA.
- França, C. L. (2003). Comércio ético e solidário no Brasil Publicação. Em *Comércio Ético e Solidário No Brasil* (pp. 13-17). Fundação Friedrich Ebert/ILDES.
- Fundação Ellen MacArthur. (2013). *Towards the circular economy: economic and business rationale for an accelerated transition*.
- Goerck, C. (2006). Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 5(1).
- Good360. (2019, abril 1). How product philanthropy and good360 fits into the circular economy. Retirado a 14 de novembro de 2019 de <https://good360.org/blog-posts/product-philanthropy-good360-fits-circular-economy/>

- Granja, B. (2008, junho). *O saber procedimental/procedural dos assistentes sociais com os utentes*. Conferência apresentada no VI Congresso Português de Sociologia - mundos sociais, saberes e práticas, Universidade Nova de Lisboa.
- Haas, W., Krausmann, F., Wiedenhofer, D., & Heinz, M. (2015). How circular is the global economy?: An assessment of material flows, waste production, and recycling in the European Union and the world in 2005. *Journal of Industrial Ecology*, 19(5), 765-777. <https://doi.org/10.1111/jiec.12244>
- Hamari, J., Sjöklint, M., & Ukkonen, A. (2016). The Sharing Economy: Why people participate in collaborative consumption. *Journal Of The Association For Information Science And Technology*, 67(9), 2047-2059. <http://doi.org/10.1002/asi>
- Han, J. (2013). *Understanding second-hand retailing: A resource based perspective of best practices leading to business success* (Dissertação de Mestrado). Iowa State University.
- Harrington, L. M. B. (2016). Sustainability theory and conceptual considerations: a review of key ideas for sustainability, and the rural context. *Papers in Applied Geography*. 2(4): 365-382. Doi: 10.1080/23754931.2016.1239222
- Heshmati, A. (2015). A review of the circular economy and its implementation. *IZA Discussion*, 9611, 61.
- Hespanha, P & Portugal, S., (2015). Welfare cuts and insecurity under the rule of austerity: the impact of the crisis on portuguese social services. *Oñati Socio-legal Series* [online], vol. 5 (4ª edição), pp. 1110-1132.
- Hobson, K., & Lynch, N. (2016). Diversifying and de-growing the circular economy: Radical social transformation in a resource-scarce world. *Futures*, 82, 15-25. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2016.05.012>
- Iamamoto, M. V. (2004). *As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo*. XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. São José, Costa Rica.
- IFSW (International Federation of Social Workers). (2014). *Global definition of social work – international federation of social workers*. Retirado a 20 de novembro de 2019 de <https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/>
- Jayasooria, D. (2016). Sustainable development goals and social work: Opportunities and challenges for social work practice in Malaysia. *Journal of Human Rights and Social Work*, 1, 19-29. <https://doi.org/10.1007/s41134-016-0007-y>

- Jones, D. N., & Truell, R. (2012). The global agenda for social work and social development: a place to link together and be effective in a globalized world. *International Social Work*, 54(4), 454-472. <https://doi.org/10.1177/0020872812440587>
- Jorge, M. J. (2015). *A cultura da sustentabilidade social, um instrumento de humanização* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Klarin, T. (2018). The concept of sustainable development: From its beginning to the contemporary issues. *Zagreb International Review of Economics and Business*, 21(1), 67-94. <https://doi.org/10.2478/zireb-2018-0005>
- Koumparou, D. (2017, dezembro). *Circular economy and social sustainability*. Paper apresentado em Proceedings of Solid Waste Management & its Contribution to Circular Economy, Athenes.
- Kozel, V., Fallavier, P., & Badiani, R. (2008). Risk and vulnerability analysis in world bank analytic work: FY2000—FY2007. *The World Bank*, 0812, 1-54.
- Krajner, M., & Pracek, S. (2019). *Cradle to Cradle® design innovations*. Artigo 30th Daaam International Symposium on Intelligent Manufacturing And Automation.
- Kuhlman, T., & Farrington, J. (2010). What is sustainability? *Sustainability*, 2(11), 3436-3448. doi:10.3390/su2113436
- Laville, J. (2009). A economia solidária: Um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (84), 7-47. <https://doi.org/10.4000/rccs.381>
- Laville, J. (2014). Mudança social e teoria da economia solidária. Uma perspectiva maussiana. *Sociologias*, 16(36), 60-73. <https://doi.org/10.1590/15174522-016003604>
- Lei n.º 30/2013. Retirada do Diário da República Eletrónico a 16 de outubro de 2019 de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/260892/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2030%2F2013%2C%20de+8+de+maio>
- Leitão, A. (2015). Economia circular: uma nova filosofia de gestão para o séc. XXI. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, 1(2), 149-171.
- Lélé, S. M. (1991). Sustainable development: A critical review. *World Development*, 19(6), 607-621. [https://doi.org/10.1016/0305-750x\(91\)90197-p](https://doi.org/10.1016/0305-750x(91)90197-p)

- Lopes, A., & Leal, S. (2017). Responsabilidade social numa organização de economia social: O caso do centro social da quinta do anjo. *Revista da UIIPS – Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém*, 5(2), 15-30.
- Lourenço, M. L., & Carvalho, D. (2013). Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. *Race, Unoesc*, 12(1), 9-38.
- Luz, H. (2020). “Cidades Sociais” e economia social circular- cruzamentos para a equação da sustentabilidade urbana do futuro. *Intercities*, 10-11.
- Luz, H. R. (2016, julho). *Economia circular e sustentabilidade social: contributos a partir da economia social*. (Comunicação). IX Congresso Português de Sociologia, Faro.
- Luz, H.R. (2017) Empoderamento organizacional e intervenção social. In, C.P. Albuquerque & A. Arcoverde (coord.) *Serviço Social Contemporâneo-Reflexividade e Estratégia* (91-114). Lidel.
- Luz, H. R. (2019, setembro). “De Mão Em Mão”: *Impactos circulares potenciados pela economia social a favor do desenvolvimento e sustentabilidade social* [Conferência]. Conferências ASPAnet Portugal, Porto.
- Machado, V. F. (2005). *A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo a Rio 92*. (Dissertação de Doutoramento). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasil.
- Mapp, S., McPherson, J., Androff, D., & Gatenio Gabel, S. (2019). Social work is a human rights profession. *Social Work*, 64(3), 259-269. doi:10.1093/sw/swz023
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª edição.). Editora Atlas S.A.
- Martin, C. J. (2015). The sharing economy: A pathway to sustainability or a nightmarish form of neoliberal capitalism? *Ecological Economics*, 121, 149-159. <http://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2015.11.027>
- Matthies, A. (2015, maio). *Social work and sustainability/ecosocial approach* [Conferência]. Ciclo Internacional de Conferências Doutorais, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- McKenzie, S. (2004). Social sustainability: Towards some definitions. *Hawke Research Institute University of South Australia, Magill, Australia*, 27.
- McKenzie-Mohr, D. (2000). Promoting sustainable behavior: An introduction to community-based social marketing. *Journal of Social Issues*, 56(3), 543-554. doi:10.1111/0022-4537.00183

- McKenzie-Mohr, D., Nemiroff, L. S., Beers, L., & Desmarais, S. (1995). determinants of responsible environmental behavior. *Journal of Social Issues*, 51(4), 139-156. doi:10.1111/j.1540-4560.1995.tb01352.x
- McKinnon, J. (2008). Exploring the nexus between social work and the environment. *Australian Social Work*, 61(3), 256-268. doi:10.1080/03124070802178275
- Meirinhos, M., & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: revista de educação*, 2(2), 49-65.
- Mendes, J. M. (2009). Dimensões da sustentabilidade. *Revista das Faculdades Santa Cruz*, 7(2), 49-59.
- Mendonça, B. V. (2013). *Plano de marketing - lojas sociais da social mind* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- Middleton, N., & O'Keefe, P. (2001). *Redefining sustainable development*. Pluto Pr.
- Mies, A., & Gold, S. (2018, junho). *Exploring the social dimension of Circular Economy* [Apresentação de Paper]. 24th International Sustainable Development Research Society Conference.
- Mignaqui, V. (2014). Sustainable development as a goal: Social, environmental and economic dimensions. *International Journal of Social Quality*, 4(1), 57-77. <https://doi.org/10.3167/ijsq.2014.040105>
- Molina, E. C. (2009). Aportes conceptuales sobre las prácticas sociales en la Feria callejera: El Tema de la confianza social. *Polis*, 8(24), 293-309. <https://doi.org/10.4067/s0718-65682009000300014>
- Morrison-Saunders, A., & Hodgson, N. (2009, maio). *applying sustainability principles in practice: Guidance for assessing individual proposals* [Apresentação de Paper]. IAIA09 Impact Assessment and Human Well-Being, Acra, Gana.
- Namorado, R. (2017). O que é a economia social? *Economia Social em Textos*, (1).
- Nascimento, A. F. (2007). Economia popular solidária: alternativa de geração de trabalho e renda e desafio aos profissionais do Serviço Social. *Revistas Textos & Contextos*, 6(2), 264-281.
- Nascimento, E. P. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, 26(74), 51-64. doi:10.1590/s0103-40142012000100005

- ONU (Organização das Nações Unidas). (1948). *Declaração universal dos direitos humanos*. Paris.
- ONU (Organização das Nações Unidas). (1972). *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*. Estocolmo.
- ONU (Organização das Nações Unidas). (2015). *The 2030 Agenda for Sustainable Development*. New York.
- Ornell, F., Schuch, J. B., Sordi, A. O., & Kessler, F. H. (2020). “Pandemic fear” and COVID-19: Mental health burden and strategies. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 42(3), 232-235. <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2020-0008>
- Owyang, J., Tran, C., & Silva, C. (2013). *The Collaborative Economy: Products, services, and market relationships have changed as sharing startups impact business models. To avoid disruption, companies must adopt the Collaborative Economy Value Chain*. Altimeter Research Theme: Digital Economies.
- Peeters, J. (2012). The place of social work in sustainable development: Towards ecosocial practice. *International Journal of Social Welfare*, 21(3), 287-298. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2397.2011.00856.x>
- Perista, P., & Baptista, I. (2012). Pobreza em Portugal: Retrato de um fenómeno insuspeitadamente extenso. *Revista Angolana de Sociologia*, (9), 153-169. doi:10.4000/ras.471
- Piacentini, M. (2014). Measuring income inequality and poverty at the regional level in OECD countries. *OECD Statistics Working Papers*, 2014(3). <https://doi.org/10.1787/5jxzf5khtg9t-en>
- Pieta, M. D., & Freitas, L. B. (2009). Sobre a gratidão. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 100-108.
- Pinto, C. (2014). Serviço Social e desenvolvimento sustentável: Missões entrecruzadas. Em *Serviço Social: Teorias e Práticas* (pp. 143-162). Pactor.
- Probst, T. M., & Jiang, L. (2017). European flexicurity policies: Multilevel effects on employee psychosocial reactions to job insecurity. *Safety Science*, 100, 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.ssci.2017.03.010>
- Ramos, M. D. (2011). Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. *Laboreal*, 7(1), 81-104. <https://doi.org/10.4000/laboreal.8366>

- Rebaud, A. L. (2016, novembro 16). *Économie circulaire et ess: complémentarités et synergies*. Pour La Solidarité - European think & do tank.
- Rede Europeia Anti-Pobreza. (2020). O que é a Pobreza? • EAPN. Retirado a 20 de março de 2020 de <https://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza>
- Reis, M. H. (2003). *A economia social face às questões do emprego: A função reguladora do terceiro sector no domínio da política económica e social* (Dissertação de Doutoramento). Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa.
- Resolução do Parlamento Europeu. (2009). *Social Economy* (P6_TA(2009)0062).
- Ribeiro, A.C. (2009). *Práticas de Gestão no Agir do Assistente Social: Uma Análise Exploratória*. Mestrado em Serviço Social. UCP-CRB. Faculdade de Ciências Sociais
- Roca-Puig, V. (2019). The circular path of social sustainability: An empirical analysis. *Journal of Cleaner Production*, 212, 916-924. doi:10.1016/j.jclepro.2018.12.078
- Rocha, H. B. (2018). Social work practices and the ecological sustainability of socially vulnerable communities. *Sustainability*, 10(5), 1312. doi:10.3390/su10051312
- Ronconi, L. F. (2003). *Gestão social e economia solidária: desafios para o serviço social* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Santa Catarina, Brasil.
- Salim, E. (2007). The paradigm of sustainable development. Em OECD, *Sustainable Development Studies Institutionalising Sustainable Development* (pp. 25-30), France: OCDE.
- Santana, P. R., Amâncio - Vieira, S. F., & Favoreto, R. L. (2018). Educação e sustentabilidade social: O caso de maringá e seu entorno. *Revista Educação. Cultura e Sociedade*, 8(1), 220-235.
- Santos, A. (2015). *As lojas sociais como estruturas de apoio aos indivíduos em situação de vulnerabilidade económica* (Dissertação de Mestrado), Instituto Politécnico de Santarém, Santarém.
- Santos, C. C. (2008). *Identidades profissionais de serviço social em Portugal*. Coimbra: Ovní.
- Santos, G. (2003). Comércio ético e solidário: uma perspectiva das produtoras e dos produtores brasileiros. Em *Comércio Ético E Solidário No Brasil* (pp. 55-60). Fundação Friedrich Ebert/ILDES.

- Schmitz, C. L., Matyók, T., Sloan, L. M., & James, C. (2012). The relationship between social work and environmental sustainability: Implications for interdisciplinary practice. *International Journal of Social Welfare*, 21(3), 278-286. doi:10.1111/j.1468-2397.2011.00855.x
- Schwemmlin, K. M. (2017). *Serviço Social, Desenvolvimento Sustentável e Soberania Alimentar* (Dissertação de Mestrado). ISCTE. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15386/1/kaya_schwemmlin_diss_mestrado.pdf
- SCMC (Santa Casa Da Misericórdia de Coimbra). (2018). Loja social. Retirado a 19 de agosto de 2020 de <https://misericordiacoimbra.pt/loja-social.html>
- Secours-Catholique. (2014). Des boutiques pour la solidarité. *Messages Du Secours Catholique*, 694.
- Silva, C. R. & Oliveira, B. B (2018). A sociedade multicultural e os traços de consumismo no cenário da globalização. *Direitos Culturais*, 13(29), 67-84. doi:10.20912/rdc.v13i29.26017
- Silva, M. A. (2013). *O contributo dos bancos comunitários para o desenvolvimento local e a economia solidária: Estudo de caso do banco palmas* (Dissertação de Mestrado). Departamento de Economia Política da Escola de Ciências Sociais e Humanas ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa.
- Stahel, W. R. (2016). Circular economy. *Nature*, 513, 435-438.
- Stender, M., & Walter, A. (2018). The role of social sustainability in building assessment. *Building Research & Information*, 47(5), 598-610. doi:10.1080/09613218.2018.1468057
- Stoeffler, S. W., & Joseph, R. (2020). Poverty and social justice: The building stones of social work identity. *Journal of Poverty*, 24(4), 284-299. doi:10.1080/10875549.2019.1695700
- SUSY (Sustainable and Solidarity Economy) (2018). *Maximizing dignity through social and solidarity economy*. (Paper apresentado). Parlamento Europeu, Bruxelas.
- Svensson, G., Ferro, C., Høgevold, N., Padin, C., Varela, J. C., & Sarstedt, M. (2018). Framing the triple bottom line approach: Direct and mediation effects between economic, social and environmental elements. *Journal of Cleaner Production*, 197, 972-991. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.06.226>
- Tangi, S. (2005). Introduction to development studies. Scientific network *Academia.edu*.

- Tate, W. L., & Bals, L. (2018). Achieving shared triple bottom line (TBL) value creation: Toward a social resource-based view (SRBV) of the firm. *J Bus Ethics*, 152, 803-826. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3344-y>
- Tóta, Á. (2015). *Sustainable clothing consumption - case study about second hand clothes* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto.
- UFCQ (União de Freguesias Carnaxide-Queijas). (2014, setembro 3). Loja social da Freguesia de Carnaxide. Retirado a 19 de agosto de 2020 <https://www.uf-carnaxide-queijas.pt/index.php/servicos/loja-social>
- Vala, J. (1990). A análise de conteúdo. Em *metodologia das ciências sociais* (4ª edição., pp. 101-128). Biblioteca das Ciências do Homem: Edições Afrontamento.
- Valadares, J. P. (2012). *Comércio justo e solidariedade: Análise de dois casos em Portugal* (Dissertação de Mestrado). Escola de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Economia Política - ISCTE.
- Valentinov, V. (2005): Explaining nonprofit organization: The social value approach, in: *Journal of Cooperative Studies*, Vol. 38(2), pp. 22-36.
- WCED (World Commission on Environment and Development) (1987). *Our Common Future: Report of the World Commission on the Environment and Development* [Brundtland Report]. General Assembly, United Nations, Forty-second Session, Supplement No. 25, A/42/25.
- Willis, K. (2011). *Theories and practices of development* (2nd ed.). Routledge.
- Wilson, J. P. (2015). The triple bottom line: Undertaking an economic, social, and environmental retail sustainability strategy. *International Journal of Retail & Distribution Management*, 43(4/5), 432-447. <https://doi.org/10.1108/ijrdm-11-2013-0210>
- Yin, R. K. (1994). *Case study research. Design and Methods* (2ª edição). Sage.
- Zamani, B. (2014). *Towards understanding sustainable textile waste management: Environmental impacts and social indicators* (Dissertação de Mestrado). Department of Chemical and Biological Engineering - Chalmers University Of Technology.
- Zerbini, F., & Pistelli, R. (2003). A comercialização no contexto do comércio ético e solidário. Em *Comércio Ético E Solidário No Brasil* (pp. 61-70). Fundação Friedrich Ebert/ILDES.

Zerbini, F., Barciotte, M., & Pistelli, R. (2003). Um diálogo inicial entre educação para o consumo responsável e o comércio ético solidário. Em *Comércio Ético E Solidário No Brasil* (pp. 87-96). Fundação Friedrich Ebert/ILDES.

APÊNDICES

Apêndice 1: Guião de recolha de dados documentais – Indicadores relativos à organização da economia social

- Natureza jurídica;
- Período de fundação;
- Missão/Visão/Valores;
- Objetivos;
- Áreas de atuação;
- Serviços/Valências;
- Número aproximado de utentes por valência;
- Número de colaboradores (valores estimados de efetivos e voluntários);
- Principais marcos evolutivos.

Apêndice 2: Guião de entrevista aos(às) assistentes sociais

-Explicitação do âmbito do estudo

-Apresentação e explicação do termo de consentimento informado, livre e esclarecido para participação em investigação

Eixos de análise:

Caracterização do(a) assistente social; Caracterização da loja social; Perceção da economia circular; Promoção da sustentabilidade; Intervenção do Serviço Social

Dados relativos à caracterização do(a) assistente social

1. Idade
2. Género
3. Habilitações académicas
4. Cargo desempenhado
5. Antiguidade

Dados de caracterização da loja social

1. Ano de criação
2. Objetivos
3. Horário
4. Áreas de atuação
5. População alvo e número de beneficiários/clientes/destinatários
6. Funcionamento da loja (ex: dinâmica presencial, plataforma online)
7. Tipologia de bens disponíveis
8. Requisitos para acesso e entrega dos bens/produtos
9. Processo de tratamento e de triagens dos bens/produtos

Perceção da economia circular

a) Significado:

1. O que entende por economia circular?

b) Pilares:

1. Tendo em consideração as seguintes lógicas da economia circular, refira a sua opinião sobre a importância de cada uma:
 - a. redução da extração e da utilização de recursos;
 - b. reutilização de bens/produtos;
 - c. reparação de bens/produtos estragados;
 - d. reciclagem dos bens/produtos;
 - e. prolongamento do ciclo de vida de um bem/produto;
 - f. diminuição do desperdício.
2. Em que é que se traduzem estas lógicas por referência à loja social?
3. Existem outras dinâmicas promovidas pela instituição que se integrem nestas lógicas?

Promoção da sustentabilidade social

a) Ímpetos:

1. Quais foram as razões para a criação da loja social (associadas aos indivíduos, comunidade, OES)?
2. Essas razões mantêm-se?
3. Qual foi a natureza do seu impulsionamento (iniciativa própria, parceria)?
4. Quais são os traços característicos da atuação e das dinâmicas das lojas sociais?
5. Quais os principais marcos evolutivos da loja social?
6. A que situações e questões sociais pretende responder a loja social?

b) Práticas:

1. Quais as modalidades que permitem aos beneficiários aceder a bens e produtos (doações, vendas em 2ª mão, trocas, partilha, reciclagem, empréstimo) e qual a sua tipologia? Como se processam estas dinâmicas?
2. Qual o perfil sociodemográfico dos beneficiários da loja social (género, idade, estado civil, nacionalidade, habilitações académicas, profissão, agregado familiar, situação habitacional, condição perante o trabalho, apoios recebidos)?
3. Quais são os principais motivos pelos quais os beneficiários recorrem à loja social? Com que regularidade veem à loja social? O que mais procuram?
4. Quais os recursos de que dispõe a loja social para funcionar?
5. No caso de haver lugar a alguma receita (ex: vendas em segunda mão), qual a sua finalidade?

6. Quais são as perspectivas futuras para a loja social (a nível logístico/organizativo; recursos; público abrangido)?
7. Quais os principais desafios que se colocam à loja social?
 - c) Repercussões:
 1. Quais são, na sua opinião, as mudanças (benefícios e ou prejuízos) que a loja social provoca nos seus beneficiários (nível pessoal, familiar, social)?
 2. Quais os impactos para a comunidade?
 3. Quais os impactos para a própria organização de enquadramento (OES)?

Intervenção do serviço social

- a) Enquadramento/Contextualização:
 1. Qual o cargo/funções que lhe estão atribuídas por referência à loja social? Há quanto tempo assume as mesmas?
 2. Quais os recursos humanos/equipa afeta à loja social? Quais as suas funções?
- b) Princípios:
 1. Quais considera serem os princípios que norteiam a sua intervenção nas lojas sociais tendo por base o projeto ético, político e profissional dos assistentes sociais?
 2. Qual o contributo do Serviço Social na dinamização das lojas sociais?
- c) Campo de intervenção:
 1. Quais as ações (diretas ou indiretas) que desenvolve associadas à loja social (ex: atendimento, prestação de informações, diagnóstico social; acompanhamento, encaminhamento) e quais os processos que lhe estão associados?
 2. Que estratégias mobiliza para dinamizar a loja social e apoiar os públicos que aqui recorrem (identificar e arranjar oportunidades, empowerment, parcerias e trabalho em rede...)?
 3. Quais os dilemas com que se confronta decorrente do trabalho na loja social?
 4. Quais os constrangimentos associados à sua intervenção tendo por base os objetivos da loja social/beneficiários?

Apêndice 3: Guião de entrevista aos(as) interlocutores(as) organizacionais a desempenhar funções na loja social

-Explicitação do âmbito de estudo

-Apresentação e explicação do termo de consentimento informado, livre e esclarecido para participação em investigação

Eixos de análise:

Caracterização do(a) interlocutor(a) organizacional com proximidade ao projeto;
Perceção da economia circular; Promoção da sustentabilidade social; Intervenção do Serviço Social

Dados de caracterização do(a) interlocutor(a) organizacional com proximidade ao projeto

1. Idade
2. Género
3. Habilitações académicas
4. Profissão
5. Cargo/atividade desempenhada na OES e/ou na loja social
6. Antiguidade

Perceção da economia circular

a) Significado:

1. O que entende por economia circular?

b) Pilares:

1. Tendo em consideração as seguintes lógicas da economia circular, refira a sua opinião sobre a importância de cada uma:
 - a. redução da extração e da utilização de recursos;
 - b. reutilização de bens/produtos;
 - c. reparação de bens/produtos estragados;
 - d. reciclagem dos bens/produtos;
 - e. prolongamento do ciclo de vida de um bem/produto;
 - f. diminuição do desperdício.

2. Em que é que se traduzem estas lógicas por referência à loja social?

Promoção da sustentabilidade social

a) Ímpetos:

1. Quais são os traços característicos da atuação e das dinâmicas das lojas sociais?
2. A que situações e questões sociais pretende responder a loja social?

b) Práticas:

1. Quais as modalidades que permitem aos destinatários aceder a bens e produtos (ex: doações, vendas em 2ª mão, trocas, partilha, reciclagem, empréstimo) e qual a sua tipologia? Como se processam estas dinâmicas?
2. Qual o perfil sociodemográfico dos beneficiários da loja social (género, idade, estado civil, nacionalidade, habilitações académicas, profissão, agregado familiar, situação habitacional, condição perante o trabalho, apoios recebidos)?
3. Quais são os principais motivos pelos quais os beneficiários recorrem à loja social? Com que regularidade veem à loja social? O que mais procuram?
4. Quais são as perspetivas futuras para a loja social? (a nível logístico/organizativo; recursos; público abrangido)?
5. Quais os principais desafios que se colocam à loja social?

c) Repercussões:

1. Quais são, na sua opinião, as mudanças (benefícios e ou prejuízos) que a loja social provoca nos seus beneficiários (nível pessoal, familiar, social)?
2. Quais os impactos para a comunidade?
3. Quais os impactos para a própria organização de enquadramento (OES)?

Intervenção do serviço social

a) Princípios

1. Qual é na sua opinião o contributo do Serviço Social/assistente social na dinamização das lojas sociais?

Apêndice 4: Guião de entrevista aos(às) beneficiários(as) da loja social

-Explicitação do âmbito de estudo

-Apresentação e explicação do termo de consentimento informado, livre e esclarecido para participação em investigação

Eixos de análise:

Caracterização do(a) beneficiário(a); Promoção da sustentabilidade social

Dados de caracterização do(a) beneficiário(a)

1. Género;
2. Idade;
3. Estado civil;
4. Nacionalidade;
5. Habilitações académicas;
6. Profissão;
7. Agregado familiar;
8. Situação habitacional;
9. Condição perante o trabalho;
10. Apoios recebidos;
11. Encargos;

Perceção da economia circular; Promoção da sustentabilidade social; Intervenção do Serviço Social

1. Quais os motivos pelos quais recorre à loja social?
2. Com que regularidade costuma vir à loja social?
3. Quais os bens/produtos que procura na loja social?
4. Como beneficia/acede aos bens (compra, troca, doações...)?
5. Como classifica os bens/produtos de que beneficia (a nível de qualidade, quantidade, importância)?
6. Qual a sua opinião sobre o serviço prestado pela loja (atendimento, informações prestadas, acompanhamento...)?
7. Considera o apoio (bens/produtos) da loja necessário para si? Que mudanças (benefícios ou prejuízos) resultam do mesmo (nível individual, familiar, social)?

8. Gostaria de indicar alguma sugestão de melhoria para a loja social (funcionamento, atendimento, recursos humanos, acompanhamento...)?

Apêndice 5: Modelo de consentimento informado, livre e esclarecido para participação em investigação

Título do estudo: Economia Social e a Economia Circular: Articulações Indutoras da Sustentabilidade Social e o Papel do Serviço Social, no Contexto de Lojas Sociais

Enquadramento: Estudo inserido no âmbito do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Responsável pelo estudo: Leonor Alexandra Tavares Ribeiro. E-mail: leonorxxx@gmail.com

Objetivos do estudo: Trata-se de uma investigação que assume como objetivos gerais: a) compreender a resposta das organizações da economia social enquadrada nos princípios da economia circular à questão da sustentabilidade social, resultante da sua intervenção por via das lojas sociais, e b) compreender o papel do serviço social no quadro de uma intervenção comprometida com a resposta das lojas sociais a situações de públicos em necessidade, convergente com os pressupostos da economia circular.

Eu, _____

declaro ter lido o presente documento e compreendido o seu âmbito, bem como as informações verbais transmitidas pela responsável do estudo, pelo que aceito participar no mesmo de forma voluntária, podendo a qualquer momento desistir desta participação sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, permito a utilização dos dados - que forneço através da entrevista, aceitando que a mesma seja gravada para posterior transcrição, análise e inclusão de relatos na dissertação inerente produção científica - assente em garantias de confidencialidade e anonimato. Foi-me referido que haverá lugar à destruição das gravações dois anos após a conclusão da dissertação e da sua apresentação.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Assinatura da responsável pelo estudo

Coimbra, _____ de _____ de _____

Nota: Este documento é feito em duplicado, uma via para cada assinante.

Apêndice 6: Modelo de consentimento para recolha de dados documentais

Título do estudo: Economia Social e a Economia Circular: Articulações Indutoras da Sustentabilidade Social e o Papel do Serviço Social, no Contexto de Lojas Sociais

Enquadramento: Estudo inserido no âmbito do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Responsável pelo estudo: Leonor Alexandra Tavares Ribeiro. E-mail: leonorxxx@gmail.com

Objetivos do estudo: Trata-se de uma investigação que assume como objetivos gerais: a) compreender a resposta das organizações da economia social enquadrada nos princípios da economia circular à questão da sustentabilidade social, resultante da sua intervenção por via das lojas sociais, e b) compreender o papel do serviço social no quadro de uma intervenção comprometida com a resposta das lojas sociais a situações de públicos em necessidade, convergente com os pressupostos da economia circular.

Eu, _____

declaro ter compreendido o âmbito do estudo, bem como as informações verbais transmitidas pela responsável do estudo e permito, para efeitos de caracterização da instituição, que possa ser recolhida a informação constante do guião de recolha de dados documentais, a partir de documentação/ fontes de dados institucionais (ex: estatutos, regulamentos, site institucional).

Assinatura do(a) interlocutor(a)

Assinatura da responsável pelo estudo

Coimbra, _____ de _____ de _____

Nota: Este documento é feito em duplicado, uma via para cada assinante.

Apêndice 7: Caracterização das organizações da economia social

Tabela 4

Caracterização das organizações da economia social

Elementos de Caracterização	Organização da Economia Social 1	Organização da Economia Social 2
Natureza jurídica	IPSS	IPSS
Período de fundação	Anos 50 (sec XX)	Anos 90 (sec XX)
Missão	Agir no respeito pelos princípios fundamentais da Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Voluntariado, Unidade e Universalidade	Prevenir, tratar e reinserir
Objetivos	Prestar auxílio a quem necessita, prevenir o sofrimento, proteger a vida de cada pessoa, promover o respeito, a compreensão, a cooperação e a paz	Promover ações de prevenção da toxicodependência com crianças, jovens e comunidade em geral; Reinserir socialmente os jovens consumidores de substâncias e prestar apoio às suas famílias, assim como cooperar com outros organismos.
Áreas de atuação	Emergência médica; Apoio a eventos; Apoio à população mais vulnerável	Jovens e adultos com risco e/ou consumos ou ex-consumos de substâncias aditivas;
Serviços/Valências	Apoio social; Socorro e emergência; Saúde; Formação/ensino	Equipa de intervenção direta; Comunidade terapêutica; Apartamento de reinserção social
Número aproximado de utentes por valência	³⁹ Apoio social – 315 utentes Socorro e emergência – 7000 utentes Saúde – 50 eventos apoiados Formação/ensino – 400 utentes	⁴⁰ Equipa de intervenção direta – 70 utentes; Comunidade terapêutica – 9 utentes; Apartamento de reinserção social – 7 utentes
Número de colaboradores (valores estimados de efetivos e voluntários)	⁴¹ 36 profissionais; 141 voluntários	⁴² 14 profissionais; 4 voluntários
Principais marcos evolutivos	Em 2018 houve investimentos na valência do apoio social com a criação de um espaço de capacitação e com a expansão da loja social. Em 2019 foi adquirido um novo espaço para o socorro e a emergência	Em 1994 foi implementado um programa de prevenção de toxicodependências; Em 1996 foi criada uma unidade de inserção ou reinserção profissional;

³⁹ Dados relativos a 2019.

⁴⁰ Dados relativos a setembro de 2020.

⁴¹ Dados relativos a 2019.

⁴² Dados relativos a setembro de 2020.

Em 1998 foram implementadas as três valências que se mantêm atualmente e mais recentemente foi criada a loja social.

Fonte: Página/site institucional (online) das próprias organizações

Apêndice 8: Caracterização das lojas sociais das organizações da economia social

Tabela 5

Caracterização das lojas sociais das organizações economia social

Elementos de Caracterização	Loja Social 1	Loja Social 2
Período de criação	2010	2010
Objetivos	Distribuição de vestuário e artigos para o lar de forma gratuita	Promover para a melhoria das condições de vida de famílias carenciadas; Contribuir para o abrandar dos efeitos da pobreza e exclusão social; Fomentar a solidariedade social por meio da recolha e angariação de donativos da sociedade civil em geral.
Horário	Todos os dias da semana das 9h às 18h	Segunda-feira e quarta-feira das 15h às 17h
Áreas de atuação	Vulnerabilidade socioeconómica e falta de recursos por diversas causas	Vulnerabilidade socioeconómica e falta de recursos por diversas causas
População alvo e número de beneficiários/clientes/destinatários	Pessoas singulares, famílias, pessoas em situação de sem abrigo, refugiados, toxicodependentes, prostituição, pessoas em situação de desemprego ou a receber subsídios, reformados; Cerca de 978 pessoas no total ⁴³	Pessoas singulares, famílias, pessoas em situação de sem abrigo, toxicodependentes, pessoas em situação de desemprego ou a receber subsídios, reformados; Cerca de 375 pessoas no total ⁴⁴
Funcionamento da loja	Presencial com duas vertentes, uma só de doação e outra para vendas em segunda mão, que não funcionam no mesmo espaço físico	Presencial com vertente de doações
Tipologia de bens disponíveis	Vestuário e têxtil, calçado e acessórios, artigos para o lar, mobiliário, brinquedos e artigos de bebé	Vestuário e têxtil, calçado e acessórios, artigos para o lar, mobiliário, brinquedos e artigos de bebé
Requisitos para acesso e entrega dos bens/produtos	Sem requisitos para entregar bens/produtos, quer seja a título individual ou empresarial; Para entrega de bens/produtos a beneficiários, que sejam doados, pode ser por encaminhamento de outras entidades, ou com abertura de processo na loja social, ou ainda	Sem requisitos para entregar bens/produtos, quer seja a título individual ou empresarial, podendo existir campanhas; Para entrega de bens/produtos a beneficiários, que sejam doados, pode ser por encaminhamento de

⁴³ Com a situação pandémica devido ao Covid-19, em janeiro haviam 120 processos abertos e 236 beneficiários, na primeira semana de estado de emergência o número começou a aumentar, havendo em setembro 978 beneficiários

⁴⁴ Número pré Covid-19, à data da última contagem.

	<p>em caso de emergência social num apoio pontual; Na venda em segunda mão não há qualquer requisito para comprar e está aberta a toda a comunidade</p>	<p>outras entidades, ou com abertura de processo na loja social;</p>
<p>Processo de tratamento e de triagens dos bens/produtos</p>	<p>Há uma triagem dos bens/produtos que são doados à loja social, separa-se os que podem ser doados/vendidos dos que não estão em boas condições. A colaboradora da loja social que funciona em regime de vendas em segunda mão, faz a seleção dos bens/produtos que irão para esse fim. Os bens/produtos que não estão em boas condições são reparados ou reciclados.</p>	<p>Há uma triagem dos bens/produtos que são doados à loja social, separa-se os que podem ser doados dos que não estão em boas condições. Os bens/produtos que não estão em boas condições são reciclados.</p>

Apêndice 9: Caracterização dos participantes entrevistados

1. Caracterização dos(as) assistentes sociais

Tabela 6

Caracterização dos(as) assistentes sociais

Elementos de Caracterização dos Assistentes Sociais	Assistente Social 1	Assistente Social 2
Género	Feminino	Feminino
Idade	29	53
Habilitações académicas	Mestrado em Serviço Social	Licenciatura em Serviço Social
Cargo desempenhado	Coordenadora do serviço social e da equipa	Coordenadora do serviço social
Antiguidade	3 anos	6 anos

2. Caracterização dos(as) interlocutores(as) organizacionais com proximidade à atividade ou a desempenhar funções na loja social

Tabela 7

Caracterização dos(as) interlocutores(as) organizacionais com proximidade à atividade ou a desempenhar funções na loja social

Elementos de Caracterização dos Interlocutores	Interlocutor 1	Interlocutor 2
Género	Feminino	Masculino
Idade	65	27
Habilitações académicas	9º ano	Mestrado Integrado em Psicologia
Profissão	Técnica laboratorial	Psicólogo clínico
Cargo/atividade desempenhada na OES e/ou na loja social	Voluntária	Coordenador de projetos
Antiguidade	10 anos	2 anos

3. Caracterização dos(as) beneficiários(as) das lojas sociais

Tabela 8

Caracterização dos(as) beneficiários(as) das lojas sociais

Elementos de Caracterização dos(as) Beneficiários(as)	Beneficiário(a) 1	Beneficiário(a) 2	Beneficiário(a) 3	Beneficiário(a) 4	Beneficiário(a) 5
Género	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
Idade	54	43	44	28	31
Estado civil	Casada	Casada	Casada	Solteira	Solteira
Nacionalidade	Moçambicana	Portuguesa	Portuguesa	Portuguesa	Portuguesa
Habilitações académicas	12º ano concluído em curso de formação	9º ano	6º ano	9º ano	9º ano
Profissão	Empregada fabril	Auxiliar em residência sénior	Serviço de lavandarias	Serviço de limpezas	Hotelaria – cozinha
Agregado familiar	Duas filhas	Filho	Marido	Filho	Três filhas e o companheiro
Situação habitacional	Habitação própria	Habitação social da câmara	Habitação alugada	Habitação alugada	Habitação alugada
Condição perante o trabalho	Desempregada	Desempregada	Desempregada	Empregada	Desempregada
Apoios	RSI	Subsídio de desemprego	RSI	Sem apoios	Subsídio de desemprego
Encargos	Empréstimo ao banco; Família	Família	Sem encargos adicionais	Família	Família

Apêndice 10: Análise de conteúdo das entrevistas

Tabela 9

Análise de conteúdo das entrevistas

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Unidades de Registro	Unidades de Contexto	Unidades de Enumeração
Percepção da economia circular	Significado	Definição/ Características	Identificação	<p>“Reutilização do mesmo bem para vários fins (...) ou readaptação de um bem” (AS1).</p> <p>“(…) é que as coisas nunca parem, (...) possam ter continuidade, daí o nosso nome [da loja social] no fundo é que nada pare, que de uma pessoa passe para a outra, isso evita o desperdício e possibilita que as pessoas possam usar os produtos até fim de linha (...)” (AS2).</p> <p>“(…) diz respeito à reutilização de materiais (...), uma segunda vida aos materiais, nós compramos, usamos e em vez de lhe darmos uma finalidade, um fim, permitimos que outras pessoas os venham a usar, dando-lhes assim uma reutilização, ou uma reciclagem, ou uma recuperação desses mesmos objetos (...)” (Inter2).</p>	3
			Não identificação	<p>“Não sei o que é, tem (...) que me dizer” (Inter1).</p>	1
	Pilares	Lógicas e princípios evidenciados nas ações da loja social	Reutilização	<p>“(…) os bens que não estão de todo em condições de serem vendidos ou doados têm dois fins: ou são reutilizados no nosso atelier, para fazer bolsinhas, para fazer carteiras, estojos, qualquer tipo de artigos. (...) Reutilizar os bens e vender os bens que elas criaram (...) vêm readaptar os bens que nós temos, a nível de toalhas, (...), gangas. Readaptam, criam pecinhas. (...). (...) aquela que pode ser utilizada, como (...), camisola com rendas, botões, essa roupa colocamos de parte e fazemos outra triagem, cortamos as rendas, ou tiramos os botões, para depois poder ser reaproveitada no nosso atelier. (...) isso é o mais importante, mais do que doar a quem está a necessitar, que não têm forma de comprar, neste caso numa loja (...) poderemos estar a reutilizar, dar uma vida nova a essas peças” (AS1).</p>	4

			<p>“(…) estas roupas são reutilizadas com um fim que não era o inicial (…) aproveitar a peça numa outra vertente” (AS2).</p> <p>“Acho uma coisa muito importante, porque ajuda muita gente. (...). Fizemos bastantes trabalhos, bastante bonitos, fizemos sacas de pão, para os lápis, de panos que nós tínhamos, de tecidos antigos que arranjaram, de calças de ganga fizemos carteiras” (Inter1).</p> <p>“(…) que se forem recicladas há esta possibilidade (…) e reutilizadas no futuro” (Inter2).</p>	
		Reciclagem	<p>“(…) ou são doados a uma outra empresa, que é o Triplo, que nos vem fazer o levantamento de roupa que não está em condições de pudermos ser reutilizados (…) e eles fazem reciclagem (…) e temos uma contrapartida financeira de acordo com a quantidade. (...), sabemos que estamos a dar um fim que acreditamos e que sabemos que é correto, que aquela empresa vai tratar das coisas devidamente” (AS1).</p> <p>“(…) e o que era menos bom (…) quando temos um número significativa acionamos as empresas de reciclagem. (...). Somos amigos do ambiente (…) e evitar prejuízos ao reciclar (…)” (AS2).</p> <p>“Nós fazemos uma triagem da roupa e depois vem uma empresa buscar a roupa (…) para eles levarem, (…) o que eles fazem depois nós não sabemos (…) é para a reciclagem. (...) Não se deita nada em contentores lá fora na rua, vem tudo em sacos que nos dão e vem o senhor com a carrinha” (Inter1).</p> <p>“Tudo o que seja lixo produzido pela instituição, roupa que já não utilizamos, (...) madeiras antigas, móveis antigos, nós temos essa preocupação de reciclar, em relação aos móveis entregamos numa oficina na baixa que faz reparação de velharias. Tudo o que seja de plástico (...) fazemos a reciclagem nos contentores próprios e roupas (...) que em vez de irem para as lixeiras (...), e sem possibilidade de uma segunda vida, que se forem recicladas há esta possibilidade (...) e reutilizadas no futuro” (Inter2).</p>	4
		Diminuição do desperdício e tornar os	<p>“Não estamos a deitar bens para o lixo, (...). (...), porque para além de elas estarem a reutilizar algo que já não tem um fim, que ia para o lixo (...) ou para a empresa que ia reciclar (...). (...) redução da nossa pegada a nível do desperdício. (...). Não queríamos um único fim da roupa que</p>	3

			<p>resíduos em recursos</p> <p>nos é entregue em situações miseráveis, (...), que é muita, que era colocar toda essa roupa num caixote do lixo (...), imagina essa roupa ir para uma central de resíduos, onde não é aproveitada, onde é queimada, portanto a nível de poluição é extremos, estamos a falar de algodão, de tecido, de tintas de cor, enquanto que na reciclagem, sabemos que é tratada, que é desfiada” (AS1). “(…) se uma peça pode estar mais tempo em vida, ser reutilizada mais vezes, evita o desperdício” (AS2). “Não se deita nada em contentores lá fora na rua, (...) e nós também damos mais uso” (Inter1).</p>	
			<p>Prolongamento do ciclo de vida do produto</p> <p>“(…) prolongar o tempo de vida dos artigos” (AS1). “(…) exatamente, quase como se não tivesse fim” (AS2).</p>	2
			<p>Reparação</p> <p>“(…) tivemos numa altura, uma máquina de costura para esse efeito e o objetivo era serem os utentes (...), numa das funções (...) nós levávamos as pecinhas que estavam incompletas (...) cozer um botão, fazer uma bainha, pôr um novo fecho (...) era um projeto na altura, neste momento está parado” (AS2). “Sinto que é muito importante e elas ficam muito felizes, reparam as coisas que não estão tão boas. (...) aquela que estiver rota, (...), aproveita-se” (Inter1). “(…) de uma recuperação daqueles que provavelmente iam para o lixo, (...). É muito importante promover (...) essa recuperação. (...). Em termos de recuperação de peças, há pouco tempo trouxemos para a loja social uma máquina de costura (...) fazem-nos muitos donativos, trazem-nos muita roupa e inicialmente trazia rasgos, ou estava estragada e de facto, nós não entregávamos essas roupas aos nossos utentes, (...), com a máquina de costura foi possível recuperar muita coisa (...), que vinha estragada, os utentes começaram a arranjar (...) recuperar muitos materiais que anteriormente iam para a reciclagem, tudo aquilo que não metíamos a uso para os nossos utentes (...) agora acabamos por arranjar e recuperar muita dessa roupa (...) por parte dos utente, aqui no nosso espaço” (Inter2).</p>	3

			<p>Redução da extração e da utilização de recursos</p>	<p>“(…) também poupamos o ambiente, (…), colaborar e ser amigo do ambiente, a mesma peça pode ser utilizada por várias pessoas e poupa-se tudo, poupa-se água, (…) é uma grande poupança do meio ambiente” (AS2).</p> <p>“Ao longo dos últimos anos e tem sido muito falado (…), que a Terra atingiu os recursos para este ano (…) em termos do uso dos recursos ambientais e isso é de facto alarmante, é preocupante (…), daí ser muito importante e a loja social tem tido um papel importante (…) nós vamos buscar, não compramos novo (…) e geramos uma perda menor de recursos ambientais (…). É muito importante promover essa reutilização e essa recuperação (…), dado que usamos e abusamos dos recursos ambientais” (Inter2).</p>	2
			<p>Reusar</p>	<p>“(…) o facto de estarmos a tornar bens que já não são utilizados por outras pessoas, que ficam de fácil acesso a pessoas que estão a precisar deles” (AS1).</p> <p>“Nós quando tínhamos pessoas em formação, por exemplo na área da hotelaria, iam muitas vezes procurar uma calça preta uma camisa branca (…). (…) a mesma peça pode ser utilizada por várias pessoas” (AS2).</p> <p>“É ajudar, (…), hoje tivemos 14 pessoas, vieram buscar roupa, levaram o que quiseram, desde calçado a roupa interior (…)” (Inter1).</p> <p>“(…) em relação às roupas, que é muito à base de donativos, roupas que já não querem, já não usam, nós recolhemos e os nossos utentes usam e aproveitam durante algum tempo” (Inter2).</p>	4
<p>Promoção da sustentabilidade e social</p>	<p>Ímpetos</p>	<p>Razões para a criação da loja social</p>	<p>Um espaço de carácter assistencialista para escoar doações</p>	<p>“Responder diretamente a um problema (…), a loja social é muito assistencialista, não vamos pintar o mundo de rosa, é uma resposta assistencialista (…) que é necessária sem dúvida nenhuma. (…) Sinceramente penso que foi criada (…) numa forma de escoar a roupa que nós recebemos (…) escoar o artigo que tínhamos (…) porque a doação de roupa fazemos desde a nossa criação (…) o conceito de loja social é um conceito novo, mas a doação de roupa sempre existiu, nas igrejas, na rua (…), o facto de termos a loja social foi muito pensado, não só de termos a roupa para as pessoas virem ao local buscar, mas criar um espaço de escoar” (AS1).</p>	2

				“(…) foi quando a assistente social veio que se teve a ideia de fazer uma loja social (…) isto não era assim, não era com esta organização. (...). Antigamente, quando eu vim par aqui, não havia loja, era um armazém, onde nós fazíamos uma triagem de roupa e depois dessa triagem dávamos roupa às pessoas carenciadas, depois a Dra [assistente social] pensou em nós abrimos uma loja, (…) o projeto foi para a frente” (Inter1).	
			Moda	“(…) agora está muito na moda as peças vintage e o reutilizar e tudo isso (…) portanto tivemos um aumento de procura de pessoas (…) então os estudantes de Erasmus procuram imenso a loja social (…) com roupa em segunda mão” (AS1).	1
			Colmatar necessidades básicas	“Dado que as famílias são de baixos recursos, foi nesse sentido, para colmatar essas necessidades básicas, porque (…) seria uma forma de ajudar as família e os utentes a equilibrar o seu orçamento e evitava gastar (…) era uma forma de estabilizar (...), no fundo foi para combater as dificuldades dos mais desfavorecidos. (…) a loja social continua a ser precisa, sem dúvida” (AS2).	1
		Natureza	Iniciativa própria	“Foi iniciativa própria” (AS1). “Iniciativa da instituição (…) face às dificuldades que se constataavam. Nós a falar com as famílias, a falar com os utentes e mesmo as utentes quando entravam para a Comunidade [outra valência da OES], vinham com pouca roupa, artigos de higiene e portanto, isso foi uma forma que ao longo do tempo se foi detetando (…)” (AS2).	2
		Traços característicos	Cuidado próximo ao outro	“(…) as pessoas vêm muito à nossa loja social para a doação, (...), nós temos o cuidado de escolher a roupa, de triar a roupa, eu tenho o cuidado de conhecer as pessoas, de saber os gostos das pessoas, não é meramente estar só a fazer a entrega (…) e as pessoas também sentem de alguma forma que o que ela está a dizer, que a imagem delas também conta para os outros e isso é importante (…) funciona um bocadinho como nós, eu se for uma loja em que a empregada do balcão não se levanta um único minuto, não me diz sequer boa tarde (…) ninguém tem o cuidado de perguntar – olha precisa de ajuda? – (...), venho-me embora e não compro nada (…) também precisamos desse tipo de carinho (…) e eles sentem exatamente isso” (AS1).	3

			<p>“(…), é uma forma mais próxima, (...). (...), ajudar o próximo numa forma circular, as pessoas levavam e depois iam buscar também. (...) além de passarmos a conhecer, de forma de maior proximidade, as dificuldades das famílias e dos utentes, cria-se uma relação e a certa altura (...) já não se vai à loja social para ir buscar o bem que se necessita, (...) já expõem os próprios problemas e até pedem orientações, ou porque não sabem como podem fazer para se inscreverem numa formação, têm uma consulta e esqueceram-se da data da consulta e o que é que podem fazer (...), no fundo acabava por ser linhas de atuação muito para além do dar o produto (...), existe uma relação e a maior parte das pessoas até gostava de ter naquele espaço, (...) que se fizessem diversas atividades. (...) iam para lá fazer os tapetinhos de arraiolos, (...), no fundo aquilo seria (...) como o ponto de encontro (...) acabavam por achar que aquele espaço podia ser rentabilizado numa maior proximidade entre as pessoas, uma ensinava os arraiolos, a outra dava umas dicas sobre culinária e outras até escreviam umas coisinhas (...) dava uma outra vida para além da loja social em si. (...) uma loja com uma dinâmica como esta que estamos a dizer (...) com um técnico que possa estar na gestão e na orientação, a loja social pode ir muito para além, muito muito muito, se calhar a doação fica quase assim mais pequenina, uma forma de para chegar a” (AS2).</p> <p>“(…) em tudo que pudemos ajudar, nós ajudamos, desde a alimentação, ao vestir, tudo” (Inter1).</p>	
	Evolução	Aumento da procura	“(…) é preciso mais do que quando for criada (...) então agora com o aumento da procura por causa do Covid-19, (...)” (AS1).	1
		Sem alterações significativas	<p>“No espaço de vendas em segunda mão não houve alteração nenhuma (...) houve alteração de recursos humanos, mas mantêm-se exatamente a mesma visão (...) em relação ao espaço de doações, abrimos com loja de doações, já tivemos loja de vendas (...) já tivemos espaço em que dava para entrar e escolher tudo, (...) mas também mantem o mesmo” (AS1).</p> <p>“Fomos evoluindo, sem dúvida. Inicialmente além de os utentes irem referenciados, depois passou a existir também o passa a palavra (...).</p>	2

				Mesmo a nível de parcerias (...) quando havia produtos que eles não tinham, solicitava-se e vice-versa (...) foi-se expandindo” (AS2).	
	Práticas	Modalidades de ações da loja social	Doações	<p>“As pessoas ou as empresas que querem fazer doações (...). Roupa que está em condições de ser doada (...) é colocada num lado e arrumada automaticamente no nosso armazém. (...). Ou a roupa que não está de facto em condições para poder ser doada ou vendida, é colocada à parte, (...). A nível de roupa que doamos ou vendemos nós não fazemos distinção, (...). (...) Nós temos o [aquele espaço] que distribui bens alimentares (...), vamos também buscar os excedentes das grandes superfícies, como (...) nós vamos levantar tudo que seja bens alimentares, futas, legumes, iogurtes, leite, (...) para depois doar” (AS1).</p> <p>“Recebemos de algumas instituições e (...) do cidadão (...) a rede de vizinhança, também nos vão entregar (...) e algumas campanhas. (...)” (AS2).</p> <p>“É ajudar, (...), hoje tivemos 14 pessoas, vieram buscar roupa, levaram o que quiseram, desde calçado a roupa interior (...), nós não fazemos só leva x peça (...). Tive dois sem-abrigos a pedir uma manta e um cobertor para as noites (...). (...) Doações, de pessoas que vem doar (...)” (Inter1).</p> <p>“(...) em relação às roupas, que é muito à base de donativos, roupas que já não querem, já não usam, nós recolhemos e os nossos utentes usam e aproveitam durante algum tempo. (...). (...) nós recebemos muita roupa (...) para homem, para mulher, para criança, também brinquedos de crianças, jogos, vários tipos de materiais (...). (...) casos de pessoas que trazem umas coisas e levam outras (...) pode-se dar caso de uma pessoa levar uma roupa da loja social e passado um ano ou dois vai devolver e leva outra. (...) qualquer pessoa pode doar, nós fazemos campanhas (...), quando vemos que o volume de pessoas que nos procura permite fazer uma campanha para angariar materiais para essas mesmas pessoas, nós colocamos no Facebook (...)” (Inter2).</p> <p>“(...) doações (...) nunca deixei” (Benef1).</p> <p>“(...) a Dra., imagine, ligou-me (...), porque conseguiu algumas peças para o menino (...). (...) ao início já lá deixei roupa” (Benef2).</p>	9

			<p>“Houve uma vez, (...) que nós tínhamos aqui roupas, que já não serviam e eu levei para lá, (...) roupas, calçado” (Benef3).</p> <p>“Já lá deixei coisas, roupa” (Benef4).</p> <p>“Também já cheguei a lá deixar” (Benef5).</p>	
		Vendas em segunda mão	<p>“(…) roupa que está em condições de ser vendida (...), é colocada à parte (...) a nossa responsável de loja vem buscar a roupa que ela considera vendível e o dinheiro angariado reverte para a compra de alimentos (...). As roupas do nosso atelier são então reutilizadas por elas, para elas serem vendidas” (AS1).</p> <p>“Há as vendas. (...) o dinheiro que se faz na loja é para fundos para comprar bens alimentares (...)” (Inter1).</p>	2
		Trocas/devoluções/empréstimos	<p>“(…), nós tivemos uma família que foi a um casamento toda vestida por nós, emprestamos a roupa (...) recebemos muitas calças pretas (...) para entrevistas de emprego. (...) uma pessoa deixa uma coisa e leva outros, é uma troca, (...) empréstimo, nomeadamente nós tínhamos carrinhos de bebé, camas (...) berços, esse material (...) nós dizíamos que quando a pessoa deixasse de necessitar, que devolvesse (...)” (AS2).</p> <p>“Não há trocas, há ainda outra coisa (...) não há devoluções. (...) ou leva e fica (...) não empresto (...) a peça voltar para cá não (...) às vezes acontece entregarem como uma doação” (Inter1).</p> <p>“(…) e passado um ano ou dois vai devolver e leva outra, mas não consideramos isso um empréstimo” (Inter2).</p>	3
		Triagem/tratamento	<p>“Depois de nós recebermos a doação, nós temos uma equipa de voluntários e uma responsável, que sou eu, e fazemos a triagem de toda a roupa e a roupa é dividida. Roupa que está em condições de ser doada ou roupa que está em condições de ser vendida é colocada num lado e arrumada automaticamente no nosso armazém. No nosso armazém temos tudo dividido, por números, por tamanhos. Ou a roupa que não está de facto em condições para poder ser doada ou vendida, é colocada à parte, nesta (...) ainda fazemos dois processos de divisão, ou é então colocada em sacos para depois distribuirmos ao Triplo, ou aquela que pode ser utilizada, como gangas, camisola com rendas, botões, essa roupa colocamos de parte e fazemos outra triagem, cortamos as rendas, ou tiramos os botões, para depois poder ser reaproveitada no nosso</p>	4

			<p>atelier. Relativamente à roupa que pode ser vendida ou doada (...) a nossa responsável de loja vem buscar a roupa que ela considera vendível e o dinheiro angariado reverte para a compra de alimentos para doar também. A nível de roupa que doamos ou vendemos, nós não fazemos distinção, se vem uma pessoa que vestes calças tamanho 50, eu não vou dizer – aí não, estas são para vender – está tudo na mesma prateleira, o tratamento é o mesmo. As roupas do nosso atelier são então reutilizadas (...), para elas serem vendidas” (AS1).</p> <p>“Nós recebemos (...), quando são entregues pelas entidades fazemos um inventário (...). Fazemos a triagem, fazemos a gestão, colocamos nas prateleiras devidamente identificado. (...) o que estava bom ficava na loja social, e o que era menos bom (...) quando temos um número significativa acionamos as empresas de reciclagem” (AS2).</p> <p>“(…) onde aceitamos roupa que nos dão, (...) a roupa que está boa põe-se na loja. (...) o que estiver bom (...) vai a lavandaria (...) lava-se a roupa, nunca se dá a roupa aqui na loja sem ser lavada, depois o que está menos (...) boa, aproveita-se, aquela que estiver rota, porque há pessoas que não têm consciência, aparece-nos de tudo aqui um pouco, aproveita-se. (...) e depois vem uma empresa buscar a roupa (...) é para a reciclagem” (Inter1).</p> <p>“(…) sendo que nós fazemos a seleção das coisas que recebemos (...), as que estão em boas condições, vai permitir que as pessoas usufruam de roupas, de brinquedos (...), o que não está bom, faz-se a reciclagem” (Inter2).</p>	
		Processo	<p>“(…) nós questionamos sempre como podemos ajudar, como posso ser útil, do que necessita, qual a necessidade (...) suprimimos aquela necessidade de imediato, depois (...). (...) é feito um processo” (AS1).</p> <p>“(…) nós temos alguns encaminhamentos pela junta de freguesia e outras instituições (...) segurança social, centros de saúde (...). Quando a pessoa chega à loja tentamos perceber de onde é que vem, preenche a ficha individual, (...) consta os agregados, os rendimentos, questões de habitação, situação face ao trabalho, se está em formação, (...), habilitações literárias (...)” (AS2).</p>	3

				“(…) todos os nossos utentes têm um processo, é feito um levantamento de necessidades com uma entrevista imediata (…) como a pessoa está, quais são os rendimentos que tem, se está desempregada ou não, a constituição do agregado familiar” (Inter2).	
		Caracterização da procura	Género	<p>“Maioritariamente homens (…)” (AS1).</p> <p>“Feminino, (…)” (AS2).</p> <p>“Todo o tipo de pessoa, que já viveram bem e agora vivem mal. (...), ambas as partes (...)” (Inter1).</p> <p>“Mulheres sem dúvidas, (...)” (Inter2).</p>	4
			Idade	<p>“(…) entre os 30 e os 50, (...)” (AS1).</p> <p>“(…) entre os 40 e os 50 anos (...)” (AS2).</p> <p>“(…), moços de 19 anos, 16 até ao 70 e 80 (...)” (Inter1).</p> <p>“(…), entre os 40 e os 55 anos (...)” (Inter2).</p>	4
			Estado civil	<p>“(…) solteiros, (...)” (AS1).</p> <p>“(…), tanto singulares como famílias (...)” (AS2).</p> <p>“(…) há tudo um pouco, divorciadas, solteiras, (...)” (Inter1).</p> <p>“(…), casados e com filhos, (...)” (Inter2).</p>	4
			Nacionalidade	<p>“(…) portugueses (...)” (AS1).</p> <p>“(…), portuguesas, (...)” (AS2).</p> <p>“(…), mais portugueses, temos agora é refugiados (...)” (Inter1).</p> <p>“(…) nacionalidade portuguesa (...)” (Inter2).</p>	4
			Habilitações académicas	<p>“(…) a maior parte só tem o ensino obrigatório, o básico, a 4ª classe (...)” (AS1).</p> <p>“(…) o ensino básico, (...)” (AS2).</p> <p>“(…) há de tudo um pouco (...) ainda ontem tive aqui uma doutora, (...)” (Inter1).</p> <p>“(…), baixa escolaridade, no máximo 12º ano, mas muito raramente, temos muitas equivalências ao 9º nesses cursos profissionais, algumas ao 12º, (...)” (Inter2).</p>	4
			Profissão e condição perante o trabalho	<p>“(…), desempregados, (...)” (AS1).</p> <p>“(…), desempregadas ou empregadas de limpeza ou jardinagem e agricultura ou construção civil, reformados também, (...)” (AS2).</p> <p>“(…), não sei, mas é muitas desempregadas (...) em que está ela e o marido em casa (...)” (Inter1).</p>	4

				“(…), desempregados ou com contratos precários de trabalho, (…)” (Inter2).	
			Agregado familiar	“(…) antes do covid-19 mais famílias, neste momento um pouco de tudo, (…)” (AS1). “(…), mais famílias e até numerosas (…)” (AS2). “(…), há de tudo, (…) famílias (…)” (Inter1). “(…), famílias (…)” (Inter2).	4
			Situação habitacional	“(…) mais sem abrigos, (…)” (AS1). “(…), a viver em condições básicas, as mínimas, (…)” (AS2). “(…), moças novas e sozinhas sem casa (…)” (Inter1). “(…), casas alugadas ou em casas da câmara municipal (…)” (Inter2).	4
			Apoios recebidos	“(…) a receber RSI” (AS1). “(…) a receber RSI ou subsídio de desemprego ou abonos e outras pensões” (AS2). “(…), há quem recebe, há outros que não recebem nada” (Inter1). “(…), RSI e a pensão de desemprego ou invalidez” (Inter2).	4
			Questões socioeconómicas	“Insuficiência económica” (AS1). “(…) além dos baixos recursos económicos” (AS2). “(…) muitas gentes que nós temos (…) precisam de roupa e bens alimentares. (….) que há muita gente que não tem dinheiro (….) ainda há bocado esteve aí uma senhora que nem para comprar uma roupa. (….) há muita gente que precisa (….) que não tem dinheiro para comprar roupas caras e (….) vêm aqui comprar uma peça, por 4 euros, 5. (….). As pessoas que vêm aqui à loja são pessoas muito necessitadas (….). Com o intuito de pedir, por vezes vêm aqui com o receio de levar um não, mas nunca ninguém veio aqui sem levar alguma coisa, leva sempre, faz-se um pack de emergência e leva sempre, pouco ou muito, nunca vai ninguém sem nada (….) as pessoas que vêm aqui, por vezes não têm nada (….)” (Inter1). “(…) o nosso público alvo (….) é maioritariamente uma população com baixo recurso, com dificuldades socioeconómicas e que muitos são beneficiários do RSI, de prestações sociais, de pensões de invalidez, velhice, que não tem capacidade financeira para comprar (….) bens de elevado valor monetário (….). É sobretudo carência económica e o	9

			<p>desemprego também (...) que está associado ao baixo poder socioeconómico (...) uma problemática das pessoas que nos procuram. (...) é carência económica, financeira, problemas no agregado familiar, necessidade de roupa e alimentação, sobretudo roupa” (Inter2).</p> <p>“Foi uma prima minha que me falou (...) e disse-me para eu ir lá (...) o meu marido na altura não trabalhava (...) e pedi ajuda (...) eu não trabalho, tenho de estar parada (...) preciso de coisas” (Benef1).</p> <p>“Por iniciativa própria, porque precisava mesmo (...) na altura andava só naquelas formações (...) para estar ocupada e ganhar alguma coisa (...), se não precisasse eu não recorria” (Benef2).</p> <p>“Foi através de uma senhora (...) tem ali uma loja que tem roupinhas (...) eu precisava” (Benef3).</p> <p>“Estava desempregada (...) através de amigos (...)” (Benef4).</p> <p>“Fui com uma ex cunhada minha (...) estava desempregada e precisava de algum apoio” (Benef5).</p>	
		Questão psicológicas	<p>“(…) também evitar o isolamento social (...) nós temos utentes que viviam sozinhos e ir ali, criavam relações e ficavam com os números de telefone deste e daquele e isso gerava um combate grande ao isolamento social” (AS2).</p> <p>“(…) perturbação mental (...) o público que nos procura tem muito associado a patologia do álcool e da toxicod dependência (...) e acaba por ter muito associado a perturbação mental (...) que está associado ao baixo poder socioeconómico” (Inter2).</p>	2
		Regularidade e tipo de procura	<p>“Nós tínhamos uma regularidade definida, doações de loja sempre à quinta-feira, sem qualquer constrangimento de poderem vir buscar noutro dia qualquer (...) alguns até só passam para ver as novidades (...) outros vem duas vezes por semana, os sem abrigos. Os homens calças e sapatos (...) mesmo no inverno. [Mulheres] Procuram de tudo um pouco, vestidos, casacos, camisolas (...) sapatos, sandálias. [Agregado familiar] Procuram peças individuais, coisas de casa de banho, toalhas de banho” (AS1).</p> <p>“(…) às segundas à tarde e às quartas à tarde (...) pelo menos uma vez por mês (...) limite de peças, descriminávamos, ponhamos no processo o que a pessoa levava, no dia tal o que levou e tínhamos o cartão onde</p>	9

			<p>íamos controlando (...) a não ser que fosse assim uma situação (...) que estava mesmo a precisar. Procuram de tudo, roupas de adulto, criança, brinquedos” (AS2).</p> <p>“A porta está aberta e todos os dias há uma desgraça (...) é gente e gente e gente (...) não há dias definidos, á quinta está mais definido para dar a roupa (...) procuram de tudo um pouco (...) mais calças, calçado muito pouco (...)” (Inter1).</p> <p>“(…), as pessoas usufruem de roupas, de brinquedos, de loiça (...) e mesmo comida, (...). (...) sempre que se dirigem à loja social podem levar quatorze peças, de forma completamente gratuita (...) e a pessoa tem abertura total para as segundas e quartas feiras (...) ir buscar (...). Por iniciativa própria, eles sabem que a porta está aberta (...) sabem que existe a resposta e procuram (...)” (Inter2).</p> <p>“Uma vez por mês. (...) umas t-shirts, procurava mais roupa para mim e para ele [marido], (...) também queria calças” (Benef 1).</p> <p>“(…) alimentação e vestuário (...) como tenho um filho (...) está sempre a crescer (...) não é fácil arranjar roupa para ele. (...). Costumava ir uma vez por semana, por causa dos legumes e das frutas (...) da roupa é só quando a Dra., imagine, ligou-me na semana passada, na sexta-feira, porque conseguiu algumas peças para o menino (...) algumas não deu (...)” (Benef2).</p> <p>“Mais roupas e calçado (...). Ia à segunda-feira e quarta-feira (...) quando tinha oportunidade ia sempre lá, (...) quase todas as semanas” (Benef3).</p> <p>“(…) roupa, calçado. (...) Mês a mês” (Benef4).</p> <p>“Ia duas por mês, (...) ou três. (...) Era mais a roupa (...) para as meninas” (Benef5).</p>		
		Recursos afetos e receita monetária	Recursos	<p>“4/5 voluntários, pontual, estão inscritos noutras atividades e quando precisamos de apoio deles, chamamos (...) contamos com uma profissional que está na loja social (...) são sete recursos no final. (...). (...) depois o armazém, este espaço e o das vendas em segunda mão. (...) prateleiras, espelhos, sapateiras (...)” (AS1).</p>	2

				“3 técnicos (...), normalmente um estágio de serviço social e um de psicologia (...) voluntários temos muita dificuldade em ter. Este espaço físico, prateleiras, mesas, sacos” (AS2).	
			Receita	“700 ou 800 € de receitas da loja social de vendas em segunda mão (...) paga o ordenado da profissional e o resto é para a compra de bens alimentares (...) se medir a loja social a nível de lucro, 200€ por mês (...) se metêssemos um voluntário rendia mais dinheiro, mas aquela pessoa estaria sem trabalho”(AS1). “Não, não há vendas é tudo gratuito” (AS2). “(...) o dinheiro que se faz na loja é para fundos para comprar bens alimentares” (Inter1).	3
		Perspetivas futuras e desafios	Loja online	“Nós sempre quisemos ter uma loja online, sempre foi o nosso grande objetivo. Criar um catálogo, pedir aos utentes até para realizar um catálogo com fotos, fazer uma passagem de modelos e passar mesmo para o online, podia ser as voluntarias que estão no atelier a dinamizar mesmo as vendas, tirar fotos, organizar as redes sociais. Na verdade, essa foi sempre a nossa grande ambição, ter um espaço com tudo junto, atelier, doações, vendas, era o que nós queríamos (...)” (AS1).	1
			Covid-19	“Colocou-se um conjunto de condições e com o covid-19, não há forma sequer de mantermos uma resposta, quanto mais três, portanto tivemos aqui que adaptar um bocadinho a realidade (...) vamos pensar como vamos gerir” (AS1). “Com este problema que está a surgir, vejo as coisas muito mal (...) está a ser muito triste, porque não há, as pessoas não vêm, não andam na rua, têm medo, têm medo de chegar a nós (...) vai ser uma crise (...) não vai haver tanta gente a dar, nem a procurar” (Inter1).	2

			Sensibilização para doações de roupa com qualidade	<p>“O maior desafio (...) é sensibilizar as pessoas para o facto que as roupas para serem doadas, tem de ser (...) com qualidade (...) uma pessoa vir ca entregar um saquinho (...) não faz uma pessoa melhor ou uma pessoa pior (...) e quando vamos a ver a roupa que estão a doar é roupa com sujidade, que não foi lavada, rasgada. (...) não é por uma pessoa estar num grupo de minoria que tem de se assujeitar a qualquer tipo de roupa, não, eles têm autoestima, tem um valor acrescentado, da mesma maneira que eu tenho” (AS1).</p> <p>“(...) aquela que estiver rota, porque há pessoas que não têm consciência, aparece-nos de tudo aqui um pouco” (Inter1).</p>	2
			Lidar com a população	<p>“Que as informações que nos são dadas pelos beneficiários (...) responderem à realidade (...). (...) haver um controlo dos produtos que saem para não serem utilizados por exemplo em vendas noutros sítios” (AS2).</p> <p>“Lidar com o povo, nem todos aceitam (...) não esperam pela sua vez, não sabem aceitar (...) e ainda vai ser mais difícil” (Inter1).</p>	2
			Reorganização da estrutura e funcionamento	<p>“(…) ter um espaço só para o efeito (...) com tudo arranjado, arrumado, limpinho (...) que não tivesse gabinetes, abrisse a porta e fosse a loja” (AS2).</p> <p>“(…), tivemos um alargamento da nossa equipa de intervenção e do número de utentes (...), isto obrigou a contratar mais pessoas (...) e temos de fazer uma reorganização do espaço (...), com um espaço único. (...) a organização do espaço (...) os técnicos que estão à frente da loja social têm também ao seu encargo os seus utentes (...) haver melhor esta gestão de receber as roupas, distribuí-las, organizá-las, (...), é toda uma logística que implica tempo (...) essa acaba por ser a maior dificuldade” (Inter2).</p>	2
			Ter vendas em segunda mão	<p>“Ter algum tipo de receitas (...) pelo menos para suprimir os gastos” (AS2).</p>	1
Repercussões	Mudanças nos beneficiários	Resposta a necessidades básicas e redução da pobreza	<p>“(…) o facto de estarmos a torna bens que já não são utilizados por outras pessoas que ficam de fácil acesso a pessoas que estão a precisar deles. (...). (...) a possibilidade de termos aqui famílias carenciadas a ter acesso a roupas que não teriam numa loja (...). Reutilizar os bens e vender os bens que elas criaram, como uma forma de elas terem um</p>	7	

			<p>recurso financeiro para elas (...), pessoas, famílias carenciadas que vêm fazer pecinhas de roupa, vêm readaptar os bens que nós temos, a nível de toalhas, camisolas, gangas. (...) criam pecinhas, aquelas pecinhas são delas e vendem na loja e o valor da peça é delas (...) a peça fica à venda na loja das vendas em segunda mão. (...) Não, redução de pobreza, só esconde, não combate, de longe, resolve um problema (...), aliás, a loja social mantém o problema, se eu com esta população apenas lhe der roupa e não ter o trabalho de a acompanhar, estou a fazer uma mera doação à pessoa, e isso qualquer pessoa faz, não precisa de licenciatura” (AS1).</p> <p>“(...) nós temos na loja social produtos às vezes de empresas e de pessoas que a maioria das pessoas não tem capacidade económica para os adquirir e ali sempre conseguem ter produtos” (AS2).</p> <p>“(...) há muita gente que precisa (...) que não tem dinheiro para comprar roupas caras e (...) vêm aqui comprar uma peça, por 4 euros, 5. (...) as pessoas que vêm aqui, por vezes não têm nada (...)” (Inter1).</p> <p>“(...) isso é uma ajuda grande para estas pessoas que não tem poder financeiro para comprar noutra sítios. (...) estas pessoas não têm capacidade de compra, então puderem ter estes bens, seja roupa, seja alimentos (...). (...), consegue reduzir os danos da pobreza, do desemprego e da perturbação mental e dos baixos recursos económicos (...), já reduzir a pobreza (...) estas pessoas vão continuar a estar no desemprego (...) a ser beneficiários do RSI (...), de pensão, a ter dificuldades no agregado” (Inter2).</p> <p>“(...), o dinheiro que não gasto a comprar essas coisas, compro outras, um bocadinho de carne, um bocadinho de peixe. (...), não sobra muito, mas com este apoio dá para fazer outras compras” (Benef1).</p> <p>“Em termos de roupa. (...)” (Benef2).</p> <p>“Foi bom (...) se não fosse, não conseguia ter outro apoio (...) ajudava muito (...) há certas coisitas que não se consegue comprar e lá ajudava” (Benef5).</p>	
		Inclusão social	“(...) a parte de reutilizar, isso para mim é da mais importantes, a nível do trabalho que desenvolvemos a nível de loja e do atelier com as famílias, porque para além de elas estarem a reutilizar algo que já não	5

			<p>tem um fim, que ia para o lixo (...) ou para a empresa que ia reciclar, isto também acaba por ser uma forma de inclusão destas pessoas. (...) poderem estar ocupadas também, criarem laços (...) são maioritariamente famílias refugidas que não falam a língua portuguesa, portanto, nós utilizamos o atelier como um mecanismo facilitador do processo de aprendizagem delas, ao mesmo tempo que as estamos a capacitar um pouco para o mercado de trabalho (...). (...) estar a dar a possibilidade de reutilizar (...) de acordo com a personalidade delas, são elas que escolhem os padrões, (...) a própria individualidade dela é refletida nessa peça (...) contribuí também para a reintegração profissional delas (...) é muito importante (...). (...) a nível de inclusão, nós temos pessoas que têm entrevistas de trabalho e nós próprios separamos e até temos uns conjuntinhos, aí obviamente que contribui. (...). Nós temos consciência que para as crianças, roupas mais cuidadas faz com que não sejam vítimas de bullying, que não sejam gozados pelos colegas (...)" (AS1).</p> <p>"(...) sentiam-se muito mais incluídas, achavam (...) que o lugar delas era como o dos outros" (AS2).</p> <p>"(...) nem inclusão, de todo (...)" (Inter2).</p> <p>"(...) como eu estava por casa, para não estar sempre fechada em casa ia uma vez por semana (...)" (Benef1).</p> <p>"(...) fazia roupas, fazia puzzles, gosto muito, porque é uma coisa que e distraí (...) fazia tapetes de arraiolos (...) eu ia para lá fazer os trabalhos ao pé delas, para não estar aqui em casa, fechada e sozinha. (...) e uma vez andei num curso que foram elas que me arranjaram" (Benef3).</p>	
		Autoestima	<p>"Por um lado acabamos por receber roupas que não estão de todo em condições (...) e que nos vêm ainda muito com aquele discursos de – ah venho dar este saquinho de roupa para os sem-abrigo – não é por ser uma pessoa que está em situação de sem-abrigo que tem de usufruir de qualquer tipo de coisa, não, eles têm autoestima (...) por exemplo, esta senhora gosta mais de vestidos e o tamanho dela é L, então os vestidos que vêm de tamanho L, eu separo (...) nós também temos este cuidado e de alguma forma contribuimos para a autoestima, para a imagem e para</p>	3

			<p>o cuidado dessa pessoa que também é valorizado, ela sabe que eu vi e que separei. (...). Autoestima, imagem” (AS1).</p> <p>“(…) tinham entrevistas para emprego, cerimónias, casamentos (...) batizados (...) e as pessoas chegavam ali e encontravam peças que se adaptavam a esses eventos, (...), elevava a autoestima (...)” (AS2).</p> <p>“Ajudaram bastante (...), com mais autoestima” (Benef4).</p>	
		Coesão social	<p>“(…) isto para eles também é valorizado, (...) nós temos muito cuidado com as peças que colocamos, não vai suja, não vai rasgada (...) tentamos adaptar a própria roupa que estamos a doar um bocadinho ao estilo da pessoa, eu já conheço todos que vêm aqui, conheço o gosto deles, inclusive preparamos coisas específicas para alguns deles” (AS1).</p> <p>“(…) existe uma relação e a maior parte das pessoas até gostava de ter naquele espaço, (...) que se fizessem diversas atividades. (...) iam para lá fazer os tapetinhos de arraiolos, (...), no fundo aquilo seria (...) como o ponto de encontro (...) acabavam por achar que aquele espaço podia ser rentabilizado numa maior proximidade entre as pessoas, uma ensinava os arraiolos, a outra dava umas dicas sobre culinária e outras até escreviam umas coisinhas (...) dava uma outra vida para além da loja social em si” (AS2).</p> <p>“Já tive casos assim: compraram, não serviu, a pessoa não quis o dinheiro e deixou a roupa novamente para a loja” (Inter1).</p> <p>“(…), casos de pessoas que trazem umas coisas e levam outras (...) pode-se dar caso de uma pessoa levar uma roupa da loja social e passado um ano ou dois vai devolver e leva outra (...). (...) há aqui uma coesão em termos das pessoas que lá vão, conhecem-se e falam e há uma ajuda entre si” (Inter2).</p> <p>“(…) a Dra., imagine, ligou-me (...), porque conseguiu algumas peças para o menino (...) algumas não deu (...) mas eu também não deito fora (...) dou aqui no bairro, o que não serve para o meu, serve para outras crianças. (...) ao início já lá deixei roupa (...) mas agora a roupa que já não serve ao meu filho passa para a vizinhança (...) uma mãe aqui com 5 filhos (...) passa para os mais novos” (Benef2).</p> <p>“Houve uma vez, (...) que nós tínhamos aqui roupas, que já não serviam e eu levei para lá, (...) roupas, calçado” (Benef3).</p>	7

				“Já lá deixei coisas, roupa” (Benef4).	
			Igualdade social	<p>“Na aparência, no facto de não haver aquela diferença de estar com as calças rotas, sujas e com cheiro, com um ar desagradável (...) senão houvesse esta resposta (...) o facto de saber que tem um local onde ir buscar roupa (...) isto faz de certa forma, não diria passar despercebida a sua situação socioeconómica, mas disfarça” (AS1).</p> <p>“(…) como as pessoas referiam, não ficavam mal ao lado das outras pessoas, em termos sociais, não se notava que pertencia a uma classe mais desfavorecida, havia uma uniformização, uma igualdade (...) das pessoas” (AS2).</p> <p>“É muito bom, sentem-se mais iguais” (Inter1).</p> <p>“(…), nem igualdade, de todo (...)” (Inter2).</p>	4
			Bem-estar e qualidade de vida	<p>“Há o bem-estar da imagem, sim, mas não melhora a qualidade de vida (...) quer dizer, por exemplo, uma pessoa em situação de sem abrigo, se eu lhe der um cobertor, isto vai melhorar a qualidade de vida, vai melhorar o bem-estar, mas resolve o problema dela? Continua a dormir na rua, o ideal seria dar-lhe um apartamento ((rir))” (AS1).</p> <p>“(…) as pessoas quando vão à loja e vão à procura de um determinado produto e encontram vão satisfeitas” (AS2).</p> <p>“(…) se formos nós a dar (...) ela vai satisfeita (...). (...). Sinto que é muito importante e elas ficam muito felizes, repararem as coisas que não estão tão boas. (...) comprarem (...) uma peça que elas gostam e que na loja está muito cara e aqui encontram, pode não ser de marca, mas encontram ao gosto delas e para elas é bom. (...). (...) depois de lidar connosco, com os assistentes sociais e falarem com eles, eles vão gratificantes (...). Saem daqui mais satisfeitas, felizes” (Inter1).</p> <p>“(…), vai melhorar um bocadinho a qualidade de vida e a funcionalidade, mas acaba por não resolver nada” (Inter2).</p> <p>“(…) perguntam se estava tudo bem (...) falávamos um bocadinho (...)” (Benef1).</p> <p>“Sim, não só na roupa (...) elas às vezes têm o cuidado de dar um miminho (...), tem uma palavra de amigo de conforto (...)” (Benef2).</p>	8

				<p>“Ajudaram bastante (...) aumentou um bocadinho [bem-estar], ficava mais confortável (...) houve uma fase da minha vida que andei pior e (...) ajudou” (Benef3).</p> <p>“Foi positivo (...) sentia-me apoiada” (Benef4).</p>	
			Implicações a nível familiar	<p>“Na escola (...) notam muito como é que a criança vai vestida e calçada (...) reparam e é assim (...) eu tento diversificar-lhe a roupa (...) conjugar as cores (...). Consigo assim, comprar-lhe uma ou outra coisa de vez em quando, mas é tudo em promoções e quando eu posso” (Benef2).</p>	1
			Equidade social	<p>“(...) para mim a equidade social acontece quando as pessoas tem a capacidade de compra de obtenção de bens de forma equitativa (...) quando todos nós conseguimos ter capacidade financeira para garantir as necessidades básicas, neste caso, higiene, alimentação, vestuário (...), quando falamos deste público que não tem essa capacidade (...) mesmo que tenham acesso a estes bens de uma forma gratuita, não falo em equidade social, posso falar em uma forma de compensação (...) porque a pessoa não está a ter capacidade de adquirir os bens (...) é dar uma segunda via aos bens a estas pessoas que de outra forma não os conseguiriam ter (...)” (Inter2).</p>	1
			Justiça social	<p>“Nem justiça, (...), de todo (...)” (Inter2).</p>	1
		Impactos na comunidade	Necessária para a comunidade	<p>“(...) eu posso fechar, não aceitar mais doações (...) posso pedir ao Triplo para me carregar o armazém inteiro (...) não mantemos numa lógica de termos um regulamento para as coisas que nos são doadas, mantemos porque sabemos que é uma resposta, que a comunidade precisa disto. (...) acesso fácil a bens de vestuário de qualidade, maior impacto” (AS1).</p> <p>“(...) no dia que deixar de existir estas instituições que ajudam, eu não sei como é que isto vai ser (...) porque há muita desgraça (...), seria mais complicado” (Benef2).</p>	2
			Confiança	<p>“Nós utilizamos a loja social (...) é um meio para atingir um fim e eu posso até demorar duas semanas (...) ou o quer que seja, a trabalhar aquela pessoa, mas se calhar daqui a um ano, se todos os dias eu tiver o cuidado de me preocupar com os gostos, com o que vai vestir (...) é uma</p>	1

				forma também de conseguir que elas confiem no meu trabalho, que confiem em nós enquanto instituição e fica disponível fazer outro tipo de intervenção com eles, porque de outra forma não o iriam permitir (...) se eu não tiver cuidado de ver como eles estão, é uma questão de confiança, é um meio para atingir um fim”(AS1).	
			União	“Sente-se esse impacto na comunidade (...). Criou uma dinâmica na rede de vizinhança bastante grande (...) eu acho que as pessoas são mais unidas (...). As pessoas da comunidade foram-se apercebendo” (AS2).	1
			Melhoria da qualidade de vida e convívio daquela população	“(…) melhorar a qualidade de vida (...) das pessoas (...) ali da freguesia, sem dúvida, chegamos a ter 30/34 atendimento por dia na loja social (...) isto tem que ter um impacto (...) e acredito que seja na melhoria da qualidade de vida (...) mesmo na parte social da questão, o facto de irem lá, (...) o ajuntamento de algumas pessoas, falavam, conviviam ali um bocadinho (...) na própria loja e isso ia permitir uma distração (...) e tudo isso contribuía” (Inter2).	1
			Sem impacto significativo	“(…) para mim um problema resolve-se quando o problema deixa de existir e isso não acontece na loja social, as pessoas continuavam a lá ir. (...). Em termos da resolução de alguma coisa, não acredito que haja. (...) se as pessoas deixassem de necessitar, de procurar, aí podíamos dizer que havia uma resolução, uma coesão social (...) por parte das entidades competentes e responsáveis (...) isso não se verificou” (Inter2).	1
		Impactos na OES	Contribui para a missão e é mais um meio de atuação	“Contribui para a missão e valor enquanto organização comunitária. A nível de impacto financeiro, a receita paga um ordenado, fica ela por ela” (AS1). “Trouxe mais um meio e uma forma de ajudar as pessoas com necessidades, que é para isso que nós, enquanto entidade existimos (...) para atenuar as dificuldades e a loja social é mais um caminho como temos outras valências. (...) havia pessoas que iam lá e a primeira resposta que lhe dávamos era em termos de roupas ou bens alimentares e depois víamos que essas pessoas seriam facilmente acompanhadas noutras valências (...) e fazíamos esta transição de resposta. (...) permitiu que chegue a mais pessoas e ajude mais pessoas” (Inter2).	2

			Gratidão dos profissionais	“(…) e nós ficamos muito gratos de estar a ajudar a pessoa. Muito bom (….) trabalhar com liberdade, sem medo, com mais alegria, satisfação. (….) ter uma loja é bom para nós, estamos a atender o público e é gratificante para eles entrarem e levarem o que eles gostam, e nós ficamos satisfeitos de eles irem contentes” (Inter1).	1
			Maior visibilidade	“Deu visibilidade (….) o nome da [instituição] ficou mais conhecido (….) e aumentou a credibilidade, (….) os utentes como são beneficiários de outras instituições (….) foram levando o nome (….) mais além. Mesmo a nível de parcerias, de instituições” (AS2).	1
		Avaliação dos bens/ produtos e serviço	Quantidade/qu alidade de bens/ produtos	“(…) a quantidade de roupa que nos vêm doar, de mulher para homem, (….) é uma diferença de 80 para 20 (….) temos falta de roupa de homem (….) e quando vem, vem quase em fim de vida (….) ninguém vem dar sapatos de homem, então aproveitamos mesmo em fim de vida (….) nós sabemos que eles não estão em condições mas, não temos mais (….) e é o que mais temos falta, sim” (AS1). “(…) de puder não haver toda a roupa e tamanhos como numa loja. (….) nós chegamos a ter calças de qualidade e marca boa que as pessoas levavam sem pagar nada (….)” (Inter2). “(…) calças nunca havia, então era mais t-shirts (….) também não tinham muito para o nosso tamanho (….) mas não era estragado (….) roupas novas. (….) Não eram coisas boas boas boas, normalmente as pessoas que dão porque já não usam (….) mas acho que sim, que têm coisas boas (….) era quase tudo de marca (….) Claro que nunca é suficiente para toda a gente, é muita gente a pedir (….) agora noto que há menos (….) dão o que têm” (Benef1). “(…) de qualidade, os que recebi agora vinham ainda com etiqueta (….) sim, a quantidade é complicada por causa dos tamanhos (….) o calçado para o meu filho e tamanhos de criança grandes” (Benef2). “Até agora não tenho queixas das roupas (….) mas o calçado era mais complicado (….) mas roupas tenho encontrado para mim e para o meu marido” (Benef3). “Estavam em bom estado (….) [quantidade] suficiente (….) havia coisas que quando não havia, era difícil encontrar (….) os números do calçado” (Benef4).	7

				“Gostavam das coisas que ia lá buscar (...), eram de qualidade (...). Tinha dias, havia vezes que íamos mais vezes, porque era difícil encontrar coisas, o calçado é sempre o mais difícil” (Benef5).	
		Profissionais atenciosos		“(...) gostava muito, elas são todas muito boas, gosto muito delas todas (...) é como se fossem minhas filhas (...) perguntam se estava tudo bem (...) falávamos um bocadinho (...) não tenho nada que dizer de mal” (Benef 1). “(...) elas são muito atenciosas, estão sempre preocupadas (...) perguntam o que a gente precisa, só se não tiverem é que não conseguem mesmo. (...) já lá vou há uns anos e elas tentam sempre ajudar no que podem” (Benef2). “Gosto delas, a Dra era espetacular, também, (...). Elas são muito simpáticas, muito espetacular” (Benef3).	3
		Atendimento, acompanhamento e informações de qualidade		“Gostava do atendimento, como fui acompanhada (...) sim davam-me informações” (Benef4). “Gostava sim, do atendimento e acompanhamento” (Benef5).	2
	Sugestões	Ambiente mais respeitoso		“(…), só as pessoas que vão buscar a todos os sítios, vão ali e a outros e trazem de todos o lado e depois não há para todos” (Benef1). “Certos comentários (...) dos utentes (...) a Dra entende o que tem de nos dar e faz muitos esforços para o pouco que pode dar (...) e havia pessoas que diziam que era só aquilo que devia ter mais disto e daquilo, e eu dizia que tinham de agradecer (...). Elas fazem de tripas coração para não faltar nada” (Benef2).	2
Serviço de capacitação			“Ensinar as pessoas a fazer aquilo que eu faço (...) os arraiolos, os bordados” (Benef3).	1	
Sem alterações/melhorias			“(...) funcionava bem” (Benef4).	1	

			Horário mais abrangente	“Estava tudo bem, (...) o horário, como é só à tarde, deviam adquirir o horário de manhã (...) um dia de manhã outro à tarde” (Benef5).	1
Intervenção do Serviço Social	Enquadramento/contextualização	Cargo, funções e duração	Coordenação da resposta e funções de assistente social	“Cargo de coordenadora de toda a resposta (...) mas assistente social. (...) a gestão dos voluntários, dos artigos de doação, o atendimento social de proximidade aos beneficiários (...) assumi logo quando vim, em 2017” (AS1).	1
			Coordenação do serviço social e funções de assistente social	“(…) fazer o acolhimento, fazer atendimentos, faço alguns encaminhamentos (...) e articulações com outras colegas (...) interinstitucional. (...). Desde que fui para a equipa para a equipa, há 6 anos” (AS2).	1
	Equipa/recursos humanos	Voluntários e afetivos	“4 voluntários pontuais (...) funcionária da loja social, eu e a Dona --- (...) sete no total” (AS1). “3 técnicos e por vezes um estagiário” (AS2).	2	
	Princípios	Âmbito da intervenção	Assistencialista	“Assistencialista (...) é um apoio assistencialista (...) a função principal é assistencialista a roupa pode ser distribuída por mim, como por um voluntário (...)” (AS1).	1
			Proximidade e investimento na mudança social	“(…) mas todo o trabalho que está por trás, provoca uma mudança na pessoa, há um trabalho de proximidade (...) alguma mudança na vida dela” (AS1). “(…) além de passarmos a conhecer, de forma de maior proximidade, as dificuldades das famílias e dos utentes, cria-se uma relação e a certa altura, (...) já expõem os próprios problemas e até pedem orientações, ou porque não sabem como podem fazer para se inscreverem numa formação, têm uma consulta e esqueceram-se da data da consulta e o que é que podem fazer (...), no fundo acabava por ser linhas de atuação muito para além do dar o produto. (...), uma loja com uma dinâmica como esta que estamos a dizer (...) com um técnico que possa estar na gestão e na orientação, a loja social pode ir muito para além, muito muito muito, se calhar a doação fica quase assim mais pequenina, uma forma de para chegar a (...) a entrega dos produtos (...) nós ajudamos a fazer	2

			essa entrega, há um cuidado e há uma gestão, às vezes até ajudar a que fique melhor, (...) se adapte à pessoa, uma roupa mais adequada, há este cuidado e ao mesmo tempo também é educativo (...)” (AS2).	
		Coesão social e justiça social	“(…), depende muito de pessoa para pessoa, não é fácil em todos os casos” (AS1). “A justiça social (...)” (AS2).	2
		Igualdade e a equidade social	“também, também, claro (...)” (AS1). “(…) a igualdade (...)” (AS2).	2
		Redução das vulnerabilidades e das necessidades	“(…) e a questão de assegurar as necessidades básicas” (AS1). “(…) exatamente, redução das vulnerabilidades” (AS2).	2
		Direitos humanos	“(…) a preocupação principal, (...) os direitos humanos estão explícitos” (AS1). “(…), ah claro que há investimento nos direitos básicos” (AS2).	2
		Inclusão social	“(…), a inclusão, (...)” (AS2).	1
	Contributo da intervenção	Mais capacidade	“Pode funcionar sem assistente social, mas todo o trabalho paralelo não, não pode (...)” (AS1). “O profissional de serviço social tem formação, portanto consegue fazer um atendimento e um diagnóstico e sabe como conseguir (...) sem formação será mais difícil concretizar essa avaliação e esse diagnóstico” (AS2). “Acho que sim! (...) porque há certos casos que vêm aqui que nós não temos capacidade (...) para encarar, para falar com a pessoa, para ajudar como um assistente social (...), acho que é bom estar num local destes” (Inter1). “É fundamental e a coordenadora da loja social é assistente social e nós tivemos a preocupação de fazer isso mesmo (...) são pessoas capacitadas para fazer o levantamento de necessidades, para digerir esta pessoa para uma resposta mais apropriada (...) articulação com o psicólogo, quando necessário (...) vai permitir fazer uma intervenção diferente que não era possível se tivesse um monitor (...) chegamos a ter voluntários (...) e a intervenção que faz é completamente diferente (...) acaba por ser uma mais valia para a instituição e para os beneficiários” (Inter2).	4

Campo de intervenção	Atos profissionais	Atendimento social	<p>“(…) eu aproveito muito a parte da loja para fazer atendimento. (…) eu tenho dias de atendimento específico (…) mas posso inserir na loja (…) o que acontece é às vezes marcar um segundo atendimento. Na loja não faço por exemplo, planos de intervenção individuais, faço a essas pessoas num atendimento fora da loja” (AS1).</p> <p>“Atendimento (...). (...) preenchimento da ficha, do processo, onde se metem das identificações (...) o agregado, as habitações literárias, onde vive, condições de habitabilidade ou não, qual a sua situação face ao emprego e outras (...) que tipo de instituições está a receber serviços (...) há uma recolha de informação que é feita (...) que elaborou a ficha (...)” (AS2).</p>	2
		Acompanhamento e encaminhamento social	<p>“(…) às vezes são encaminhados por outra colega (…) damos algum tipo de apoio, preenchimento de formulários, articulação direta com a segurança social, serviços de outras instituições também. (...) um encaminhamento se for necessário, um plano de intervenção (...), se a pessoa quiser. (...) há todo um acompanhamento de proximidade. Criar uma proximidade aos beneficiários, identificar recursos e apoios, (...), ver que apoios é que ainda tem direito, que pode usufruir, inscrição no centro de saúde, a maior parte não está inscrita, (...). É uma lógica muito de ver a dimensão, o que é adequado ao problema (...), identificar respostas” (AS1).</p> <p>“(…) até podemos depois encaminhar por exemplo para cantina social, (...) e até encaminhamos para uma estrutura mais próxima do seu local de residência (...)” (AS2).</p>	2
		Diagnóstico de necessidades e da situação social, económica e familiar	<p>“(…) nós questionamos sempre como podemos ajudar, como posso ser útil, do que necessita, qual a necessidade (...) suprimimos aquela necessidade de imediato (...). (...) é feito um processo, um diagnóstico” (AS1).</p> <p>“É com base nessa recolha, os rendimentos, e como nós articulamos com colegas da segurança social e outros parceiros, permite avaliar se aquelas informações correspondem à realidade (...) também podemos pedir algum comprovativo (...). (...), com base das informações no atendimento, podemos detetar se a pessoa (...) por exemplo, (...) tem alguma dificuldade em termos alimentares, já não consegue cozinhar os</p>	2

				seus próprios alimentos (...) ou que já tem alguma idade e demonstra pouca mobilidade (...)” (AS2).	
		Estratégias	Articulação em rede e trabalho colaborativo	<p>“(…) nós não fazemos duplicação de serviços, ou seja, se há uma instituição que já está (...), que tem todo o historial daquela pessoa, eu não vou fazer atendimento, a não ser que a pessoa se identifique mais comigo e aí eu peço à colega de outra instituição que transfira o processo para mim e aí é o processo todo de início (...) sem ser isso, não, nem faz sentido fazer duplicação de serviços (...), as pessoas estão muito cansadas de repetir a história delas (...) o teu dia-a-dia, a tua vida (...) consecutivamente a técnicas diferentes (...) não faz sentido procurar tudo o que a minha colega já perguntou (...) nós trabalhamos muito em rede (...) claro que vou questionando como as pessoas estão quando vêm aqui (...) se algumas dela disser que está com um problema (...) eu questiono se já falou com a colega (...) ou então faço e informo a colega (...) não vou interferir. (...) Sempre, a articulações me rede (...), articular com a segurança social, ver que apoios é que ainda tem direito, que pode usufruir, inscrição no centro de saúde, a maior parte não está inscrita, esta articulação direta” (AS1).</p> <p>“Há articulação interinstitucional com os nossos colegas, porque às vezes são (...) beneficiários que frequentam o centro de dia, cantina social, ações de formação (...) nós nesta articulação conseguimos avaliar até que ponto aquela pessoa tem necessidade (...) algum bem específico que a pessoa esteja a necessitar naquele momento (...), às vezes as pessoas têm mais necessidades do que aquilo que revelam, e essa articulação é importante para os colegas alertarem para isso” (AS2).</p>	2
			Capacitação	<p>“Não há um trabalho de capacitação e de investimento (...), o que eu faço é encaminhar para respostas de capacitação, para formação, para emprego (...) workshops” (AS1).</p> <p>“Um trabalho mais de capacitação (...), no sentido que gostamos de explicar para que serve, que utilidade (...) há pessoas que às vezes desconhecem determinado produto, não sabem para que serve e nós temos o cuidado de referir a sua importância, explicar de que forma é que pode ser usado e vamos munir as pessoas de novas competências (...) e capacitação” (AS2).</p>	2

		Dilemas e constrangimentos	Falta de respostas e a não alteração das vigentes	<p>“É conseguir de facto resolver a carência económica delas, porque depois do RSI não existe mais nada (...) a falta de respostas no sistema é imensa (...) as pessoas estão cansadas de serem sempre as mesmas respostas sociais, das mesmas formações. (...) uma noite na rua deles é um ano de trabalho perdido nosso (...) com as famílias é a mesma coisa, uma família que ficou em situação de carência económica hoje, eu consigo trabalhar com ela, consigo encaminhar, dar resposta (...), uma família que está numa situação de carência económica há dois/três/cinco anos, a família é beneficiária de RSI desde que a medida foi implementada, não trabalhas com estas famílias, já não consegues, a formação que lhe vou apresentar este ano, foi a mesma do ano passado. (...) estão cansados das mesmas formas de atuação, das mesmas políticas sociais que estão implementadas, enquanto não houver uma mudança efetiva da política social implementada (...) de combate à carência económica (...) os incentivos à contratação (...) trabalho adaptado para estas pessoas (...) que vá ao encontro do que elas querem (...) o verdadeiro combate é sistémico, é ir do sistema até às pessoas, não levar a pessoa até ao sistema”(AS1).</p> <p>“Não conseguir ter uma resposta, a falta de resposta à situação social”(AS2).</p>	2
			Preconceito pela profissão	<p>“(...) é o preconceito, porque o assistente social quando faz o diagnóstico tem de unir um conjunto de informações e muitas vezes o que para nós, que estamos dentro do problema, conseguimos ver o que está a passar, o exterior não consegue ver a situação e não entende a atuação” (AS2).</p>	1